

HISTÓRIA

Questões
& Debates



Reitor

Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor

Rogério Mulinari

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Deise Cristina de Lima Picanço

Diretor da Editora UFPR

Suzete de Paula Bornatto

Vice-diretora da Editora UFPR

Allan Valenza da Silveira

História: Questões & Debates, volume 62, n.1 Jan./Jun. 2015
Publicação semestral da Associação Paranaense de História (APAH)
e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Editores

Ana Paula Vosne Martins e Renata Senna Garraffoni.

Conselho Editorial

Roseli Boschilia, UFPR (Presidente da APAH-Associação Paranaense de História);
Ana Paula Vosne Martins, Departamento de História, UFPR; André Macedo Duarte, Departamento de
Filosofia, UFPR; Euclides Marchi, Departamento de História, UFPR; Luiz Geraldo Santos da Silva,
Departamento de História, UFPR; Márcio B. S. de Oliveira, Departamento de Ciências Sociais, UFPR;
Marilene Weinhardt, Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculos, UFPR;
Renan Frighetto, Departamento de História, UFPR; Renata Senna Garraffoni,
Departamento de História, UFPR; Sergio Odilon Nadalin, Departamento de História, UFPR

Conselho Consultivo

Angelo Priori (Universidade Estadual de Londrina), Celso Fonseca (Universidade de Brasília), Claudine
Haroche (Universidade Sorbonne, França), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade Estadual de
São Paulo), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Pablo de la Cruz Diaz Martinez
(Universidade de Salamanca, Espanha), Pedro Paulo Funari (Universidade Estadual de Campinas),
Rodrigo Sá Mota (Universidade Federal de Minas Gerais), Ronald Raminelli (Universidade Federal
Fluminense), Sidney Munhoz (Universidade Estadual de Maringá), Stefan Rink (Universidade Livre de
Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim, Alemanha)

Indexada por Historical Abstracts, America: History and Life e Ulrich's



Sistema Eletrônico de Revistas - SER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

HISTÓRIA

Questões & Debates

VOLUME 62 - N. 01 - JANEIRO A JUNHO DE 2015

Editora
UFPR

Editora Universidade Federal do Paraná

Rua João Negrão, 280, 2º andar
Tel.: (41) 3360-7489 / Fax: (41) 3360-7486
Caixa Postal 17.309
80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
editora@ufpr.br
www.editora.ufpr.br

Coordenação editorial: Daniele Soares Carneiro
Capa | Editoração eletrônica: Fabrício Trindade Ferreira ME

Ilustração da Capa

Um baptizado em Bangué 1890 (Moçambique)
Fotografo: Manuel de Sousa Machado
Copyright: Arquivo Histórico Ultramarino,
Calçada da Boa Hora, n.30, 1300-095 Lisboa Portugal
Álbum: "Corpo Expedicionário a Moçambique
Photographias", nº Inv. AHU/Alb46, p.37

A revista *História: Questões & Debates* n. 61, jul./dez. 2014
poderá ser obtida, em permuta, junto à Biblioteca Central
Caixa Postal 19.051 - 81531-980 - Curitiba - Paraná - Brasil
inter@ufpr.br

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,
1980 volume 62, n.1 jan./jun. 2015
1. História - Periódicos

Samira Elias Simões CRB-9/755

Série Revista da UFPR, n. 301
ISSN 0100-6932
Ref. 773

PRINTED IN BRAZIL
Curitiba, 2014

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

APRESENTAÇÃO

Na última década testemunhamos um aumento importante de publicações (livros, artigos, coletâneas, etc.) sobre política, economia, cultura e história das sociedades africanas, tanto no campo da literatura, linguística, como no das ciências políticas e relações internacionais, porém, o incremento mais significativo aconteceu nos campos da história e antropologia. Este fenômeno não é aleatório, responde a um esforço comum de intelectuais, ativistas, acadêmicos e acadêmicas, entre tantos outros, de implementar uma reforma político epistemológica no campo da educação no Brasil, reforma que finalmente teve seu sustento legal na lei 10693 de 2003 e que envolveu, entre outras coisas, saldar uma dívida histórica ao estabelecer a obrigatoriedade de inclusão nos planos de ensino em todos os níveis, da história e cultura africana e afro-brasileira. O porquê desta dívida histórica, mesmo sendo uma questão de suma importância, não será tema deste dossiê, acreditamos que chegará um momento, neste multifacetado processo, de confrontar-se com os porquês destas omissões e embora já existam indícios bastante eloquentes na história nacional brasileira para compreender a exclusão dos currículos escolares da história e cultura africana e afro-brasileira, este debate será possível quando o campo dos “estudos africanos no Brasil” termine o seu processo de consolidação.

Em relação a este processo de consolidação dos “estudos africanos” na atualidade, precisamos antes fazer o devido reconhecimento do trabalho sistemático da produção acadêmica sobre o mundo africano, de uma série de instituições no âmbito acadêmico brasileiro desde a década de 1960 como o Centro de Estudo Afro Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, ou o Centro de Estudos Afro –Orientais da Universidade Federal da Bahia, ou finalmente o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. Feito

isto, precisamos explicitar esta ideia de processo relacionada ao significativo fenômeno de ampliação destes estudos para áreas de conhecimento que antes mostravam um manifesto desinteresse pela temática como seria o caso particular da filosofia, disciplina que por considerações de ordem histórica, infelizmente continua com o dogmático exercício da repetição de um dispositivo hegemônico de transferência de conhecimento eurocentrado. Mas também pela ampliação das escolhas sobre o que pesquisar relacionado às sociedades africanas, saindo de uma vez do enquadramento que significaram os estudos sobre escravidão, os quais se por um lado contribuíram de forma substancial para desmontar os modelos racistas de compreensão da história da população afrodescendente no Brasil, por outro, voluntária ou involuntariamente, condicionaram as escolhas de outros recortes e temáticas, também importantes para a compreensão diacrônica e sincrônica desta mesma população.

É nesta interface, possibilitada em grande parte também pela obrigatoriedade estabelecida pela legislação, que a produção bibliográfica nos campos da história e da antropologia aumentará e se diversificará consideravelmente. E este evento trará uma série de outras implicações no âmbito da pesquisa como, por exemplo, o caráter interdisciplinar que começa a ter maior peso epistemológico, assim como a ampliação dos recortes espaço temporais e temáticos, desta vez majoritariamente centrados no continente africano, começarão a ser privilegiados por pesquisadores e pesquisadoras tanto no nível da pós-graduação como também já na graduação, em projetos de iniciação científica.

Todos estes desdobramentos, ou “momento expansivo”¹ da formação deste campo de estudos africanos no Brasil, têm contribuído significativamente também para desessencializar a ideia da África

¹ Marques, Diego Ferreira e Jardim, Marta D. da Rosa. “O que é isto: 'a África e sua História'”? In: Trajano Filho, Wilson (Org.). *Travessias Antropológicas: estudos em contexto africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012. pp.31-62.

como uma única totalidade exótica e a-histórica, incentivando a busca por um paradigma que explique integralmente os problemas africanos, redimensionando debates candentes, como os que envolvem a ansiedade em torno das relações raciais, revisitando a temática afro-brasileira nos discursos sobre a formação nacional e ressignificando a própria leitura e difusão de clássicos africanistas que constituem o cerne desta área de interesse.² Ao mesmo tempo, essa abertura pressupõe uma multiplicação de perspectivas e a busca por explicações pluricausais, considerando a diversificação dos contextos/situações de pesquisa, as possibilidades e (ou) as limitações da língua portuguesa como veículo de acesso e de expressão de conhecimentos sobre o continente africano, e os vários diálogos estabelecidos em cenários de produção de saber transnacionais. O conjunto de artigos selecionados neste dossiê pretende ser uma amostra importante do mencionado no parágrafo anterior.

No presente dossiê, o artigo de Michel Cahen aponta para uma crítica ao conceito “pós-colonial – póscolonial – pós(-)colonial” na produção historiográfica em torno dos países do PALOPS (Países de Língua Oficial Portuguesa). Para ele, na maioria das produções, talvez dos últimos 30 anos, o conceito “pós” remeteria apenas a uma definição cronológica e não situacional. Esta opção traria consigo dois problemas fundamentais. O primeiro seria a superestimação do discurso em volta das elites independentistas nas antigas colônias portuguesas em detrimento das formações sociais realmente existentes. Como consequência desta opção se produziria uma espécie de hipertrofia historiográfica que impediria pensar os processos a partir das suas contradições próprias. Para explicar esta defasagem Cahen questiona, de maneira bastante pertinente, as leituras sobre os processos que cada movimento independentista teria vivido na

² Chegen, Michael "Las teorías de la ciencia política como un obstáculo para entender el problema de la violencia política y de Estado en África". *ISTOR*, Año IV, Núm. 14, 2003, pp. 32-47.

construção da sua realidade política pós-libertação, constatando que essa leitura historiográfica ao se guiar apenas pelo discurso doutrinário dos partidos não só não conseguiriam explicar o porquê destes movimentos terem se identificado inicialmente com os princípios do socialismo, para tempo depois assumir ferrenhamente os princípios neoliberais tornados hegemônicos nos finais dos anos 80 do século XX. A explicação simplista da derrota dos princípios socialistas seria para Cahen insuficiente, pois se fosse uma derrota, esta acarretaria a substituição da elite “socialista” por uma outra. Entendendo que discursivamente socialismo e neoliberalismo seriam duas ideologias antagônicas, este antagonismo não impediu que praticamente em todos os países africanos ainda governem os mesmos partidos que iniciaram a libertação.

Outro aspecto que o autor chama atenção é que a partir da concepção cronológica do “pós-colonial” tanto a formação do partido único assim como seu imaginário político e social e o papel do Estado na consolidação do poder destes partidos, todos estes processos caríssimos à compreensão da realidade política contemporânea das antigas colônias portuguesas, são explicados com base em concepções ideológicas atreladas ao marxismo-leninismo, desconsiderando voluntária ou involuntariamente que estas formações políticas e seus próprios imaginários teriam uma origem múltipla e não seriam apenas opções dos partidos únicos governantes na atualidade, mas também de seus opositores políticos derrotados durante as respectivas guerras civis que assolaram os países no pós-independência. Um terceiro e último aspecto que o autor traz ao debate é uma prática problemática na historiografia chamada “lusófona”, precisamente porque para o autor as realidades da cada um dos países ocupados pelos portugueses estariam mais vinculadas à sua localização regional e muito pouco à própria presença lusitana. Este aspecto é significativo, pois ao tornarem estes países “mais africanos e menos ex-portugueses” se abriria um leque de outras possibilidades de análise para entender as realidades sociais e políticas dos países em questão. Estes questiona-

mentos nos parecem substanciais para uma revisão dessa produção historiográfica, daí a importância de incluir este texto neste dossiê.

No caso de Osmundo Pinho, a análise aponta para as vicissitudes e contradições dos processos de construção jurídica de estatutos como efeito da extensão da malha administrativa na produção do estado colonial português em Moçambique. Usando fontes e registros oficiais específicos da década de 40 do século XX, o autor discorre sobre as dificuldades e contradições do próprio processo de produção de estatutos jurídicos, entendendo o período como marcado por um contexto de debate antropológico e político-jurídico sobre as colônias africanas de maneira geral. Neste contexto conceitos como os de “razão etnológica” e “pluralismo jurídico” definiram as formas e condições do debate entre o funcionalismo antropológico britânico “triumfante” e um evolucionismo em vias de se tornar anacrônico aos olhos das ciências humanas, as mesmas se constituindo em processo acelerado. Segundo o autor, no mesmo contexto é possível identificar alguns aspectos substanciais ao processo de colonização como seria o caso da racialização (culturalização) africana, a qual teria caminhado ao par das estratégias de dominação política e à necessidade de elaboração de um arcabouço jurídico conceitual, capaz de conferir inteligibilidade aos processos administrativos, associando a diferença cultural à diferença racial como instrumento político de dominação. Neste contexto o funcionalismo antropológico britânico teria jogado um papel significativo na produção de uma “miragem” em relação aos sistemas sociais africanos paralelos aos criados pelo sistema colonial, outorgando aos primeiros um caráter homogêneo e criando a ideia da falta de temporalidade histórica das sociedades africanas, entregando de maneira insuspeita talvez a melhor justificativa ao discurso colonial. Outro aspecto bastante significativo na análise de Pinho está relacionado a dois discursos aparentemente antagônicos e separados temporalmente. Antagônicos por serem um eclesiástico e outro “socialista”, no entanto, e como mostra Pinho, o centro de cada um destes discursos apontaria para uma visão civilizatória e

iconoclasta das práticas africanas referidas a condenar e justificar a desarticulação da poligamia, o lobolo e o levirato, entre os “usos e costumes” nativos mais atacados. Esta “semelhança civilizacional” dos discursos, mesmo apontando para projetos, em teoria, divergentes e antagônicos, torna o texto de Pinho da maior relevância para uma revisão histórica desde uma perspectiva mais situacional, perspectiva que é defendida neste dossiê.

O trabalho de Jefferson Olivatto da Silva incursiona no campo da medicina como dispositivo de controle dos corpos colonizados e as respostas africanas a estas práticas. Localizando seu trabalho nas regiões da atual Zâmbia e o Malawi durante finais do século XIX e começo do XX, e usando uma perspectiva de longa duração o autor reflete sobre os efeitos que a ocupação militar e o desenvolvimento e ingerência da medicina tropical nas políticas de reassentamento e controle de doenças - todos estes entendidos como agentes da colonização efetiva dos territórios recém mencionados - terão no desenvolvimento das resistências aos processos de mobilidade forçada que atingiram as populações nativas. Formas de resistências que durante muitos anos não foram consideradas enquanto tais pela historiografia africanista. Com efeito, como demonstra o autor, a situação colonial que descreve evidencia o não reconhecimento do comportamento social evasivo e adaptativo das populações afetadas pelas políticas higienistas, sob o égide do combate às epidemias que afetavam tanto a produção quanto o uso da mão de obra nativa, já que para os administradores, coletores de impostos, militares, missionários e médicos estas práticas eram entendidas como manifestações de esquiva pertencentes a um universo desprezado sem função social significativa. Um aspecto significativo ressaltado pelo autor é atrelar estes processos de construção de formas evasivas às políticas invasivas da administração colonial, devido ao seu caráter exógeno e violento, às formas atuais de resistências às políticas de controle de doenças como o HIV/SIDA. Novamente são evidenciados aqui práticas e agentes em um constante e tensionado relacionamento por definir o poder de

autodeterminação frente ao controle sobre os corpos dos colonizados. A perspectiva de longa duração como princípio metodológico para a análise dos eventos e seus efeitos na configuração das sociedades africanas durante a colonização abre-nos uma nova possibilidade de revisar a história sobre o continente africano.

Quase no mesmo viés, Sílvio Correia, se debruça sobre como ciência e literatura se valeram de saberes locais para produzir um conhecimento rotulado como científico sem, contudo, reconhecê-los enquanto um conjunto de saberes, práticas e posturas com validade social nos lugares em que foram produzidos. Para tal centrará sua obra no período da descoberta do maior primata até então conhecido: o gorila. De acordo com sua linha de análise, se antes não havia consenso sobre o parentesco entre os primatas, a descoberta do gorila fomentou polêmicas e especulações que se inscrevem na produção de saberes que viriam a servir de suporte ideológico ao empreendimento colonial à época da “Partilha da África” e também ao longo da primeira metade do século XX. Este evento também incentivará o desenvolvimento de uma série de novas áreas consideradas naquele momento como científicas como os estudos de craniometria. Outro paradigma que ganhará força será a ideia de raças degeneradas, a qual assumirá um lugar importante no campo disciplinar da antropologia física. O “descobrimento” deste primata acentuará a tendência a comparar anatomicamente as “raças humanas mais degeneradas” com os macacos. Este aspecto terá desdobramentos muito mais complexos, pois de acordo com Correia, se na Antiguidade a comparação era entre o homem e o macaco, no pensamento moderno esta se racializa e se torna cada vez mais uma comparação entre o negro e o macaco. Para a antropologia do final do século XIX, a comparação entre “hotentotes”, “pigmeus”, gorilas e chimpanzés foi uma prática comum dos estudos de anatomia comparada. Mas alguns estudos extrapolavam a comparação anatômica, estabelecendo comparações em termos de comportamento. Mesmo que não houvesse consenso

na comunidade científica, os “zoos humanos” não hesitavam em exibir “bosquímanos” e “pigmeus” como elos da evolução humana.

Finalmente o trabalho de Lorenzo Macagno analisa duas narrativas sobre o apartheid da década de 1980. O primeiro destes relatos engloba múltiplos microrrelatos: trata-se do trabalho do antropólogo norte-americano Vincent Crapanzano sobre os africâneres (ou bôeres) da África do Sul. Naquele momento Crapanzano teria realizado uma etnografia “plurivocal”, “polifônica” e “dialógica”, segundo o próprio autor um exercício de questionamento da “autoridade” etnográfica, segundo Macagno, uma discussão presente no debate pós-moderno da época. Sobre este aspecto bastante significativo para a produção antropológica, Macagno questiona pertinentemente quais são os limites do relativismo antropológico e das abstenções do juízo em relação a um regime que não admitia ambiguidade? Apesar das dificuldades que esta etnografia coloca para o debate disciplinar, Crapanzano teria conseguido mostrar alguns sinais diacríticos da identidade construída pelos próprios africâneres como a língua e seu distanciamento dos ingleses se colocando como um tipo de vítima do “imperialismo” inglês, eludindo, desta forma, uma importante questão: a relação com os negros sul-africanos. A outra narrativa é do jornalista sul-africano Rian Malan, sobrenome pertencente a “dinastia” Malan que fora um dos nomes que em 1948 implementara o apartheid na África do Sul. Uma das primeiras questões que Macagno questiona é: “é possível ser um Malan e ser contra o apartheid?”. Na análise do livro o autor descreve o caráter auto-irônico de Malan ao se confrontar com um sistema que por lei o privilegiava e que por outro lado gerava desconforto a uma pequena elite branca devido à violência praticada contra a população negra. Segundo Macagno, para Rian Malan, apesar das boas intenções, o papel dos brancos na luta anti-apartheid estava condenado por uma “lei de cumplicidade genética”. O livro do jornalista apresenta uma crônica das violências cotidianas decorrentes do apartheid. Malan articula e integra a descrição da violência política com as consequências que

ela mesma produz na subjetividade dos atores envolvidos. Malan, como jornalista, vai em busca do saber antropológico. Sem cair no essencialismo – tão criticado por Crapanzano – traz ao seu universo de compreensão as forças simbólicas que ainda operam na África do Sul, procurando encontrar uma coerência e um sentido naquilo que, aparentemente, resulta arbitrário e caótico. Em suma, Macagno tentará refletir a partir destas duas narrativas sobre quais seriam as estratégias estilísticas, políticas e éticas escolhidas no momento de descrever o apartheid. Quais as consequências e os dramas morais produzidos por um sistema de segregação que não admitia ambiguidades classificatórias, nem dissidências políticas ou étnicas? Desde uma perspectiva comparativa o autor analisa estas duas narrativas, indagando sobre os efeitos do apartheid na subjetividade individual e coletiva de uma sociedade dividida.

*

Esse número da Revista História: Questões & Debates conta também com a sessão de artigos. O primeiro deles, de autoria de Valeska Alessandra de Lima e Dóris Bittencourt Almeida, é produto da pesquisa “Escritos de alunos: memórias de culturas juvenis (1940- 1960)”, que toma como objeto de investigação os periódicos produzidos por alunos de diferentes instituições escolares de Porto Alegre/RS. O estudo vincula-se aos pressupostos teóricos da História Cultural e inscreve-se no campo da História da Educação em suas interfaces com a Imprensa Escolar e a História das Instituições Educacionais. O foco da análise foi perceber as marcas deixadas pelos jovens no periódico “Colunas”, anuário produzido pelo Instituto Porto Alegre/IPA, procurando distinguir indícios de saberes e práticas escolares que evidenciam as identidades daqueles sujeitos. O segundo texto pertence a Christiane Heloisa Kalb e Mariluci Neis Carelli, analisando a importância do patrimônio industrial, especialmente no que se refere às ferramentarias de moldes e matrizes para a cidade de Joinville/SC. O artigo tenta mostrar a ligação entre a identidade dos

entrevistados, em sua maioria ferramenteiros ativos ou já aposentados, com a cidade de Joinville conhecida por sua pujança industrial, por esse motivo merecedora de estudos mais aprofundados sobre o patrimônio cultural industrial em seus aspectos materiais e imateriais, a partir das memórias desses profissionais ferramenteiros. O último trabalho nesta sessão é de Helder Henriques e Carla Vilhena, que aponta para o estudo dos comportamentos chamados antissociais na infância e juventude em Portugal entre as décadas de 70 e 90 do século XX. Pretende identificar e analisar os principais discursos relacionados com este problema social no arco temporal previsto. Para isso apresentam o quadro histórico de evolução do sistema de justiça de menores em Portugal ao longo do novecentos, para depois tentar compreender as concepções de risco, tendências e influências sociopedagógicas e as formas de prevenção e de regeneração em articulação com o discurso do Estado, da Escola e da Família.

Héctor Guerra Hernandez

SUMÁRIO

Dossiê - Estudos africanos no Brasil: um diálogo entre História e Antropologia

- 19** | PONTOS COMUNS E HETEROGENEIDADE DAS CULTURAS
POLÍTICAS NOS PALOPS
Michel Cahen
- 49** | O CÓDIGO DOS INDÍGENAS: A INSCRIÇÃO DA NATIVA E A
RAZÃO ETNOLÓGICA EM MOÇAMBIQUE
Osmundo Pinho
- 73** | AS RESISTÊNCIAS AFRICANAS DIANTE DAS MEDIDAS
PREVENTIVAS COLONIAIS CONTRA A DOENÇA DO SONO
NA ZÂMBIA (1890-1920)
Jefferson Olivatto da Silva
- 107** | A “PARTILHA DO GORILA” - ENTRE CIÊNCIA E LITERATURA
DE ALHURES E SABERES LOCAIS*
Sílvio Marcus de Souza Correa
- 133** | ETNOGRAFIA E VIOLÊNCIA NO PAÍS DO APARTHEID: DOIS
RELATOS SOBRE ÁFRICA DO SUL
Lorenzo Gustavo Macagno

ARTIGOS

- 165** | VOZES QUE ECOAM DO MORRO MILENAR: UM ESTUDO
SOBRE OS DISCURSOS DIFUNDIDOS NO ANUÁRIO
COLUNAS DO INSTITUTO PORTO ALEGRE (1937-1954)
Valeska Alessandra de Lima | Dóris Bittencourt Almeida

- 193** | NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:
FERRAMENTARIAS DE MOLDES E MATRIZES EM
JOINVILLE/SC
Christiane Heloisa Kalb | Mariluci Neis Carelli
- 219** | “COMPORTAMENTOS ANTISOCIAIS NA INFÂNCIA E
JUVENTUDE EM PORTUGAL (DÉCADAS DE 70 A 90 DO
SÉCULO XX): INCURSÕES EXPLORATÓRIAS”
Helder Henriques | Carla Vilhena

RESENHAS

- 249** | HISTÓRIA DOS HOMENS NO BRASIL
Antonio Fontoura Jr.
- 257** | O FLUXO E O REFLUXO DAS CULTURAS NAS DUAS
MARGENS DO ATLÂNTICO THE CULTURES ON BOTH SIDES
OF THE ATLANTIC
FabícioVinhas Manini Angelo
- 265** | DOIS EM UMA CARNE: IGREJA E SEXUALIDADE NA
HISTÓRIA
Fábio Augusto Scarpim

D OSSIÊ

*Estudos africanos no Brasil: Um
diálogo entre História e Antropologia*

PONTOS COMUNS E HETEROGENEIDADE DAS CULTURAS POLÍTICAS NOS PALOPS

– *Um ponto de vista “pós-póscolonial”* –¹

Michel Cahen*

RESUMO

Nas interpretações da evolução dos PALOPs, muitas vezes o que foi feito, em particular por académicos de esquerda, corresponde exatamente ao que os autores pioneiros dos estudos subalternos na Índia censuravam aos autores próximos do nacionalismo modernista do Partido do Congresso ou do marxismo estalinizado do Partido comunista da Índia: a saber, uma hipertrofia do papel dos discursos, do papel das elites em via de globalização e uma desvalorização das expressões das subalternidades. Além disso, se muitos artigos, teses, e livros em ciências sociais sobre e nos países de língua portuguesa incluíram frequentemente nos seus títulos a palavra “pós(-)colonial” a partir dos finais do século xx, na grande maioria dos casos, o sentido foi meramente cronológico (“pós-colonial”), sem ligação com uma aproximação teórica “póscolonial”. Mas também se deve evitar a essencialização da herança colonial trazida pela teoria póscolonial, que subestima os processos contemporâneos de produção da subalternidade, sem os quais essas heranças coloniais perderiam rapidamente a sua relevância em certos estratos sociais. Neste contexto, o objetivo deste artigo é desenvolver uma análise subalternista mas “pós-póscolonial” da evolução dos PALOPs, relativizando o papel do discurso político das elites no poder, para dar prioridade à evolução das formações sociais, e, neste quadro, voltar a analisar o

* Université de Bordeaux, Sciences Po Bordeaux Unité mixte de recherche n°5115 “Les Afriques dans le monde”, CNRS/Sciences po Bordeaux, <m.cahen@sciencespobordeaux.fr>

¹ A versão preliminar deste artigo foi lida como comunicação no Colóquio «África XXI: Literatura, Cultura, Sociedade nos Países Africanos de Língua Portuguesa», organizado pelo Departamento de Português da Faculdade de Letras da Eötvös Loránd Tudományegyetem e pela Associação Internacional dos Lusitanistas, nos dias 11 e 12 de novembro de 2013, Budapeste, Hungria. Agradeço à Bárbara dos Santos pela releitura e edição do texto.

“conteúdo social” da cultura política manifestada pelo discurso. Além disso, é necessário considerar a grande diversidade dos PALOPs, que são países bem mais inseridos na história das suas regiões respectivas do que “ex-portugueses”.

ABSTRACT

Many times, what has been done when interpreting the evolution of the PALOPs, especially by academics from the left-wing, corresponds exactly to what the pioneering authors of subaltern studies in India censured, in the authors close to modernist nationalism of the Congress Party, or close to Stalinized Marxism of the Communist Party in India. Thereby meaning a hypertrophy in the speech role, in the role of the elites on the way to globalization and a devaluation in the subalterns' expressions. Furthermore, if so many articles, thesis' and social sciences' books on and from Portuguese speaking countries frequently have included, from the end of the XX century onwards, the word “post(-)colonial” in their titles, most of the times the meaning was merely chronological (“post-colonial”), without any links to a theoretical “postcolonial” approach. But also, the essentialisation of colonial heritage brought by postcolonial theory should be avoided, as it underestimates the contemporary production of subalternity, without which these colonial heritages would rapidly lose their relevance in some social spheres.

In this context, this article's objective is to develop a subaltern analysis of the PALOPs evolution, but in a “post-postcolonial” way, putting in perspective the role of the political discourse of the ruling elites, in order to give priority to the evolution of social structures, and within this framework, come back to analyzing the “social content” of the political culture which appears throughout the discourse. However, the important diversity of the PALOPs is to bear in mind, since they are countries far more shaped by their regions' African history than by an “ex-Portuguese” identity.

Palavras-chave: PALOPs – cultura política – póscolonial – criouldade – partido único – subalternidade – nação

Embora se encontre na continuidade de trabalhos desenvolvidos há vários anos sobre a evolução política dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), este artigo insere-se mais precisamente num projeto de pesquisa de crítica à crítica pós(-)colonial², ou seja, uma pesquisa para o desenvolvimento de uma crítica “pós-póscolonial”, nas ciências sociais³. Sabe-se que, na genealogia do pós-colonial, houve em primeiro lugar uma teoria literária. Tal como no mundo dito francófono mas provavelmente por razões diferentes, essa penetrou tardiamente o mundo dito lusófono, seja ele português, brasileiro ou africano: começou talvez pelas “margens”, isto é, pelos estudos lusófonos desenvolvidos na Holanda, na Inglaterra, nos Estados Unidos (frequentemente por pesquisadores de origem portuguesa ou brasileira) mais do que nos próprios países; mas depois manifestou-se neles com algumas especificidades, em particular nas ciências sociais⁴. De qualquer forma, não é de admirar que haja diferenças entre um país como o Brasil que é independente desde 1822 mas que se pode caracterizar como uma “auto-colônia” soberana⁵ e a sua antiga metrópole que perdeu as suas últimas colônias em 1975. No caso de Portugal, por exemplo, pode-se falar da influência

² Explico infra o porquê dessas ortografias estranhas, “póscolonial”, “pós-colonial” e “pós(-)colônial”.

³ Ver os trabalhos do Ateliê internacional “Pós colonialismo? Conhecimento e política dos subalternos”, de 17 a 19 de setembro de 2013, Universidade de São Paulo, Departamento de sociologia, Programa de pós-graduação em sociologia, Centro de estudos dos direitos da Cidadania, em via de publicação.

⁴ Chama-se a atenção sobre o facto que este artigo incide somente sobre as ciências sociais.

⁵ No Brasil, a Revista de estudos antiutilitaristas e póscoloniais foi fundada somente em janeiro de 2011 por académicos de Pernambuco e Alagoas, isto é, da “periferia” brasileira, o que talvez não seja por acaso. Ela “é um veículo digital de divulgação semestral que nasce voltada para a ampliação do debate antiutilitarista [...], a partir da incorporação das críticas poscoloniais e descoloniais que vêm progredindo na América Latina em sintonia com movimentos intelectuais e culturais que ocorrem em paralelo na África, na Ásia, na Europa e na América do Norte” (<<http://www.revista-realis.org>>).

do sociólogo português Boaventura de Sousa Santo que passou, na viragem do século XXI, do pós-modernismo ao pós-colonial⁶. Não há espaço aqui para discutir essas possíveis especificidades⁷ mas queria, no entanto, assinalar um problema.

É conhecido o parentesco entre os estudos póscoloniais que se desenvolveram a partir do extremo fim dos anos 80 na Austrália⁸, e os estudos subalternos que começaram dez anos mais cedo em Bengala (Guha 1983, Merle 2004). Nesse Estado da Índia, os estudiosos subalternistas quiseram dar toda a atenção aos estratos sociais que o nacionalismo modernista do Partido do Congresso ou o marxismo estalinizado do Partido comunista da Índia consideravam, de maneira paternalista, como atrasados ou como elementos de desenvolvimento de uma resistência anticolonial “pré-política”; tratava-se neste caso das revoltas na casta dos Intocáveis e do movimento dos Naxalitas. Os estudos subalternos reconstruíram a dignidade política desses estratos sociais como atores plena e politicamente conscientes da modernidade, mesmo que fosse uma modernidade diferente. Também notaram que um certo conhecimento produz subalternidade, mas que os subalternos produzem conhecimento, quaisquer que sejam as suas dificuldades em “falar” (Spivak 1988)⁹. Embora os fundadores dos estudos subalternos não tivessem sempre reivindicado o póscolonial¹⁰, na prática, as

⁶ ... tal como ele próprio o explicou na conferência de abertura do Congresso afro-luso-brasileiro de Ciências sociais, Coimbra, 2004. B. de Sousa Santos considera-se mais exatamente como um “pós colonial de oposição”.

⁷ Para uma primeira discussão, ver o artigo introdutivo de Morier-Genoud & Cahen (2012: 1-28)

⁸ Ver o famoso livro *The Empire Writes Back* (Ashcroft, Griffiths & Tiffin 1989)

⁹ Salvo erro da minha parte, a primeira edição de Spivak em português só foi publicada passado doze anos (Spivak 2010).

¹⁰ No texto onde anuncia o fim dos estudos subalternos, P. Chatterjee quase nunca fala do póscolonial (Chatterjee 2012).

suas análises foram mais ou menos “fundidas” na grande nuvem póscolonial pela geração acadêmica que se apropriou *grosso modo* dessa maneira de ver: de qualquer forma, tratava-se de sublinhar a capacidade de fala e de ação (*agency*) dos subalternos e a necessidade de vê-los com olhos não eurocêntricos.

Pois, voltando aos estudos em ciências sociais sobre e nos países de língua portuguesa, pode-se facilmente constatar que muitos artigos, teses, e livros incluíram frequentemente nos seus títulos a palavra “pós(-)colonial” ou, mais raramente, “subalterno” a partir dos finais do século xx. No entanto, na grande maioria dos casos, o sentido é meramente cronológico¹¹. Até quando o título leva a pensar numa teorização diferente, na prática não é o que acontece: conteúdos que, dez anos mais cedo, não incluíam o vocábulo “pós(-)colonial” continuam quase iguais. Muitas vezes aparece o vocábulo, mas com ou sem ele, o conteúdo¹² fica idêntico¹³.

¹¹ Tomando só em consideração os estudos sobre os PALOPs, sobre os quais vou me debruçar, ver por exemplo os títulos *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, (Chabal 2002), *The State against the peasantry. Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*, (Bowen 2000), *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa. The case of Mozambique, 1975-1994*, (Dinerman 2006), *L'Angola postcolonial*. (Messiant 2008, 2009). No caso de C. Messiant, foi o editor que impôs a grafia francesa “postcolonial” em vez de “post-colonial”.

¹² ... pelo menos o conteúdo empírico, depois de uma possível parte teórica inicial reivindicando-se do póscolonial.

¹³ Um bom exemplo seria o livro *Pós-Colonialismo e identidade* (Rosa & Castillo 1998), onde nem se encontra uma ponta de teoria póscolonial, com a exceção da conclusão, em inglês e publicada separadamente, de Patrick Chabal (1998). No caso brasileiro, excetuando a grande maioria dos casos onde “pós(-)colonial” é utilizado no sentido meramente cronológico (veja *infra*), é de reparar que, muitas vezes, os trabalhos realmente relativos à teoria póscolonial incidem sobre obras de língua inglesa: tais como Souza (1992) sobre o discurso literário pós-colonial em língua inglesa, um dos trabalhos mais precoce; Monteiro (1999), que é uma resenha de H. Bhabha; Costa (2001), que é uma resenha de E. Saïd; Monteiro (2009), sobre literaturas de língua inglesa; etc.

Com efeito, reina a confusão mais completa entre, por um lado, o que é pós-colonial/póscolonial (em francês com traço, em português com traço ou espaço), ou seja, uma *situação* que julgamos ser (ou que é principalmente) herdeira da situação colonial, como houve pós-guerras, pós-fascismos, pós-estalinismos, pós-fordismos em vários países, no sentido cronológico da expressão; e por outro lado o que é póscolonial (e eu sugiro que seja sem traço nem espaço), no sentido de uma acepção que não se refere a uma situação mas antes a uma *análise* que consegue ir *além* das heranças epistemológicas coloniais –um “pós”, com certeza, mas que se situa ao nível do raciocínio e não do tempo: *a análise é que é póscolonial*, independentemente da situação analisada. Os autores póscoloniais serão unânimes em dizer que a definição correta é a segunda. Assim, a abordagem póscolonial pode estudar questões pré-coloniais, coloniais ou “pós-coloniais com traço”. Em princípio, está tudo claro...

Só que os mesmos autores que dão essa definição, esses mesmos, vão de imediato falar em “França pós(-)colonial”, “Portugal pós(-)colonial”, “ruptura pós(-)colonial”, “situação pós(-)colonial”¹⁴! Ora, a expressão “situação pós-colonial” (mesmo com traço) refere-se necessariamente ao artigo fundador de Georges Balandier, “La situation coloniale” (1951). Mas será que é possível estabelecer um paralelismo “*situação* colonial/*situação* pós-colonial”? No caso de Balandier, tratava-se de descrever e de entender a sociedade indígena sob dominação colonial, de descrever a situação de *uma sociedade inteira*, enquanto que o póscolonial é (ou devia ser) uma abordagem específica de assuntos coloniais ou pós-coloniais (aqui no sentido elementar de posterioridade), ou até de outros assuntos

¹⁴ Escrevo aqui “pós(-)colonial” com traço entre parênteses porque em francês o termo que aparece quase sempre é postcolonial, em vez de post-colonial, o que agrava a confusão. Em inglês o postcolonial é quase generalizado. Em francês, escrevo postcolonial quando se trata da teoria e post-colonial quando se trata da situação cronológica. Sugiro a mesma distinção em português, “póscolonial” (teoria) e “pós colonial” ou “pós-colonial” (situação).

(imaginários nacionais, relações sociais de sexo, etc.). Se aceitarmos o paralelismo “situação colonial/situação pós-colonial”, isso significa que consideramos que, *numa sociedade inteira*, pode haver uma “situação pós colonial” (por exemplo “Portugal pós-colonial”, “Brasil pós-colonial”), e neste caso a “pós-colonialidade” seria o conceito para exprimir a realidade desta sociedade¹⁵. Será Portugal, *enquanto sociedade*, uma sociedade pós-colonial? Para as sociedades africanas descolonizadas há cinquenta anos, depois de uma colonização de cem anos, já é assaz discutível. Embora Portugal seja obviamente “pós-colonial” no sentido cronológico do termo porque perdeu as suas colónias, falar de uma “situação pós-colonial” significa que essa herança é o elemento (ou mesmo um dos elementos) essencial de estruturação contemporânea da sua sociedade. Ora isso não é nem mais nem menos do que uma reificação, até uma essencialização, das heranças e das memórias, que subestima fortemente a *produção contemporânea* de discriminações¹⁶. Por exemplo, é a mesma produção contemporânea de subalternidade que provocou a permanência das imigrações africanas, e o desenvolvimento das imigrações ucraniana e brasileira em Portugal. Com certeza, a parte africana da imigração está ligada à história colonial portuguesa, mas fundamentalmente, além de óbvias nuances entre essas imigrações, trata-se do mesmo fenómeno ligado à etapa atual do sistema-mundo capitalista e não

¹⁵ É de notar aqui que o conceito de “colonialidade” incluído na dita “pós-colonialidade” já não corresponde em nada ao sentido dado por Aníbal Quijano quando inventou este conceito. Para Quijano, a colonialidade é a situação *atual* dos países de América Latina (que podemos alargar à África e à Ásia do Sul), pelo que “pós-colonialidade” acabaria por dizer que já não há colonialidade! O conceito de colonialidade foi apresentado pela primeira vez por Aníbal Quijano em 1992 (1992a, 1992b).

¹⁶ Esses dois parágrafos sobre a confusão em torno do conceito de pós(-)colonial são oriundos, de maneira bastante resumida, da minha comunicação “O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade?”, no Ateliê internacional “Pós colonialismo? Conhecimento e política dos subalternos”, Universidade de São Paulo-FFLCH-Departamento de sociologia-PPGS, Cenedic, 17-18-19 de setembro de 2013. [a sair nos *Cadernos CRH*, Salvador da Bahia, 2014]

são o produto de uma estrutura “pós-colonial” de toda a sociedade¹⁷. Se a memória colonial perdura enquanto memória em alguns estratos sociais, é porque quadros sociais existem para tal (Halbwachs 1994), e esses quadros sociais são contemporâneos.

Palavras radicais, análises pré-subalternas?

Pois, será que os PALOPs têm sociedades pós-coloniais, isto é, sociedades principalmente estruturadas pela herança colonial, ou serão elas, depois da transição, o *produto contemporâneo do capitalismo periférico*? Obviamente, para essas descolonizações que, com as únicas exceções de Djibuti, do Zimbabué e da África do Sul, foram as mais tardias de África, haverá uma mistura, com uma herança ainda “pesada”, porém, devido mais precisamente à sua *reprodução* no contexto do capitalismo periférico do que a uma mera *continuidade*. Mas mesmo assim, se quisermos ser fiéis ao espírito dos *Subaltern Studies* e da *Postcolonial Theory*¹⁸, temos que prestar mais atenção específica aos subalternos, ou num sentido mais lato, aos processos de produção de marginalidade na sociedade como um todo, e, num sentido ainda mais lato, à evolução da estrutura social e das formações sociais no período pós-independência. Por outras palavras, mesmo se analisarmos as elites, teremos que o fazer no seu posicionamento, no conjunto das formações sociais de uma dada sociedade e nas suas trajetórias históricas. Será que é isso que a historiografia dominante nos anos 1975-1990 e mesmo depois fez?

Penso que não. Obviamente, houve estudos de caso. Mas, ao nível das interpretações mais globais da evolução desses países,

¹⁷ Como foi dito em francês, “Les Arabes sont des Italiens comme les autres” («Os Árabes são Italianos como quaisquer outros»).

¹⁸ Não me debruço aqui sobre a parte das análises póscoloniais mais fortemente influenciadas pela teoria pós-moderna.

penso que muitas vezes o que foi feito, frequentemente por académicos de esquerda em particular, corresponde exatamente ao que os autores pioneiros dos estudos subalternos na Índia censuravam aos autores próximos do nacionalismo modernista e burguês do Partido do Congresso ou do marxismo estalinizado do partido comunista da Índia: a saber, uma hipertrofia do papel dos discursos, do papel das elites em via de globalização e uma desvalorização das expressões das subalternidades e marginalidades (e, nessas últimas, uma sobrevalorização discursiva da classe operária “moderna”). É verdade que, no caso dos PALOPS, houve um contexto geopolítico que ajudou a deslegitimação das marginalidades, ligado ao facto da África do Sul do apartheid apoiar e manipular essas expressões de marginalidades (como a Unita e a Renamo em Angola e Moçambique¹⁹). No entanto, nas tentativas de análises das razões pelas quais partes do campesinato apoiavam as rebeliões, nota-se que muitas vezes a legitimidade só foi reconhecida ao partido no poder porque era ele que tinha alcançado a descolonização enquanto movimento de libertação, *qualquer que tenha sido a sua atividade depois, enquanto partido único*. Como o discurso era “marxista-leninista” ou de uma variante próxima (“democracia revolucionária”), os países foram analisados como “socialistas” ou, pelo menos num “rumo ao socialismo”, *sem análise das formações sociais reais*, hipertrofiando, pois, o papel do discurso e das elites modernizadoras. Isso continua hoje em dia: quantas vezes podemos ler em publicações atuais, a respeito dos anos 1975-1990, expressões tais como: “a fase socialista”, “o período socialista”, etc.? E quando esse dito “socialismo” ou esse dito “rumo” se transformou num neoliberalismo e num capitalismo selvagem, isso foi explicado pelo facto do projeto socialista ter sido “vencido”, isto é, devido a razões *exteriores* e não a causas *internas* oriundas do sistema de partido único do corpo social burocrático no poder. Uma derrota estranha, que vê os partidos “vencidos” ficarem no poder para fazer,

¹⁹ Unita: União nacional para a independência total de Angola; Renamo: Resistência nacional de Moçambique.

oficialmente, o contrário do que advogavam poucos anos atrás²⁰. Ainda chegaram a ser caracterizados positivamente pelos académicos de esquerda acima citados, já não como “socialistas”, mas como sendo os “únicos partidos verdadeiramente nacionais” nos princípios da fase neoliberal, o que significava que os fenómenos de oposição só podiam ser etno-tribalistas e não “nacionais”.

Já agora, queria esclarecer um ponto muito importante: quando disse que, muitas vezes, o papel do discurso político foi sobrestimado nas análises sobre os PALOPs dos “anos radicais”, não quis dizer com isso que esse discurso não tem importância. O discurso tem uma grande importância. Mas o que foi uma sobrestimação encontra-se no estabelecimento de uma relação mecânica de causa e efeito: o discurso era socialista, *pois* o sistema era socialista. Ao contrário, o discurso político é muito importante, enquanto ferramenta de estruturação da elite: é o que lhe permite definir aos seus próprios olhos a sua legitimidade e o seu papel histórico. Ele é a “ideologia falada”²¹, a expressão de um *habitus* e de uma cultura historicamente produzida. Porém, a análise do discurso deve ser *integrada* à análise das formações sociais realmente existentes, e não se *substituir* a ela. Se se proceder assim, já não haverá nenhuma contradição entre o facto de reconhecer a particularidade da reivindicação “marxista-leninista” em Angola e Moçambique ou da “democracia revolucionária” em

²⁰ Hoje em dia, Angola está a atrair a maioria dos trabalhos académicos, mas é um fenómeno completamente novo. Durante vários anos, a partir de 1975 e até 2008-2010, a maioria dos artigos e dos livros eram sobre Moçambique, seguido de Cabo Verde, um país bem representado se considerarmos-lo proporcionalmente à sua modéstia territorial. Houve uma discussão interessante sobre este desequilíbrio na rede H-Luso-Africa em 2013. Para não ter que citar aqui a vasta historiografia das teses simpatizantes do “marxismo-leninismo” ou do “rumo ao socialismo” em Angola, Moçambique, Guiné, etc., permito-me remeter para um recente artigo meu sobre o tema (Cahen 2008).

²¹ Utilizo o conceito de ideologia no sentido marxista tal como foi definido por Michael Löwy (1987).

Cabo Verde, Guiné e São Tomé, e o facto de concluir que esses países permaneceram países capitalistas da periferia. É isso que explica a evolução ulterior, não como “derrota” imposta do exterior mas como resultado de uma *transformação socialmente inscrita das elites no poder*, que combina fatores internos e externos num mundo globalizado (Cahen 2010).

Desejo social de partido único

Assim, é frequente apresentar as evoluções das frentes de libertação ou partidos políticos que tomaram o poder nos PALOPs em 1974-1975 como sendo uma trajetória que começa com um “nacionalismo puro” no momento das fundações, que passa pelo “nacionalismo revolucionário”, na época do alargamento das zonas libertadas e das primeiras crises internas nos fins dos anos sessenta, e pelo “marxismo-leninismo” nos casos de Angola e Moçambique e a “democracia revolucionária” nos casos da Guiné, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe entre 1975 e 1977, para depois adotarem, segundo os países, entre 1983 e 1990, um nacional-liberalismo ainda dotado do sistema de partido único, antes de escolherem, a partir dos anos 1990, um nacional-liberalismo de conveniência pluralista. Essa descrição rápida está globalmente correta, mas muito mais para descrever os discursos do que para analisar a realidade, incluindo a realidade dos próprios partidos no poder. Só vou empregar um exemplo, paradigmático: parece lógico –pelo menos isso foi muito raramente questionado– pensar que o sistema de partido único nos PALOPs foi coerente com a adoção do marxismo-leninismo, isto é, que os movimentos vencedores implementaram o partido único *porque* eram marxistas-leninistas.

No entanto, essa maneira de ver levanta problemas consideráveis do ponto de vista da história e da sociologia política. Como já se sabe, em África, o partido único não foi de modo algum o apanágio

dos partidos “marxistas-leninistas”, o que já impõe a necessidade de procurar uma razão *comum* aos partidos “marxistas-leninistas” e aos “anti-marxistas-leninistas” para encontrar uma explicação. Mesmo se nos restringirmos unicamente às colônias portuguesas de África, os grupos hostis à Frelimo, ao MPLA, ao PAIGC ou ao MLSTP²², não eram, por serem anti-marxistas, a favor do pluralismo político. Eram todos²³ a favor do partido único e as suas lutas exprimiam uma concorrência para saber qual deles ia ser o partido único: foi óbvio durante a guerra civil angolana que começou antes da descolonização entre os três movimentos MPLA, FNLA e Unita²⁴; e o mesmo pode-se dizer da rivalidade entre o PAIGC, a FLING e a UCID, ou, entre a Frelimo, a MANU e o Coremo²⁵, antes e imediatamente depois da independência. A Frelimo reprimiu militarmente as tentativas paralelas de luta armada do Coremo. Isso não era só em nome da necessária unidade contra o colonizador, mas em função de *uma cultura política que não imaginava a possibilidade de uma expressão pluralista da sociedade africana*.

²² Frelimo, Frente de libertação de Moçambique; MPLA: Movimento popular de libertação de Angola; PAIGC: Partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde; MLSTP: Movimento de libertação de São Tomé e Príncipe.

²³ ... pelo menos quase todos, além de ínfimos grupelhos. Basta lembrar a ala trotskista do PAIGC que era bastante importante de 1973 a 1979, e de que se podia pensar que era a melhor armada politicamente para imaginar um modelo político diferente do que o partido único. Apesar de ser teoricamente hostil ao princípio do partido único, acabou também de votar tacticamente a favor em 1975 na altura da tomada do poder pelo PAIGC em Cabo Verde. Obviamente, isso era “instrumental”, para assegurar a permanência dela dentro do partido. Afinal, destruiu a sua visibilidade e não impediu a expulsão, que aconteceu em 1979.

²⁴ FNLA: Frente nacional de libertação de Angola; Unita: União nacional para a independência total de Angola.

²⁵ FLING: Frente de libertação para a independência nacional da Guiné; UCID: União Caboverdeana Independente e democrática; MANU: Mozambique African National Union ; Coremo: Comité revolucionário de Moçambique.

É muito interessante ver como, muito antes de se tornar marxista-leninista em 1977, logo a seguir da sua fundação em 1962, a Frelimo declarava nos seus estatutos governar-se *internamente* segundo o “centralismo democrático”. Isso tem a ver com discussões que podem parecer arcaicas hoje em dia, mas vale a pena refletir um pouco sobre o significado desta escolha. Com efeito, na tradição leninista, o centralismo-democrático, independentemente do que se pode pensar deste princípio, não é uma norma de funcionamento interna, *mas externa*: um direito completo de expressão das minorias dentro do partido, incluindo um direito à tendência e à fração, mas com disciplina quando se exprime para o exterior. Isso significa que os militantes conhecem internamente os termos dos debates, os pontos de vista das minorias e da maioria, e que a discussão é uma escola de politização. O “centralismo-democrático interno” apareceu, pelo menos como princípio, só depois, no período estaliniano: isto significa que um membro minoritário do Bureau político tinha que defender somente o ponto de vista da maioria perante os membros do Comité central, que não teriam, pois, conhecimento do debate no BP; e, se também aparecer diversidade no CC, só o ponto de vista maioritário seria explicado às bases, inclusive pelos membros minoritários do CC. As bases tinham, pois, uma visão monolítica do movimento no qual as divergências não eram vistas como fenómeno político, mas sim como traição, arrogância, intriga, tribalismo, etc. Este culto da homogeneidade não só não incluía o debate político como uma forma normal de governação, de ferramenta de politização e de cultura política, mas também transmitia uma visão de homogeneidade que era projetada à própria nação imaginada.

De facto, desde o início, existia uma conjunção entre o paternalismo autoritário da cúpula para com as bases, e um projeto de nação imaginada pela elite enquanto paradigma de modernização autoritária da população. Visto que as fronteiras coloniais não foram contestadas, essa nação imaginada ainda era para ser produzida dentro do espaço colonial cuja lógica espacial mantida era completamente

a-nacional. Essa nação não era considerada como a lenta confluência (e permanência) das nações pré-coloniais (ou etnias, como quiser) numa *nação de nações*, mas como o mais ou menos rápido, segundo os contextos e estratégias políticas, desaparecimento das antigas identidades. Não queriam produzir uma *identidade de identidades*, mas, como dizia Samora Machel, “Para a nação viver, a tribo tem que morrer”. É a problemática do “Homem Novo”, um ser social sem raiz, ou com raízes folclorizadas²⁶. Mas a minha pergunta é a seguinte: de onde vem este axioma, frequente em toda a África, mas exprimido de maneira bastante radical nos PALOPs?

Como vimos, este culto da unicidade que posso designar como sendo um *desejo social* existia antes da escolha do marxismo-leninismo e vem dos primórdios dos movimentos de libertação. Ou melhor, *vem da trajetória social da formação das elites africanas* (negras, mestiças ou brancas “filhos da terra”), no contexto particular de um colonialismo produzido por um capitalismo fraco e, no caso de Angola e de Moçambique sobretudo, um colonialismo de povoamento, de “pequenos brancos”. Este tipo de colonialismo não deixa quase nenhum espaço social para a formação de uma elite africana. Ela é minúscula e ficou, principalmente na Guiné e em Moçambique, ainda mais enfraquecida pelas mudanças geopolíticas que surgiram na altura da passagem da primeira idade colonial para o capitalismo colonial, ocasionando mudanças de capital, de Cacheu para Bissau e da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, com a consequente marginalização dos antigos núcleos de elites crioulas vindos da primeira idade colonial escravista. Em Luanda, cidade que se manteve capital, as velhas elites crioulas continuaram a ser mais importantes mas recuaram perante o branqueamento da colónia. Em São Tomé, os fazendeiros mestiços, donos de roças, desapareceram aos poucos.

²⁶ Para uma análise mais detalhada da relação entre anticolonialismo, marxismo e questão nacional nos PALOPs, ver Cahen (2006).

O que sobrou de elite foi reduzido a um estrato social muito estreito que não contem quase nenhum operário qualificado ou pequeno empresário. Não há relação direta com a esfera da produção. Como as conquistas portuguesas dos finais do século XIX e do início do século XX destruíram todas as grandes chefaturas, e, como as mudanças de capital (Cacheu/Bissau, Ilha de Moçambique/Lourenço Marques) ou ainda o branqueamento intensivo (Luanda) marginalizaram as antigas elites, a nova elite tem poucas ligações sociais com os estratos sociais tradicionais. Ela ocupa os lugares inferiores do setor terciário (funcionalismo público, serviços comerciais, ferro-portuários, monitores escolares, enfermeiros auxiliares, alguns padres, etc.) onde está em concorrência direta com os “pequenos brancos”. Essa elite vivia mais ou menos dentro ou nas margens imediatas do próprio aparelho colonial de estado, o seu imaginário era forjado por este posicionamento social, pela cidade colonial pacata dos anos quarenta e cinquenta do século XX, por uma colônia onde o Estado era o ator principal da economia, onde o sindicalismo (aberto só aos brancos, mestiços e negros assimilados) era corporativo, com um partido único, e onde existia um profundo desprezo pelas etnicidades africanas, etc. Essa elite manifestava um descontentamento mas era socialmente fraca. Ela precisava do Estado para a sua reprodução social e imaginava o futuro em função do que ela vivia. Por outras palavras, no final do período colonial, o seu *imaginário político* era muitas vezes conservador e pro-português, mas até podia chegar a ser anticolonial e separatista. Em contrapartida o seu *imaginário social* mantinha-se muito português, a não ser salazarista. Ela queria uma nação homogênea, com uma só língua, a sua – o português –, com cidades bem ordenadas, com um estado forte que fosse o ator principal da economia, um partido criador da nação una no espaço colonial mantido, com um sindicalismo e associativismo ligado ao partido na tarefa de “nacionalizar” e “modernizar” os habitantes. *Ela queria uma nação unificada e modernizada que se afastasse o mais rapidamente possível da dita “tradição” –isto é, as relações*

sociais originais no seio do campesinato— para legitimar o espaço colonial mantido que socialmente e mentalmente era seu. O partido ou movimento que os seus segmentos anticoloniais iam produzir tinha que ser o cadinho da nação. Pois, como partido-nação, tinha que ser um partido único.

Este tipo de situação pode ser encontrado algures em África ou mesmo na Ásia, como na Indonésia. Mas no caso das colónias portuguesas, existia um outro fator: a impossibilidade de descolonizar pela negociação e o imperativo de fazer uma guerra longa contra uma ditadura obsoleta, no contexto internacional do pós-Segunda Guerra mundial. Pois, por um lado, a elite modernista do movimento de libertação queria um partido único, por outro lado, precisava de um instrumento ideológico para levar a cabo a guerra anticolonial. Assim se explica a escolha progressiva do marxismo-leninismo. Mas vejamos: não foi por a elite ter sido marxista-leninista que ela implementou uma cultura de partido único, *a problemática tem que ser completamente invertida!* Foi por ela querer um partido único que, num contexto particular de luta, encontrou no marxismo estalinizado —o dito “marxismo-leninismo”— a ferramenta discursiva de que precisava para o seu projeto de nação e de modernização autoritária. Aliás, também foi por isso que, vinte anos mais tarde, os mesmos partidos abandonaram, sem nenhum problema, sem dissidência interna, o mesmo “marxismo-leninismo”. Isso não tira sinceridade aos que utilizaram tal discurso, porém *não se tratava de uma identidade política*, mas antes de uma ferramenta: seria possível imaginar o partido comunista cubano abandonar o marxismo sem crise interna? Neste caso, trata-se de facto de uma identidade. No caso da Frelimo e do MPLA num grau menor, a identidade encontrava-se muito mais do lado do projeto de nação homogênea do que do lado do marxismo. A questão da nação era o “fil rouge”, como se diz em francês, o fio condutor de toda a evolução, que se vai mantendo, apesar das viragens políticas.

Trajetórias múltiplas

Esse foi o quadro geral, mas não faria sentido parar por aqui devido às inúmeras nuances que existem. Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, São Tomé são países muito diferentes, com histórias africanas locais e regionais diferentes que, com certeza tiveram como ponto comum a experiência da colonização portuguesa, mas essa também foi muito diferente de um território para outro. É necessário lembrar que a colonização portuguesa, na totalidade da expansão territorial que representam hoje os PALOPs, não chegou a durar cem anos: esses países são muito mais *africanos* do que “ex-portugueses”²⁷.

Vou empregar alguns exemplos dessas nuances e diferenças na cultura política. No entanto, vou começar mais uma vez por um ponto... comum, isto é, o fenómeno de *geração política* que não deve ser subestimado. Com efeito, a Frelimo, o MPLA, o PAIGC e o MLSTP fizeram parte da Confederação das Organizações nacionalistas das colónias portuguesas, a CONCP, cuja sede se encontrava em Rabat e depois em Argel. Foi uma espécie de Internacional dos combatentes das colónias portuguesas, que teve um papel importante no que toca às relações internacionais, mas também como cadinho de formação de um discurso político comum. Marcelino dos Santos, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, foram pilares dessa organização que, em contrapartida, nunca integrou outras organizações tais como a FNLA ou a Unita angolana, a FLING guineense, o Coremo moçambicano, etc. Foi um cadinho de terceiro-mundismo de esquerda, contudo sem homogeneidade completa. Por exemplo, Amílcar Cabral sempre recusou reivindicar-se marxista, e isso provavelmente em razão da sua grande qualidade intelectual: o único marxismo que conhecia era o do Partido comunista português e o da União soviética que não achava adequados à situação guineense; no entanto, o modelo de “democracia revolucionária” que ele desenhara foi muito próximo, na prática ulte-

²⁷ Na introdução ao seu livro, P. Chabal insiste com toda a razão neste aspeto (2002).

rior, dos modelos implementados em Angola e em Moçambique, pelo menos na Guiné. A CONCP sobreviveu nos quinze primeiros anos de independência, na forma das Cimeiras dos Cinco, uma organização só destinada aos PALOPs e que não integrava nem Portugal nem o Brasil²⁸. No entanto, com as viragens neoliberais, essas cimeiras quase desapareceram com a formação da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, isto é, uma organização inter-estatal de ideologia muito diferente, a da lusofonia, que ainda provoca fortes discussões nos PALOPs, embora sejam mais hostis a Portugal do que ao Brasil²⁹. Com as viragens neoliberais, o terceiro-mundismo de esquerda já não era útil enquanto ferramenta de unidade entre os cinco PALOPs, também porque eram doravante membros de organizações regionais africanas: a CEDEAO na África do oeste, a SADC na África austral, sem esquecer que Cabo Verde, a Guiné e São Tomé se juntaram à francofonia antes da formação da CPLP, e que Moçambique aderiu à Commonwealth também antes da formação da CPLP. *A tendência, pois, vai no sentido de um distanciamento mútuo maior*, em que a lusofonia representa uma supra-identidade leve, ao lado de muitas outras.

Voltando aos processos de trajetória social, também há diferenças importantes que tiveram repercussões na cultura política. Um exemplo notório é o caso do PAIGC binacional, que governou a República das Ilhas de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau de 1975 até novembro de 1980. Ora, o mesmo partido, com a mesma direção máxima e a mesma ideologia teve uma política completamente diferente nas duas entidades. No arquipélago, o PAIGC não fuzilou, torturou pouco, e tolerou um semanal católico que era de facto um

²⁸ ... nem o governo no exílio da República democrática de Timor-Leste. Moçambique albergava esse governo em exílio da Fretilin (Frente revolucionária de Timor Leste independente). Aliás, nem sempre houve homogeneidade dos Cinco em relação a Timor Leste, com tendências, na Guiné de Nino Vieira a estabelecer relações (e fazer comércio) com a Indonésia (também é de lembrar que o Brasil deixou de apoiar a Indonésia só depois da formação da CPLP).

²⁹ Sobre a ideologia da CPLP, ver Cahen (1997, 2003).

jornal de oposição; no continente, o PAIGC foi muitíssimo violento, chacinando os antigos comandos negros do exército colonial sem processos, fuzilou publicamente chefes tradicionais, reprimiu severamente qualquer dissensão. Como se pode perceber isso? Provavelmente que a chave para a compreensão encontra-se nas diferenças consideráveis entre as duas sociedades. No arquipélago, a cúpula crioula do PAIGC estava em casa, na sociedade dela, correspondia mais ou menos à sociedade que era uma nação crioula. No continente, dentro de sociedades africanas habitualmente constituídas por formações sociais em linhagens, clãs, classes de idade, etnicidades, e com as lembranças ainda vivas dos antigos impérios africanos, a criouliidade não era a nação, mas um estrato social de elite. A direção do PAIGC, neste contexto, sentiu-se sempre frágil e isolada, usando pois a violência do fraco, até o golpe de estado de novembro de 1980 que pôs fim ao sonho de Amílcar Cabral de unidade Guiné-Cabo Verde (e que não acabou com a violência)³⁰. Um exemplo extraordinário dessas diferenças entre as culturas políticas é a situação prevalente, hoje em dia em Cabo Verde, com um presidente próximo da oposição e um Primeiro-ministro do PAICV. Seria, tal situação, simplesmente *concebível* na Guiné, em Angola e em Moçambique?

Depois do golpe de novembro de 1980, o doravante PAICV manteve, no entanto, uma cultura política “africanista” no arquipélago, afirmando assim a africanidade do arquipélago e do seu povo. Ora, o que é interessante no caso caboverdeano é que o PAICV nunca conseguiu, ao contrário da Frelimo em Moçambique (Cahen 2010b), “preencher” por completo o imaginário nacional. Devido às emigrações na Holanda, nos Estados Unidos e algures, e também por causa da tradição dos “Claridosos” que se consideravam portugueses,

³⁰ A história dessas diferenças gigantescas de comportamento político do PAIGC em Cabo Verde e na Guiné Bissau parece-me ter sido insuficientemente pesquisada, embora houvesse algumas, mas poucas, publicações nos anos que seguiram o fim dos partidos únicos: por exemplo Koudawo & Mendy (1996) e Evora (2004 – livro que é a publicação da tese de mestrado defendida em Brasília, 2001)

embora de cariz particular³¹, e não africanos, sempre houve a tendência a separar a criouldade da africanidade. Pode-se considerar que, pelo menos no início, o MpD (Movimento para a Democracia), que venceu as primeiras eleições livres em 1991, exprimiu essa cultura política não africanista de uma criouldade autónoma³².

³¹ O projeto dos “Claridosos” não era separatista, e isso não somente porque era proibido sê-lo: era mais a visão da “pequena pátria na grande pátria”, o que se pode traduzir por um autonomismo cultural. É de notar que este sentimento da “pequena pátria na grande pátria” foi caso corrente na Europa do século xix e da primeira metade do século xx, e quer reforçou o processo de produção dos Estados-Nação (a pequena pátria como forma de adesão e de entrada na grande pátria), quer esteve na origem do nacionalismo separatista (como no País Basco de França por exemplo). Pois deve-se evitar de qualificar teleologicamente essa fase como “proto-nacionalista” ou “pre-nacionalista”, o que induz como axioma que a evolução devia ser a que foi de facto (o rumo à independência), a não ser uma traição. Há vários mestrados e teses em andamento sobre os Claridosos, mas sobre essa problemática do autonomismo pode-se já consultar trabalhos de Vítor Baptista Varela de Barros (2011) e de José Carlos dos (2006 [publicação da tese de doutoramento de 2002]).

³² Utilizo o conceito de criouldade como categoria de análise e não de sentido. Por exemplo, ao contrário dos Caboverdeanos, os Santomenses recusam-se a se auto-intitular “crioulos”, o que não me impede analisar a formação social santomense como sendo uma formação principalmente crioula. É de sublinhar, no entanto, a larga plasticidade do conceito de criouldade: como se sabe, no início, designava os brancos nascidos nas Índias ocidentais; depois designou também as elites mestiças (pardas); no Brasil, designou os descendentes negros de africanos escravizados, crioulo sendo sinónimo de forro (e até se falava em “colonos africanos”). Segundo as trajetórias históricas e as formações sociais, a criouldade pode incidir sobre a totalidade da população e até formar uma nação com ou sem Estado (Cabo Verde, São Tomé, parte das Antilhas e das Mascarenhas), ou ficar limitada a estratos sociais específicos e geralmente de elite. Neste caso também, há situações diferentes: quando os Burmedjus da Guiné puderam se assumir como crioulos, os descendentes das antigas famílias de elite “angolana” do século xix (“angolana”, isto é versus o gentio, os indígenas) geralmente recusam terminantemente o conceito, num contexto onde a criouldade foi historicamente assimilada ao lusotropicalismo, ferramenta do colonizador contra o anticolonialismo. No entanto, do ponto de vista analítico, pode-se considerar como fenómeno de criouldade os estratos sociais produzidos dentro ou nas margens imediatas do aparelho colonial de estado. Se se recusar, contextualmente,

As crioulidades também tiveram um papel, pelo menos indireto, nas crises do MPLA. Vou utilizar só um exemplo pós-independência, o da tentativa de golpe de Estado de Nito Alves de Maio de 1977. O nitismo foi uma expressão populista de descontentamento da base social urbana do MPLA, historicamente oriunda do fenómeno dos “novos assimilados”. Esse estrato social de africanos ainda oficialmente indígenas mas completamente urbanizados e que falavam português, se desenvolvera no pós-Segunda Guerra mundial³³. A crise militar, política e social que conhecia Angola nos seus primeiros meses de independência provocou uma crítica acérrima aos privilégios da cúpula do MPLA, vista como a mão das antigas famílias crioulas³⁴. A tentativa de golpe provocou 15 mortos, mas a repressão dela provavelmente 15000. Foi uma repressão feroz e indiscriminada que mergulhou a sociedade civil angolana no silêncio durante vinte anos³⁵. Como perceber isso, senão pelo reflexo de *temor social* por uma parte das antigas famílias crioulas que ficaram apavoradas pela ideia de perder o poder alcançado no Estado e no partido-nação que tinham criado? Depois, no decorrer da guerra civil, houve uma ten-

de utilizar o conceito de criouldade para definir tais estratos sociais, ter-se-á que encontrar outra palavra com o mesmo significado... (Madeira-Santos 2007, Dias 1984). Sobre a instrumentalização muito mais recente da oposição angolanidade/africanidade, veja Cahen (2001). Falo aqui somente dos estratos sócio-culturais e não das línguas crioulas ou krio.

³³ Sobre o fenómeno dos “novos assimilados”, veja Christine Messiant, (2006, publicação muito tardia da sua tese de doutorado de 1983] e Washington Santos Nascimento (2013).

³⁴ É bom insistir sobre o facto que, ao falar de crioulos e de criouldade em África continental (pois excetuando Cabo Verde e São Tomé), não estou a referir-me à cor da pele, mas a um meio social africano específico, produzido dentro e nas margens imediatas do aparelho colonial de Estado. Um crioulo pode ser branco, mestiço, negro mas tem um estatuto sócio-cultural particular (veja nota 36).

³⁵ A pesquisa sobre a tragédia nitista fez progressos recentes mas continua a ser um campo de investigação para desenvolver. Veja principalmente, Dalila Cabrita Mateus (2009).

tativa de se desfazer dessa criouldade, com a imposição da menção da raça nos bilhetes de identidade para mostrar claramente que *os mestiços* –o que é diferente dos crioulos, numa confusão voluntária– eram uma pequeníssima minoria e que o poder bem era negro. Hoje em dia, no capitalismo selvagem de Luanda, basta ver as capas das revistas de luxo destinadas à elite, para ver como esse ideal crioulo/mestiço voltou com força: as mulheres das capas são quase sempre “mulatas”, até o ponto de se poder falar de um ideal de mulatidade na elite. Já não é o branqueamento que os portugueses tentaram impor em tempos, mas trata-se de um “clareamento” óbvio³⁶, o que não impede em nada que haja, às vezes, campanhas de demagogia “anti-claros” quando o poder político precisa.

Angola também é um país onde nenhum partido conseguiu preencher por completo o imaginário nacional, embora o contexto seja completamente diferente do de Cabo Verde, acima citado. Há fortes diferenças entre as culturas políticas do MPLA por um lado, e as da Unita ou da FNLA por outro, mais ligados à reivindicação da “autenticidade africana”. É bom lembrar que o próprio nome da Unita (União nacional para a independência *total* de Angola) foi forjado para acusar o MPLA de não querer trazer uma verdadeira independência, uma vez que, segundo ela, se dispunha a entregar o poder aos “filhos dos colonos”, isto é, aos mestiços. Hoje em dia, isso tudo ainda existe, mas está parcialmente esmagado pelo cilindro compressor do riquíssimo neopatrimonialismo do poder do MPLA. Podemos lembrar aqui a piada frequentemente contada em Luanda, sobre a melhor maneira de enriquecer: “Você cria um partido de oposição, assim depois, pode ser comprado”.

Moçambique também é um caso interessantíssimo para perceber as diferenças de cultura política. Por razões históricas que não podemos detalhar aqui, a Frelimo foi o único movimento importante

³⁶ Sobre o ideal de “mulatidade” em Angola, ver a tese (em andamento) de Daniel Mbuta Miguel, Universidade de São Paulo, FFLCH.

de libertação na colônia. Por isso, a Frelimo talvez tenha sido o caso mais bem sucedido de partido-nação além de partido único. Hoje em dia, é um partido hegemônico, mas continua a ser um partido nação³⁷. É *inconcebível* para a elite da Frelimo perder o poder e, como o mostrou em 2000 (Cahen 2000), ela está pronta a um alto grau de violência para mantê-lo. Pode-se dizer que é porque a elite teme perder os privilégios económicos e sociais: é com certeza isso. Mas não só: há também um forte sentimento de “família”, uma convicção de que foram eles que criaram este país e que, por conseguinte, esse poder pertence-lhes para sempre. É muito interessante ver como, nos textos da Frelimo, a oposição não é atacada simplesmente por ser a oposição, mas porque “*põe em perigo a unidade nacional*”. Se a oposição, como tal (e não devido a algumas das suas propostas), põe em perigo a unidade nacional, é precisamente por que *não faz parte da nação*, é um corpo estranho, estrangeiro, que o contexto internacional obrigou a aceitar mas que não tem legitimidade nacional. Como se pode ver, voltamos à importância gigantesca do mito nacional enquanto único meio de legitimar o espaço desenhado pelo colonizador. Pode ser visto de outra forma, até no vocabulário político popular que a Frelimo implantou no seio da população: quando o “povo” é evocado, não se trata da população, mas somente da parte da população que é membro do partido; o resto é designado por “elementos da população”. Quando um responsável chega da capital para visitar uma aldeia, é apresentado como “aquele camarada que vem da nação”, as pessoas tendo completamente integrado a ideia de que a “nação” é o lugar do poder, isto é, a cidade e em particular a capital.

³⁷ A crise político-militar atual em Moçambique e os resultados das eleições autárquicas de novembro-dezembro 2013 em 53 vilas e cidades podem significar a perda dessa hegemonia. No entanto, embora pareça óbvio o fortalecimento de uma oposição urbana, na forma do MDM (Movimento Democrática de Moçambique, que é uma cisão da Renamo), não se deve esquecer que a maioria do eleitorado ainda vive no campo onde a maioria dos chefes tradicionais –que indicam para quem se deve votar– foram recuperados pela Frelimo depois do apoio de uma parte deles à Renamo durante a guerra civil.

Penso que essa convicção que “Frelimo = nação” é importantíssima no facto que é *inconcebível* para ela perder o poder.

Três reparos

Vou parar por aqui, fazendo só três reparos. O primeiro tem a ver com uma ideia frequente segundo a qual “não existem verdadeiros partidos políticos em África”. Seriam meras empresas político-económicas destinadas a alimentar a riqueza dos dirigentes, sem programa, com redes etno-clientelistas, etc. Se assim for, a maioria dos partidos políticos europeus e norte-americanos também não são verdadeiros partidos. A realidade é que os partidos africanos são muito frequentemente empresas político-económicas *e têm uma cultura política* —o que cria o sentimento de *família* que é indispensável à reprodução social de elites que, por sua vez, não são verdadeiras burguesias nacionais historicamente enraizadas. Penso que, nos PALOPs, pelo menos a Frelimo, o MPLA e o PAICV são bons exemplos duma forte cultura política.

O segundo reparo é que... a África lusófona não existe! Há *estados* de língua oficial portuguesa —o malogrado Jean-Michel Massa dizia “África lusógrafa” (Massa 1994)— mas trata-se de países que fazem parte, antes de tudo, das suas regiões africanas e estão inseridos na história delas. Insisto na importância em evitar sobrestimar o papel da língua colonial na formação das identidades. Ela tem o seu papel, mas é um “marcador identitário” entre muitos outros. Não é de admirar, pois, que encontramos, a nível das culturas políticas, diferenças tão numerosas quanto as semelhanças.

O último reparo é relativo ao subtítulo deste artigo, “Um ponto de vista ‘pós-póscolonial’”. Comecei essas linhas a criticar as teorias póscoloniais, por reificarem as heranças, serem incapazes de desenvolver análises globais das sociedades e dos Estados ao

ficar nos “fragmentos” sociais; por generalizarem –quando fazem sentir a influência pós-moderna– a recusa das grandes narrativas; por preferirem a análise textual à da realidade das relações sociais; por despolitizar a crítica política anticolonial numa mera crítica epistemológica póscolonial, etc. No entanto, “pós-pós” não é sinónimo de “anti” e deve-se evitar de deitar fora o bebé juntamente com a água do banho³⁸. Parece que o período de sucesso das teorias póscoloniais já passou no mercado académico. Mas será por isso que a atenção às modernidades alternativas, ao “político pelo baixo” desenvolvido pelos subalternos, às epistemologia dos saberes³⁹, perdeu as suas relevâncias? A resposta é claramente negativa, mas é preciso desenvolver essas análises diversificadas voltando a utilizar conceitos universalistas, e evitando o relativismo cultural. Nos PALOPs, apesar do uso frequentemente indiscriminado da epíteto “pós(-)colonial” em artigos e livros, precisamos ainda de uma atenção subalternista para não “autonomizar” ou “textualizar” demais a análise das elites, dos partidos e dos líderes.

Referências

- ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre, EdUFRGS, 2006, 272p.
- ASHCROFT, Bill, Gareth Griffiths e Helen Tiffin. *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literature*. Routledge, 1989, 256p.
- BALANDIER, Georges. “La situation coloniale. Approche théorique.” *Cahiers internationaux de sociologie* (Paris: Presses universitaires de France), XI, 1951: 44-79.

³⁸ ... o que faz obviamente Jean-François Bayart no seu brilhante mas demais polémico ensaio (2010). Para uma crítica detalhada, preferi: Vasant Kaiwar (2013) e Vivek Chibber (2013).

³⁹ ... o que não quer dizer “epistemologia do Sul” – Sul sendo um conceito neoliberal, culturalista e reificador que não trouxe nenhum progresso analítico ao de “terceiro-mundo” (Santos & Meneses 2010).

BARROS, Vitor Baptista Varela de. “Império, Colonialismo e Pós-colonialismo: os jardins da memória e as melancolias da crítica histórica contemporânea.” *Estudos do Século XX* (Coimbra), nº11, 2011, pp.301-317.

BAYART, Jean-François. *Les études postcoloniales. Un carnaval académique*. Paris: Karthala, 2010, 132 p.

BOWEN, Merle L. *The State against the peasantry. Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville: University Press of Virginia, 2000, 256p.

CAHEN, Michel. “À la recherche de la défaite. Notes sur une certaine historiographie de la ‘révolution’ et de la ‘contre-révolution’, au Mozambique et sans doute ailleurs.” *Politique Africaine* (Paris: Karthala), dezembro de 2008, nº 112, pp. 161-181.

CAHEN, Michel. “Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l’ ‘institutionnalisation’ de la Communauté des pays de langue portugaise.” *Lusotopie* (Paris: Karthala), vol. IV, 1997, pp. 391-433

CAHEN, Michel. “Il n’y a pas d’État néo-patrimonial”, in Dominique Darbon (ed.), *Le comparatisme à la croisée des chemins. Autour de l’œuvre de Jean-François Médard*, Paris: Karthala 2010a, 252p., pp.113-140.

CAHEN, Michel. “Lutte armée d’émancipation anti-coloniale ou mouvement de libération nationale? Processus historique et discours idéologique. Le cas des colonies portugaises, et du Mozambique en particulier.” *Revue Historique* (Paris: PUF), CCCXV/1 (637), Janeiro de 2006: 113-138.

CAHEN, Michel. “Que faire du Portugal quand on est africain?” in “Le Portugal et l’Atlantique.” *Arquivos do Centro cultural Calouste Gulbenkian*, Paris–Lisboa: XLII, Dezembro de 2001, pp.53-70).

CAHEN, Michel. “What Good is Portugal to an African?” in Stewart LLOYD-JONES & António Costa PINTO, *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol (R.-U.), Portland (Or.), 2003: 83-98.

CAHEN, Michel, “Mozambique: l’instabilité comme gouvernance?” *Politique Africaine* (Paris: Karthala), nº80, Dezembro de 2000: 111-135.

CAHEN, Michel. “Mozambique: une impossible alternative dans la culture politique?” in António ROMÃO, Joaquim Ramos SILVA & Manuel Ennes FERREIRA, *Homenagem ao Professor Adelino Torres*. Lisboa-Coimbra: Almedina, 2010, 842p.: 601-649.

CHABAL, Patrick. “What is Africa? Interpretations of Post-Colonialism and Identity.” in Victor Pereira da ROSA & Susan CASTILLO (eds), *Pós-Colonialismo e identidade*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998: 209-226.

CHATTERJEE, Partha. "After Subaltern Studies." *Economic and Political Weekly* (Mumbai: Sameeksha Trust), 1º de setembro, 2012, XLVII (35): 44-49.

CHIBBER, Vivek. *Postcolonial Theory and the Specter of Capital*. Londres-New York: Verso, 2013.

COSTA, Iná Camargo. "O fardo pós-colonial." *Discurso Editorial* (São Paulo), 2001, v. 1, p. 238-239.

DIAS, Jill Rosemary. "Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930." *Revista internacional de estudos africanos*, Lisboa: IICT, vol.I, Janeiro-Junho de 1984: 61-94.

DINERMAN, Alice. *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa. The case of Mozambique, 1975-1994*. Abingdon (RU): Routledge, 2006, 396p.

EVORA, Roselma. *A abertura política e a transição para a democracia em Cabo Verde*. Mindelo (Cabo Verde): Spleen, 2004, 134p.

GUHA, Ranajit. *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. Delhi: Oxford University Press, 1983.

HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994, 374 pages. [1ª ed. 1925]

KAIWAR, Vasant. *L'Orient postcolonial. Sur la "provincialisation" de l'Europe et la théorie postcoloniale*. Paris: Syllepse, 2013

KOUDAWO, Fafali & Peter Karibe MENDY. *Pluralismo político na Guiné-Bissau. Uma transição em curso*. Bissau: INEP, 1996, 164 p.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 1987.

MADEIRA-SANTOS, Catarina. "De antigos conquistadores a angolenses. A elite colonial de Luanda e a cultura das Luzes, entre lugares de memória e conhecimento científico." *Revista de História da Cultura e das Ideias Políticas*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de História da Cultura, número especial: "Cultura Intelectual das Elites coloniais", 2007.

MASSA, Jean-Michel, "Lusophonie-Lusographie." *Lusotopie* (Paris: L'Harmattan), I (1-2), 1994, 268-274.

MATEUS, Dalila Cabrita. *Purga em Angola*. Lisboa: Textos Editores, 2009, 206p.

MERLE, Isabelle. "Les Subaltern Studies. Retour sur les principes fondateurs d'un projet historiographique de l'Inde coloniale." *Genèses* (Paris), 2004, III(56): 131-147.

MESSIANT, Christine. 1961. *L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*. Basileia (Suiça): P. Schlettwein Publishing, 2006, 444p.

MESSIANT, Christine, *L'Angola postcolonial. I. Guerre et paix dans démocratisation. 2. Sociologie politique d'une oléocratie*, Paris: Karthala, 2008-2009, 420p.+432p., etc.

MONTEIRO, Maria Conceição. *Leituras contemporâneas: interseções nas literaturas de língua inglesa: feminino, gótico, pós-moderno, pós-colonial*, Rio de Janeiro: Cactés, 2009, 131p., etc.).

MONTEIRO, Paula. "O projeto pós-colonial." *Jornal de Resenhas* (São Paulo), p. 9, n.53, 1999.

MORIER-GENOUD, Éric & Michel CAHEN. "Portugal, Empire and Migrations. Was there ever an autonomous Portuguese imperial space?" in Éric Morier-Genoud & Michel Cahen (eds), *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. Basingstoke (R.-U.): Palgrave MacMillan, novembro de 2012, 368p.: 1-28.

NASCIMENTO, Washington Santos. "Gente do mato: novos assimilados em Luanda (1926-1961)". Tese de doutorado em história, São Paulo: USP-FFLCH, 2013, 235p.

PATRICK CHABAL *et alii*. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Londres: Hurst, 2002, 339p.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y modernidad/racionalidad." in Heraclio BONILLA (ed.), *Los Conquistados. 1492 y la Población Indígena de las Américas*, Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992b: 437-447.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y modernidad/racionalidad." *Péru Indígena* (Lima) XIII(529), 1992a

ROSA, Victor Pereira da & Susan CASTILLO (eds). *Pós-Colonialismo e identidade*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998, 226 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa & Maria P.MENESES. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010, 637p.

SOUZA, Lynn Mário Trindade Menezes de. *O rato que ruge: aspectos de discurso literário pós-colonial em língua inglesa*. Tese de doutoramento, Niterói: 1992

SPIVAK, Gayatri C. "Can the Subalterns Speak?" in Cary NELSON & Lawrence GROSSBERG, *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988, p. 271-315.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte (MG): Ed. Universidade federal de Minas Gerais, 2010, 133p.

MICHEL CAHEN é um historiador francês, pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique*, especialista da colonização portuguesa contemporânea em África e da evolução dos novos Países africanos de língua oficial portuguesa. Foi fundador da revista *Lusotopie*, uma revista trilingue (português, francês, inglês) de análise política dos espaços oriundos da colonização e da história portuguesa (publicada de 1994 até 2009). Além disso, interessa-se por temáticas gerais tais como marxismo e nacionalismo, etnicidade e democracia, colonialidade e subalternidade. Entre seus principais e mais recentes trabalhos publicados: *Os outros. Um historiador em Moçambique, 1994*, Basileia (Suisse), P. Schlettwein Publishing Foundation, 2003, 230p.; “Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional?”, *Africana Studia* (Porto), VIII, 2005: 39-67; “Lusitanidade e lusofonia. Considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas”, *Plural Pluriel. Revue des Cultures de langue portugaise*, 2010, 7; *Le Portugal bilingue. Histoire et droits politiques d'une minorité linguistique: la communauté mirandaise*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2009, 212p.; “Indigenato before race? Some proposals on Portuguese forced labour law in Mozambique and the African Empire (1926-1962)”, in Francisco BETHENCOURT & Adrian PEARCE (eds), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Londres, British Academy / Oxford, Oxford University Press, 2012: 149-171; co-ed. com Éric Morier-Genoud, *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, Basingstoke (R.-U.), Palgrave MacMillan, 2012, 368p; “Is “Portuguese-speaking” Africa Comparable to “Latin” America? Voyaging in the Midst of Colonialities of Power”, *History in Africa: A Journal of Method* (African Studies Association, Cambridge Journals), XL(1), 2013: 5-44. *Université de Bordeaux, Sciences Po Bordeaux, Unité mixte de recherche n°5115 “Les Afriques dans le monde”, CNRS/Institut d’études politiques de Bordeaux*, <m.cahen@sciencespobordeaux.fr>.

Enviado em 20 de agosto de 2015

Aprovado em 30 de outubro de 2015

O CÓDIGO DOS INDÍGENAS: A INSCRIÇÃO DA NATIVA E A RAZÃO ETNOLÓGICA EM MOÇAMBIQUE¹

Osmundo Pinho*

RESUMO

Nesse artigo, o autor discute o processo de elaboração do Código Penal e Civil dos Indígenas de Moçambique, a partir de determinados registros, fragmentos de uma documentação, encontrados no Fundo “Direção de Serviços de Negócios Indígenas”, do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). Por meio dessa discussão busca enfatizar o processo de efetiva inscrição da nativa, como o descreve G. Spivak, sob o marco da “legibilidade”, como discute de outra parte Veena Das. Ou, em outras palavras, o processo de extensão do Estado para suas margens ou a “estatização” da sociedade, por meio da produção da mulher “nativa” ou “indígena”.

Palavras-chave: Moçambique; Estado; Indigenato; Colonialismo.

ABSTRACT

In this article, I discuss the process of elaboration of the Penal and Civil Code for the Indigenous of Mozambique. I do it by the reading of certain records, fragments of a documentation found in the Fund "Directorate

* Professor Adjunto no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira. Bolsista Estágio Sênior da CAPES no African and African Diaspora Department Studies da Universidade do Texas em Austin. Email - osmundopinho@uol.com.br

¹ A pesquisa que fundamenta este trabalho foi apoiada pelo CNPq, por meio dos editais MCT/CNPq/SPM-PR/MDA N° 57/2008 e MCT/CNPq N° 03/2009. Anteriormente o autor foi apoiado por meio de bolsa de Pós-Doutorado da FAPESP, desenvolvida junto ao departamento de Antropologia da UNICAMP, entre 2006 e 2008. Agradecemos a Sandra Chirinha, Abel Pemba e Alberto Calbe, pela preciosa ajuda no Arquivo Histórico de Moçambique. E a Isabel Casimiro e Tereza Cruz e Silva pelo apoio e sugestões em Maputo, onde também realizamos levantamento na Biblioteca do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Obviamente a responsabilidade por quaisquer erros ou omissões é do autor.

of Indigenous Affairs Services", in the Historical Archives of Mozambique (AHM). Through this discussion I seek to emphasize the process of effective inscription of the native, as G. Spivak describes, under the framework of "readability" as discussed elsewhere by Veena Das. Or, in other words, the process of extension of the State to its borders or "statization" of society, through the very production of the "native" or "indigenous" woman.

Keywords: Mozambique; State; Indigenate; Colonialism.

Introdução

Por meu despacho de 28 de julho de 1941 (Boletim Oficial no. 32, 2ª. Série) foi incumbido o Dr. José Gonçalves Cota de proceder Estudo Etnográfico das populações nativas da colônia a fim de elaborar os Códigos Penal e Civil dos indígenas em conformidade com o disposto no artigo 24º. do decreto no. 16:473.²

Com essas palavras, o Governador-Geral de Moçambique, o General José Tristão de Bettencourt, cria a Missão Etagnósica de Moçambique em 31 de Julho de 1941, para proceder à elaboração dos Códigos Penal e Civil dos Indígenas de Moçambique, a partir de estudo etnográfico dos povos da colônia. O trabalho foi entregue à chefia de José Gonçalves Cota, jurista e advogado da colônia³.

Nesse artigo, busco discutir a partir de determinados registros, fragmentos de uma documentação, encontrados no Fundo “Direção de Serviços de Negócios Indígenas”, do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), o processo de efetiva inscrição da nativa, como o descreve G. Spivak⁴, sob o marco da “legibilidade”, como discute de outra parte Veena Das⁵. Ou, em outras palavras o processo de extensão do Estado para suas margens ou a estatização da sociedade, nesse caso recaindo sobre o corpo da mulher “nativa” ou “indígena”, justamente por meio da reconstituição dos debates que se referem ao

² Processo 020811 direção dos serviços dos negócios indígenas S1/caixa 1640–AHM – UEM.

³ SERRA, Carlos. Estado, pluralismo jurídico e recursos naturais recursos naturais. http://www.cfjj.org.mz/IMG/pdf/Microsoft_Word-trabalho_Pluralismo_Juridico_1_.pdf. 2010.

⁴ SPIVAK, Gayatri C. *Crítica de la Razón Poscolonial*. Madrid. Akal, 2010.

⁵ DAS, Veena. *The Signature of the State: The Paradox of Illegibility*. In: _____. DAS, Veena e POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research Press. Santa Fé. 2004. Pp. 225-252.

conturbado processo de elaboração do referido Código Penal e Civil dos Indígenas de Moçambique, tarefa encomendada a Cota, pelo Governador Geral⁶ por meio do despacho acima referido.

Nesse sentido, primeiro discuto brevemente os impasses do pluralismo jurídico e da razão etnológica em Moçambique; em seguida apresento os atores e os termos da polemica em torno da elaboração dos códigos indígenas, com ênfase para as questões de gênero e parentesco; por fim aponto para algumas considerações teóricas ao final sobre a produção do estado como sua “marginalização” ou como a estatização da sociedade, por meio da incorporação do corpo da mulher como estratégia da “legibilidade” ou assujeitamento.

Pluralismo Jurídico e Razão Etnológica

Conforme observado em outras sociedades pós-revolucionárias, a refundação da normatividade jurídica é tarefa essencial para as nações pós-coloniais africanas. Em especial a relação entre o estatuto da mulher, do matrimônio, da herança e da filiação se revestem de importância fundamental, articulando a economia política, a sexualidade e as relações de gênero e parentesco⁷. O estudo de Wendy Goldman que aborda os debates sobre a mulher e o casamento nos primeiros anos da revolução soviética mostra isso com clareza, para

⁶ Serra, 2010. Idem.

⁷ TRIPP, Aili Mari; CASIMIRO, Isabel; KWESIGA Joy; MUNGWA, Alice. *African Women's Movements: Changing Political Landscapes* Cambridge: Cambridge University Press, 2009. xvi + 263; ARNFRED, Signe. *Sexuality and Gender Politics in Mozambique – Rethink Gender in Africa*. Woodbridge. James Currey/The Nordic Africa Institute. 2011; OSÓRIO, Conceição e ARTHUR, Maria José. *A Situação Legal das Mulheres em Moçambique e as Reformas Atualmente em Curso*. Publicado originalmente em *Outras Vozes*. No. 1, outubro de 2002.; LAZREG, Marnia. *Decolonizing Feminism*. In . _____. OYÊWÚMÍ, O. (Ed.) *African Gender Studies. A Reader*. Palgrave. 2005. Pp. 68-80.; URDANG, Stephanie. *Fighting Two Colonialisms. Women in Guinea-Bissau*. New York. Monthly Review Press. 1979.

um contexto tão distinto e tão análogo ao moçambicano, notadamente ao que se refere a “modernização” versus “tradição” camponesa. Para muito além dos anseios libertários, presentes na tradição socialista, a utopia emancipatória que deveria libertar a mulher do jugo masculino, aquela “primeira escravidão” a que se refere Engels, chocava-se segundo a autora com a dura realidade da dependência econômica da mulher e com as consequências desiguais da liberdade sexual para o sexos, na medida em que as medidas contraceptivas, por razões muito práticas e objetivas, históricas, não estavam disponíveis para as mulheres. Assim, a liberdade sexual, o “amor livre” e a igualdade erótica, que pareciam slogans de libertação para mulheres urbanas de classe média, produziam pesadas consequências para camponesas e trabalhadoras, notadamente no que se refere às relações de produção camponesas, baseadas na família patriarcal alargada. De tal forma, que tornou-se evidente a relação entre padrões de gênero e parentesco, e modos econômicos de reprodução social, recaindo sobre a mulher, sempre a carga mais pesada e os maiores ônus⁸.

No caso da sociedade moçambicana, em particular, tal debate se desenvolve contra o pano de fundo das culturas “tradicionais” ou contra o que ficou codificado como “usos e costumes”, este constructo a um só tempo jurídico e etnológico⁹. E é nesse sentido que a consideração da “missão” de Cota ganha importância para entendermos como se definem os parâmetros para esse debate sobre a mulher, o casamento e a nova sociedade, no contexto pós-colonial, marcado mais por continuidades insuspeitas, do que por rupturas definitivas,

⁸ GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo. Boitempo editorial. 2014; ENGELS, F., 2009, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo. Editora Escala; SACKS, Karen, 1975, “Engels Revisited: women, the Organization of Production, and Private Property”. In . __REITER, Rayana R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York. Monthly Review Press: 211-234.

⁹ MACAGNO, Lorenzo, 2001, “O Discurso Colonial e a Fabricação de Usos e Costumes: Antonio Enes e “Geração de 95””. In . ____ . FRY, Peter (Org.). *Moçambique Ensaios*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ: 61-90.

com o sistema político-discursivo anterior. O imperativo político de atrair para a esfera jurídica do Estado a regulação de gênero e das relações de parentesco parece, nesse sentido, uma tarefa essencial para a construção do Estado e para sua reprodução marginal como “estatização” da sociedade¹⁰. De tal forma estruturante é o processo, que permanece, de modo diferido mas consistente, mesmo após a independência em 1975. O processo iniciado sob os portugueses de legislar e regular, a mulher, seu corpo, sua sexualidade e as relações de parentesco, contra ou em relação aos modos “tradicionais” e suas práticas e crenças, “usos e costumes”, permanecem e são ampliados sob o regime socialista e revolucionário da FRELIMO, ainda contra as modalidades culturais “primitivas” ou “retrógradas”, como se observa na campanha contra o “lobolo”, a poligamia, o levirato, etc. Ambas as etapas da “estatização” do corpo da mulher, colonial e pós-colonial, representam assim a coabitação da invenção do Estado e de determinada modernização da sociedade, através do corpo da mulher e de sua invenção como sujeito/assujeitado, legível por meio do aparato jurídico¹¹. Surpreendentemente, entretanto a voz “relativista”, que destoa dos colonialistas e socialistas se encarna na figura do jurista e etnólogo evolucionista, como veremos.

O debate sobre o pluralismo jurídico tem, evidentemente, grande importância em Moçambique, uma vez que ao longo do século XX diferentes sistemas jurídicos/costumeiros de regulação das relações sociais, e de arbitragem de conflitos, mais ou menos regulados pelo Estado, permaneceram como disjuntores da vida social da colônia/nação. Nas páginas da revista *Justiça Popular*, publicada entre 1980 e 1988 podemos acompanhar o intenso debate sobre a

¹⁰ DAS, 2004. Idem. MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*, University of California Press. 2001

¹¹ FOUCAULT, Michel, 2003b, *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro. Nau Editora. STOLER, Ann Laura. *Race and the Education of Desire*. Foucault's History of Sexuality and The Colonial Order of Things. Durham and London. Duke University Press. 1995.

transformação e aplicação da nova justiça revolucionária e os conflitos, tanto com a legislação portuguesa, e mais intensamente com os “usos e costumes”, principalmente no que se refere ao parentesco e casamento.

É sob o registro de tais modulações, que a questão da mulher nativa, do casamento e do parentesco pode ser enquadrada, saltando das páginas da literatura antropológica para os códigos penais e civis. Ora, no período áureo do debate sobre pluralismo jurídico testemunhamos a rejeição ao “estudo etnográfico”, identificado à etnologia como a produção (essencialização) da cultura, e na verdade como sua legitimação por meio da ciência relativista, exatamente como procede Cota. Tal essencialização aparece como fundamento pervertido dos pluralismos alimentados pela lógica de distinção política que, no “tempo colonial (...) procurava isolar e autonomizar os sistemas tradicionais como se existissem fora do processo histórico” (Justiça Popular, no. 5, 1982). Assim, é contra a etnologia, associada ao pluralismo jurídico colonial, que a FRELIMO se coloca.

O pluralismo relativista apresentava assim conexões com a culturalização da vida social, elemento importante da razão etnológica, que em associação ao poder colonial, produziu o indígena ou nativo¹². Dessa forma, a racialização (culturalização) africana caminhou pari passu às estratégias de dominação política e à elaboração de um arcabouço jurídico conceitual, capaz de conferir inteligibilidade aos processos administrativos, associando a diferença cultural à diferença racial como instrumento político de dominação. A “razão etnológica” operou pela invenção de grupos étnicos como um resultado articulado do esforço conjunto da administração colonial e de etnólogos, definindo as sociedades humanas como espécies diferentes, individualizadas, na tradição culturalista de Boas, ou por meio da ênfase comparativa, que associa o etnólogo comparatista ao colecionador

¹² MACAGNO, 2001. Idem. AMSELLE, Jean-Loup, 1998, *Mestizo Logics. Anthropology of Identity in Africa and Elsewhere*. Stanford. Stanford University Press.

de borboletas, ou a etnologia a entomologia como o faz Junod¹³. De tal sorte, diz Amselle, que é a noção de comparativismo que funda a ideia de culturas africanas, substituindo unidades políticas organizadas em um continuum definido politicamente, por classificações culturais-naturais e tipologias¹⁴.

Em artigo publicado na Justiça Popular em 1981, “A Lei Muçulmana e a Lei Moçambicana – o Futuro dos usos e costumes”, Albie Sachs, após entrevistar um ex-intérprete muçulmano do regime colonial, discute o Pluralismo Jurídico, para criticá-lo asperamente. O jurista associa o pluralismo aos regimes de discriminação que distinguem, por meio de divisões culturais, nativos e europeus. Em vez disso ele sustenta a necessidade da mais absoluta igualdade jurídica, o inverso do que ocorria, por exemplo, na África do Sul. Do mesmo modo, relembra a importância de atribuir-se direitos legais/universais ao casamento para fins de herança e de descendência, não se distinguindo assim, para fins jurídicos, os usos e os costumes. Todos os cidadãos moçambicanos, conclui, podem professar sua fé, mas perante o “tribunal popular revolucionário, serão meramente cidadãos moçambicanos”.

É nesse mesmo sentido que, em 1982, Dagnino, Honwana e Sachs, comentam, nas páginas da “Justiça Popular”:

O exercício das competências judiciais, usado como fonte de poder pelos chefes e indunas, desapareceu, os novos tribunais populares não baseiam suas decisões nos princípios do direito tradicional. Alguns dos seus aspectos tais como casamentos prematuros, a poligamia e o lobolo, são combatidos ao nível político e isso acontecerá até que a sociedade do campo produza necessariamente novas formas de relações familiares em conflito total com as concepções do direito tradicional. (Justiça Popular no. 5, 1982)

¹³ JUNOD, Henri, 2009, Usos e Costumes dos Bantu. UNICAMP. IFCH. Campinas.

¹⁴ AMSELLE, 1998. Idem.

Ora, o pano de fundo para a incongruência jurídica que a FRELIMO imaginava erradicar, baseava-se na dualidade do direito nas colônias africanas, definida como efetiva dualidade do poder, encarnada no despotismo descentralizado, quer seja sob a modalidade da “indirect rule”, ou do assimilacionismo “relativista”¹⁵. A distinção entre domínios jurídicos europeus e “nativos” alimentou dessa forma, não apenas a produção de distintos sujeitos do direito, do Estado e da Justiça, mas dois modos de normatização jurídica, um universal, europeu, e um outro particular, repetido entre as diversas modalidades “indígenas”, e a esse último cumpria então superar-se.

No contexto histórico-político de Moçambique observamos assim um conflito de legalidade e sobreposição disciplinar. Que Boaventura de Souza Santos¹⁶ compreendeu justamente como determinada modalidade de pluralismo jurídico, e Mahmood Mamdani¹⁷ considerou como a herança dissimulada da dualidade do poder que, baseada na “razão etnológica”, construiu um arcabouço heteróclito e híbrido para a regulação das práticas sociais e para a administração do poder. Como na opinião do sociólogo moçambicano Carlos Serra:

A codificação do direito costumeiro configurou-se, assim, como um mecanismo intencional de introdução gradual de transformações nos sistemas jurídicos das populações nativas, de modo a prosseguir a consolidação das relações de poder e dominação que caracterizam os estados coloniais e o controlo efectivo do território e das suas gentes por parte dos agentes da administração colonial (Serra, 2010: 27).

¹⁵ MAMDANI, Mahmood, 1996, *Citizen and Subject. Contemporary Arica and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton. Princeton University Press.

¹⁶ SANTOS, Boaventura de Souza, 2003, “O Estado Heterogêneo e o Pluralismo Jurídico”. In: ___. *Conflito e Transformações Sociais. Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto. Edições Afrontamento: 47-95.

¹⁷ MAMDANI. 1996. *Idem*.

Ora, tendo em mente tais enquadramentos, estruturantes do contexto de interação/transformação dos sistemas jurídicos como sistemas de assujeitamento/regulação, consideraremos os documentos em análise.

A Missão de José Cota

O trabalho de Cota - após uma série de diatribes, dificuldades com intérpretes, disputas por combustível, fofocas e reclamações - conclui-se em 1946, cinco anos depois de seu início com a publicação do “Projeto Definitivo do Código Penal dos indígenas da Colônia de Moçambique, acompanhado de um relatório e de um estudo sobre direito criminal indígena” e do “Projeto definitivo do estatuto do Direito Privado dos indígenas da Colônia de Moçambique, precedido de um estudo sumário do direito gentílico”¹⁸. Os materiais etnográficos que serviram de suporte à elaboração dos dois projetos, foram publicados anteriormente, em 1944, sob o título “Mitologia e Direito Consuetudinário dos Indígenas de Moçambique”, acompanhado do muito significativo subtítulo “Estudo de Etnologia mandado elaborar pelo Governo Geral da Colônia de Moçambique”.

O ano de 1941, quando Cota inicia o trabalho, consta como inaugurando nova fase na administração colonial em Moçambique. No ano anterior, a Metrópole assistia a realização da Exposição do Mundo Português, o que proporcionou a ornamentação ideológica necessária à alteração da política colonial. Teríamos assim, segundo Omar Ribeiro Thomaz, reunidas condições práticas e superestruturais — as exposições, os congressos, as disposições e regulamentações legislativas (o Ato Colonial, a Carta Orgânica do Império Colonial Português) — para um exercício efetivo de administração colonial¹⁹.

¹⁸ Segundo Serra, estes nunca foram promulgados pelo Governo Metropolitano. (2010).

¹⁹ THOMAZ, Omar Ribeiro, 2002, *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. ZAMPARONI,

O esforço decidido para a consolidação da administração – e do efetivo poder - colonial, seria o estabelecimento de uma nova normatividade jurídica para o exercício da função judicial colonial sobre os “indígenas” e, na verdade, a condição para a produção/ inscrição dos nativos no aparato político do Estado como atribuidor da legibilidade aos sujeitos coloniais.

A iniciativa encomendada a Cota, observaríamos, concordaria assim com um novo esforço para conceder coerência normativa aos distintos regimes jurídicos coabitantes na colônia, submetendo-as às prerrogativas do Estado Colonial Português.

Nas colônias atender-se-a ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas que estabeleçam para estes sob influência do direito público e provado português regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais que não sejam incompatíveis com a moral, com os ditames da humanidade ou com o livre exercício da soberania portuguesa, embora procurando o seu lento aperfeiçoamento.²⁰

A linguagem utilizada por Cota nos documentos que pude consultar oscila entre apelos relativistas e uma fraseologia que remete ao velho evolucionismo antropológico. Estaria Gonçalves Cota em 1946 ainda excessivamente preso a uma abordagem de natureza evolucionista? Ainda que temperada com o particular relativismo/ assimilacionismo colonial? O anacronismo da abordagem seria uma questão relevante, uma vez que estaríamos nos anos 40 já sob a égide do funcionalismo britânico, vitorioso nas disputas no campo da teoria antropológica (Kuper, 1988). Ao citar, mais de uma vez,

Valdemir, 2007, *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: Edufba. CABAÇO, José Luís, 2009, *Moçambique. Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo. Editora UNESP.

²⁰ Processo 020811 direção dos serviços dos negócios indígenas S1/caixa 1640–AHM – UEM.

Ancient Society (1877) de L. H Morgan, Cota parece dar testemunho de sua própria superação. O fato de ser jurista e não antropólogo de formação, entretanto, o associa mais fortemente a genealogia evolucionista, e ao próprio Morgan, é claro, ele próprio também advogado (Kuper, 1988).

Adam Kuper nos lembra que a ênfase principal encontrada no evolucionismo esta fortemente associada a aspectos jurídicos, relativos à constituição do Estado, da família, da herança e da propriedade, elementos estruturantes da autopercepção e organização das sociedades capitalistas modernas na Europa: “Nor it is this altogether surprising, since the study of primitive society was not general regarded as branch of natural history. Rather it was treated initially as a branch of legal studies” (Kuper, 1988:3)²¹. Os povos considerados selvagens existentes à época, nos permitiriam reconstituir, na perspectiva evolucionista, a história da família humana, que é uma só em sua “fonte, experiência, progresso”²². Tal progresso seguiria uma linha unívoca, transitando do “direito materno” para o “direito paterno”. Ideia canônica, compartilhada pelo inimigo de Cota, o Arcebispo de Lourenço Marques, Joaquim Teodósio: “O indígena, espontaneamente e em procura de estabilidade para o seu lar e de segurança para si e sua prole, vai abandonando o regime matriarcal e preferindo o patriarcal”²³.

²¹ KUPER, Adam, 1988, *The Invention of Primitive Society*. London and New York. Routledge.

²² MORGAN, Lewis Henry, 2005, “A Sociedade Antiga”. In. _____. CASTRO, C. (Org.) *Evolucionismo Cultural*. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

²³ Processo 020811 direção dos serviços dos negócios indígenas S1/caixa 1640–AHM – UEM.

Na introdução a “Anthropology & The Colonial Encounter” Talal Asad²⁴ não nos deixa esquecer que o fato fundamental que permitiu o funcionalismo em África foi à dominação colonial, e em termos factuais, o Tratado de Berlim em 1884/1885, foi o evento geopolítico que desenhou as condições por meios das quais a representação da diferença etnográfica pode ser realizada em África²⁵. Como é óbvio, de modo tão explícito quanto brilhante, na etnografia Nuer produzida por Evans-Pritchard²⁶. Em seu ensaio no mesmo livro Asad²⁷, insiste no compromisso do funcionalismo britânico em produzir uma miragem de sistemas sociais relativamente homogêneos e atemporais, por meio de sua inflexão teórica, imposição de uma temporalidade a-histórica aos nativos, agora posta em movimento pela presença colonial (Evans-Pritchard, 1993: 19)²⁸. Entre as prerrogativas do evolucionismo jurídico e o quadro de referências de funcionalismo colonial parecia então equilibrar-se o nosso Cota.

A Oposição dos Bispos: O Antropólogo contra a Civilização

O processo da pesquisa para elaboração do código e a sua própria aprovação pelas instâncias competentes revelam um mar de dificuldades e antagonismos, e nos permitem observar as contradições no interior do corpo principal do Aparato Colonial em Moçambique,

²⁴ ASAD, Talal (Ed.). *Anthropology & The Colonial Encounter*. Amherst. Humanity Books. 1973.

²⁵ BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo. Perspectiva. 1993.

²⁶ EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1993.

²⁷ ASAD, Talal. Two Europeans Images of Non-European Rule. In. ___. *Anthropology & The Colonial Encounter*. ASAD, Talal (Ed.). Amherst. Humanity Books. 1973. Pp. 103-120.

²⁸ O trecho refere-se à dificuldade Evans-Pritchard extrair informações dos nuer, que haviam sido recentemente pacificados pela Royal Air Force.

o Governo Geral, a Direção de Negócios Indígenas e as dioceses de Lourenço Marques e da Beira. O conjunto de agentes, representantes dessas instituições, envolve-se em interessante disputa – sobre a qual ainda muito a ser levantado – em torno da elaboração do código Civil e Penal dos indígenas de Moçambique, como veremos.

O material encomendado a Cota foi submetido ao escrutínio do Tribunal de Relação da Colônia, que entendeu por bem ouvir o parecer dos Bispos de Lourenço Marques e da Beira, sobre o teor e mérito da codificação proposta. “A bem da Nação” transita então, entre as instâncias, o material etnológico, transmutada em código pelo jurista/etnólogo. Em 26 de novembro de 1947, D. Sebastião Soares, Bispo da Beira e Nampula, devolve a Direção dos Negócios Indígenas o copião do chamado “Estatuto do Direito Privado dos Indígenas De Moçambique”, que havia sido enviado à aquela repartição pelo “venerando” Tribunal da Relação de Lourenço Marques, a fim de que fossem ouvidas as missões católicas.

Os pareceres são terríveis, e frontalmente contrários ao trabalho de Cota. Fundamentalmente a legitimidade que a codificação parece oferecer aos costumes nativos perturba a autoconfiança e a consciência dos bispos que veem feridos os pruridos civilizatórios de que se julgavam avatares.

Entendendo que o código deve favorecer a “evolução natural do indígena para aproximar-se de nosso código civil”, Dom Sebastião ataca em primeiro lugar o que se refere às instituições do casamento. Notadamente causava escândalo o relativismo de Cota, algo surpreendente em um suposto evolucionista: “Na página 70 diz-se que a poligamia e o lobolo podem ser mais verdadeiramente manifestações de uma civilização diferente da nossa do que sintomas de uma mentalidade baixa peculiar aos agregados selvagens”.²⁹

²⁹ Processo 020811 direção dos serviços dos negócios indígenas S1/caixa 1640–AHM – UEM.

Segundo o bispo tal afirmação é insustentável e “injustificável pela história, sobretudo pela nossa história”. Feriria mortalmente a pretensão colonial portuguesa imaginar-se que costumes nativos pudessem equivaler às práticas civilizadas da metrópole.

A assentar em tais princípios códigos legislativos dos povos que ao dever de civilizar será preferível desistirem dessa empresa e por motivos de justificação pública ou confessar a nossa incapacidade de colonização ou então proclamar que os estados mais selvagens de quaisquer tribos são fases inconfundíveis da civilização. Neste caso a civilização perde o sentido que a história lhe consagra para ser apenas a manifestação viva dos povos, seja qual for à situação intelectual, moral ou social em que se encontrem. As tradições portuguesas ensinam que a civilização é coisa muito diferente. É esta uma questão fundamental por se tratar de princípios³⁰

Os princípios a que se refere o Bispo não podem estar à mercê das avaliações relativizantes, e a verdade da história, e a filosofia da história que parece invocada, não questiona a linearidade da evolução, muito menos o protagonismo dos povos europeus, o que Cota, aos olhos do bispo pareceria fazer.

Segue o bispo criticando ferozmente a poligamia, porque o etnógrafo buscando em certa altura preservar o direito da co-esposa, faz comentários sobre o fato do polígamo escorraçar as esposas que rejeita. Ora, se poligamia ela própria é inaceitável, como considerar o direito baseado num fato ilícito? Ademais sancionado por meio do lobolo³¹, a famigerada compra da noiva?

³⁰ Idem.

³¹ GRANJO, Paulo. Lobolo em Maputo: um velho idioma para novas vivências conjugais. Porto. Campo das Letras, 2005. PINHO, Osmundo. A Antropologia na África e o Lobolo no Sul de Moçambique. Afro-Asia. 43 (2011), 9-4.

Outra enormidade! O pagamento do lobolo não supre os ritos nupciais que exprimem ou manifestam o consentimento mútuo; não pode, portanto, validar um casamento que era nulo por falta de consentimento. O que é mister é que o casamento cafre real seja celebrado segundo os ritos tradicionais ou na falta destes a Autoridade imponha a separação dos supostos cônjuges.³²

O casamento legítimo é o matrimónio católico – uno, indissolúvel e perfeito e não uma mera “modalidade, ao lado do cafre real, maometano”, etc., - nesse sentido o bispo pede que se elimine qualquer referência legitimadora à poligamia, simplesmente proibindo-a por lei.

Dom Joaquim Teodósio, Arcebispo de Lourenço Marques, havia anteriormente, em 31 de março de 1947, feito remeter à Direção de Negócios Indígenas o seu próprio parecer, no qual é muito claro: “Não concordamos com a finalidade do projecto nem com a doutrina exposta em muito dos seus artigos” uma vez que “dar foros de cidadania no domínio do direito a costumes bárbaros, parece-nos degradante para as nossas tradições de povo civilizado”.³³

A oposição do cardeal é semelhante à de seu colega da Beira, a legislação não pode incorporar ou mesmo legislar sobre o que deveria ser meramente extinto, como manifestação da missão civilizatória portuguesa e da vontade de Deus.

Pois é de estranhar que uma nação como a portuguesa que se constituiu desde há 8 séculos, a paladina da civilização cristã através do mundo – que recorda com título da sua mais lídima glória ter levado a civilização cristã à América, à Ásia, a Oceania e a África – que fixou na constituição como elementos fundamentais da educação moral as virtudes da doutrina e moral cristãs tradicionais do País (Arto. 420.) venha agora sancionar, codificando-os, os usos e costumes bárbaros da raça negra de Moçambique, como sejam a magia, as superstições pagãs, a poligamia, o lobolo, a iniciação ao casamento, etc.³⁴

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

Segundo o Cardeal, o decreto no. 35461 de 22 de janeiro de 1946, que regulamenta o casamento “canônico” entre os indígenas católicos, é claramente oposto ao projeto e deveria a ser a referência da legislação.

Neste caso também, e de modo retumbante, os argumentos da Santa Igreja se assemelham quase totalmente ao que posteriormente foram os argumentos de Samora Machel e da FRELIMO³⁵. A família é a célula mater da sociedade, a base elementar sobre a qual se elevam e constroem os valores fundamentais da sociedade e da civilização. Cristianizando-se a família, diria o cardeal, teremos uma sociedade cristã. Ora, o casamento é a base da família, e por isso a “constituição familiar é tanto mais sólida quanto maiores garantias de unidade e indissolubilidade o casamento oferecer”.³⁶

Nas páginas da Revista “Justiça Popular”, décadas depois, a FRELIMO repete o Bispo, na campanha pelo casamento civil, universal, que seria fundamental, dentre outras coisas, pela promoção da família (patriarcal, monogâmica, nuclear) como célula base da sociedade.

Para construir uma sociedade nova temos que criar uma nova mentalidade no homem e na mulher, e este processo inicia-se no seio da própria família, célula-base de nossa sociedade. Embora o homem tenha o papel dominante, mas mulher, a esposa, a mãe assumem na família a grande responsabilidade de assegurar a estabilidade do lar e educar as novas gerações para o futuro (Machel, 1984).³⁷

³⁵ MACHEL, Samora. A Libertação da Mulher é uma necessidade da Revolução, Garantia de sua Continuidade, Condição de seu Triunfo. Coleção Estudos e Orientações. Caderno No. 4. Edições da Frelimo. 1974 (1972). CEA – UEM. Pasta 161/W. CASIMIRO, Isabel Maria. Samora Machel e as Relações de Gênero. Estudos Moçambicanos. Número 21. Maputo 2005. Pp. 55-84.

³⁶ Idem.

³⁷ MACHEL, Samora. A Harmonia deve Começar no Seio da Cada Família. Presidente Samora na abertura da Conferência Extraordinária da OMM. CEA – UEM. Pasta 160/ZC. 1984.

Desse ponto de vista, sustenta-se a importância do registro civil como fonte de informações e a necessidade de reconhecer-se, que a despeito da importância da família ampliada, o princípio a ser respeitado seria “o da voluntariedade por parte dos próprios cônjuges”, o que vinte anos depois seria contemplado na Nova Lei de Família³⁸. A família é, assim, entendida pela FRELIMO como a célula base de toda a sociedade, formada por meio do casamento, “união de um homem e de uma mulher”, no que também concorda com o Cardeal Teodósio.

Em suma, vaticina o cardeal, Dr. Jose Lourenco Cota não sabe do que fala, e coloca em risco todo um projeto civilizatório: “Vê-se aqui que o autor não tem um conceito claro da civilização, admitindo como verdadeiras, civilizações até contraditórias.” Pode haver, segue o prelado, e há na realidade civilizações mais ou menos perfeitas. “Mas há que admitir um critério absoluto de civilização; e este só pode basear-se na lei natural gravada pelo criador no coração dos homens, e aperfeiçoada pela moral cristã, do evangelho de Cristo”.³⁹ A lei natural de inspiração cristã, melhor desenvolvida na Europa que em África, deve ser cultivada e aprimorada como um dever. Desse ponto vista o código é inaceitável porque contraria o “fardo do homem branco” em África⁴⁰.

³⁸ ARNFRED, 2011. *idem*. ARTHUR, Maria José. Ainda a Proposito da Lei de Família: Direitos Culturais e Direitos Humanos das Mulheres. Publicado originalmente em Outras Vozes. No. 4, agosto de 2003. OSÓRIO, Conceição e ARTHUR, Maria José. A Situação Legal das Mulheres em Moçambique e as Reformas Atualmente em Curso. Publicado originalmente em Outras Vozes. No. 1, outubro de 2002.

³⁹ Processo 020811 direção dos serviços dos negócios indígenas S1/caixa 1640–AHM – UEM.

⁴⁰ O poema de R. Kipling diz: “Toma o fardo do homem branco/Envia o melhor de tua prole/Impõe o exílio a teus filhos/Para servir a necessidade do cativo/Para assistir, em pesada labuta,/A povos alvoroçados e incultos - /Indolentes raças que acabam de conquistar,/Mescla de demônio e criança”(1894).

Casamento, Divórcio, Poligamia

As questões de parentesco e casamentos ocupam grande parte dos pareceres dos prelados coloniais, como estamos vendo. O Arcebispo refere-se em certa altura ao que Cota chama de cancro burocrático, implicado na dificuldade de reconhecimento do casamento “cafreal” e as complicações que adviriam da estipulação do pagamento do lobolo.

Nota sobre o lobolo. O que o autor diz nesta Nota sobre a natureza do lobolo, e se atendermos aos inúmeros e complicados litígios a que ele dá lugar na vida das famílias indígenas (págs. 126), parece-nos que seria de aconselhar a abolição pura e simples de semelhante uso cafreal.⁴¹

Ora, para o bispo estará na supressão pura e simples do lobolo, em todas as suas formas, a solução de tal “cancro burocrático”. Tumor maior representaria a aprovação do divórcio, usual em diversas tradições culturais locais, notadamente no norte, mas perseguido como invenção do diabo pela igreja católica. Regulamenta-la, diz o Cardeal, equivaleria a legitimar o “amor livre!”.

José Cota, entretanto, reage com vigor aos pareceres, defendendo o seu trabalho, em 10 de julho de 1947, no documento intitulado “Considerações sobre alguns pontos dos pareceres de sua eminência o cardeal arcebispo de Lourenço Marques e sua Excelência Reverendíssima o Bispo da Beira”⁴², remetido ao Capitão Furtado Montanha, da Direção de Negócios Indígenas. Cheio de falsa reverência, Cota refere-se com sutil ironia ao parecer:

⁴¹ Processo 020811 direção dos serviços dos negócios indígenas S1/caixa 1640–AHM – UEM.

⁴² Idem.

Não vimos discutir alterações propostas por sua eminência o cardeal, ou por sua excelência reverendíssima o Bispo da Beira, ao projeto em questão, ditadas pelo seu modo especial de ver o problema da reforma social das populações nativas desta Colônia, nem tão pouco é nosso designio estabelecer aqui, fora do lugar e das boas regras, uma polêmica acerca de quaisquer pontos de vista pessoais com que não estejamos, porventura, em acordo, por motivos de ordem sociológica ou psicológica.⁴³

E logo busca desqualificar de uma só tacada o principal do argumento dos bispos. O Estatuto não é um código: “não há normas do direito imposto coativamente” e “não se pode consequentemente esperar da adoção deste regime jurídico a estagnação do direito tribal”. Cota situa o seu trabalho como um documento de caráter “mais informativo que imperativo”. Desse modo não se justificam as preocupações dos religiosos, de que o Estatuto estaria legitimando os costumes bárbaros dos indígenas, e impediendo o trabalho de reforma social ou civilização, que seria o próprio fundamento da presença portuguesa em Moçambique. O estatuto teria o caráter útil de um material de consulta para administradores coloniais e a preocupação de Sua Eminência seria vã.

Entretanto, parece claro, que mesmo para o próprio Cota as coisas não seria tão inocentes assim, e ele compreendia muito bem que descrever com relativa isenção um conjunto de normas coerentes e sistemáticas de outros povos, equivaleria em grande medida a legitimá-las, justamente como criticaram posteriormente os juristas frelimistas. A própria produção de conhecimento sobre a sociedade colonial, no contexto daquele impudente assimilacionismo, implicaria uma transformação da decidida vontade de incorporar-se a regulação sobre a mulher e o casamento aos marcos da teologia cristã. O que, como vemos, de fato sucedia. O Estado, e sua racionalidade, buscavam regular, reduzir, apropriar-se do corpo da mulher e de sua alma/carne, de outro ponto de vista, mais prático que ideológico. Bus-

⁴³ Idem.

cando esquivar-se de problema com a igreja, todavia, Cota diz: “No Parágrafo único deste artigo, indica-se expressamente o casamento canônico como a condição para se aplicar o direito civil português às questões sobre direito de família e sucessão”.

Além do Lobolo, da poligamia e dos ritos de iniciação, a famigerada troca de esposas ganhou o seu quinhão de reprovação. Cota busca apaziguar os bispos: “Em coordenação com estes preceitos de morigeração da família e sublimação do direito tribal estabeleceram-se no código penal dos indígenas as sanções necessárias para o Ontamuene (troca de esposas) e para o casamento de inúbeis.” E sugere penalidade no Art. 99. “Os indígenas casados segundo os ritos de sua tribo que emprestarem suas mulheres a outro homem ou as trocarem por outras mulheres casadas com os respectivos maridos, será punido com a pena de prisão correccional de até dois anos...”⁴⁴

O nosso jurista ataca mais uma vez de relativista, dando uma no prego e outra na ferradura. Invoca a carta constitucional portuguesa de 1933 que teria a “contemporização” como um seu princípio. Assim, “mesmo Dr. Marcelo Caetano sábio professor de direito não ousou dar golpe mortal as tradições - O Estado português se propõe civilizar, mas também proteger a ‘própria alma dos povos nativos da colônia’”.⁴⁵

E, finalmente contra o argumento eclesiástico acerca da poligamia, Cota desenvolve a mais surpreendente argumentação, e com muita propriedade lembra aos envolvidos que a poligamia não é privativa dos povos “selvagens”: “Se nossos olhos se voltarem para própria Europa civilizada poderão ver o doloroso espetáculo da poligamia ilegal...” E cita um fascinante caso histórico:

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Marcelo Caetano, eminente jurista, foi reitor da Universidade de Lisboa e Ministro das Colônias entre 1944 e 1947, e a partir de 1968, com o afastamento de Salazar, tornou-se em 1968 presidente do Conselho dos Ministros, onde permaneceu até Revolução dos Cravos em 1971, que pôs fim ao regime salazarista.

Em 1848 foi apresentado a Câmara dos Deputados da França um projeto de estabelecimento da poligamia naquele país. O deputado proponente perguntava à Assembleia: 'Porquoi impose une seule femme à l'home, puisq'l peut procrér, chaque anné plusieurs enfants?'

Como era de se esperar tal proposta foi rejeitada por maioria.
⁴⁶ Tal manifestação diz Cota, implicaria em uma submersão atávica do homem em direção as seus traços primitivos. Em alguma medida demonstrando sua fidelidade ao evolucionismo, Cota acredita que a proposição francesa testemunharia o “desejo de regressão à ética do Homem primitivo das hordas amorais”.

Mas ora, se a poligamia grassava na Europa a tal ponto de propor-se a sua legalização na França, pátria da civilização “como podemos nós acusar os negros da nossa colônia de bárbaros e imoralíssimos por manterem, no seio da sua vida social rudimentar, a poligamia, ao lado de outros costumes primitivos que são tudo o que resume e define a história das suas instituições e a sua psicologia?”. E conclui hiper-relativista: “Se a civilização condescende com a hipocrisia e o amoralismo de homens casados (pois não os reprime como delito) a civilização deve, por maioria da razão, condescender, transitoriamente com a poligamia dos nativos”.⁴⁷

A Mulher Nativa: Inscrição e Legibilidade

Veena Das aponta como o Estado se impõe pelas possibilidades de sua imitação, mímica oblíqua de seu desempenho do poder. A relação entre o Estado, sua literatura, o corpus jurídico, digamos assim, e as performances orientadas pelo Estado produzem uma

⁴⁶ Processo 020811 direção dos serviços dos negócios indígenas S1/caixa 1640–AHM – UEM.

⁴⁷ Idem.

distância, o “paradoxo da ilegibilidade”, como o descreve a autora⁴⁸. E que aparecem em casos concretos como contradições objetivas entre o aparato jurídico universal e os modos particulares das práticas culturais ou representações da “cultura”

A assinatura do Estado com uma força ilocucionária incorpora uma força “mágica” presença espectral, que opera como manifestação esvaziada repetida como mimese em suas margens. Refletindo-se como um espectro. Das argumenta que o Estado justamente se constrói em suas margens e nesses movimentos de tradução incompleta. “Through an exchange between the real and the imaginary as in notions of panic, and rumor, and credulity, the domain of the civil is instituted and controlled” (Das, 2004: 251).⁴⁹

O romance “Ventos do Apocalipse” de Paulina Chiziane oferece uma fascinante imagem literária do pânico às margens do Estado:

Os chefes durante o dia apregoam a viva voz a ordem e o progresso, banindo os grupelhos supersticiosos e obscurantistas para não perder o emprego, mas quando chega à noite esquecem a doutrina do desenvolvimento sem Deus, e entregam-se com todo o fervor às preces do criador de todos os seres (Chiziane, 2010:60).

Neste caso em particular, como talvez tenha ficado claro, a produção do Estado em suas margens por meio dos poderes paradoxais da (i)legibilidade é também a produção de suas próprias margens, defendidas e diferidas no corpo dos nativos, e mais particularmente, no corpo das nativas. Nesse sentido, podemos considerar como Spivak, a necessidade do discurso universalizante da dominação colonial manifestar-se como a articulação de representações, e do poder da letra da lei em sua dimensão ilocucionária, como fundo último para a submissão das populações nativas,

⁴⁸ DAS, 2004. Idem.

⁴⁹ Ibidem.

por meio de sua conversão em indígenas, como sujeitos, força de trabalho e mão-de-obra barata⁵⁰.

Em “Crítica da La Razón Poscolonial” Spivak discute a relação entre a produção discursiva europeia e a axiomática do imperialismo (colonial). Ora, esse demanda, segundo seu argumento, produz em sua própria engenharia interna o “informante nativo”, figura ao mesmo tempo produzida e negada, ou repudiada (foreclosed). Como um sujeito da razão etnológica inscrito no binarismo dos gêneros, como invenção da posição estrutural/universal necessária da mulher como elemento “mimético” do poder do Estado. Como ela enfatiza o informante nativo possui um nome de homem “que porta consigo el afecto que inaugura el ser humano”⁵¹, mas seria mais produtivo considerá-lo como assumindo uma inflexão de gênero, que tem uma marca de origem geopolítica. Suplementando a argumentação freudiana, Spivak argumenta que o mal-estar civilizacional que o autor alemão descreve escora um “rechazo”, que serviu de defesa a missão civilizatória. O informante nativo “sin biografía” mas inscrito pela etnografia, é nesse sentido uma peça chave na retórica “gendered” do colonialismo⁵².

Enviado em 20 de agosto de 2015

Aprovado em 30 de outubro de 2015

⁵⁰ Já sabemos como as relações de gênero nativas entram no cálculo da manutenção/substituição de mão de obra, transferindo para as atividades não incorporadas a lógicas da mercadoria, o trabalho agrícola, predominantemente feminino, a responsabilidade para com a reprodução biológica da força de trabalho em Moçambique, como discutido em First (1998). FIRST, Ruth. O Mineiro Moçambicano. Um Estudo sobre a Exportação de Mão de Obra em Inhambane. Maputo. Centro de Estudos Africanos. Maputo. 1998.

⁵¹ Spivak, 2010: 17.

⁵² “Aunque la historia sea un gran relato, lo que sostengo es que la posición de sujeto del informante nativo, crucial, y sin embargo repudiada (foreclosed), esta también inscrita históricamente, por lo tanto, geopolíticamente” (Spivak, 2010: 334).

AS RESISTÊNCIAS AFRICANAS DIANTE DAS MEDIDAS PREVENTIVAS COLONIAIS CONTRA A DOENÇA DO SONO NA ZÂMBIA (1890-1920)

Jefferson Olivatto da Silva¹

RESUMO

A dinâmica colonial pode ser entendida como reflexo de processos imperiais e reações populacionais oriundas de práticas culturais anteriores. Para além de um olhar de vitimização o qual as populações africanas foram reduzidas, houve resistências que não foram apreendidas pelas autoridades estrangeiras e por isso se desdobraram no cenário colonial. Para colaborar com a investigação da dinâmica colonial fizemos uso da interface entre Antropologia da Saúde e História da Medicina em África acerca da ênfase dada a descoberta e controle da doença do sono (tripanossomíase humana africana), no norte e oeste da Zâmbia, de 1900 a 1920. Com efeito, chegamos à composição de um esquema interpretativo baseado em três dimensões: ecológica, medicina tropical e operacionalizações africanas, definindo as ações africanas enquanto atitudes elusivas: ações políticas específicas desdobrando resistências às imposições das políticas coloniais.

Palavras-chave: Medicina Tropical, Práticas culturais, Zâmbia, resistência.

ABSTRACT

Title: African resistances relating to colonial preventive measures on sleeping sickness in Zambia

Colonial dynamics can be understood as a response between imperial processes and people's reactions according to later cultural practices. Beyond reducing African people victimization, there were resistances

¹ Artigo tecido a partir do estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal do Paraná, com fomento do Convênio CAPES/Fundação Araucária. Devo agradecer as contribuições e apoio da supervisora, Profa. Dra. Marionilde Dias Brepohl Magalhães e a permissão de consulta nos arquivos portugueses: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto de Higiene e Medicina Tropical e Sociedade de Geografia de Lisboa.

not apprehended by foreigners' authorities, developed along with colonial policy. Our methodology was an interface between Anthropology of health and History of medicine in Africa related to the discovery and control of sleeping sickness (human African trypanosomiasis), in Northern and East Zambia – 1900 through 1920. Thus we elaborated an interpretative scheme based on three dimensions: ecology, tropical medicine and African operationalizations. As a result we came to define African actions as elusive attitudes: special political actions developing resistances to the colonial policy impositions.

Keywords: Medina tropical, práticas culturais, Zâmbia, resistência.

Introdução

Nosso artigo procurará contribuir com o entendimento das respostas sociais às medidas preventivas desenvolvidas na África Central pela Medicina Tropical. Esta área surgiu compassada com os interesses de exploração colonial quando adentraram ao continente africano no final do século XIX. Os médicos trouxeram novos interesses que disputavam no campo simbólico com autoridades coloniais, empresas de prospecção e religiosos.

Nosso recorte será o de especificar as medidas preventivas adotadas com relação à tripanossomíase africana ou doença do sono, que deslocaram populações de seus vilarejos para contê-los em campos de isolamento próximo ao rio Kalungwishi, Luapula, no norte da Rhodésia do Norte (Zâmbia), governada pela *British South Africa Company* (BSAC) e outro campo próximo ao Forte Jameson, hoje Chipata (fronteira com Malauí), que antes era governada pela *African Lake Company* (ALC) passando ao auspício da primeira. Da interação de três dimensões – ecológica migratória, medicina tropical e práticas culturais – propomos a interpretação do que chamamos de atitudes elusivas, que observamos ocorrer uma lógica específica de resistência populacional a determinadas políticas coloniais.

Para tanto, as escolhas de objetos e a complexidade segundo as dimensões aqui apresentadas abrange a lógica constitutiva das ações africanas do início da colonização do interior africano desdobradas até às vésperas da I Grande Guerra Mundial. Nossa hipótese corrobora a de Maryinez Lyons (1992) apresentada em *The colonial disease: a social history of sleeping sickness in northern Zaire 1900-1940* e Megan Vaughan (1991), *Curing their ills: colonial power and African illness*, de que a colonização em suas diferentes frentes, com o auxílio da Medicina Tropical, se chocaram com as formas de manutenção de cuidado coletivo das populações locais, a ponto de criarem uma recusa em larga escala aos tratamentos atuais

de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), tuberculose (TB), tripanossomíase humana, malária, cólera, tifoide, hanseníase entre outras.

As doenças tropicais se posicionaram como um dos fatores que dificultaram a exploração da força de trabalho e das riquezas naturais como esperado pelas potências imperiais. Além disso, o cotidiano africano distava da concepção de normalidade mental e higiênica do hemisfério norte ocidental. Manifestações corporais e estados psicológicos desconhecidos não correspondiam aos diagnósticos clínicos ocidentais, corroborando o etnocentrismo sobre a alteridade africana, que pelo discurso biomédico, tornou-lhe uma natureza doentia (VAGHAN, 1991).

Para compreender a composição das respostas africanas a partir da introdução da medicina ocidental, deslocaremos o discurso de vitimização africana para o comportamento social africano como alusão a um tipo de ação social e política específica. Frisamos utilizar no texto África Central como categoria socioespacial que abrangerá igualmente as regiões da Zâmbia e Malauí, por conta da perspectiva que adotamos para explicar a importância ecológica dos laços migratórios, que abarcam as regiões desde o oeste do lago Tanganyika até o do Niassa.

Outrossim, os grupos populacionais africanos que foram narrados e descritos pelo grupo católico, Missionários da África, também orbitaram pela categoria de grupo-modelo ao qual às missões cristãs, católicas e reformistas, utilizavam-se em sua estratégia de conversão (KALINGA, 1985; IPENBURG, 1992). À medida que o grupo dominante fosse convertido os grupos tributários acompanhariam a formação do campo católico. Algo que pode ser observado em Buganda na corte do *kabaka* Mutesa (Mteça) ou pelos boêres da *Dutch Reformed Church* com os Angoni na Niassalândia (Malauí). Por isso, a escolha de um grupo-modelo pode ser entendida como o campo da esfera simbólica estrangeira sobre as populações

locais (KALINGA, 1985). A título de exemplo, as narrativas desses missionários expandem a órbita de vínculos e trocas simbólicas dos Babemba²: missionário Foulon, *Les Bemba*, s/d, apresentou costumes e desenhos sobre objetos de uso cotidiano, com descrições entrecortadas sem preocupação com um discurso uníssono; missionário Garrec, *Lubemba of the years 1910-1920 seen through the writings of Fr Garrec WF, 1910-1920 (?)* e missionário Edouard Labrecque (1982), *Customs of the Babemba and neighbouring tribes (s/d); Beliefs and religious practices of the Bemba and neighbouring tribes* (escritos no período de 1931 a 1934).

Colaborando com a investigação

De certa maneira, para que as respostas das comunidades zambianas sejam destacas das narrativas estrangeiras, precisamos de uma perspectiva a partir dos vencidos ou dominados, como feito por James Scott (1985) ao interpretar as ações de riso e anedota como o registo escondido ou formas cotidianas de resistência, traduzidas como silêncio dos vencidos por Edgar de Decca (1997); já Franz Fanon em *Máscaras brancas e peles negras* (2008) explica o processo imagético dos colonizadores brancos e dos colonizados negros, tendo a correspondência imaginária da mimésis como via para os negros minimizarem sua alteridade depreciada; e Néstor Garcia Canclini (2010) demonstrou como as camadas populares encontraram novas formas de resistência, como anedotas, pichações e história em quadrinhos, nomeando-as de poderes oblíquos.

Embora se pode argumentar que não ocorre uma transformação social por essas vias, o que ocorre são táticas para manter o poder de determinados vínculos culturais e afetivos e assim resguar-

² Usaremos Bemba como adjetivo de um grupo e Babemba como população. Para uma melhor abrangência dos discursos dos Missionários da África sobre os Babemba ver o artigos 2011 e 2013.

dar traços e dinâmicas identitárias contra a supressão sofrida dos grupos dominantes. Expandimos para nosso propósito a concepção de vulnerabilidade por uma fronteira spatiotemporal de longa duração, nesses termos: primeiro, foi distante de um evento acidental, temporário ou isolado, que possibilitaria aos indivíduos recursos sociais para reestabelecer o domínio de sua condição humana anterior, longe da exploração e domínio estrangeiro de seu corpo; segundo, trata-se de um enfoque sobre a exclusão social relativa a longos períodos e durante várias gerações que tiveram reduzido seu direito ao espaço coletivo e público para espontaneamente manifestar vínculos afetivos e culturais, na mesma proporção que lhes tiraram o direito às condições objetivas socioeconômicas³ de se afastarem de represálias ou desprezos etnocêntricos. Corresponderia tal vulnerabilidade à exclusão de longa duração, e não relativa a um evento esporádico ou acidental ou geracional. A linha para constituirmos essa forma de investigação, distintamente, seria por um caminho sócio-histórico sobre os desdobramentos dos comportamentos sociais diante da negligência hegemônica e absoluta que pairou sobre os primeiros habitantes locais (DA SILVA, 2012b; NASCIMENTO; MARTORELL, 2013).

Compreendemos que as diferentes reações das populações foram se desdobrando mediante posicionamentos assimétricos de poderes estrangeiros não legitimados pelas estruturas sociais locais, como foi o caso da exploração pré-colonial e colonial na África Central. Além disso, esse processo esteve vinculado às gerações que conviveram com a exploração social pressionando seu apagamento cultural público. Como expressão desse embate foi necessário instrumentalizar determinados comportamentos em uma lógica social de perpetuação identitária. Por meio de determinados signos culturais – artefatos, expressões corporais e falas – os atores rebatiam as im-

³ Discutimos essa questão sobre a relação entre vulnerabilidade e autonomia em outro artigo (DA SILVA, 2012)

posições estrangeiras para proteger o aniquilamento de seus vínculos afetivos. Como esses signos não eram compreendidos como forma de poder e, por isso, desprezados como alteridades subalternas pelas autoridades coloniais, as populações conseguiram multiplicá-los e perpetuá-los diante da imposição de novas medidas de controle social.

A credibilidade dos vínculos afetivos modelou o comportamento social para resistir à sobrecarga de sofrimento coletivo. Nesse sentido, esses laços correspondiam à proximidade entre consanguíneos, correlatos, chefes e súditos ou pares, que partilhavam situações similares de tensão social. A credibilidade e a eficácia das atitudes dependeram da dinâmica desse convívio, que impulsionava sua reprodução e sua alteração em várias gerações. Por isso, de acordo com o interesse dos membros dos grupos locais, viam no distanciamento criado por papéis sociais de assimilados – como religiosos, catequistas, mensageiros coloniais, soldados e professores – outra forma de lidar com o poder exploratório e colonial. Conquanto eles agissem mimeticamente com os estrangeiros na posição de elite local para diminuir os traços identificadores de sua alteridade, a tensão social aparentava ser minimizada; porém tal esforço era efetivo se manifestasse o desprezo latente dos exploradores a algumas das manifestações culturais locais, enaltecendo as estrangeiras. Diante do espaço social partilhado ou dominado pelo estrangeiro, como escolas⁴, igrejas, hospitais e espaços administrativos, algumas demonstrações culturais eram expurgadas tornando-se quase invisíveis, isto é, escondidas e não ditas; enquanto no espaço social e momentos

⁴ As escolas missionárias eram internatos, assim como outras instituições administrativas coloniais que permitiam a aprendizagem do controle social colonial e vias de expressão com menor tensão. Podemos observar que em algumas situações como apresentada por Hunt, em *Colonial Lexicon of birth medicalization, and mobility in the Congo*, 1999, na forma de brincadeira aceitável, como a inversão de papéis durante o almoço de Natal, os adolescentes e jovens como padrões momentâneos manifestavam abertamente o desprezo pelos trabalhadores locais pelo convívio com a elite colonial.

resguardados aos locais esses traços culturais eram manifestados e perpetuados como signos identitários. Circunstâncias dominadas pela população feminina, como no caso da iniciação feminina, *Chisungu*, operavam sem o controle externo; a ponto de o missionário J.J. Corbeil (1982) descrever na introdução de seu livro, *Mbusa: sacred emblems of the Bemba*, que em 1960 pressionou uma senhora de nome Helena, do vilarejo real de Mubanga, Distrito de Chinsali, para que revelasse esse ritual como condição para ser readmitida ao catolicismo, depois de ter participado por um tempo da *Lumpa Church* de Alice Lenshina Mulenga.

Outros rituais intensificavam traços dos vínculos populacionais a ponto de lhe ser protegido por uma fronteira de mistério ou oculto. O aspecto oculto pode ser observado principalmente nos estudos sobre a bruxaria (COMAROFF; COMAROFF, 1992), como uma atitude proscrita anterior à colonização. A morte e doenças seriam causadas pelo poder incontrolável de uma bruxa ou bruxo, quer o ator tivesse ou não consciência de suas ações. Já o mistério protegeria um poder cercante de produções sociais ritualísticas, qual seja, sua realização fugia ao alcance do controle dos estrangeiros, como as iniciações femininas e arenas de parturição. Para Nancy Hunt (1999), as salas de parturição coloniais estavam revestidas por auras de sigilo, por isso ela pede ao historiador cautela quanto ao peso das informações obtidas, quer textuais ou orais, se não foram reduzidas ou editadas pela competição colonial por conhecimento, rumor ou camuflagem. No contexto vitoriano das colônias detalhes sobre a parturição eram apagados das fontes até o final dos anos de 1950. Ademais, a interpretação dos parentes sobre os instrumentos utilizados durante o parto e detalhes dos procedimentos dos partos conduzidos nos vilarejos eram resguardados do desprezo colonial a tudo o que era considerado superstição ou fetichismo.

Com efeito, queremos demonstrar que o não reconhecimento do comportamento social zambiano como poder compartilhado entre

a população colonizada respondeu por sua perpetuação no cotidiano africano como ação política de tipo específico, já que para os administradores, coletores de impostos, militares, missionários e médicos era entendida como manifestações de esquiva pertencentes a um universo desprezado sem função social significativa.

Intercâmbio entre as dimensões

Precisamos de início apresentar nossa proposição sobre o intercâmbio dessas dimensões delimitadas pelo processo colonizador por suas ações de expropriação de bens materiais e imateriais, apropriação desses bens para diferentes fins, como de construção de museus e zoológicos, e exterminar pelo desprezo bens orgânicos (fauna, flora e humanos) que caracterizou a exploração pré-colonial e colonial.

De acordo com Jürgen Osterhammel (2005), o colonialismo precisa ser entendido de acordo com os interesses exploratórios regionais: o tipo africano ocorreu pelo uso da força de trabalho tão somente nativa; o tipo caribenho dependia de escravos comprados da África; e o da Nova Inglaterra destituía e aniquilava as populações nativas para a ocupação. O tipo de influência exercida sobre as colônias britânicas, como ocorrido na Zâmbia e Malauí, foi o de Carta Régia para inicialmente explorar e se comprometer em ocupar, por aquilo que o autor pressupunha ser os dois propósitos dos regimes coloniais - manter a ordem e possibilitar que empresas e investidores pudessem extrair dos recursos da região – o papel dos agentes, por exemplo, McKinnon diante da BSAC era o de viabilizar terras para a exploração, cobrar impostos e apaziguar quaisquer insurreições das populações, que de início era a resistência dos Babemba ao domínio estrangeiro.

Passaremos agora a descrever o espectro das dimensões para esclarecer a respeito da lógica de resistência zambianas

operadas em Kalungwishi e Forte Jameson, como os centros de isolamento para o tratamento da tripanossomíase, de acordo com Mwelwa Musambachine (1981).

Os movimentos migratórios das populações da África Central podem ser constatados por indícios materiais e ideológicos conectados pela tradição oral. Tomaremos por base as pesquisas de Jan Vansina (1966; 1985; 1990), que tem sido citadas e referenciadas por outros africanistas – Boahen, Ogot e M'Bokolo - sobre a região.

Várias populações migrantes da atual República Democrática do Congo (RDC) para Zâmbia – Luvale, Ndembu, Kazembe, Bemba entre outros – operam sua gênese como parte da expansão dos impérios Lunda e Luba. O império Luba teria se constituído de populações de Shaba e Kasai, enquanto o Lunda, principalmente, dos Rund, além de Ndembo, Lozi, Imbangala entre outros. O império Luba teria se originado por meio das pequenas chefarias na Depressão Upemba, entre as poucas regiões de solo fértil dentro de um vasto território inabitado, por volta do século XIII. Já o reino Rund não pode ser remetido antes de 1680 (OLIVER; ATMORE, 2001; VANSINA, 1985; 2006). Outro indício de distinções entre os dois impérios, que apenas tardiamente teria estabelecido um convívio mais intenso, é ilustrado pela classificação linguística feita por M. Guthrie sobre o desenvolvimento das línguas subsaarianas. As línguas de ambos os impérios está classificada pela letra L e, no interior desta, as línguas Luba pertenceriam ao grupo 50 e as Lunda ao grupo 30.

Outro indício material de intenso contato entre as populações pode ser observado como resultado de interesses comerciais - a comercialização de sal, óleo de palmeira e rafia teriam criado elos entre as populações circundadas pelos lagos Tanganyika, Niassa, Mwero e as populações da Depressão Upemba - cuja moeda corrente fora as cruzes de ferro, desde o século XIII (VANSINA, 1990; M'BOKOLO, 2007). Porém com sua desvalorização no século XVII, pelo intenso uso e seu tamanho ser reduzido, houve sua substituição por pérolas

no século XIX. É possível considerar que a valorização dessas contas tenha ocorrido pela influência das caravanas comerciais árabes no interior africano, de ambas as costas, podendo ser observado pelo empréstimo do sistema numérico Swahili, originário da costa leste, no interior dos sistemas numéricos das populações desde Uganda até as da África do Sul (DA SILVA, 2012). Dentre as personalidades árabes da segunda metade do século XIX, Tippu Tipu foi o mais renomado comerciante que estabeleceu postos no interior do Congo, em direção à costa leste, e auxiliou exploradores como Henry Stanley, quando procurava por David Livingstone (RENAULT, 1992). Henri Scott (1947) atribui as caravanas de Stanley a introdução da tripanossomíase no interior do Congo, em 1887, na tentativa de resgatar também Emin Pasha, ou a caravana deste médico naturalista do Congo até Uganda. Embora seja difícil de verificar, corrobora o pensamento de Lyonz sobre o surgimento de surtos epidêmicos até Uganda (1992).

Conforme as chefarias foram se estruturando, a chegada dos árabes e suas rotas influenciaram a tendência à patrilinearidade na organização das sociedades, porém muitas mantiveram a matrilinearidade. Nesse processo o culto aos antepassados como *nsiri* teria aumentado esse poder em torno dos chefes homens, algo que pode ser observado no século XIX pela expansão Bemba, que suprimiu o culto feminino aos antepassados dos primeiros habitantes suplantado pelo culto aos chefes, *mipashi* (RICHARDS, 1956; RASING, 1994). Como originários da expansão Lunda, os Babemba têm similaridades em sua estrutura social na forma de organização militar como os Maravi, Undi e Kazembe, retratando essa provável origem comum (EPSTEIN, 1975).

As trocas simbólicas entre as populações da África Central instituíram na manutenção social a iniciação de jovens, meninos e meninas. Tanto que Richards (1956) apontou haver entre as populações de Angola a Moçambique, uma extensa similaridade entre a iniciação feminina ao que ela pesquisou na Zâmbia, chamada de *Chisungu*.

Como observamos pelas pesquisas de Olivier Gosselain (1999) sobre as técnicas da produção de cerâmicas em 102 grupos, houve uma contínua comunicação entre as populações segundo uma lógica termodinâmica, conforme a posição de De Heusch (1972; 1982) e Gausset (1992). A pesquisa de Gosselain (1999) demonstra essa correspondência simbólica na produção das cerâmicas em uma vasta região, que compreende desde os Serer no extremo oeste do Sahel até os Zulu na África do Sul. Essa lógica perpassaria atividades de iniciação, preparação de alimentos, caça e guerra, como também gêneros, sons, objetos, animais e doenças classificando-as de quentes ou frias. Nesse sentido, algumas doenças, como a hanseníase, seriam o resultado de um duplo aquecimento (doença e hanseníase) por ser julgada como uma doença solar que queima a pele. De outra maneira, no interior dessa mesma lógica que residiria a razão de ser para os Babemba afirmarem que quando o chefe mantém relações sexuais ele aquece o solo e quando morre o solo se torna frio, isto é, infértil (LABRECQUE, 1982).

Foi o vínculo com a expansão Lunda que determinadas chefarias se estabeleceram ao longo de toda a extensão norte da Rodésia do Norte e Niassalândia, como Chokwe, Luvale, Lozi, Ndembo. Kazembe, Bemba e Maravi. Todavia foi sua organização militar que auxiliou a esses antigos tributários o domínio das primeiras populações. Se compararmos com as rotas árabes e Swahilis, há uma correspondência entre o estabelecimento dessas chefarias, o que pressupõe ter ocorrido um interesse dessa localização por parte dos generais de Lunda para o fortalecimento do império. Os chefes Kazembe derrotaram os chefes de Luba em Luapula e tomaram a frente do interesse comercial da costa pelos portugueses, foram a Sena e Tete estabelecer contato. A chefaria de Kazembe conseguiu impressionar as missões portuguesas - Francisco Almeida e Lacerda em 1798-1799 (PEREIRA; RIBAS, 2012), Monteiro em 1831-1832 e recontada por Gamitto em 1854 (CUNNISON, 1960) e Serpa Pinto de 1877 a 1879 (SERPA PINTO, 1881). Pelo aumento da procura

de marfim, pedras preciosas e escravos na costa Índica, os postos comerciais árabes e Swahili a partir de Kazembe instituíram postos para o fluxo mercantil se bifurcar para o norte e para o sul do Lago Niassa. Esses postos contavam com a participação de chefes locais, assegurando benefícios com os bens estrangeiros, como tecidos e armas, para se imporem a outros clãs em troca de marfim, ouro e escravos (ROBERTS, 1973).

A ênfase dos Missionários da África por seu grupo-modelo da Rhodésia é explicado pelo vínculo histórico iniciado pelo Monse-nhor (Mgr.) Joseph Dupont e o chefe supremo Bemba, *Chitimukulu* Sampa, durante o processo de sua rendição ao domínio britânico da *British South Africa Company* (BSAC). Como o *Chitimukulu* já tinha sido derrotado em batalhas contra o exército alemão de Herman von Wissmann (1853-1905) que minara a resistência Bemba em Ufipa (MPONDA-MAMBWE 1891-1895, p. 41; ROBERTS, 1973), seu poder diante dos seus sub-chefes estava enfraquecido. A aceitação da entrada de Joseph Dupont em seu território corroborava com sua pretensão de domínio. Porém nem todos os subchefes concordaram com o *Chitimukulu* acusando-o de serviçal dos brancos (ROBERTS, 1973). Mas após a morte deste, todos passaram a dialogar com McKinnon para o processo de sucessão e pacificação (*pax britannica*).

Se considerarmos a chegada dos exploradores e mercadores ocidentais no interior africano, as rotas das caravanas podem demonstrar a força militar, que fizeram com que chefes oferecessem seus tributários para o carregamento de mercadorias, visto que ficariam afastados da produção de sal, de alimentos e de sua própria defesa contra outros invasores. Nos diários do posto de Mambwe dos Missionários da África, observamos reclamações por parte desses atores religiosos o constante trânsito comercial, na Estrada de Stevenson, conectando o porto ao sul do Lago Tanganyka ao norte do Lago Niassa, posto que as populações se ausentavam, em muitos casos,

definitivamente – alguns depois da entrega do carregamento eram vendidos como escravos. Como aparece no diário dos Missionários da África, Mponda-Mambwe, 1891-1895, p. 37, o oficial Bainbridge, em 27 de abril de 1893, passara por Mambwe, vindo de Ujiji, com uma carga pesando 4.000 libras de marfim tendo deixado para traz em Kituta 10.000 libras. O resultado era a falta de uma população fixa para a evangelização. Entender que essa ação era compulsória deve significar como imposição dos comerciantes das empresas coloniais sobre os chefes e da situação de vulnerabilidade que determinados grupos se encontravam por falta de vínculos satisfatórios.

Somando-se às mobilidades, outros interesses começavam a surgir em torno dos postos missionários: busca por alimentos nos períodos de estiagem ou por cuidados de saúde, fugas de invasões de vizinhos ou exércitos ou ataques de feras. Grandes distâncias entre chefes e populações nos vilarejos e o enfraquecimento da distribuição de poder entre os súditos tornavam atrativos os postos dos estrangeiros.

Com efeito, sem uma tônica de homogeneização entre os grupos africanos, esses indícios de partilha demonstram o quanto presente era a circulação de diferentes interesses que gradativamente se inseriram no cotidiano. De uma forma mais abrupta esse cenário foi alterado no século XIX. As potências europeias ansiando novas fontes de riquezas investiram na exploração do interior africano. Isso proporcionou novas migrações por efeito cascata com diferentes motivos: fuga do trabalho forçado no Congo ou escravidão árabe, apropriação de terras férteis e aquíferos por autoridades boêres na África do Sul e alemães na Namíbia, chegada de colonos e instalação de fazendas no Zimbábue, assim como a prospecção de minérios e construção de estrada de ferro para o escoamento desses produtos. Para termos uma noção desse projeto de escoamento, as estradas de ferro que ligava Cape Town (África do Sul) a Bulawayo (Malauí) foram completadas em 1897, a que ligava o Copperbelt (Congo/Zâmbia) a Benguela (Angola) foram finalizadas em 1931.

Desenvolvimento da Medicina Tropical

Segundo Michael Worboys (1989), na virada do século XIX para o XX, a Medicina Tropical ainda como uma especialidade de pós-graduação era uma área procurada por médicos ambiciosos em suas carreiras, a ponto de 20 % dos britânicos graduados em Medicina se enveredarem nas colônias tropicais e subtropicais, acompanhando as forças armadas coloniais.

Os discursos sobre a Medicina Tropical referente às colônias não correspondiam aos modelos e tratamentos similares ocidentais. De outra forma, os traços da saúde normal das populações das metrópoles estavam distantes da saúde dos africanos (VAUGHAN, 1991). Primeiro o cotidiano africano era modelado por concepções evolucionistas lineares, civilizatórias e salvacionistas. Esse cotidiano compunha o cenário social, ecológico e de interesses onde estavam dispostos determinadas resoluções a seus conflitos. Com efeito, independente da ausência biológica de parasitas, havia tratamentos disponíveis para sua natureza colonial – desprezada pelo entendimento colonial por signos de selvageria, fetichista e ingênua.

Como afirmou Rosenberg (1992), a doença, *disease*, é uma entidade elusiva por lidar com uma realidade complexa: construtos verbais que refletem a história médica intelectual e institucional, uma oportunidade de legitimar a política pública, referente ao papel social ocupado por um indivíduo reafirmando sua identidade, uma forma de sancionar valores culturais e um elemento estruturante na interação entre médico e paciente.

Charles Rosenberg (1992) buscou explicar as epidemias em decorrência de duas tendências competitivas: a doença como causa externa ou interna ao organismo humano. De outra forma, havia a tensão entre as tendências de contaminação ou configuração. Essas pressuposições que ora se alternavam ora se complementavam eram

anteriores a qualquer noção de agentes infecciosos. Sem por isso desaparecerem por completo nas explicações atuais. O ponto de vista da configuração compreendia a doença no interior de uma noção holística e inclusiva, isto é, devido a uma forma particular de configuração de circunstâncias, como um distúrbio da normalidade de ajuste de clima, ambiente e vida comum, as explicações médicas nomeavam as epidemias. A seu turno, a saúde seria como um equilíbrio balanceado e os valores impressos na relação entre a humanidade e seu meio ambiente como um bloco coeso. Já a contaminação tem em seu bojo a noção de contágio de pessoa para pessoa, de um elemento mórbido transmitido entre as pessoas. Enquanto a configuração enfatiza a interconexão, o equilíbrio ou o sistema, a contaminação apoia-se sobre um elemento particular desordenante. Outrossim, um terceiro elemento surgiu como apoio às duas tendências, a predisposição. Como aponta Rosenberg (1992), a predisposição constituiu uma ponte lógica e emocional para explicar, quase que satisfatoriamente, o motivo para que alguns sucumbem às doenças e outros saem ilesos.

Seguindo uma concepção de configuração, para Martinez Lyons (1992), foi o rápido contato entre populações costeiras com as do interior gerados pelas rotas e interesses comerciais que explicaria o aparecimento das epidemias africanas. Uma das explicações seria o repentino convívio entre parasitas e organismos humanos ocasionando o adoecimento de um grande número populacional. O argumento ecológico nos leva a entender que se houvesse um período significativo desse encontro, anterior a chegada das caravanas, é muito provável que ambos os organismos já estariam em certa homeostase, isto é, uma situação endêmica. Visto assim, a violência dessas ocupações deteriorou concomitantemente a relação ecologia-vida social, conforme uma perspectiva sistêmica.

Nesse aspecto, missionários e médicos concordavam que a aglomeração de pessoas nas urbes favoreceu o avanço das epidemias na África. Porém, devemos entender que para eles tanto a

doença humana quanto a animal na África integravam um ambiente subestimado que precisava ser conquistado e controlado, ao que corrobora os anseios colonialistas de explorar como meio de civilizar, descrito por John MacKenzie (1984), em *Propaganda and Empire: the manipulation of British Public Opinion, 1880-1960*. Por isso, o argumento da predisposição era profícuo para agregar interesses exploratórios na África.

Cada epidemia apelava para interesses específicos, até competitivos. A febre amarela que atingiu a Philadelphia em 1793 pressupunha haver uma “transportabilidade” entre a chegada de navios oriundos de portos infestados com a febre. Para os contagionistas a população era infectada por essa morbidade devido à falta de limpeza de seu ambiente. Enquanto a tifoide por explicações menos polarizadas estava associada à fome, às regiões populosas, sujeira e pouca ventilação, como seguia sua nomeações comuns: febre de campo, febre de cadeia e febre de navio.

A teoria do germe foi resultado de uma medicina mais instrumentalizada em busca de uma causalidade não holística ou ambiental, como o era a teoria miasmática ou atmosférica. Essa depositava sobre condições de sujeira, e diretamente, das urbes a causa das epidemias, vinculando-se sobremaneira a vida cosmopolita cuja dinâmica social possibilitaria a comportamentos imorais. Pela descoberta do agente causador da tuberculose (TB) por Robert Koch, em 1883, a opinião médica foi dirigida para a concepção moderna de contaminação por sua orientação laboratorial. Todavia essa nova teoria não banuiu a tendência holística, mas constituiu uma nova tensão: teoria do germe *versus* teoria miasmática (ROSENBERG; GOLDEN, 1997).

Se a varíola (LÉPINE, 2000) e a cólera (ECHENBERG, 2002) foram transportadas facilmente pelos navios, atingindo o cotidiano das Coroas, a tripanossomíase africana ou doença do sono significou uma barreira à exploração absoluta da força de trabalho

africana. Por meio de estatísticas do período colonial, o que significa imprecisões e generalizações, Maryinez Lyons (2002) fez uma estimativa de que apenas em Uganda o número de mortes causadas pela doença do sono ultrapassou a 250.000 vítimas entre 1901 e 1905; enquanto Daniel Headrick (2014) aponta em torno de 200.000. Independente da exatidão, esses relatos apontam que em torno de 2/3 da população fora atingida pela tripanossomíase humana na África.

Pelo envio de 15 missões científicas às coloniais africanas por conta da tripanossomíase, das quais 8 foram britânicas, observamos a importância que essa disputa biomédica obteve no cenário imperial (TILLEY, 2004; 2011). As escolas de Medicina Tropical passaram a ser criadas: Londres e Liverpool (Inglaterra) em 1899; Lisboa (Portugal) em 1902; Marseille (França) em 1905; Bruxelas (Bélgica), 1906; e Amsterdam (Alemanha), 1910 (HEADRICK, 2014). Segundo Maryinez Lyons (1992), a tripanossomíase teve tanto investimento em relação às outras doenças tropicais na proporção que o HIV/AIDS tem hoje para as pesquisas clínico-farmacêuticas nos últimos 30 anos.

Com os projetos da ocupação colonial as doenças tropicais aparecem na forma de barreiras à exploração desejada e o surgimento de ações que aparentavam ser humanitárias, todavia modelavam-se em um enfático racismo (VAUGHAN 1991; HEADRICK, 2014).

Podemos assim classificar essas missões científicas imperiais: a missão francesa segundo os passos de Louis Pasteur e Alphonse Laveran mantiveram-se focado na identificação e eliminação do patógeno; a britânica, com Ronald Ross, Patrick Manson e David Bruce, concentrou-se na teoria dos vetores; a portuguesa, com Annibal Celestino Correia Mendes, Ayres Kopke e Annibal Bettécourt embasavam-se na recuperação do reconhecimento político e científico internacional, como forma de resguardar suas colônias das outras potências; já a alemã, destacaram-se em sua produção químico-farmacológica para a cura; e os belgas, seguindo

as instruções da Liverpool School of Tropical Medicine e o uso do atoxyl - sistematicamente Ayres Kopke atribuída a si essa descoberta (AMARAL, 2012) - deslocando as populações das regiões infectadas pela mosca do tsé-tsé e os que tinham suspeita de infecção ou infectados do restante da população (HEADRICK, 2014).

Detemo-nos agora na instalação da missão britânica que de forma direta atuou nas regiões da Zâmbia. A *Royal Society*, de Londres, apoiou o envio da primeira missão de estudo da tripanossomíase a Entebe, Uganda, em 1902. Por indicação de Patrick Manson (1844-1922), dela faziam parte dois de seus alunos, George Carmichel Low (1872-1952), chefe da missão, Aldo Castellani, e ainda Cuthbert Christy (1864-1932), médico da *West African Field Force* que tinha experiência em outras regiões tropicais. Em março de 1903, chega a Entebe a segunda missão, com David Nunes Nabarro (1874-1958), para substituir Low, David Bruce (1855-1931), que substituíra Christy, e Castellani permanecendo lá por mais algum tempo.

Na Inglaterra, as pesquisas tropicais se iniciaram em um momento em que a medicina tropical assentava-se sobre a investigação laboratorial. Sob a liderança de Patrick Manson a *London School of Hygiene and Tropical Medicine* foi criada em 1899, que contava com o apoio direto de Joseph Chamberlain (1836-1914), secretário-geral das Colônias, e da *Royal Society of London* (1663), da qual era membro. Com preocupações sanitaristas, Sir Alfred Lewis Jones e outros proprietários de navios, fundaram em 1899 a *Liverpool School of Tropical Diseases*, depois renomeada por *Liverpool School of Tropical Medicine*. Em Portugal, a controvérsia teve início numa época em que a medicina tropical ainda não existia como área científica institucionalizada e a bacteriologia constituía a área por excelência de suporte à medicina experimental.

Qualquer dos intervenientes nessas missões de estudo e também os membros do Comitê de Malária da *Royal Society of London* eram figuras de referência na história da doença do sono,

não só do ponto de vista experimental, mas também em relação ao conhecimento dos trópicos. Tinham preparo científico abrangente nos domínios da bacteriologia, parasitologia, história natural, zoologia, fisiologia e histologia, contrastando com o dos médicos portugueses, cuja formação era mais especializada.

Dentre as medidas de controle social adotadas na região do Tanganyika, o poder colonial deslocou em torno de 130.000 pessoas para 70 regiões contornadas por grandes territórios desmatados, como uma forma de impedir o avanço da mosca de tse-tse, até 1934 (HOPPE, 2003). Novamente essas ações coloniais pressupunham que nessas novas realocações, haveria maior disposição e interesse populacional por assimilar traços ocidentais da agricultura e criação de animais, assim quando retornassem a seus locais de origem reproduziriam os ensinamentos ordenando a vida social de forma sadia.

Várias e contínuas tentativas eram feitas para controlar os surtos da tripanossomíase, invadindo os corpos africanos com pulsões e incisões, testagem forçada de medicamentos, realocações das comunidades e o aprisionamento individual ou coletivo como no caso do *cordon sanitaire*, cuja interrupção da complexidade social causava a desestruturação social e a remodelagem da mobilidade social. No entanto isso não significou uma correspondência absoluta por parte dessas populações. Conforme as estratégias de controle da tripanossomíase alteravam essas estruturas, as populações lidavam com novos riscos e oportunidades. Os que superavam as epidemias, provavelmente, sofriam o rompimento de vínculos sociais - filhos, esposas, esposos, chefes, pais e avós. Esse vínculo social fragilizado pelas medidas preventivas foi desenhando formas de esquiva que seriam observadas na reação às futuras políticas de saúde coletiva no século XX, como no caso do combate ao vírus do HIV (LYONZ, 2002).

Nesse sentido, Hoppe (2003) aponta que a elite local, fazendeiros e pescadores africanos reconheciam que com o controle social de realocações foram inseridas novas variáveis à complexidade de

relações preexistentes e negociações entre os poderes presentes no espaço social - familiar, de nobres, religiosos e colonial. Para um poder colonial exploratório como no caso do Estado Independente do Congo, o extermínio das comunidades gerava o problema da falta de mão de obra forçada, ocasionando a locomoção de pessoas ou dos postos administrativos para a continuidade da exploração. Por isso, havia a necessidade de negociações contínuas entre o interesse colonial exploratório, médico e missionário e a remodelação da complexidade local, já que o cenário ecológico também estava alterando-se, por mutações de vírus, barragens e desvios hidrográficos, matança de animais de grande porte, desmatamento, prospecção de minérios e aglomerações urbanas.

Por outro lado, os vínculos com as autoridades coloniais e missionárias criavam novas tensões ou ambiguidades sociais, quando esses aparentavam ter algum tipo de refúgio ou proteção ao mesmo tempo em que esses estrangeiros destacam certa repulsa ou desprezo quanto a suas crenças, costumes, línguas e entidades etc.

Pelo apelo da administração colonial, o Escritório Colonial enviou, por meio da *Liverpool School of Tropical Medicine*, os médicos Allan Kinghorn e Eustace Montgomery.

Dr. Spillane, em 1907, verificou a existência de *Glossina Palpalis* ao longo do rio Kalungwishi e da mina de Kambove, correspondente hoje à Província de Luapula e Mporokoso. Por receio dos eventos epidêmicos em Congo e Uganda foram tomadas algumas medidas: cortar a mata grossa ao longo das margens do rio Kalungwishi e pouco mais de 270 metros em torno do posto administrativo. Em seguida, efetivou a lei de passe, *Pass Ordinance*, como feito em 1902 na Rhodésia do Sul. Com um efeito mais drástico para as populações locais foi proibida toda atividade pesqueira, confiscando as canoas da população e as destruindo sem qualquer compensação. Isso provocou um distúrbio social, pois essa era a atividade principal de subsistência da região e interferindo diretamente em sua dieta principal.

Essa regulamentação rompeu com a rede comercial local extinguindo o comércio de sal, bens de ferro, óleo de palmeira e peixe. Outra consequência foi o rompimento de rituais religiosos. A condução das orações de chuva nos santuários, o culto aos ancestrais e aos chefes, a peregrinação anual aos cultos territoriais de *Nsonga ya Chilima* na área montanhosa de Kundelungu e de *Mwepya* a margem leste do lago Mwero. Com receio das penalidades de *Nsonga* as pessoas tentaram realizar sua peregrinação, porém sendo detidas e multadas.

Outros efeitos coloniais eram o impedimento das visitas missionárias fora ou dentro da área de restrição, abertura de escolas ou capelas, diminuição da força de trabalho nas minas de Katanga, bem como a falta de alimentos para abastecer as construções da administração colonial e a estrada de ferro da Rhodésia.

A população foi realocada em regiões mais altas. Em 1908, os que habitavam Luapula próximo às corredeiras de Nsakaluba, em Kalima, foram deslocadas para Mwense Boma. Da mesma forma aqueles que estavam ao longo do rio Kalungwishi e às margens do lago Mwero foram deslocados para regiões mais altas. Dois anos depois, uma segunda ação de realocação fora feita. Toda a população entre Mwense e o riacho de Mununshi tiveram que ir para Mofwe. E os que restavam a margem de Kalungwishi foram relocados próximos às cascatas de Kundabwika. Para que não houvesse interesse de retorno, foi permitido a eles levarem somente bens de necessidade, deixando criações e plantações para morrerem, apodrecerem ou serem comidos por animais selvagens ou pelos mensageiros coloniais. Suas tendas foram queimadas.

Esperando por eles nessas localidades, salvo algumas exceções que contaram com a ajuda dos moradores locais e dos missionários Plymouth, não tiveram suporte adequado; posto que faltou um plano de realocação mínimo. Isso resultou na morte de muitas pessoas por fome ou outras doenças beneficiárias do organismo

estressado e mal nutrido. Depois de dois anos, os que sobreviveram a essas novas medidas, conseguiram aproveitar o solo fértil e até conseguiram permissão para pescar.

Até o ano de 1908 a Rhodésia do Norte tinha contratado apenas dois médicos. Com a descoberta da tripanossomíase entre 1907 e 1909, nas regiões de Mwero-Luapula, Kalungwishi, Tanganyika e Luangwa a empresa recrutou mais cinco.

Como notou Dr. H.T. Storrs, médico oficial, em Fort Rosebery, enquanto a restrição da mobilidade social era controlada na Rhodésia, na R.D. Congo os belgas corroboravam o deslocamento da população, observando várias canoas do outro lado do rio.

As Atitudes Elusivas

Diante da imposição de submissão criavam-se novas vias sociais de interação. Nesse sentido a atribuição de identidades doentias relativas à lepra ou à tripanossomíase gerava a redefinição de novos espaços sociais e vínculos identitários. Ambigualmente esse tipo de atribuição negativa, estigmatizada, oportunizava à população, em casos que os clínicos buscavam alguma informação ou eram abordados incisivamente pelos locais, havia um novo espaço de diálogo que operava ao redor da doença. De um lado era a oportunidade de manifestar suas necessidades, opiniões e preocupações sobre os mais diferentes assuntos à autoridade colonial, de outro, o clínico ouvia e indagava para discriminar o que poderia ser traduzido como relevante a seu diagnóstico. Nesse sentido, a doença era transformada em um meio de comunicação entre a população e a autoridade colonial correspondendo a um tipo de idioma convergente de interesses.

Como descreve Vaughan, “Leprosy offered to the missionaries the possibility of engineering new African communities, isolated from, and expunged of, all those features of African society. In such

institutions leprosy patients were offered leper identity as a 'liberation'" (1991, p. 78). O tipo de cuidado de seu corpo variava, desde medidas extremamente invasivas como pulsões lombares, no caso da tripanossomíase, medicamentos que os intoxicavam ou matavam, como até poder se tornar assistentes de clínicos, após a cura da predisposição às vicissitudes de sua natureza africana.

Quando as equipes coloniais se aproximavam dos vilarejos, de alguma forma, a população era notificada de antemão; visto que estipulou punições como multas aos que escondiam parentes adoentados ou eles mesmos fugiam para as matas. Essas ações seriam resultado da consciência comunitária em busca de proteção ou cuidado aos seus membros (LYONS, 1992; HUNT, 1999; VAUGHAN, 1991) - embora seja difícil detectar se isso partia de familiares ou qual a posição social do adoentado.

As atitudes elusivas são caracterizadas pela historicidade das relações assimétricas coloniais, segundo as quais a presença do colonizador remetia a diferentes significados de conflitos e de sofrimentos operados no cotidiano. Dessa forma, com a dinâmica de tal operacionalização os significados podiam atrair novos signos ou resíduos de outros conflitos reorganizando-se em novas categorizações de conflitos. Quanto aos resíduos esses eram considerados resultantes de conflitos comunitários, tendo a função de amenizar anseios ou interesses atualizados em comportamentos sociais de esquivas. De outra forma, somente tem essa função social se refletir ou for incorporado em atitudes similares, visto que é legitimado no interior de disposições pré-estabelecidas.

Mesmo que diminuísse pouco os efeitos da dominação colonial sobre o cotidiano, cumpriria com sua função podendo servir a outras situações de imposição. Podemos até observar traços semelhantes dessa mesma dinâmica naquilo que Néstor Canclini (2010) denomina de poder oblíquo em pichações e história em quadrinho na Argentina. Há neste caso certo embate, porém por seu caráter

de anonimato nas pichações ou de sutileza irônica nas histórias em quadrinho, recontam com a esquivia necessária diante do processo colonizador espanhol sobre seus primeiros habitantes como sobre as populações negras.

Igualmente, esses dispositivos de esquivas operavam para diminuir a pressão de poderes locais sobre determinados territórios. Era o caso da proteção de grupos menores, como Mambwe ou Lala, diante das razias e invasões dos Babemba, ou até do refúgio que mulheres buscavam nas missões contra os maus tratos de seus esposos ou a busca de alimentos durante os períodos de estiagem (KAYAMBI, 1895). Nesse sentido, não devemos, unilateralmente, polarizar entre interesse estrangeiro e sofrimento local, mas desvelar o contexto em que os interesses das populações locais lidavam com determinadas oposições, reproduzindo as relações assimétricas, cuja distinção social pedia outras formas de embate.

O estabelecimento dos missionários em regiões onde a vida social sustentava seus vínculos afetivos se encontrava entre as que a resistência à conversão era presente. Além disso, era comum a associação entre situações novas, alteridades, como a chegada dos estrangeiros e a falta de instrumentais para combater novos estados doentios. O que era evidenciado nos diários dos Missionários da África a fuga de mulheres das aulas de catecismo argumentando que a morte era produzida pelo batismo. Há dois aspectos a serem considerados que por estudos posteriores puderam ser apresentados, como demonstram os estudos de Audrey Richards (1956), Thera Rasing (1994) e Wim van Binsberger (1980), antes da ascensão do poder do chefe supremo Bemba, *Chitimukulu*, como sendo o detentor de bens simbólicos. Como esses estudos demonstram as mulheres respondiam pelo culto aos antepassados. A partir da crescente expansão territorial Bemba, em 1850, detidos a leste pelos Angoni (migração de grupos Shona em Malaui), os homens resguardaram o culto aos *mpashi*, culto aos chefes, suplantando o domínio feminino do culto

dos antepassados comuns. Associado a essa disputa de poder dos cultos dos antepassados e o surgimento de epidemias nas primeiras décadas de 1900, o batismo e/ou ritual de extrema unção aos enfermos convertia-se em causação do mal estar social. Isso produziria o que Luise White (2000) e Gessler (2005) apontou como produção subsariana de rumores contra as medidas de controle social, interpretadas como estratégia “branca” de roubar sangue das pessoas e produzir remédios a partir deles. Nessa categoria de vampiro estavam autoridades coloniais, missionários cristãos e médicos, juntamente com seus assistentes locais e seus instrumentos como vacinas e vitaminas que até reduziam a fertilidade juvenil.

Em resposta ao domínio do *Chitimukulu* foi destacado o ritual feminino, *chisungu*, no cenário social. Com a repercussão da igreja de Lenshina e sua evidência por estudos de gênero, a partir de Audrey Richards (1956) – Calmette, Bisberber e Hinfelaar – a matrilinearidade conseguiu sobrepor-se ao poder do *Chitimukulu* que havia sido enfraquecido durante o colonialismo da BSAC e na independência em 1964 que centralizava ideologicamente todos os grupos da Rhodésia do Norte em torno do lema de Kennedy Kaunda, “One Zambia, one nation”.

O ditado popular *inshita ya kushita imyunga panshi* (o período em que as espinhas de peixe eram enterradas no chão) foi resultante da proscrição pesqueira de Dr. Spillane. Musambachime afirma ser um ditado comum em toda a extensão de Mwero-Luapula, assegurando a conclusão de sua prática social. Os pescadores que conseguiram esconder suas canoas as usavam a noite para pescar, correndo o risco de morrerem por ataques de crocodilos e hipopótamos. Após comer o peixe, escondido dos mensageiros coloniais (vigias administrativos), enterravam as espinhas na terra.

No mesmo sentido, para as populações que eram removidas de suas terras próximas aos aquíferos, outros rumores apontavam para a arbitrariedade estrangeira. Denunciando esses de quererem reter

todos os peixes para si bem como usurpar suas terras, principalmente com a chegada dos colonos britânicos (MUSAMBACHIME, 1981).

Alguns chefes em Luapula que criticavam o *Acting Administrator*, como Nkuba Chisoka, chefe supremo dos Bashila, ao perceber que seria punido pela força militar da NER, juntou seu povo para subirem nas canoas e foram para o outro lado de Luapula, de domínio belga. Para a surpresa da NER, os belgas os receberam e transformaram Nkuba Chisoka em chefe local.

Depois de um ano a lei começou a ser percebida como lei morta em algumas regiões devido a necessidade de mão de obra. Assim foi que Dr. Fleming pressionou o comitê da BSAC para conseguir em torno de sete a dez mil trabalhadores nas minas da Rhodésia do Sul.

Como observamos, as atitudes elusivas foram desdobradas do cenário colonial, de acordo com as tensões ou sobreposições das autoridades estrangeiras. Dentre as várias maneiras de esquivas encontradas há as que permeavam o cotidiano como ausente, quando a população evitava uma confrontação aberta com receio de algum tipo de punição, porém a exercendo longe dos olhos das autoridades – como o caso da pesca a noite -; as atitudes de adoção do mundo estrangeiro como um refúgio às incertezas sociais na forma de negação de si e de sua historicidade, exemplificado pela posição de mensageiros coloniais ou catequistas; e, outras atitudes, como dito por Gessler de rumores que embora às autoridades conhecessem e tentassem combater não operavam no interior de uma mesma lógica, por sua estruturação assimétrica.

Sem um interesse de esgotar todas as expressões de atitudes elusivas, observamos que a dinâmica entre fatores ecológicos/mobilidade humana, interesses coloniais tanto pela exploração das riquezas naturais e força de trabalho aliados ao desenvolvimento da medicina tropical e as respostas da população dentro de estruturas

assimétricas possibilitam elucidar novas formas de entendimento a respeito da chamada resistência populacional, quanto a não adesão a determinadas campanhas de saúde, compreendendo-as como perigosas a novas produções de controle social.

Considerações Finais

O argumento de Maryinez Lyons que, segundo a autora, em suas pesquisas de campo as populações apontaram a causa da epidemia de tripanossomíase ter sido do processo de deterioração social imposto pelos estrangeiros. As migrações continuaram e continuam e temos a impressão de que em toda a região norte da Rhodésia do Norte e no Forte Jameson, de acordo com as tradições de noivado e pagamento de dote não haver menção do pagamento em gado, nem de rituais relativos à procriação desse paquiderme, como observamos entre os Tonga ao Sul (CLIGGETT, 2013). Isso sugere que a *nagana* bem como tripanossomíase humana não terem sido introduzidas pela chegada do colonialismo, quiçá das rotas árabes em busca de escravos. Por outro lado, seria uma condição ecológica endêmica, não diferenciada em rituais pela busca de cura para malária ou outra situação da hematúria. Por isso, a interrupção dos tratamentos sem fornecer-lhes condições de realocação adequada ou indenização, mas impondo-lhes o uso de sua força de trabalho nas minas de prospecção. Outrossim, os interesses externos reproduziram as condições de vulnerabilidade de longa duração.

Propusemos lançar novas reflexões sobre os efeitos sociais da exploração pré-colonial e colonial no interior da África Central tendo como foco a região próxima ao rio Kalungwishi no norte da Zâmbia e do Forte Jameson no Malauí. Foram as várias ações de interesse estrangeiro que impuseram sobre as populações locais situações de vulnerabilidade de longa duração, geradoras da exploração de riquezas africanas por interesses externos. Foram esses interesses

que buscamos elucidar por meio da dinâmica do processo colonizador, interpretados pela interação das três dimensões, ecológica, da Medicina Tropical e das operacionalizações africanas. Diante dessas contínuas imposições as populações conseguiram a partir de suas práticas culturais desenvolver posicionamentos políticos de oposição denominados aqui de atitudes elusivas.

Dessa forma, o estudo das atitudes elusivas podem explorar os efeitos da exclusão social delineantes de situações de vulnerabilidade perdurados em várias gerações. Para que as políticas públicas tenham a eficácia desejada na salvaguarda de sua população, e não de controle dos seus corpos e de sua alteridade, essa proposição investigativa de longa duração debruça-se sobre o intercâmbio de dimensões do cotidiano tratadas isoladamente. Nesse sentido, o reconhecimento do poder político de populações em exclusão procura criar um espaço de diálogo por meio de idiomas estabelecidos, como foi o caso da tripanossomíase, entre medidas preventivas e práticas culturais como resultado de uma lógica social de longa duração. O que pode ser observado por rumores de vampirismo, manutenção da iniciação feminina, culto aos antepassados, pescas de madrugada e funções coloniais assimilativas (catequistas, religiosos, mensageiros e outros) que por constantes migrações mantiveram dispositivos culturais em larga escala e por várias gerações.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, I. Bactéria ou parasita? a controvérsia sobre a etiologia da doença do sono e a participação portuguesa, 1898-1904. *História, Ciência e Saúde – Maguinhos*, vol. 19, n. 4, out-dez/2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702012000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 13/06/2012.
- BINSBERGER, W. *Religious change in Zambia: exploratory studies*. London/Boston: Kegan Paul, 1981.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2010.

CLIGGETT, L. Componentes sociais da migração: experiências da província sul, Zâmbia. *Revista História Questões e Debates*, 58: 2013. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/view/33872>>. Acesso em: 10/1/2014.

COMAROFF, J; COMAROFF, J. *Ethnography and the historical imagination*. E.U.A., Boulder, Westview: 1992.

CORBEIL, J.J. *Mbusa: sacred emblems of the Bemba*. Mbala, Moto-Moto Museum; London: Ethnographica Publishers: 1982.

CUNNISON, I. (trans.). *King Kazembe: Gamitto's diary of the Portuguese expedition 1831-2*. Lisbon, Junta de Investigações do Ultramar: 1960.

DA SILVA, J. O. A dupla sondagem para interpretar as narrativas missionárias católicas na Zâmbia. *Revista Eletrônica do Tempo Presente*, ano 3, n. 3, 2012a. Disponível em:< http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5855:a-dupla-sondagem-para-interpretar-as-narrativas-missionarias-catolicas-na-zambia&catid=92:edicao-do-mes-de-setembro-2013&Itemid=226>. Acesso em: 10/03/2012.

_____. A autonomia kantiana e o enredo da exclusão: análise das condições sócio-históricas brasileiras geradas pelo processo colonizador. *Revista Bioética*, vol. 20, n. 1. 2012b. pp. 87-96.

DECCA, E. S. 1930 - *O silêncio dos vencidos*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

DE HEUSCH, L. (1972) *Le roi ivre ou l'origine de l'état*. Paris, Gallimard: 1972.

_____. *Rois nés d'un coeur de vache*. Paris, Gallimard:1982.

ECHENBERG, M. *Black death, white medicine: bubonic plague and the politics of public health in colonial Senegal, 1914-1945*. EUA, Heinemann: 2002.

ELERT, H. *The magic of Makishi: masks e traditions in Zambia*. Singapore, Tien Wah Press: 200?.

EPSTEIN, Arnold Leonard. Military organization and the pre-colonial of the Bemba of Zambia. *Man*, Vol. 10, n. 2, p. 199-21, jun. 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2800494>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

FANON, F. *Máscaras brancas e pele negra*. Salvador, EDUFBA: 2010.

GARREC. *Lubemba of the years 1910-1920 seen through the writings of Fr Garrec WF, 1910-1920 (?)*

GEISSLER, P. W.; POOL, R.. Editorial: Popular concerns about medical research projects in sub-Saharan Africa – a critical voice in debates about medical research ethics. *Tropical Medicine and International Health*, vol. 11, n. 7, pp. 1-8.

GAUSSET, Q. *Etude préliminaire des Wawa de l'Adamawa (Cameroun)*. Mémoire de Licence, Université Libre de Bruxelles: 1992.

GOSSELAIN, O. In pots we trust: the processing of clay and symbols in sub-Saharan Africa. *Journal of Material Culture*, vol. 4, n. 2, p. 205-230, jul. 1999.

IPENBURG, A. 'All good men': the development of Lubwa mission, Chinsali, Zambia, 1905-1967. New York, Peter Lang: 1992.

HEADRICK, D. Seeping sickness epidemics and colonial response in East and Central Africa. – 1900-1940. *PLoS Neglected Tropical Disease*, 8(4): 2004. e2772.2014

HOPPE, K. A. *Lords of the fly: sickness control in British East Africa, 1900-1960*. Connecticut, Praeger: 2003.

HUNT, N. R. *A colonial lexicon of birth ritual, medicalization, and mobility in the Congo*. EUA, Duke University Press: 1999.

KALINGA, O. J. M. Colonial rule, missionaries and ethnicity in the north Niassa District (1891-1938). *African Studies Review*, vol. 28, n.1, p. 57-72, mar. 1985. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/524567>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

KAYAMBI. *Diário de posto missionário*. Lusaka, Faith and Encounter Centre: 1900-1911.

LÉPINE, C. *Os dois reis do Danxome: varíola e monarquia na África Ocidental, 1650-1800*. São Paulo, Marília, Cultura Acadêmica Editora: 2000.

LABRECQUE, Edouard. *Beliefs and religious practices of the Bemba and neighbouring tribes*. Zâmbia, Chinsali: Language Centre Ilondola. [1a. Parte 1931, 2a. parte 1934], 1982.

LINDEN; LINDEN

LYONS, M. *The colonial disease: a social history of sleeping sickness in northern Zaire, 1900-1940*. Cambridge, Cambridge University Press: 1992.

MACKENZIE, J. (1984), em *Propaganda and Empire: the manipulation of British Public Opinion, 1880-1960*. :1984.

M'BOKOLO, E. *África Negra: história e civilizações. Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Porto: Edições Colibri, 2007.

MPONDA-MAMBWE. *Diário de posto missionário*. Lusaka, Faith and Encounter Centre: 1891-1905; 1891-1895.

MUSAMBACHIME, M. The social and economical effects of sleeping sickness in Mweru-Luapula – 1906-1922. *African Economic History*, n. 10, 1981, pp. 151-173.

NASCIMENTO, W. F.; MARTORELL, L. B. A bioética de intervenção em contextos descoloniais. *Revista Bioética*, vol. 21, n. 3. 2013. pp. 423-431.

OLIVER, Roland; ATMORE, Anthony. *Medieval Africa- 1250-1800*. EUA, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *Colonialism: a theoretical overview*. 2a. ed. E.U.A., Princeton: Markus Wiener Publication, 2005.

PACKARD, R. M. *White plague, black labor: tuberculosis and the political economy of health and disease in South Africa*. California, University of California Press: 1989.

PEREIRA; RIBAS, 2012

RASING, Thera. *Passing on the rites of passage : girls' initiation rites in the context of an urban Roman Catholic Community on the Zambian Copperbelt*. Leiden, Holanda: African Studies Centre Series 6/1995, 1996.

RENAULT, François. *Le Cardinal Lavigerie, 1825-1892*. França, Paris, Fayard : 1992.

RICHARDS, Andrey. *Chisungu: a girl's initiation ceremony among the Bemba of Northern Rhodésia*. London: Longman: 1956.

ROBERTS, Audrey. *A history of the Bemba: political growth and change in North-Eastern Zambia before 1900*. London: Longman, 1973.

ROSENBERG, C. E; GOLDEN, J. (eds.). *Framing disease: studies in cultural History*. New Jersey, Rutgers University Press: 1997. (intro.)

ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine*. Cambridge, Cambridge University Press: 1992.

SCOTT, H. *A history of Tropical Medicine*. Baltimore, Williams and Wilkins: 1947. pp. 454-480; 513-523.

SCOTT, J. *Weapons of the weak. - everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press: 1985.

THOMPSON, E. E. *The making of English working class*. Londres, Penguin: 1968.

TILLEY, H. Ecologies of complexity: Tropical environments, African trypanosomiasis, and the

science of disease control in British colonial Africa, 1900–1940. *Osiris* 19: 2004. pp. 21–38.

_____. *Africa as a living laboratory*. Chicago, University of Chicago Press: 2011. pp. 176– 191

VANSINA, Jan. *Kingdoms of savanna*. Madison, University of Madison: 1985.

_____. *Paths in the rainforests*. Londres, James Currey: 1990.

_____. *Linguistic Evidence for the Introduction of Ironworking into Bantu-Speaking Africa*; vol. 33, p. 321-36, 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20065776>>. Acesso em: 28 fev. 2006.

VAUGHAN, M. *Curing their ills: colonial power and African illness*. California, Stanford: 1991.

WHITE, Luise. *Speaking with vampires: rumors and History in Colonial Africa*. California, University of California Press: 2000.

WITKAMP, B. *Seeing makishi – an anthropological study of a west Zambian art*. M.A. Thesis. University of Leiden, Netherlands: 1987.

Enviado em 20 de agosto de 2015

Aprovado em 30 de outubro de 2015

A “PARTILHA DO GORILA” ENTRE CIÊNCIA E LITERATURA DE ALHURES E SABERES LOCAIS^{1*}

Sílvio Marcus de Souza Correa*

RESUMO

O artigo mostra como certos saberes locais sobre o gorila foram apropriados pela ciência e pela literatura desde meados do século XIX. O estudo sobre a circulação dos saberes permite perceber os papéis e a importância dos africanos na base do conhecimento produzido no campo científico e literário sobre os gorilas.

Palavras-chave: Gorila, Africa, ciência, literatura de viagem

ABSTRACT

The article shows how some local knowledge about the gorilla were appropriated by science and literature since the mid- nineteenth century . The study of the circulation of knowledge allows us to understand the roles and the importance of Africans at the base of knowledge produced in scientific and literary field on the gorillas.

Keywords: Gorilla, Africa, science, travel literature

* (UFSC) - silvio.correa@pq.cnpq.br

¹ *O presente artigo foi realizado durante estágio no exterior na condição de pesquisador visitante junto ao Instituto de Estudos Avançados de Paris. Uma primeira comunicação sobre este tema foi apresentada no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado em Lisboa, de 1 a 5 de fevereiro de 2015.

Em 1847, o missionário e naturalista Thomas Savage se valeu de saberes locais para publicar um primeiro artigo científico sobre um novo “troglodita”. Nos anos seguintes, outros artigos foram publicados em Londres e Paris sobre o maior primata das selvas africanas. Estes primeiros artigos contêm referências indiretas a fontes orais africanas. Além de artigos científicos, relatos de viagem tiveram por tema o gorila e a oralidade africana como uma das fontes de informações. Mas as referências às experiências e aos saberes dos africanos em relação aos gorilas foram logo obliteradas pela ciência e pela literatura.

O trabalho proposto analisa como certos saberes locais sobre o maior primata das selvas africanas foram descartados, enquanto que outros foram enquadrados como subalternos ou marginais à ciência e à literatura ocidentais. Com ênfase na “circulação dos saberes”, mais do que contrabalançar a autoria dos ilustres cientistas com a sabedoria popular, busco evidenciar o papel dos informantes africanos no processo de transferência e produção de conhecimento em torno dos gorilas.

Trata-se de um exemplo, entre outros, de como ciência e literatura se valeram de saberes locais sem, contudo, reconhecê-los enquanto um conjunto de conhecimentos, práticas e posturas com validade social nos lugares em que estes foram produzidos. No caso dos gorilas, os saberes locais foram imprescindíveis para localizá-los, persegui-los, capturá-los e transportá-los. Se capturados vivos, ainda filhotes, sua alimentação e sobrevivência dependiam dos saberes locais.

Com as primeiras missões e empórios no estuário do Gabão, missionários e comerciantes europeus ou norte-americanos recolheram informações sobre um macaco maior que o chimpanzé por intermédio dos nativos. Os saberes locais foram também importantes para informar sobre o comportamento social dos gorilas, sua distribuição espacial, sua alimentação, sua ecologia, etc.

Em meados do século XIX, a descoberta científica do gorila teve um grande impacto na comunidade acadêmica. Apesar do conhecimento ainda muito parcial que se tinha sobre os gorilas, a imprensa europeia e norte-americana não perdeu a ocasião para divulgar uma série de matérias sobre a sensacional descoberta. Em alguns periódicos, o gorila era representado como um “homem-macaco”; inclusive, a legenda (*the newly-discovered man-monkeys*) da ilustração de um semanário nova-iorquino não deixava dúvidas sobre isso.² Em outras matérias, destacava-se a semelhança do homem com os grandes símios. Para ficar num exemplo, um semanário ilustrado de Lisboa publicou a seguinte nota sob o título “Gorilles, orangos e chimpanzés”:

O macaco (*simius*) forma a primeira familia dos mamíferos, da ordem dos quadumanos: n'esta familia comtudo ha innumeras variedades, provindas da America e da Africa, sendo a que os naturalistas denominam *anthropomorpha*, a que parece comprehender animaes que se assimilham mais ao homem nas formas exteriores e na intelligencia.

Gorilles, orangos e chimpanzés são as especies, n'este sentido, mais afamadas, e até já houve quem se atrevesse a achar-lhes tanta affinidade com o homem, que apenas faltava marcar o grão de parentesco!

Viajantes credulos, pouco instruidos ou quiçá menos sinceros, tem também concorrido para divulgar a erronea opinião de que os macacos representam uma raça degenerada de homens. Fundaram-se esses posto que não seja natural d'este paiz; os exemplares que apresentamos são na realidade os mais perfeitos, e a gravura está bastante clara para nos poupar a uma descripção, de que não proviria proveito algum.³

A busca por gorilas não cessou de aumentar depois de sua descoberta, tanto em função de uma demanda do meio científico quanto da população metropolitana já acostumada com a exibição

² Harper's Weekly, Nova York, Harper & Brothers, 12 November 1859.

³ Archivo Pittoresco. Semanário Illustrado. Lisboa, 02.09.1858, p.101.

de animais selvagens nos grandes centros urbanos da Europa. Se não havia consenso sobre o parentesco entre os primatas, a descoberta do gorila fomentou polêmicas e especulações que se inscrevem na produção de saberes que viriam a servir de suporte ideológico ao empreendimento colonial à época da “Partilha da África” e também ao longo da primeira metade do século XX.

A intrigante semelhança

A semelhança entre o homem e o macaco intrigou Aristóteles. Também Plínio, o Velho, tratou dela em sua História Natural. Na Antiguidade, sátiros e trogloditas foram associados a figuras bizarras, meio homem, meio macaco. Durante a Idade Média, tal semelhança foi considerada suspeita e monos foram representados como animais diabólicos. Com a expansão ultramarina, aumenta o número de animais exóticos que chegam aos portos da Europa. Entre eles, os macacos e os psitacídeos predominam como mascotes nas cortes europeias. O costume de ter animais exóticos como mascotes se aburguesou em algumas cidades europeias dos séculos XVII e XVIII. A propósito, vários quadros em estilo maneirista e barroco têm monos, papagaios e araras como animais domésticos. Se os macacos agradavam nobres e burgueses, eles também eram objeto do interesse científico dos naturalistas. A rainha da Suécia chegou mesmo a doar o seu macaco ao naturalista Carl Lineu.⁴ Escusado é lembrar que o naturalista sueco inseriu o homem na ordem dos primatas; aliás, uma nomenclatura criada pelo próprio Lineu em 1758.

⁴ BARATAY, Éric; HARDOUIN-FUGIER, Élisabeth. Zoos. Histoire des jardins zoologiques en occident (XVIe-XXe siècles) Paris: Éditions la découverte, 1998, p.40. Escusado lembrar que a categoria dos primatas advém da classificação lineana. Se na primeira edição do Systema Naturæ (1735), o homem e alguns símios foram classificados sob a categoria “antropomorfa”, em edições posteriores, o naturalista sueco adotou a categoria primata, insistindo na semelhança anatômica.

Os estudos osteológicos, anatômicos e morfológicos sobre os macacos permitiram sistematizar um conhecimento científico sobre a semelhança entre humanos e os grandes símios, notadamente orangotangos e chimpanzés. Em 1699, Edward Tyson já havia escrito um livro sobre o Orangotango, chamado então de *Homo sylvestris*. Em seu livro, juntamente com uma síntese sobre o assunto, desde alguns textos de Aristóteles, Plínio e outros pensadores da Antiguidade que trataram de macacos, sátiros e trogloditas até relatos de viagem dos séculos XVI e XVII, o médico inglês apresentou seus resultados sobre a morfologia e a anatomia de grandes macacos que ele pôde observar em Londres.

Na Escócia, a ideia de raças era esboçada na tese poligenista de Henry Home em *Sketches on the History of Man* (1734). Por seu turno, James Burnett, autor de *On the Origin and Progress of Language*, empreendeu estudos de anatomia comparada entre homem e os grandes símios a fim de entender a evolução da linguagem. Em Paris, naturalistas como Buffon e Daubenton escreveram também sobre os grandes símios em seus compêndios de história natural. Em 1775, no tratado *De Generis Humani Varietate Nativa*, Johann Friedrich Blumenbach defendeu a ideia de raça e, assim como Buffon, sustentou a tese da degeneração racial para explicar certas diferenças entre grupos humanos em diferentes continentes. Com os estudos de craniometria, a ideia de raças degeneradas assume um lugar importante no campo disciplinar da antropologia física e, desde então, acentua-se a tendência a comparar anatomicamente as “raças humanas mais degeneradas” com os macacos.

No final do século XVIII, tanto na Grã-Bretanha quanto na França, a comparação entre negros e macacos era corrente na comunidade científica. Em sua obra *An Account of the Regular Gradations in Man and in Different Animals and Vegetables* (1799), Charles White afirmou que “o Africano, notadamente pelos seus traços que lhe fazem diferente do Europeu, é próximo do macaco”. Também Sir William

Lawrence afirmou algo semelhante em *Lectures on Physiology, Zoology and the Natural History of Man* (1819). O então já famoso anatomista francês Georges Cuvier fez suas próprias comparações entre homens e macacos. Para os humanos, Cuvier estabeleceu três raças. Também o poligenista inglês Charles Hamilton Smith estabeleceu três raças (caucasiana, mongólica e negra) para a espécie humana em sua obra *The Natural History of the Human Species* (1848).

Monogenistas e poligenistas polemizavam com base em estudos de anatomia comparada e também a partir de novos indícios paleontológicos sobre a antiguidade e a diversidade da espécie humana. Porém, as especulações modernas se diferem daquelas dos tempos de Aristóteles e Plínio, o velho. Na Antiguidade, a comparação era entre o homem e o macaco. No pensamento moderno ela se racializa e se torna cada vez mais uma comparação entre o negro e o macaco.⁵

À época dos estudos de anatomia comparada de Charles White e George Cuvier, os grandes macacos eram gibões, orangotangos e chimpanzés. O gorila era ainda desconhecido nas academias europeias. A primatologia alargaria suas fronteiras com as expedições científicas mundo afora, principalmente pela América do Sul, África e Ásia. Em relação aos macacos cujo habitat natural era a África equatorial, muitos foram classificados a partir da segunda metade do século XIX; inclusive, o maior primata de todos.

Em 1845, se os naturalistas europeus e norte-americanos ignoravam a ocorrência de uma espécie antropolóide maior que os chimpanzés e os orangotangos nas florestas da África equatorial, muitos grupos humanos conheciam o enorme animal que logo seria denominado como “troglodita gorila”. Para estes grupos humanos, notadamente aqueles silvícolas do Gabão, a semelhança entre os

⁵ Na dissecação do corpo de Sarah Baartman, G. Cuvier comparou as características sexuais da “Vênus Hotentote” com as de fêmeas de babuínos. Afirmou ainda Cuvier nunca ter visto uma face tão semelhante a de um macaco que a de Sarah Baartman. Cf. *Mémoires du Muséum d'histoire naturelle*, Volume 3, Paris, 1817, p. 259-274.

gorilas e eles se explicava por um parentesco que se inscrevia numa ordem mítica, religiosa e ecológica que definia a relação entre os seres vivos. Esses saberes locais serão tratados mais adiante.

A descoberta do gorila no meio científico

Desde o final do século XVIII, vários naturalistas estavam engajados no programa de completar o inventário zoológico e botânico com base no sistema classificatório de Carl Lineu. No campo da botânica e da zoologia, a África se tornou alvo dos naturalistas lineanos como Anders Sparrman e William Paterson.⁶ Novas espécies e subespécies ampliavam o conhecimento zoológico e botânico, mas poucas delas tinham um impacto fora da comunidade científica. A descoberta de fósseis também causavam sensação, sobretudo aqueles relacionados à megafauna.

As comparações entre homens e macacos se inscrevem neste contexto de descobertas tanto de fósseis quanto de animais e plantas ainda desconhecidos do meio científico. No século XIX, houve um importante avanço no que diz respeito à idade geológica do planeta, bem como a diversidade de espécies de animais e plantas, etc. Tal acúmulo de conhecimento no campo da geologia, paleontologia e arqueologia não se fez sem evidenciar algumas anomalias da teoria em voga sobre a gênese humana e a sua relação com a história natural.⁷ A descoberta de fósseis humanos juntamente com aqueles de uma fauna extinta suscitava uma série de questionamentos sobre a origem das espécies, inclusive a humana. Em termos de anatomia

⁶ PATTERSON, William. *Voyages in the land of the Hottentots and the Kaffirs*, London, 1789; SPARRMAN, Anders E. *A Voyage to the Cape of Good Hope, Towards the Antarctic Polar Circle and Round the World*, London, 1775.

⁷ Para a importância de Cuvier para a constituição do campo disciplinar da paleontologia: FARIA, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Editora 34, 2012.

comparada, os novos estudos sobre a relação entre o homem e os grandes macacos obrigavam alguns cientistas a rever suas teorias.

A teoria de Cuvier, por exemplo, já tinha seus oponentes dentro e fora da França pós-napoleônica. A origem da espécie humana e sua diversidade eram cada vez mais explicadas por teorias racialistas. Figuras híbridas, meio homem e meio macaco, faziam parte do imaginário ocidental e não se descartava a hipótese de encontrá-las no interior da África.

Em meados do século XIX, às vésperas de uma crise paradigmática no meio científico e da emergência de um novo paradigma (o darwinismo), fez-se a descoberta do maior primata nas florestas do Gabão. Primeiramente, missionários norte-americanos foram informados pelos nativos a respeito de um grande macaco. Crânios e ossos foram coletados e enviados aos Estados Unidos. Em 1847, um artigo de autoria do missionário e médico Thomas S. Savage e do anatomista Jeffries Wyman, publicado na *Boston Journal of Natural History*, apresentava um primeiro estudo osteológico do crânio, fêmur, tibia, pélvis e demais ossos de uma nova espécie de primata. Tratava-se de um animal distinto do chimpanzé (*Pan troglodytes*). Foi chamado de gorila (*Troglodytes gorilla*) em alusão a uma primeira referência ao suposto animal.⁸

Em 1849, um esqueleto de gorila chegou ao Museu de História Natural de Paris. Outros se somariam à coleção parisiense nos anos seguintes. Em 1852, Dr. Ford, um outro missionário americano que esteve no Gabão escreveu sobre o gorila e conferiu palestra na Academia de Ciências da Filadélfia.⁹

⁸ Trata-se do relato do cartaginês Hannon. Para o seu estudo, Savage e Wyman se valeram ainda de fontes orais e também da literatura viática sobre a África dos séculos XVI e XVII. Para ficar em dois exemplos: no relato do inglês Andrew Battel e na compilação do holandês Olfer Dapper, tem-se a referência a figuras antropomórficas de sátiros ou trogloditas.

⁹ READE, William W. Savage Africa. New York: Harper & Brothers, 1864, p.179.

Entre 1853 e 1861, uma série de estudos de anatomia comparada foi publicada nos anais do museu de história natural de Paris; inclusive, uma nova denominação (*Gorilla gina*) foi dada pelo zoólogo francês Isidore Geoffroy Saint-Hilaire.¹⁰ Se a denominação “gorila” remetia àquela já empregada por Savage e Wyman, o termo “gina” era uma corruptela de uma denominação africana ao maior de todos os macacos.

No mesmo período, esqueletos de gorilas chegaram também ao Museu Britânico em Londres, onde Richard Owen aprofundava seus estudos de anatomia comparada entre o homem e os grandes símios. Maior autoridade sobre os primatas, o professor Owen obteve também ossos e gorilas empalhados do caçador Paul Belloni du Chaillu que, por sua vez, explorou o interior do Gabão, entre os anos de 1853-1859 e 1863-1866.

Ao mesmo tempo que os naturalistas compartilhavam suas dúvidas e suas descobertas em correspondências e publicações científicas, uma tendência racialista se moldava para a interpretação do parentesco dos primatas. Na França, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, do conde Gobineau, foi publicado em 1853. Nos Estados Unidos, *Indigenous Races of the Earth*, de Josiah Clark Nott e George Robins Gliddon, veio a lume em 1857. Ambas as obras afastavam a “raça caucasiana” e aproximavam a “raça negróide” dos macacos.

A captura de um gorila vivo se tornava mais imperativa aos estudos científicos uma vez que as especulações sobre o seu comportamento, suas formas de comunicação e sua semelhança com os humanos contribuíam para ampliar o imaginário ocidental tanto em relação as hipóteses do que poderia ter sido o homem pré-histórico como do que poderia ser um elo perdido da evolução humana.

¹⁰ GAUTIER, Jean-Pierre. “À la recherche des gorilles”, HOMBERT, Jean-Marie et PERROIS, Louis (sous la dir.). *Coeur d’Afrique: Gorilles, cannibales et Pygmées dans le Gabon de Paul Du Chaillu*, Paris: CNRS Éditions, 2005, p.67.

Em busca de um gorila vivo

Quando a marinha britânica iniciou a repressão ao tráfico no Atlântico, ainda eram poucas as viagens de exploração pelo interior da África equatorial. O número delas aumentou significativamente na segunda metade do século XIX. Cresceu também o número de exploradores com pretensões de naturalistas. Paul Belloni du Chaillu foi um desses exploradores que caçou, empalhou e enviou milhares de animais selvagens para coleções públicas e privadas da Europa e dos Estados Unidos.

Desde a sua primeira viagem ao Gabão, a caça e a preparação de animais selvagens para coleções particulares faziam parte de seus propósitos. A sua segunda viagem foi, inclusive, financiada parcialmente pela Sociedade de Geografia de Boston. Apesar de sua sensacional descoberta, desde a publicação de seu primeiro livro *Exploration and Adventures in Equatorial Africa* (1861), houve dúvidas no meio científico em relação à veracidade de suas observações sobre o comportamento do gorila, etc.

O escocês William Winwood Reade foi um aspirante a caçador de gorilas. Em *Savage Africa* (1864), William W. Reade tratou Paul B. du Chaillu como um embusteiro.¹¹ Richard Francis Burton foi outro crítico do explorador Paul B. du Chaillu. Em seu livro *Two Trips in Gorilla Land* (1876), Burton discorda de algumas de suas observações e assertivas. Mas tanto W. W. Reade quanto R. F. Burton fracassaram em suas tentativas de caçar gorilas nas selvas africanas.

¹¹ Reade era um escritor escocês e que esteve na África equatorial a fim de averiguar as observações de Paul B. du Chaillu. Cf. MANDELSTAM, Joel. „Du Chaillu's Stuffed Gorillas and the Savants from the British Museum“ Notes and Records of the Royal Society of London, Vol. 48, No. 2, 1994, pp. 227-245; HARGREAVES, J.D. "Winwood Reade and the Discovery of Africa." *African Affairs* 56.225, 1957, p. 306-316.

A maior proeza de Paul B. du Chaillu foi ter sido o primeiro “branco” a caçar gorilas nas florestas da África equatorial.¹² Mas nem ele, assim como W.W. Reade e R.F. Burton, conseguiu levar para a Europa ou para os EUA um gorila vivo. Os filhotes que foram capturados por Paul B. du Chaillu, morreram dias depois.

Enquanto não chegavam gorilas vivos aos portos europeus ou norte-americanos, a comunidade científica buscava um consenso sobre a semelhança entre o homem, o chimpanzé, o orangotango e o gorila.¹³ Com pretensões de ser reconhecido como naturalista e antropólogo, Paul B. du Chaillu esboçou suas hipóteses sobre as semelhanças entre chimpanzés, gorilas e humanos em seu livro *Exploration and Adventures in Equatorial Africa*. Richard F. Burton também dedica algumas páginas de seu livro *Two Trips in Gorilla Land* sobre as semelhanças entre gorilas e homens.

Provavelmente, as publicações científicas não tinham o mesmo impacto nos leitores leigos e na população metropolitana de Londres ou Paris do que os livros de aventuras na África. A literatura de aventuras se valeu da sensacional descoberta do gorila. As polêmicas em torno do maior primata já encontrado ganharam também as páginas dos principais jornais metropolitanos.¹⁴ Cabe lembrar o

¹² Sobre o explorador Paul B. du Chaillu ver: PATTERSON, K. David. „Paul B. Du Chaillu and the Exploration of Gabon, 1855-1865“ *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 7, No. 4 Boston University African Studies Center, 1974, pp. 647-667. Sobre as várias facetas (caçador, naturalista e escritor) de Paul du Chaillu, ver também HOMBERT, Jean-Marie et PERROIS, Louis (sous la dir.). *Coeur d’Afrique: Gorilles, cannibales et Pygmées dans le Gabon de Paul Du Chaillu*, Paris: CNRS Éditions, 2005.

¹³ McCOOK, Stuart "It May Be Truth, but It Is Not Evidence": Paul du Chaillu and the Legitimation of Evidence in the Field Sciences. *Osiris*, 2nd Series, Vol. 11, Science in the Field, 1996, p.177.

¹⁴ Um exemplo foi a polêmica em torno da veracidade das informações de Chaillu sobre os gorilas e na qual tomaram partido Richard Owen, do Museu Britânico de Londres, e John Cassin, da Academia da Ciências Naturais da Filadélfia.

importante papel da imprensa para a divulgação de certas descobertas científicas nas sociedades industriais.

Duas décadas depois da descoberta científica do gorila, o darwinismo já tinha ganhado importantes adeptos na academia e fora dela. A tese de um ancestral comum ao homem e aos grandes símios redefinia o parentesco com o gorila. Em jornais e revistas das principais metrópoles, várias matérias informativas, outras de conteúdo mais crítico e mesmo contra à teoria de Darwin eram publicadas. Até um poema satírico, intitulado *Monkeyana*, com menção aos nomes de Charles Darwin, Richard Owen, Thomas Huxley e Paul B. du Chaillu, foi publicado na revista londrina *Punch*.¹⁵ Na mesma edição, tem-se a caricatura de um gorila que se pergunta quem é ele afinal. A pergunta é uma paródia à frase abolicionista (*Am I a man and a brother?*). A teoria darwinista sobre a origem do homem seria motivo para várias caricaturas e notas satíricas nas páginas de semanários ilustrados europeus na segunda metade do século XIX.¹⁶

No Brasil, houve também uma tentativa de divulgar a ciência por meio de um jornal: *O Vulgarizador*: jornal dos conhecimentos úteis (1877–1880). Neste periódico foram publicados cinco artigos intitulados “O darwinismo: cartas a uma senhora”, entre 1877 a 1878, e de autoria de João Zeferino Rangel de S. Paio.¹⁷ Porém, desde 1875, o darwinismo já era tema de conferências que visavam divulgar o conhecimento científico na capital do Brasil. Tais conferências já eram polêmicas e tinham repercussão em jornais cariocas como o *Jornal do Commercio*, *O Globo*, *O Apostolo*

¹⁵ PUNCH. London, 18 de maio de 1861.

¹⁶ Ver por exemplo, a matéria “Vives les gorilles” no semanário *L’Éclipse*. Paris, 08.12.1872, p.2.

¹⁷ VERGARA, Moema. “Cartas a uma senhora”: questões de gênero e a divulgação do darwinismo no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2):, maio-agosto/2007. p.385.

e o *Diário do Rio de Janeiro*.¹⁸

Quase 30 anos depois da descoberta do gorila, não havia consenso entre os paleontólogos, zoólogos e antropólogos sobre a origem do homem e tampouco sobre o seu parentesco com os demais primatas. Mas a ideia de descender de um macaco e a de que o homem primitivo poderia ser negro desagradavam muitos das academias de letras e ciências. Em Londres, Berlim e Paris, alguns cientistas como Richard Owen, Rudolf Virchow e Louis Armand Quatrefages se mantinham reticentes ao darwinismo. A opinião deste último chegou a ser solicitada pelo imperador do Brasil. Para D. Pedro II era difícil admitir a explicação darwinista para a origem da espécie humana.¹⁹ Anos depois, em seu exílio, o ex-imperador do Brasil informou ainda ao seu amigo que ele continuava a crer que “o primeiro homem não foi nem descendente do macaco, nem tampouco negro.”²⁰

Em busca do elo perdido

No início do século XIX, os “hotentotes” eram considerados um elo perdido.²¹ A ideia de raças degeneradas predominava na academia e mesmo fora dela. Os “ethno-shows” de Barnum e Hagenbeck derivam, em parte, desse interesse popular e científico pela alteridade “animalesca” típica da invenção do Outro na Europa oitocentista.

¹⁸ CARULA, Karoline. O darwinismo nas Conferências Populares da Glória. Rev. Bras. Hist. vol.28, n.56, 2008, pp. 349-370. Ver também DOMINGUES, He-loísa M. B. et al. A recepção do Darwinismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

¹⁹ Carta de D. Pedro II a J. L. A. Quatrefages, Rio de Janeiro, 06.02.1886 (AAs/Paris).

²⁰ Carta de D. Pedro II a J. L. A. Quatrefages, Cannes, 17.04.1891 (AAs/Paris).

²¹ BLANCHARD BOETSCH La Vénus hottentote ou la naissance d'un „phénomène“, in: BLANCHARD, Pascal et al. Zoos humains et exhibitions coloniales. 150 ans d'inventions de l'Autre. Paris: La Découverte, 2011, p.95.

Poucos anos depois da publicação do primeiro artigo científico sobre o gorila, um jornal londrino noticiava uma atração sensacional no museu do Dr. Kahn.²² Tratava-se da exibição de “homens de cauda” da África central.²³ Tais especulações sobre a existência de “homens de cauda” eram compartilhadas por outros como Louis du Couret e Francis de Castelnau.²⁴ Em meados do século XIX, instituições francesas, como a *Académie des sciences* e a *Société de géographie* de Paris, trataram o assunto com toda seriedade.

Se a credulidade de alguns cientistas poderia dar margem para tais especulações, pode-se imaginar o impacto da descoberta do gorila numa época em que homens assumiam formas simiescas tanto quanto alguns primatas eram representados com formas humanas, sobretudo na literatura e nas artes gráficas. O evolucionismo de Darwin, Wallace e outros também contribuiria para uma ressignificação das semelhanças entre homens e macacos a partir da segunda metade do século XIX.

Em 1863 foi publicado em Londres o livro *Evidence as to Man's Place in Nature*, do naturalista britânico Thomas Huxley. No mesmo ano, o naturalista alemão Carl Vogt publicou suas lições sobre o homem e sua posição na criação e na história natural.²⁵ Ambas as obras foram escritas sob o paradigma evolucionista. Ainda em 1863

²² LINDFORS, Bernth. Le docteur Kahn et les Niam-Niams, in: BLANCHARD, Pascal et al. Zoos humains et exhibitions coloniales. 150 ans d'inventions de l'Autre. Paris: La Découverte, 2011, p.174-175.

²³ Referências aos “homens de cauda” têm-se desde Ptolomeu. Marco Polo também se refere a essas criaturas. No século XVIII, há figuras disso em obras de Carl Lineu e também de Johann F. Blumenbach.

²⁴ COURET, Louis. Voyage au pays des Niam-Niams. Paris: Martinon, 1854. CASTELNEAU, Francis L. Renseignements sur l'Afrique centrale et sur une nation d'hommes à queue qui s'y trouverait, d'après le rapport des nègres du Soudan, esclaves à Bahia. Paris: P. Bertand, 1851.

²⁵ VOGT, Carl. Vorlesungen über den Menschen, seine Stellung in der Schöpfung und in der Geschichte der Erde, . Giessen, J. Ricker'sche Buchnhandlung, 1863.

foi publicado o livro *Geological Evidences of the Antiquity of Man*, de Charles Lyell, no qual o autor defendia a existência do homem desde tempos pré-históricos.

Nas décadas de 1860 e 70, várias publicações (científicas ou não) aventaram sobre um elo perdido na evolução humana e também sobre a eventual existência de antropoides ainda desconhecidos da ciência. Paul B du Chaillu mencionou alguns como o *Kulu-Kamba*. Winwood Reade (1861) e Richard F. Burton (1876) também fizeram referências ao *Kulu-Kamba*. Burton, no entanto, considerava improvável a existência de um macaco maior do que o gorila. Já o taxidermista e comerciante Édouard Verreaux acreditava que as florestas do Gabão poderiam esconder mais surpresas, inclusive outras espécies de gorilas.²⁶

O que fomentou ainda mais a busca pelo elo perdido da evolução humana no interior da África foi o fato de se encontrar na mesma região equatorial gorilas, chimpanzés e os então denominados “pigmeus”. Durante suas expedições pelo interior da África, tanto Paul B. du Chaillu quanto Georg Schweinfurth encontraram, por exemplo, gorilas, chimpanzés e “pigmeus” em áreas vizinhas. Por sua vez, Schweinfurth escreveu que a boca dos “pigmeus” quase não tem lábios e parece com a dos macacos quando fechada.²⁷ Paul B. du Chaillu chegou a escrever um livro sobre o país dos “pigmeus”, intitulado *The country of the dwarfs* e publicado em 1872.

Ainda sobre os “pigmeus”, dois estudos foram publicados em 1874. Dois “pigmeus” capturados e levados para o Cairo e, depois, para Nápoles foram a base dos artigos de autoria de Richard Owen e Louis Armand Quatrefages. Se o primeiro pôde observar os dois “pigmeus”

²⁶ Correspondência de Édouard Verreaux ao Dr. Bocage, Paris, 22.01.1866 (AMNHN/Lisboa)

²⁷ QUATREFAGES, L. A. “Observations sur les races naines africaines, à propos des Akkas”, *Bulletins de la Société d’anthropologie de Paris*, 1874, p.501.

no Cairo, Quatrefages escreveu com base em fotografias que lhe foram enviadas da Itália.²⁸ Este último foi categórico ao afirmar que os “Akkas não são absolutamente o elo intermediário entre o homem e o macaco como alguns transformistas esperam ainda descobrir.” Quatrefages foi um dos primeiros a fazer a distinção entre os “pigmeus” encontrados por Georg Schweinfurth e aqueles por Paul B. du Chaillu.

Para a antropologia do final do século XIX, a comparação entre “hotentotes”, “pigmeus”, gorilas e chimpanzés foi uma prática comum dos estudos de anatomia comparada. Mas alguns estudos extrapolavam a comparação anatômica, estabelecendo comparações em termos de comportamento. O darwinista Carl Vogt comparou africanos com gorilas e chimpanzés ao tratar da microcefalia. Para o naturalista alemão radicado em Genebra, os microcéfalos teriam características anatômicas, comportamentos e posturas quase idênticas às dos macacos.²⁹ Se a involução era tratada em ensaios sobre a microcefalia, outras hipóteses semelhantes eram formuladas em relação aos “pigmeus” e aos grandes símios no que concerne às semelhanças anatômicas, etc.

Para Schweinfurth, a linguagem dos “pigmeus” era primitiva. Restava saber se os gorilas possuíam ou não uma linguagem. Afinal, a linguagem era considerada uma ponte entre natureza e cultura. Mesmo que não houvesse consenso na comunidade científica, os “zoos humanos” não hesitavam em exibir “bosquímanos” e “pigmeus” como elos da evolução humana. No início do século XX, um “pigmeu” chegou mesmo a ser exibido compartilhando uma jaula com macacos no jardim zoológico de Nova Iorque.³⁰

²⁸ Idem, p. 505.

²⁹ ROQUE, Maria Helena Neves. A contribuição de Miguel Bombarda para derruir as Mémoires de Carl Vogt, in: PEREIRA, Ana L. e PITA, João Rui (org.) Miguel Bombarda e as singularidades de uma época. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.167.

³⁰ BRADFORD, Phillips V. and Harvey Blume. Ota Benga - The Pygmy in the Zoo. New York, 1992.

Literatura e saberes locais

Paul Belloni du Chaillu foi o primeiro “branco” a caçar gorilas. Durante a sua juventude em Paris, ele aprendeu a técnica de taxidermia com Jules Verreux. Além de gorilas, Paul B. du Chaillu empalhou centenas de outros mamíferos e milhares de aves. Como ele mesmo afirmou no prefácio do seu primeiro livro:

“Eu matei, empalhei e enviei mais de 2.000 pássaros, dos quais mais de 60 espécies novas e eu abati mais de 1.000 quadrúpedes, dos quais empalhei e enviei 200, com mais de 80 esqueletos. Entre estes quadrúpedes, há mais de 20 espécies até então desconhecidas da ciência.”

Mas seria como caçador de gorilas e como autor de livros de aventuras pelo interior da África que ele se tornaria famoso. Além do seu relato de viagem intitulado *Exploration and Adventures in Equatorial Africa* (1861), as suas histórias de caça ao gorila foram publicadas em alguns de seus livros para um público leitor juvenil. Para ficar em dois exemplos: *Stories of the Gorilla Country* (1868) e *Lost in the Jungle* (1869).

Os caçadores forasteiros contavam, geralmente, com a participação de caçadores nativos. Essa parceria foi crucial durante as expedições em busca de gorilas de Paul B. de Chaillu, Winwood Reade e Richard Francis Burton, para ficar em três exemplos. No entanto, a importância dos caçadores nativos foi matizada no plano literário. Em *Stories of the Gorilla Country*, de Paul B. de Chaillu, os caçadores nativos desempenham um papel de coadjuvantes em relação ao protagonismo do caçador forasteiro. Já no livro *The Gorilla Hunters* (1861), de Robert Michael Ballantyne, o caçado nativo Makarooroo compartilha do protagonismo da aventura cinegética com os caçadores forasteiros.

Dos primeiros caçadores forasteiros, o relato de Paul B. du Chaillu permite inferir as diversas atividades dos caçadores nativos como, por exemplo, identificar e reconhecer os vestígios dos gorilas, localizá-los, calcular o risco da aproximação, abatê-los ou capturá-los vivos. Os caçadores nativos foram igualmente importantes como informantes sobre o comportamento dos gorilas, etc.

Além dos testemunhos de caçadores e guias, Paul B. du Chaillu se valeu da oralidade feminina para construir o gorila enquanto personagem literária de suas aventuras. Segundo ele, as mulheres têm muito medo do gorila por causa das histórias de rapto que circulam entre os nativos.³¹ Ele não se furta de contar uma dessas histórias para informar que os nativos acreditam que se trata de um gorila habitado por um espírito. Trata-se, segundo eles, de espíritos de negros mortos e que os gorilas desse tipo são mais sagazes do que os demais. Nesses animais “possuídos”, a inteligência humana estaria reunida ao vigor e à feracidade do animal. A ideia de gorilas “possuídos” por espíritos humanos pode ter sido interpretada diferentemente pelo missionário Dr. Savage, que afirmou em seu artigo na *Boston Journal of Natural History* (1847) que os nativos consideram os “orangs” como humanos degenerados.

Provavelmente, os informantes do Dr. Savage não empregaram em língua pongwé um adjetivo correspondente ao termo em inglês *degenerated*. Pode ter sido um problema de tradução. Porém, teorias sobre a degeneração de espécies animais ou de raças humanas eram elaboradas desde a segunda metade do século XVIII. Foi o próprio naturalista e missionário que, imbuído da ideia de degeneração, interpretou a informação dos nativos enquadrando gorilas e chimpanzés ao esquema de “humanos degenerados”.

³¹ CHAILLU, Pau B. *Voyage Explorations and Adventures in Equatorial Africa*. J. Murray, London, 1861, p.133.

Se o naturalista e missionário descartou a pista dos nativos sobre o parentesco entre gorilas e humanos, o caçador e escritor Paul B. De Chaillu soube explorar a oralidade africana para as suas caçadas e também para fazer literatura de viagem. Embora cético ao que ele considerou “superstição de negros”, Chaillu deu vazão à crença dos nativos de que os gorilas eram capazes de fazer emboscadas, de capturar e estrangular homens incautos.³² Se não era possível comprovar cientificamente tais crenças, elas serviam, ao menos, de recurso literário.

Além do seu relato de viagem, Paul B. du Chaillu publicou uma série de livros para um público infanto-juvenil em que estórias de caçadas foram temas principais. Muitas delas tiveram como fonte os caçadores nativos da África equatorial.

Em *Stories of the Gorilla Country*, o autor faz uma breve descrição dos caçadores nativos. Um deles, Etia, era um velho escravo, um experiente caçador. Por ser o responsável pelo abastecimento de caça (*bush meat*) ao régulo local, Etia costumava caçar toda semana. Para o caçador forasteiro, o velho escravo serviu de guia e caçou gorilas. O caçador forasteiro descreveu a casa do seu guia, onde havia ao redor ossos de elefantes, hipopótamos, leopardos e gorilas como troféus de sua proeza. Além deste caçador nativo, Paul B. du Chaillu mencionou ainda um caçador Ashira, chamado Gambo. Dos caçadores nativos, algumas estórias sobre gorilas foram relatadas pelo caçador forasteiro. Uma delas (que se passou com o pai de um deles) acusa o uso de uma lança pelo caçador. Mas a lança já havia deixado de ser a arma entre os nativos que acompanhavam o caçador forasteiro. Estes usavam fuzis. Outra história foi relatada por Gambo e tratou de um homem que se transformou em gorila. O tema dessa história fantástica se repetiu em relatos contidos nos livros de William Winwood Reade e Richard Francis Burton. Este último, aliás, pretendeu sem sucesso enviar um gorila vivo para Londres.

³² Idem, p.136.

Algumas décadas depois da descoberta científica do gorila, as caçadas empreitadas por forasteiros e nativos já tinham se intensificado em função da crescente demanda de instituições como museus de história natural e jardins zoológicos, mas também de particulares. Todo esse comércio de gorilas (vivos ou mortos) dependeu dos saberes locais para localizar o animal, persegui-lo, caçá-lo e capturá-lo, transportá-lo, etc.

Se os jardins zoológicos de Londres e Paris já contavam com gorilas desde o último quartel do século XIX, outros zoos metropolitanos buscavam ainda ter o seu. Em Lisboa, o Museu de História Natural recebeu as primeiras partes de gorilas em 1865. Os dois crânios (de um macho e uma fêmea) foram enviados de Angola pelo naturalista José de Anchieta.³³ Além de seus próprios fornecedores nas colônias, os museus metropolitanos eram “clientes” de casas de taxidermia e de comércio de animais. Listas de animais de Carl Hagenbeck (Hamburgo), de Rowland Ward (Londres), de P. Siepi (Marselha) e dos irmãos Verreaux (Paris) se encontram, por exemplo, entre a documentação do Dr. Barbosa du Bocage, diretor do Museu Nacional de História Natural em Lisboa.³⁴ Entre essas listas, há uma oferta de Émile Deyrolle de dois esqueletos: um de gorila (*Gorilla gina*), com a observação de que era um *très bel exemplaire*, e outro de um chimpanzé (*Troglodytes niger*). Uma observação do proponente informava que ambas as espécies já eram raras e seriam logo extintas.³⁵

³³ BARBOSA DU BOCAGE, J. V. “Mammifères D’Angola et du Congo”, in *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*. Lisboa, Typografia da Academia, 1890, p.9.

³⁴ Sobre Barbosa du Bocage, ver MADRUGA, Catarina. José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907). A construção de uma persona científica. (Dissertação de Mestrado em História e Filosofia das Ciências), Universidade de Lisboa, 2013.

³⁵ Carta de Émile Deyrolle ao Dr. Bocage, Paris, 10.12.1891. (AMNHN/Lisboa)

Cabe lembrar que o circo Barnum & Bailey exibia, entre 1897 e 1902, dezenas de animais exóticos. Entre eles, havia rinocerontes, hipopótamos, girafas e gorilas, animais que faltavam em muitos jardins zoológicos da Europa.³⁶

Aliás, o comércio de animais selvagens foi muito lucrativo para alguns empresários do ramo como o alemão Carl Hagenbeck. Entre 1866 e 1886, o seu negócio envolveu em torno de mil ursos, mil leões, 700 leopardos, 400 tigres, 800 hienas, 300 elefantes, 70 rinocerontes asiáticos e 9 africanos, 300 camelos, 150 girafas, 600 antílopes, milhares de macacos, de crocodilos e cobras e mais de 100 mil aves. A perda entre animais embarcados, conforme cálculos dos comerciantes, ficava em torno de 50%.³⁷ Mas esses números não contabilizam outros animais mortos durante a captura, notadamente de filhotes. As armadilhas aleijavam muitos animais. Os que se livravam tinham drasticamente a sua vida abreviada nas selvas ou savanas africanas.

Em termos científicos e mesmo comerciais, os animais mortos ao longo da viagem marítima não eram necessariamente uma perda, pois muitos eram recuperados para estudos osteológicos, anatômicos, etc. No porto de Hamburgo, Heinrich Umlauff, um sobrinho de Hagenbeck, recuperava esqueletos, peles e animais inteiros. Com as técnicas de taxidermia, Umlauff vendia animais empalhados para coleções públicas e particulares.

No final do século XIX, as caçadas tinham já comprometido tanto a reprodução da fauna bravia em certas regiões da África que uma conferência internacional foi realizada em Londres, em 1900, para a preservação da vida selvagem no continente africano. Se alguns animais tinham a sua população reduzida ou mesmo dizimada pelas caçadas, outros ainda se encontravam ao abrigo das

³⁶ BARATAY, E. Op. cit., p.129.

³⁷ Idem, p.138-139.

armas de fogo e das armadilhas. Entre eles, os gorilas do interior da África oriental.

A penúltima subespécie de gorilas foi encontrada por soldados alemães em 1902 nas montanhas de Ruanda. Nesta ocasião, o oficial Robert von Beringe caçou dois gorilas e os enviou para o pesquisador Paul Matschie, do Museu de Zoologia de Berlim. Este último homenageou o oficial alemão denominando a nova subespécie de *Gorilla gorila beringei*. Matschie classificou ainda a última subespécie em 1914: *Gorilla gorilla graueri*. Dessa vez, o nome atribuído foi em homenagem ao explorador austríaco Rudolf Grauer que, numa de suas expedições pela África oriental, encontrou gorilas nas proximidades do lago Tanganyka.

Assim como os gorilas de Cross River e das florestas do Gabão, os gorilas das montanhas não eram desconhecidos aos grupos humanos que conviviam naquelas regiões. Por séculos e séculos, foi sendo construído saberes locais sobre esses animais. O gorila está presente em mitos e lendas de várias grupos linguísticos africanos. Porém, os caçadores e naturalistas europeus e norte-americanos aproveitaram apenas parcialmente os saberes locais sobre os gorilas. Boa parte desses saberes locais foram desautorizados pelo discurso científico daqueles que escreviam sobre os gorilas. A literatura também desautorizou esses saberes locais, obliterando, adulterando ou deslocando os mesmos para o campo do fantástico ou da superstição.

Escusado é lembrar que os saberes locais têm relações com os lugares. Conforme Clifford Geertz, “as formas do saber são sempre e inevitavelmente locais e inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros.”³⁸ Os saberes locais não têm por finalidade a sua comprovação científica. Sua validade é de outra ordem. Ela se opera socialmente nos lugares de onde provém os próprios saberes.

³⁸ GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 100.

Em geral, os saberes locais se confundem com saberes tradicionais, populares ou autóctones, mas tal sinonímia serviu para desautorizar, marginalizar e subordinar esses saberes diante de um discurso científico pretensamente objetivo e verdadeiro.

Os saberes locais foram parcialmente úteis para alguns propósitos daqueles que estudavam os gorilas, que filtravam as informações orais e traduziam muitas delas numa linguagem científica e que, muitas vezes, as adulterava por completo. Para ficar num exemplo, algumas funções dos saberes locais para o controle social sobre mulheres e crianças foram completamente obliteradas pelo discurso científico que classificou como fantasiosa a crença no poder dos gorilas em raptar mulheres e crianças. Os dispositivos reguladores de ordem mítico-religiosa dos saberes locais em torno dos gorilas também foram ignorados pela ciência e pela literatura.

Considerações finais

Durante o século XIX, as comparações entre o homem e o macaco foram cada vez mais racializadas. A descoberta científica do gorila dependeu de um acúmulo de informações que se deu por partes, sendo as primeiras pistas coligidas em relatos antigos e também de viajantes dos tempos modernos como Andrew Battel e James Barbot. A estas partes foram acrescentadas outras pelo testemunho oral de nativos recolhido por missionários, comerciantes e caçadores forasteiros. Depois, um crânio, um osso, uma pele e alguns dentes foram compondo o puzzle. O conjunto de partes recolhidas aqui e acolá permitiu a publicação de um primeiro artigo científico em 1847. Mas os autores nunca tinha visto até então um gorila vivo.

A descoberta científica do gorila antecedeu o darwinismo. Ela permitiu relançar o debate sobre a origem e o parentesco dos primatas a partir da segunda metade do século XIX. A descoberta do gorila de-

sencadeou uma enorme procura pelo animal. Partes do grande macaco eram enviadas para a Europa e para os Estados Unidos, mas foi preciso alguns anos depois de sua descoberta para que um gorila inteiro – e não em partes – pudesse ser exibido em cidades do hemisfério norte. Para isso, foi preciso recorrer à taxidermia e aos saberes locais. Para poder exibir um gorila vivo no hemisfério norte se passaram mais alguns anos desde a sua descoberta nas florestas do Gabão.

Outras informações foram ampliando o conhecimento sobre os gorilas e novas subespécies foram sendo classificadas pelo saber científico. Enquanto isso, ocorria a “Partilha da África”. O gorila passou a ser uma figura onnipresente nas coleções de história natural e nos jardins zoológicos do Ocidente. Com a ajuda de caçadores africanos, alguns caçadores forasteiros lograram atender uma demanda “científica” que fez parte de um comércio de animais selvagens em expansão desde o final do século XIX. O gorila teve uma grande procura não apenas devido ao interesse científico, mas pelo que ele representava no imaginário ocidental.

Desde a descoberta do gorila até a década de 1930, houve uma abusiva licença ficcional por parte de escritores que recorreram direta ou indiretamente a fontes orais africanas. Já o meio científico desde cedo submeteu os saberes locais ao crivo de sua crítica. Isso não significa dizer que os cientistas tenham dispensado os préstimos dos africanos para obter seus exemplares de gorilas, etc.

De narrativas de histórias fantásticas de autores como Paul B. du Chaillu e Robert M. Ballantyne até o primeiro filme de King Kong (1933), o gorila se tornou uma figura emblemática do imaginário ocidental em relação à África selvagem. Se, por um lado, tal produção ficcional foi responsável pela imagem arquétipo do gorila, por outro, ela foi tributária de saberes locais africanos que, antes do conhecimento científico, já tinham o gorila por nosso semelhante.

Fontes Impressas (Séculos Xviii E Xix):

BARBOSA DU BOCAGE, J. V. “Mammifères D’Angola et du Congo”. *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*. Publicado sob os auspícios da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Segunda Série, Tomo I, 1890.

BURTON, Richard F. *Two trips to Gorilla Land*, London, Sampson Low & Co, 1876.

CHAILLU, Paul B. du. *Voyage Explorations and Adventures in Equatorial Africa*. J. Murray, London, 1861

_____. *Stories of the Gorilla Country*. New York, Harpers & Brothers, 1871.

HOME, Henry. *Sketches on the History of Man*. Edinburgh, James Harris, 1734.

HUXLEY, Thomas H. *Evidence as to Man's Place in Nature*. London, Williams & Norgate, 1863.

LAWRENCE, William. *Lectures on Physiology, Zoology and the Natural History of Man*, London, J. Callow, 1819.

OWEN, Richard. “Examen de deux nègres pygmées de la tribu des Akkas, ramenés par Miani du fleuve Garbon”. *Bulletins de la Société d’Anthropologie de Paris*, V. 9, Nr.9, 1874, pp. 255-257.

PATTERSON, William. *Voyages in the land of the Hottentots and the Kaffirs*, London, Printed for J. Johnson, 1789.

QUATREFAGES, J. L. A. de. “Observations sur les races naines africaines, à propos des Akkas”, *Bulletins de la Société d’anthropologie de Paris*, 1874, pp.500-506.

READE, William W. *Savage Africa*. New York: Harper & Brothers, 1864.

SPARRMAN, Anders E. *A Voyage to the Cape of Good Hope, Towards the Antarctic Polar Circle and Round the World*, London, G. G. J. and J. Robinson, 1775.

SAVAGE, T. S. and WYMAN, J. “Notice of the external characters and habits of *Troglodytes gorilla*, a new species of orang from the Gaboon River; Osteology of the same”, in: *Boston Journal of Natural History* 5, 1847, p. 417–442.

SCHWEINFURTH, Georg. *Im Herzen von Afrika*. Leipzig, F.A. Brockhaus, 1874.

VOGT, Carl. *Vorlesungen über den Menschen, seine Stellung in der Schöpfung und in der Geschichte der Erde*. Giessen, J. Ricker’sche Buchnhandlung, 1863.

Fontes manuscritas (século xix)

Correspondência estrangeira de José Vicente Barbosa du Bocage *in* Arquivo do Museu Nacional de História Natural (AMNHN/Lisboa)

Correspondência estrangeira de Louis Armand de Quatrefages *in* Archives de l'Académie des sciences (AAs/Paris)

Enviado em 20 de agosto de 2015

Aprovado em 30 de outubro de 2015

ETNOGRAFIA E VIOLÊNCIA NO PAÍS DO APARTHEID: DOIS RELATOS SOBRE ÁFRICA DO SUL

Ethnography and violence in the country of apartheid: two narratives about South Africa

Lorenzo Gustavo Macagno*

RESUMO

O artigo analisa duas narrativas sobre o *apartheid* da década de 1980. Um desses relatos engloba múltiplos microrrelatos: trata-se do trabalho do antropólogo norte-americano Vincent Crapanzano sobre os *afrikâneres* (ou *bôeres*) da África do Sul. Crapanzano realiza uma etnografia “plurivocal”, “polifônica” e “dialógica”. A outra narrativa é do jornalista sul-africano Rian Malan. Seu livro apresenta uma crônica das violências cotidianas decorrentes do *apartheid*. Quais são as estratégias estilísticas, políticas e éticas escolhidas no momento de descrever o *apartheid*? Quais são as consequências e os dramas morais produzidos por um sistema de segregação que não admitia ambiguidades classificatórias nem dissidências políticas ou étnicas? A partir de uma comparação dessas narrativas, este artigo indaga sobre os efeitos do *apartheid* na subjetividade individual e coletiva de uma sociedade dividida.

Palavras-chave: etnografia; violência; África do Sul.

ABSTRACT

This article analyses two narratives about apartheid from the 1980s. One of these works contains multiple micro-narratives: it is the work of North American anthropologist Vincent Crapanzano on the Afrikaners (or Boers) of South Africa. Crapanzano carried out a “plurivocal”, “polyphonic” and “dialogic” ethnography. The other narrative is by South African journalist Rian Malan. His book presents a chronicle of the violences that arose out of apartheid. What are the chosen stylistic,

* Professor Associado do Departamento de Antropologia - Universidade Federal do Paraná lorenzomacagno@hotmail.com

political and ethical strategies when it comes to describing apartheid? What are the consequences and moral dramas produced by a system of segregation that does not admit classificatory ambiguities or political or ethnic dissidencies? Based on a comparison of these narratives, this article enquires about the effects of apartheid in the individual and collective subjectivity of a divided society.

Keywords: ethnography; violence; South Africa

The generation of white South Africans to which I belong, and the next generation, and perhaps the generation after that too, will go bowed under the shame of the crimes that were committed in their name. Those among them who endeavour to salvage personal pride by pointedly refusing to bow before the judgment of the world suffer from a burning resentment, a bristling anger at being condemned without adequate hearing, that in psychic terms may turn out to be an equally heavy burden².

J. M. Coetzee, *Diary of a Bad Year*, New York: Viking, 2007, p. 44

Em *afrikans* (ou *africâner*), uma língua *creolizada* derivada do holandês antigo, *apartheid* significa separação ou segregação. O termo foi utilizado a partir de 1948 na África do Sul para designar a política oficial de segregação implementada pelo governo até 1990. Ao longo desse período, a África do Sul foi o único país do mundo a definir os direitos constitucionais dos seus cidadãos segundo a cor da pele.

Da chegada dos holandeses à península do Cabo, em 1652, à instauração oficial do *apartheid* pelo Partido Nacional, os descendentes daqueles primeiros colonos foram construindo uma ideologia exclusivista que terminaria dando forma e consistência ao nacionalismo *africâner*. A Liga *Africâner* dos Irmãos (*Afrikaner Broederbond*), fundada em 1918, teve um papel fundamental na promoção e consolidação desse nacionalismo. A Liga, ou “irmandade”, só aceitava entre os seus membros homens brancos de língua *afrikans* com um mínimo de 25 anos, protestantes, possuidores de “bom caráter” e que considerassem

² “A geração de sul-africanos brancos à qual pertenco e a geração seguinte e, talvez, também a geração depois dessa, irá se curvar sob a vergonha dos crimes cometidos em seu nome. Aqueles entre eles que se empenham em conservar o seu orgulho pessoal, recusando-se terminantemente a se curvar diante do julgamento do mundo, sofrem de um ressentimento abrasador, de uma raiva mordaz ao serem condenados sem ser suficientemente ouvidos, o que, em termos psíquicos, pode acabar se transformando em um peso igualmente grande” [as traduções do inglês são da minha autoria].

a África do Sul como sua terra mãe. O grupo promovia a exaltação de um povo/nação *africâner* (o *Volk*) com um *ethos* e singularidades específicas, sobretudo no que diz respeito à língua e cultura, e separável dos outros grupos “por ser essencialmente diferente”.³

Sobre os descendentes dessa “tribo branca” se debruçou o antropólogo norte-americano Vincent Crapanzano⁴, autor do livro, ainda não traduzido ao português, *Waiting. The whites of South Africa* (1986). Crapanzano começou a pensar nesse livro no início da década de 1980, quando era professor de antropologia na Universidade de Harvard. Nesse interim, um jovem sul-africano branco chega, na qualidade de pesquisador visitante, ao departamento de antropologia daquela universidade. Crapanzano, um “liberal” progressista que repudiava o *apartheid*, enxerga a seu novo colega com desconfiança. Porém, em pouco tempo a desconfiança inicial se transforma em um entusiasmado diálogo e, finalmente, em um estímulo para a realização de um trabalho de campo no país do *apartheid*. Poucos anos depois, os resultados dessa pesquisa assumiriam a forma de uma etnografia “experimental” sobre os *africâneres* da África do Sul. Crapanzano chega ao país em um momento decisivo. O regime do *apartheid*, apesar de algumas tímidas reformas que começavam a ser implementadas pelo presidente Pieter Willem Botha (1916-2006), encontrava-se, ainda, em pleno funcionamento.

³ DE JONGE, Klaas. África do Sul. Apartheid e resistência. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 41-42.

⁴ Conheci Vincent Crapanzano em 2004, na ocasião da sua visita ao Brasil quando ministrou, em Caxambu, uma das conferências do 28º Encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais). Ao finalizar a palestra, a antropóloga Yvonne Maggie – anfitriã do visitante – convidou-me (eu estava sentado na parte de trás do auditório) para que me aproximara a conversar com ele. Já conhecia seu livro, “Waiting...” e, em algum momento da breve conversa perguntei-lhe sobre seu trabalho de campo na África do Sul. Crapanzano considerava que a realização dessa pesquisa – e o livro – era uma necessidade imperiosa em aquele momento político, de mudanças e novos desafios para a África do Sul.

Evoquemos, brevemente, as coordenadas das forças políticas da década de 1980, período político em que Crapanzano realiza sua pesquisa de campo. Do lado esquerdo desse espectro, uma das grandes vertentes se identificava com Consciência Negra (*Black Consciousness*), grupo fundado por Steve Biko, assassinado em 1977. Tratava-se de um movimento no qual não podiam militar brancos. Lembremos que, em 1986, os principais líderes do movimento Consciência Negra convocam em Johannesburgo a imprensa afim de denunciar membros da, supostamente não violenta, Frente Democrática Unida (UDF) que contava, entre suas fileiras, ao bispo Desmond Tutu. A UDF é, também, próxima ao Congresso Nacional Africano, fundado por Nelson Mandela. Nesse ano, os enfrentamentos entre os seguidores do Congresso Nacional Africano, de Mandela, e os seguidores de Consciência Negra tinham se tornado muito violentos. Havia interior de Consciência Negra uma ala mais radical: a AZAPO (*Azanian People's Organization*), organização do "povo azaniano". Consciência Negra "...criou uma bandeira para o país livre que dela resultaria e até lhe deu um nome: Azania, o antigo termo árabe para a terra incógnita que ficava ao sul de Zanzibar. Azania seria uma república popular "negro comunalista", livre da praga do "capitalismo racial".⁵ Para a AZAPO, o inimigo dos negros era o branco (seja de origem britânica ou *africâner*). O movimento proclamava que o objetivo da luta devia ser a "redenção da terra", livre da presença dos "conquistadores brancos". A oposição ao *apartheid* se construía, portanto, com duas frentes: uma mais moderada (o Congresso Nacional Africano de Mandela) e uma mais radical (Consciência Negra e os seguidores de Biko).

Do lado direito e branco do espectro político havia duas grandes vertentes. A vertente politicamente mais extrema era configurada pelo Movimento de resistência Africâner, apoiado por uma

⁵ MALAN, Rian. *Coração Traidor: O dramático reencontro de um jornalista sul-africano com seu país e sua consciência*. São Paulo: Editora Best Seller, 1989, p. 306.

série de seitas paramilitares de cunho fascista. A mais moderada era o Partido Nacional Africâner (PNA) que, na altura, estava no governo sob a presidência de P. W. Botha. Devido, sobretudo, às pressões internacionais, o PNA, apoiado pela maioria dos brancos, trilhou o caminho da "reforma gradual". Seus militantes, além da própria figura de P. W. Botha, admiravam Ronald Reagan e Margaret Thatcher. O PNA acabou realizando uma série de concessões: revogou a proibição do casamento inter-racial e ofereceu liberdade aos prisioneiros políticos que estivessem dispostos a renunciar à violência. Essas medidas integravam a chamada "transição". Contudo, o poder continuaria sendo monopólio dos brancos. É, portanto, nesse contexto de forças e tensões políticas que Crapanzano se instala na África do Sul para desenvolver sua etnografia.

Na sua estrutura, diz Crapanzano, "...*Waiting* me resultou parecer como um romance; romances, tal como o crítico literário russo Mikhail Bakhtin observou, são em essência, plurivocais".⁶ A etnografia plurivocal de Crapanzano pretende colocar em segundo plano a presença do autor e, na sequência, dar lugar às vozes dos seus entrevistados. O questionamento da "autoridade" etnográfica tem sido um assunto longamente discutido na denominada antropologia pós-moderna.⁷ Por ora, cabe interrogar: quais são os limites das abdicções autorais no contexto de um sistema, o *apartheid*, baseado

⁶ CRAPANZANO, Vincent. *Waiting: The Whites of South Africa*. New York: Vintage Books, 1986, p. XIII.

⁷ Estas preocupações foram abordadas no conhecido conjunto de ensaios publicados por Clifford e Marcus, cf. CLIFFORD, James & MARCUS, James. 1986. *Writing Culture*. Berkeley: University of Chicago Press, 1986. Um comentário crítico sobre as etnografias "experimentais" em antropologia pode ser encontrado em: SANGREN, P. Steven. *Rhetoric and the Authority of Ethnography*. 'Post-modernism' and the Social Reproduction of Texts. *Current Anthropology*, vol. 29, nº 3, p. 405-435, 1988. Também nos seguintes artigos: SPENCER, Jonathan. *Anthropology as a kind of writing*. *Man*, vol. 24, nº 1, p. 145-164, 1989; FABIAN, Johannes. *Presence and Representation: The Other and Anthropological Writing*. *Critical Inquiry*, vol. 16, nº 4, p. 753-772, 1990.

no terror e a violência? Ou, para dizê-lo de uma outra forma, quais os limites do relativismo antropológico e das abstenções do juízo em relação a um regime que não admitia ambiguidade? Em grande medida, Crapanzano é prisioneiro de um duplo vínculo moral. Mariza Peirano, uma das poucas antropólogas no Brasil que se deteve na análise do trabalho de Crapanzano, explicita esse dilema de maneira mais enfática: conscientemente ou não "...ele enfrenta, assim, o desafio de conciliar a ideologia do meio intelectual (ocidental ou norte-americano) que condena o *apartheid* como uma das formas mais cruéis de discriminação social e a ideologia relativizadora da antropologia".⁸ Esse dilema alimenta um ponto de partida polêmico, que Crapanzano busca sublinhar em seu livro: dominantes e dominados são, igualmente, vítimas de um sistema que os supera e os condiciona.

Una etnografia experimental

Waiting is about the effects of domination on everyday life – not the everyday life of people who suffer domination but of people who dominate...it is about the discourse of people who are privileged by that power and, paradoxically, in their privilege victims of it⁹.

Vincent Crapanzano, *Waiting. The Whites of South Africa*, 1986, p. XIII

Em grande medida, a etnografia plurivocal de Crapanzano permitirá dar voz ao "homem médio" *africâner* (vulgarmente co-

⁸ PEIRANO, Mariza G. S. O encontro etnográfico e o diálogo teórico. In: Peirano, M. Uma Antropologia No Plural. Três experiências Contemporâneas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 131.

⁹ "Waiting se refere aos efeitos da dominação na vida cotidiana – não da vida cotidiana de quem sofre a dominação, mas daqueles que exercem a dominação (...) se refere ao discurso de pessoas que são favorecidas por esse poder e, paradoxalmente, no seu favorecimento, vítimas dele".

nhecido como *bôer*¹⁰). As narrativas apresentadas são uma amostra do senso comum da "tribo branca" africana cuja certeza recorrente é considerar o *apartheid* como a única saída viável e coerente para a África do Sul moderna. Mas, por sua vez, esse senso comum se constrói através do mito nacional e heroico: a narrativa de um povo escolhido por Deus e, ao mesmo tempo, oprimido pelos ingleses desde a guerra anglo/bôer.

A etnografia de *Waiting* coloca em evidência alguns marcos históricos aos quais os *africâneres* retornam constantemente para justificar sua posição subalterna em relação à presença britânica. Um desses marcos nasce com "*The Great Trek*", a grande marcha que, por volta de 1836, os bôeres (*africâneres*) empreenderam a partir da cidade do Cabo até o nordeste, para fundar Transvaal e o Estado Livre de Orange.

Outro desses grandes marcos fundadores da nacionalidade *africâner* está constituído pelas duas guerras anglo-bôer (em 1880 acontece a primeira e, entre 1899 e 1902, a segunda). A partir desse momento, o nacionalismo *africâner* terá de buscar subsídios no seu passado para legitimar a sua política de segregação. Ao mesmo tempo, terá de apelar a poderosos traços diacríticos a fim de se inventar como grupo. Um desses diacríticos será a língua:

...Em 1925, o *africâner* foi finalmente reconhecido como língua, e na década de sessenta, após África do Sul se tornar uma república, o Monumento à língua *Africâner*, uma imponente hipérbole de concreto e granito, foi construída sobre uma montanha com vista panorâmica a Paarl [na província de Western Cape] com o objetivo de comemorar a "grandeza" (...) do desenvolvimento

¹⁰ No século XVIII, o termo *bôer* significava um fazendeiro branco. No século XIX, o termo começou a ser empregado para se referir aos *africâneres* em geral. Quando é utilizado por anglofalantes (ou por brancos de origem britânica) para descrever aos *africâneres*, veicula uma conotação pejorativa, de atraso ou falta de "cultura". Ver, SAUNDERS, Christopher. *Historical Dictionary of South Africa*. London: The Scarecrow Press, 1983, p. 28.

cultural e político Africâner. Esculpidas sobre o caminho que conduz ao monumento estão as palavras do primeiro ministro do Partido Nacional que foi um dos arquitetos do apartheid, Daniel Malan:..."Esta é a nossa verdade, nossa seriedade, nossa urgência" [em afrikans: *dit is ons erns*].¹¹

Segundo Crapanzano, aquele monumento significa a perda do poder político dos ingleses e o triunfo no nacionalismo *africâner*. A segunda guerra anglo-bôer, lembremos, emerge como um momento que explicita os mais fortes e irredutíveis enfrentamentos entre os dois grandes grupos de descendência europeia. No discurso dos interlocutores de Crapanzano, esses marcos convertem-se em estratégias retóricas para eludir uma importante questão: a relação com os negros sul-africanos. Ou seja, diante o etnógrafo norte-americano e "progressista", a estratégia do interlocutor *africâner* será a de se colocar no lugar da vítima do "imperialismo" inglês:

A guerra de outubro de 1899, que devia ter sido ganha no Natal (...), na verdade estendeu-se até junho de 1902. 22.000 dos 450.000 soldados imperiais e coloniais que lutaram na África do Sul encontraram suas sepulturas ali. Aproximadamente 400.000 cavalos, mulas e burros britânicos foram perdidos. Sete mil comandos Bôeres foram assassinados. Havia ali algo mais do que 87.000 deles. Mais de 28.000 mulheres e crianças bôeres morreram em campos de concentração Britânicos¹².

Qual era, pois, a reação do "informante" *africâner* diante do questionamento do *apartheid* por parte das democracias ocidentais? Em geral, a reação era a mesma que recaía sobre os ingleses: a acusação de hipocrisia. Ou seja, os *africâneres*, diferentemente dos "hipócritas", aceitavam, sem mais, algo que já estava dado na "natureza": a diversidade humana como criação divina. "Estou contra o *apartheid*", dizia um *africâner* utilizando um jogo de palavras: "Quero dizer a

¹¹ CRAPANZANO, Vincent. *Waiting...* op.cit. p. 34.

¹² Ibid., p. 51

palavra 'apartheid' [estou contra a palavra *apartheid*]...Essa palavra é a que criou os nossos problemas. Os ingleses pensam que quer dizer "*apart-hate*" ("*ódio-separado*"). Na sequência, o interlocutor de Crapanzano apresenta sua justificativa:

O *apartheid* é algo natural. Significa "separação" (...) Não há necessidade de nomeá-la. Você tem *apartheid* nos Estados Unidos. Eles o têm na Europa. Você nunca convidaria a sua empregada doméstica para jantar. Você não se sentiria confortável, ela não se sentiria confortável. Vocês possuem vidas separadas. Isso é tudo o que o *apartheid* significa. Só que aqui na África do Sul temos que nomear todas as coisas. Esse é o nosso problema. Nós fornecemos a vocês o termo, e agora, com ele, vocês se sentem à vontade para nos criticar¹³.

Nessa justificativa anti-intelectualista – mas também religiosa – o *apartheid* está na "natureza das coisas", as diferenças estão "simplesmente ali". Portanto, não resta senão chamar as coisas pelo seu nome. Os ingleses e a opinião pública internacional seriam, aos olhos dos *africâneres* o suficientemente hipócritas por não quererem nomear o que também existe nos seus países.

Os germens daquele orgulho nacional encontravam, sobretudo, um repertório inesgotável na evocação auto-vitimizante da guerra anglo/bôer. "Falo às minhas crianças acerca da guerra", comenta o Dr. Jakobus Steyn a Crapanzano, "...Os levo a visitar os campos de concentração. Me sinto orgulhoso de lhes mostrar como o nosso povo sofreu [nas mãos dos britânicos]"¹⁴. A fonte no orgulho *africâner* não provém apenas da comunidade de memória que o sofrimento da guerra produziu. Outra fonte importante desse nacionalismo perene está no uso que os *africâneres* – educados, sobretudo, no julgo da Igreja Reformada Holandesa – fazem da própria Bíblia. Segundo essa narrativa, o princípio do desenvolvimento separado das nações

¹³ Ibid., p. 57.

¹⁴ Ibid., p. 53.

contra o "pecado" da miscigenação é um mandato indeclinável, pois, conforme essa visão, é necessário manter intacta a criação e a sua diversidade: "O princípio do desenvolvimento separado tal como tem vindo a servir ao nosso próprio povo está em completo acordo com a Bíblia que ensina a unidade na diversidade..."¹⁵.

No dia-a-dia, Crapanzano percebe uma diferença na maneira pela qual ingleses e *africâneres* se auto-apresentavam. Era difícil para Crapanzano fazer com que os ingleses falassem sobre si próprios: "... Usualmente eles [os ingleses] interrompiam minha interpelação, apresentando a si mesmos como colegas informais, logo a seguir começavam a descrever os *Africâneres*". Diante da insistência do antropólogo em desviar da conversa, e fazer com que falassem de si próprios, os ingleses começavam a falar dos "coloured", dos zulus, dos xhosa, ou de qualquer outro grupo que possa captar o interesse do antropólogo, evitando, assim, a constrangedora situação de se auto-enxergarem como "objetos" da pesquisa¹⁶. Quando o objetivo era indagar sobre a noção de pessoa entre os ingleses, Crapanzano encontrava o caminho fechado. Essa noção parecia inescrutável. Acontecia algo muito diferente com os *africâneres*. Nestes, a consciência de comunidade os levava a falar de si com orgulho. Entre os *africâneres*, dirá Crapanzano, "A "pessoa" está incrustada, (...) de filiação nacional, racial e étnica, de participação partidária, de crença religiosa e de tradição cultural"¹⁷.

Ora, que lugar ocupavam os negros no discurso dos interlocutores de Crapanzano? Como vimos, os *africâneres* optavam muitas vezes pela estratégia retórica de aparecer como vítimas diante dos ingleses podendo, assim, eclipsar ou minimizar as suas próprias

¹⁵ Essas são as palavras de A. B. Dupreez, um dos pastores da Igreja Reformada Holandesa na África do Sul, por volta da década de 50; apud. Crapanzano, p. 100.

¹⁶ CRAPANZANO, Vincent. *Waiting...* op.cit. p. 26.

¹⁷ *Ibid.*, p. 38.

atitudes em relação aos negros: “Não acho que tenhamos feito aos negros as mesmas coisas que os ingleses nos fizeram”, dizia Jakobus Steyn¹⁸. Por momentos, o discurso dos brancos (tanto dos *africâneres* como dos ingleses) evidenciava a indiferença em relação aos negros (ou aos *coloureds*, aos “asiáticos”, aos “kaffirs” e assim por diante), como se o *apartheid*, existente no plano das relações sociais, tivesse, também, seu correlato no plano do simbólico. Contudo, o negro aparecia como um “problema” preocupante quando se tratava, sobretudo, daqueles que viviam em Soweto, o grande subúrbio de Johannesburg. Nesse caso, a preocupação era acompanhada pela boa consciência civilizatória:

Gostemos ou não, Soweto é uma realidade, e nós precisamos dessa gente. Não podemos avançar sem o trabalho deles. Portanto, em algum ponto, eles têm que ter uma existência legal e têm que ser reconhecidos. Temos que fazer alguma coisa a respeito, já que as pessoas que nós tiramos de lá são capazes de fazer o que nós precisamos, o que nós queremos que eles façam. Precisamos treinar essas pessoas para que eles sejam mecânicos, eletricitistas, técnicos¹⁹.

A “espera” [“Wainting”] dos *africâneres* (que justifica o título do livro) consiste em uma preocupação ambígua tanto em relação ao presente quanto ao futuro. Contudo, por ser o futuro sinônimo de “medo”, o presente acaba assumindo uma intensidade desproporcional. É preciso, portanto, minimizar – ou simular – as ansiedades em relação ao futuro. Os desfechos da tensão entre *africâneres* e negros, por exemplo, situam-se no futuro e, portanto, encontram-se em um segundo plano no discurso dos interlocutores de Crapanzano. Entretanto, as ansiedades provenientes da tensão *africâneres*/ingleses localizam-se no presente e, sendo menos ameaçadoras, aparecem o tempo todo no discurso dos primeiros: silêncios, quando se trata de

¹⁸ Ibid., p. 51.

¹⁹ Ibid. p. 305.

falar da tensão *africâneres*/negros e excesso de “ruídos”, no caso da tensão *africâneres*/ingleses. Os silêncios manifestados pelos atores desta etnografia multivocal buscam, mesmo que inconscientemente, domesticar no plano do simbólico aquilo que resulta intolerável no plano do real.

A partir desse ponto a crítica e a interpelação à obra de Crapanzano parece mais ou menos previsível: será que, dentro desse sistema injusto, e no momento de distribuir responsabilidades, é legítimo concluir que todos – dominantes e dominados – são igualmente vítimas? Aqui, a “missão moral” parece ceder lugar à “missão intelectual”, já que o sistema que oprime a todos não seria, nesse caso, o próprio *apartheid*, mas o sistema de classificações que esse sistema engendra e impõe. As categorias “branco”, “negro”, “coloured” supõem um sistema de nomeações. Essas classificações raciais e étnicas “...descrevem um ser essencial. Permitem estereótipos mecânicos e generalizações promíscuas; prescrevem um comportamento social e determinam uma perturbadora distância social”, bem como “subministram as bases para uma compreensão do *apartheid* no seu estrito sentido jurídico”²⁰.

A questão da linguagem é decisiva, como se o mero discurso criasse a própria realidade da dominação e lhe atribuisse um sentido. Aqui, o experimento etnográfico também tem a sua consequência política ou, como diz Peirano: “Ao decidir dar a palavra aos entrevistados, Crapanzano procurou recuperar a ‘qualidade barroca’ característica da realidade social, e que é tantas vezes sacrificada na descrição etnográfica quando o autor se mantém preso a um ‘classicismo teoricamente inspirado’...”²¹. Mas o discurso dos ‘dominantes’ (como qualquer outro discurso) nunca pode ser transparente. Consciente ou inconscientemente, ele sempre veicula um interesse; por

²⁰ Ibid. p. 19.

²¹ PEIRANO, Mariza G. S. O encontro etnográfico e o diálogo teórico, op. cit. p. 133

isso a importância da interpelação que introduz o escritor sul-africano J. M. Coetzee, evocado no ensaio de Peirano, e que Crapanzano parece minimizar: “...os informantes estavam conscientes de representarem a África do Sul para um livro destinado a uma audiência internacional”²². Essa expectativa de recepção por parte dos interlocutores de Crapanzano altera, pois, as condições de produção do saber antropológico. Mais uma vez, a multivocalidade bakhtiniana – apesar das boas intenções do “autor” – nem sempre opera como uma aliada insuspeita. Essa etnografia polifônica e multivocal, supostamente não autoritária (nem “autoral”), envolve, no seu imperativo relativista, um risco iminente: parte de uma comunidade de falantes ideais, na qual todos usufruem do mesmo poder discursivo e possuem o idêntico direito a serem ouvidos e compreendidos. Em uma refinada reflexão, pertinentemente intitulada “Diálogo”, Crapanzano já manifestava os limites dessa quimera dialógica: “temos de lidar humildemente”, dizia, “com as nossas limitações de percepção e interpretação”; e mais adiante reconhece “...As etnografias dialógicas representam diálogos. Podem criar a ilusão do imediato, mas, na verdade, estão sujeitas a todos os tipos de limitações inerentes à representação...”²³.

No país do *apartheid*, as nomeações indentitárias, impostas através das leis de separação, têm, sem dúvida, uma eficácia poderosa. Crapanzano é consciente dessa imposição quando afirma que toda classificação essencialista tem uma característica: é estática. Nesse sistema “fechado”, a tentativa de introduzir novas categorias é uma tarefa vã, já que o fundamento epistemológico – e político – que sustenta a segregação insiste na sua perenidade e continuidade. Aqui, o etnógrafo questiona os lugares comuns e as inoperâncias do discurso politicamente correto. “Quando isolamos o racismo”, diz, “..., corremos o risco de perpetuar o *status quo* introduzindo uma categoria

²² J. M. Coetzee, apud. Peirano, *ibid.*, p. 142.

²³ CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. *Anuário Antropológico*, Brasília, nº 88, p. 59-80, 1991; para as citações acima ver, respectivamente, p. 70 e p. 73.

eufemística. Isso fica evidente na África do Sul, onde muitos brancos “esclarecidos” já não falam mais em termos de “raça”, mas de “cultura”, “etnicidade”, “classe”, “caráter”, enquanto continuam fazendo as mesmas discriminações sociais. Também acontece nos Estados Unidos, onde para muitos o discurso “da cultura da pobreza”, perpetuando termos racistas, aplicasse essencialmente aos negros e aos hispânicos”²⁴. Como antropólogo que procura relativizar, Crapanzano se posiciona de forma nova e provocadora diante o *apartheid*: dá lugar ao discurso dos dominantes, cuja lógica não pode escapar à eficácia simbólica de um sistema de classificação. Nesse sentido, não lhe interessa exercer o papel de denunciante em nome dos direitos humanos, do antirracismo ou de algo parecido. Nas raras ocasiões em que Crapanzano “aparece” no texto é para expressar o seu incômodo em relação ao pensamento essencialista tanto dos seus interlocutores como dos seus colegas.

Em última instância, Crapanzano prefere se ocultar por detrás da multivocalidade, do dialogismo e da polifonia. Por isso, tal como aponta Mariza Peirano, na qualidade de antropólogo – isto é, como “autor” – opta pelo silêncio, “...talvez na expectativa de que, desta maneira, sua voz política soe mais alto”²⁵. Esse tipo de abdicação é justificável sob o argumento de querer levar ao extremo uma experiência etnográfica em um contexto moralmente incômodo e, junto com essa tentativa, querer questionar também os próprios pressupostos “politicamente corretos” do senso comum antropológico. Apenas nessa arena a provocação de Crapanzano poderia ser válida, ainda que, no final do caminho, se revele ineficaz.

Evocarei, a seguir, uma visão do *apartheid* simetricamente oposta à de Vincent Crapanzano. Trata-se de uma versão veiculada, desta vez, não através do diálogo etnográfico, mas da violência incorporada na própria subjetividade de agentes concretos. Se Crapanzano é um ob-

²⁴ CRAPANZANO, Vincent. *Waiting*, op. cit. p. 20.

²⁵ PEIRANO, Mariza, op. cit. p. 146.

servador externo que, ao mesmo tempo, abdica da sua autoria para dar a palavra ao Outro, a versão que doravante apresentarei provém de um observador “participante”: um porta-voz – um cronista – que mergulha, custe o que custar, na cena violenta do *apartheid*.

O 'coração traidor' de Rian Malan

Diferentemente de Vincent Crapanzano, Rian Malan não é um antropólogo profissional. É um cronista que registra, denuncia e interpreta a violência do *apartheid*. Em relação aos seus antepassados, Rian Malan é uma espécie de dissidente étnico, um traidor da "tribo branca" da África do Sul: os *africâneres* ou *bôeres* que Crapanzano entrevistou em sua etnografia. Nos primórdios da genealogia de Rian encontra-se Jackes Malan, um dos primeiros colonos brancos a chegar aos territórios da atual África do Sul. Jackes era um huguenote que foge das guerras religiosas da França de Luís XIV, passa pela Holanda e finalmente embarca rumo a Cidade do Cabo, onde a Companhia Holandesa das Índias Orientais possuía um dos seus postos mais importantes. Depois, chegariam outros Malan não menos ilustres: David Malan que, em 1788, escapou de uma região de fronteira e integrou a primeira rebelião *africâner* contra os ingleses. O topo dessa genealogia se completa, por assim dizer, com Daniel Malan (1874-1959), o Primeiro Ministro que chega ao governo em 1948 e implanta, na África do Sul, o regime do *apartheid*.

Como é possível ser um Malan e, ao mesmo tempo, ser contra o *apartheid*? Eis o paradoxo que atravessa a própria subjetividade de Rian Malan. Em outra ordem mais geral, a interrogação poderia ser reformulada nos seguintes termos: como fazer um esforço de alteridade e, então, questionar o sistema jurídico e repressivo construído pelos próprios antepassados, arquitetos do *apartheid*? A questão não poderia ser resolvida sem uma cota razoável de sofrimento, purgação e exílio. O assunto remete, mais uma vez, ao problema da “autori-

dade etnográfica” ou, colocado em outros termos, ao papel crítico do autor, em uma sociedade que não admitia dissidências, contra as classificações racistas criadas por um Estado.

O primeiro exercício primordial para se enxergar de fora é a auto-ironia, e Rian Malan sabe praticá-la com requinte. Nesse registro de estratégias autobiográficas, Malan evoca as primeiras inquietudes antirracistas da juventude branca progressista. Os primeiros sintomas de politização dos jovens brancos incomodados com o *apartheid* incorporavam um ingrediente espontâneo e lúdico: “...Era jóia ser ligado em cultura negra”, diz Malan, “...de modo que passamos a adotá-la da mesma forma que adotamos calças de boca larga. Na Johannesburgo branca, “cultura negra” inclinava-se a significar James Brown e James Baldwin, não a cultura daquele velho sábio nas montanhas ou dos negros em nossos quintais...”²⁶. O distante, pois, não ameaçava como o próximo. Contudo, um momento decisivo da sua experiência anti-*apartheid* é o ingresso no jornal *The Star*, em dos vespertinos mais importantes da África. *The Star* proporciona a Rian a possibilidade de ver de perto o funcionamento do país. Mas, sobretudo, essa experiência profissional lhe possibilita a oportunidade de sair a “campo”.

Aos sul-africanos brancos que queriam militar a favor da causa negra se lhes apresentavam uma série de contradições. Contudo, a maioria militava no “cartismo”, que se baseava em um documento, *The Freedom Charter*, do Congresso Nacional Africano. Tratava-se de um documento ambíguo, aberto a múltiplas interpretações que, dentre outras coisas, declarava que “...as portas do saber seriam abertas a todos, a terra dividida entre os que nela trabalhavam e a renda derivada da extração do ouro entre os que a mineravam”. Os liberais, diz Malan, “...a consideravam uma ata liberal, os social-democratas acreditavam que ela refletia seu programa e os marxista-leninistas linhas- duras não viam nada no texto que pudesse contradizer seu

²⁶ MALAN, Rian. *Coração Traidor*, op. cit. p. 55.

ponto de vista”²⁷. No entanto, a participação política dos brancos que estavam contra o *apartheid* limitava-se a formas de intervenção meramente culturais. Essas manifestações eram “toleradas” pela polícia secreta do regime. Para Rian Malan, apesar das boas intenções, o papel dos brancos na luta anti-*apartheid* estava condenado por uma “lei de cumplicidade genética”. Mesmo lutando com fervor contra um crime não cometido, a cumplicidade estava, literalmente, estampada na “pele”. Para entender esse drama, convém evocar as próprias impressões de Malan a respeito de uma passeata organizada pela Frente Democrática Unida, cujo objetivo era levar uma carta a Mandela, ainda na prisão:

A parte negra da demonstração transformou-se numa sangrenta batalha de rua entre a polícia e manifestantes, mas a branca foi um triste espetáculo (...) A manifestação da tarde deu-se de acordo com o coreografado. Sacudimos os cartazes e os guardas olharam feio de outro lado da rua. Como nos recusamos a nos dispersar, fomos contemplados com algumas granadas de gás lacrimogêneo. Pouco depois estava tudo terminado. A esquerda branca lutara contra o *apartheid* e agora nos sentíamos livres para voltar para casa e esticar o pescoço na direção dos distritos à procura da fumaça que nunca conseguíamos ver. Todos odiávamos o *apartheid*, mas, quando o jogo começava, quando chegava a hora da verdade nos distritos e tinha início a matança, não havia brancos no lado negro das barricadas. Nunca. Jamais.²⁸

No jornal *The Star*, Malan se ocupa dos casos policiais, confrontando-se diretamente com a violência mais desapiedada do *apartheid*. Trata-se de uma violência pouco 'mediatizada' que, muitas vezes, nem os jornais nem a televisão eram capazes de mostrar. Graças à função que desempenha, os arquivos de Rian Malan não cessam de crescer: crimes "comuns", vinganças, repressão de pro-

²⁷ Ibid. p. 166.

²⁸ Ibid., p. 170-171.

testos, matanças, e assim por diante. Contudo, longe de acumular dados desconexos, Malan articula e integra a descrição da violência política com as consequências que ela mesma produz na subjetividade dos atores envolvidos. Se tivéssemos que exagerar no elogio, poderíamos concluir que esse esforço de integração condensa, na crônica de Malan, uma sensibilidade antropológica aprimorada. Essa perspectiva aparece, sobretudo, em dois momentos particulares do seu trabalho: quando relata a história, o julgamento e a morte de Simon Mpungose, "o homem do martelo", e quando narra a revolta de mineiros de Randfontein liderada por Themba Ngwazi, por volta de 1986. São momentos em que Malan não se satisfaz com as primeiras evidências de uma descrição superficial. Malan é, por assim dizer, um geertziano²⁹ *avant la lettre*. Por isso, nas suas descrições almeja ir além dos acontecimentos relatados pela imprensa, convertendo-se em uma espécie de etnógrafo espontâneo e em um cronista privilegiado da violência urbana em pleno *apartheid*. Sua sensibilidade autoriza a analogia antropólogo-jornalista traçada pelo antropólogo sueco Ulf Hannerz, em sua pesquisa sobre os correspondentes de guerra. Ambos, antropólogos e jornalistas, deslocam-se por itinerários pouco familiares e, muitas vezes, perigosos. Ao mesmo tempo, muitos correspondentes de guerra tem elaborado obras autobiográficas de cunho reflexivo análogas a certas etnografias reflexivistas escritas, sobretudo, a partir da década de 1980. "Se o antropólogo se ocupa do Outro, também de alguma maneira o faz o jornalista", afirma Hannerz, "E se alguma vez o antropólogo, quando está no campo de trabalho, exige que lhe considerem como um herói, também o faz o jornalista para onde quer que ele seja destinado"³⁰. Nas páginas seguintes evocarei, justamente, algumas das narrativas de violência descritas pelo "herói-etnógrafo" Rian Malan.

²⁹ Relativo a Clifford Geertz, promotor da chamada "descrição densa" em antropologia.

³⁰ HANNERZ, Ulf. Problemas en la aldea global: el mundo según los corresponsales extranjeros. In: Hannerz, U. Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998. p. 183.

A condenação dos ancestrais ... e a violência do apartheid

O pequeno “ato” que evocaremos a seguir é representativo de um drama maior. Para compreender os seus significados, é necessário passar das descrições superficiais às descrições densas. Trata-se da história de Simon Mpungose, o homem que, com um martelo, aterrorizou a vizinhança branca de Johannesburg durante anos. Para além da sua trajetória individual, são vários os atores envolvidos nesse drama. Onde começa exatamente essa história? Quando Simon, com doze anos, começa a trabalhar nas plantações de cana? No final da sua adolescência, quando o juiz o condena a sete anos de reclusão? Ou no início de 1980, quando começa a ser conhecido como “o homem do martelo”, conforme as crônicas policiais da época? Uma resposta adequada requereria, no entanto, um retorno ao passado, muito anterior ao seu nascimento, em 1948.

A “maldição” de Simon começa quando seus avós, Musa e Sonamuzi, constituíram uma união incestuosa, ofendendo aos *ama-Dlozi*, ancestrais venerados pelos Zulus. Simon jamais conseguiria se libertar dessa condenação social. Para o juiz que o condenou à morte em 1985, esse passado pouco interessava. Pois, tal como nos relembra Rian Malan, para os tribunais Simon era apenas “mais um Kaffir delinquente”. Quanto ao próprio Simon, como veremos, pouco importavam as decisões do juiz: seu destino de morte já estava pré-anunciado a partir do seu nascimento.

Os crimes de Simon aterrorizaram a vizinhança branca. O *modus operandi* era quase sempre o mesmo. O homem começava a circular ao redor da casa; observava desde fora os moradores; aguardava até meia-noite quando, finalmente, ingressava nos quartos e os matava. Esse é o ponto de partida da narrativa de Malan: os assassinatos cometidos por Simon. No entanto, à medida que Malan avança o relato, a tumultuada trajetória de Simon recobra inteligibilidade. O que começa como mais um caso policial acaba se transformando

em uma das tantas “experiências” da violência engendradas pelo *apartheid*. A aparente incoerência dos atos e a extrema crueldade com que são cometidos provocam o terror na opinião pública. “Não há explicação para o inexplicável” reza, tautologicamente, o adágio. Aquilo que parece completamente ilógico torna-se dramaticamente coerente na subjetividade de Simon. Talvez, a história do “homem do martelo” não comece em nenhuma parte, em lugar nenhum. Ou, possivelmente, as experiências de torturas sofridas, quando jovem, no cárcere, tenham colocado em funcionamento um dispositivo fatal. Simon, relata Rian Malan, trabalhava na pedreira da prisão sob as armas e os chicotes dos guardas:

Durante o dia inteiro quebrava pedras com o martelo e pensava nas coisas que tinha visto.

- Eu gostava dos brancos, contou ele mais tarde, mas depois de algum tempo acabei descobrindo que tenho medo de uma pessoa branca. Também perdi meu amor por elas.

As pedras que Simon quebrava eram esbranquiçadas.

- A gente segura a pedra em uma das mãos e quebra ela com facilidade. Não demora muito e elas começam a ser a cabeça dos brancos³¹.

Como tantos outros “bantos”, Simon sofre as injustiças do *apartheid*, os castigos no cárcere e a destruição, pelas mãos do seu patrão branco, do seu documento de “passe”. Finalmente, é submetido a um julgamento em uma língua que não conhece. Mas isso não explica tudo. Há algo na experiência de Simon irreduzível à experiência de qualquer outro africano negro: ele é rejeitado pela sua própria etnia, pelos seus próprios parentes zulu e – o que nenhum branco “progressista” consegue entender – é aterrorizado pela sombra sempre presente dos seus antepassados. Ameaçado pelo espírito dos seus ancestrais, Simon não tinha escolha. Bruce Gillmer, o psicólogo forense que o entrevista durante o processo do julgamento,

³¹ MALAN, Rian, *Coração Traidor*, op. cit. p. 200.

não consegue desvendar o problema. Minimiza os supostos delírios místicos de Simon como "sobrevivências" de uma África do Sul que já não existiria. Essa "razão instrumental" veiculada pelo psicólogo incomoda a Malan:

Sendo um homem sensível, bondoso, progressista e racional, partiu da hipótese que os velhos deuses da África estavam mortos. Em toda a maciça literatura sobre o apartheid, praticamente não se encontra uma palavra que lance luz sobre o segredo de Simon. Quando se menciona os velhos deuses, é dentro do contexto de valores culturais perdidos ou coisa parecida. Essa é a posição civilizada, progressista, e Bruce Gillmer é um homem civilizado. Nunca lhe ocorreria perguntar como andava a situação entre Simon e suas sombras ou o que exatamente quisera dizer ao afirmar que nunca poderia ser como os outros³².

A partir desse momento, Daniel Malan faz um esforço interpretativo que relembra o método do "paradigma indiciário" formulado pelo historiador italiano Carlo Guinzburg. "Por que", interroga-se Malan, "Simon cai em prantos diante dos juízes, justamente no instante em que tenta dizer algo sobre seus antepassados?"

Os antepassados de Simon foram grandes guerreiros. Pertenciam a um clã nobre. A tragédia tem início quando uma das filhas do clã (Musa, avó de Simon) engravida. Primeira transgressão: os zulus proibiam o sexo pré-nupcial. Quem se atrevera a desonrar essa filha diletta? Foi, justamente, o seu próprio primo de primeiro grau. Segunda transgressão: os zulus consideram incestuosa a relação entre primos de primeiro grau já que eles são considerados quase como irmãos. A transgressão ofendeu aos "amaDlozi", os antepassados. Estes estão sempre presentes, são

³² Ibid., p. 223.

...entidades que vivem na casa, ajudando, aconselhando ou punindo seus descendentes. Alguns antropólogos chamam-nos de sombras, em vez de espíritos ou deuses, porque todo homem tem uma sombra presa aos seus pés, (...) As sombras exigem obediência às leis e tradições da nação, e uma delas é que não se pode tomar como esposa uma mulher do próprio clã, ...³³

Neto de Musa, Simon nunca conseguiu se liberar daquele estigma. Por isso, nunca pôde tornar-se um "humano". A ruptura com o tabu o condenou a uma perpétua animalidade, da qual só podia ser libertado através da morte. Nenhum psicólogo, nenhum branco esclarecido estaria disposto a entender essa condenação. Nesse caso, o universalismo, aos olhos dos brancos politicamente progressistas, devia se sobrepor às diferenças culturais. Atribuir algum significado ou inteligibilidade a semelhante misticismo teria implicado permanecer preso da "farsa", conforme alertava um jornalista do *New York Times* "...montada pelos racistas brancos dominantes para enganar turistas estrangeiros, fazendo-os acreditar que 'esses negros são mesmo diferentes, em muito mais formas do que se imagina'..."³⁴. Malan, veremos, não compactua com a simplificação modernizadora nem com o universalismo abstrato que essa advertência veicula.

Apesar da mídia "esclarecida", esses traços culturais tinham uma perenidade profunda, e eram parte de uma África do Sul que raramente aparecia nos jornais ou na televisão. Nesse cenário, Rian Malan precisa juntar as peças de um quebra-cabeças. Aquela estranha resposta de uma mulher zulu – "Simon nasceu errado" – deixa-o perturbado: "A explicação que se seguiu foi tão confusa que precisei recorrer inicialmente a livros de antropologia para entender e no final a Nxongo, na sua qualidade de guardião das crenças que eu imaginava mortas há muito tempo"³⁵. Malan, como jornalista, vai

³³ Ibid., p. 215.

³⁴ Apud. Malan, *Coração Traidor*, op. cit. p. 228.

³⁵ Ibid., p. 210.

em busca do saber antropológico. Sem cair no essencialismo – tão criticado por Crapanzano – traz ao seu universo de compreensão as forças *simbólicas* que ainda operam na África do Sul, procurando encontrar uma coerência e um sentido naquilo que, aparentemente, resulta arbitrário e caótico.

Pomadas mágicas contra canhões africaneres

Por volta de 1985, o *apartheid* tornou-se uma ameaça para os próprios “capitalistas liberais” da *Johannesburg Consolidated Investments*, a grande companhia mineira, proprietária das minas de Randfontein. Nesse local ocorreram, justamente, uma série de revoltas marcantes. Os patrões, começaram a vislumbrar a necessidade de criar instâncias de negociação. Era preferível aceitar a organização dos sindicatos mineiros do que mergulhar no abismo da ameaça do “bolchevismo” que prairava na imaginação paranoica dos proprietários das minas.

Foi precisamente nesse contexto que surge o *National Union of Mineworkers* (NUM), o Sindicato Nacional de Trabalhadores das Minas. Foi ali onde Themba Ngwazi, um xhosa do estado de Transkei começou sua militância. Uma das suas primeiras missões foi recrutar adeptos entre os mineiros negros de Randfontein. Contudo, a campanha não teve um bom começo:

Um grande número de trabalhadores tinha apenas medo de se filiar ao sindicato e perder o emprego. Outros eram homens de regiões isoladas, incultos, sem conhecimento dos conceitos do sindicalismo e resistentes à noção de pagar mensalidade. Para complicar ainda mais a situação, uma significativa porcentagem dos trabalhadores de *Randfontein Estates* era da tribo shangaan [shanganas] de Moçambique, e eles tinham verdadeiro pavor de se envolver em encrencas e ser mandados de volta para o seu país, que estava assolado pela guerra e pela fome³⁶.

³⁶ Ibid., p. 246.

Uma das principais reivindicações exigida pelos mineiros de Randfontein gravitava em torno do injusto sistema de *waya-way*, tal como era chamado pelos mineiros. No início, os trabalhadores migrantes contavam com a garantia de que logo após passar uma temporada com suas famílias, retornariam – na data indicada nos seus registros de serviço – aos seus postos de trabalho. Ocorreu que as minas começaram a se mecanizar e, portanto, a prescindir da força de trabalho africana. Assim, “Muitos trabalhadores recebiam o registro de serviço sem data de retorno. Seus chefes prometiam que eles seriam chamados quando fossem necessários, mas às vezes a convocação jamais chegava”³⁷. Diante essa ausência de convocatória os mineiros africanos começavam a se interrogar “Por quê? Por quê?” (“*waya-way*”). As demandas contra o “por quê-por quê” não tardaram em consumir uma estratégia de luta.

O conflito entre mineiros e patrões se iniciam de maneira confusa. Ao mesmo tempo se verificaram conflitos inter-tribais, o que dificultava enormemente uma luta sindicalista unificada. Na verdade, o próprio sindicato dificilmente podia atender as expectativas diversas de mineiros que pertenciam a vários grupos étnicos. Com o surgimento de uma fração dissidente liderada por Themba, o rompimento da pretensa unidade se consolida. A luta, portanto, assumirá formas singulares.

Um dos principais choques entre a fração dissidente, liderada por Themba, e as forças de segurança da mina acontecerá em janeiro de 1986. Cabe lembrar que essas forças de segurança estavam munidos com uma moderna tecnologia contra-insurgente, que incluía um imenso canhão de água para dispersar multidões, além de outras armas convencionais. Os fatos, contudo, assumem contornos inesperados: longe de inspirar medo, as armas provocam uma euforia desafiadora nos mineiros. O armamento pesado não intimida os trabalhadores africanos. Os chefes de seguridade da

³⁷ Ibid., p. 246-247.

mina não conseguem entender tamanha bravata. Em pouco tempo, descobre-se que os mineiros contavam com o apoio de poderosos feiticeiros (*inyangas*):

De acordo com o agente secreto, o plano dos dissidentes era derrubar as autoridades da mina e instalar Themba no trono de Piet Rademeyer e, com esse objetivo, eles estabeleceram uma taxa de 2 rands por homem, levantando um total de 1800 rands. Com essa soma nas mãos, mandaram um representante ao Transkei, território tribal dos xhosas e pundos, para consultar um famoso inyanga, ou feiticeiro. O inyanga forneceu várias latas de graxa de sapato cheias de um poderoso e tradicional preparado para ser usado em batalhas, denominado *intsizi*, feito de cinza de ervas e gordura animal. A pomada era preta e esfregada em pequenos cortes feitos no corpo (...) *transformaria as balas dos brancos em água*, garantiu o feiticeiro³⁸.

A desilusão com os poderes do *intsizi* não tardou a chegar. Os mineiros, vítimas da repressão e ensanguentados, não conseguiam encontrar uma explicação para a ineficácia da pomada. A profecia falhara e as suspeitas recaíram sobre o feiticeiro. Qual tinha sido o erro? Para que a pomada fosse eficaz, respondeu o feiticeiro, era preciso aguardar 72 horas. Além disso, quem a usava não podia tomar banho nem praticar sexo durante esse período. Os seguidores de Themba deram, então, uma segunda chance à pomada do feiticeiro.

Difícilmente essas manobras de feitiçaria interessariam a imprensa internacional, mais preocupada, talvez, com as denúncias das injustiças do *apartheid* do que com o aspecto microssociológico e simbólico do enfrentamento. Aliás, as questões sobre feitiçaria eram temas que começavam a incomodar a alguns setores progressistas da sociedade. Inclusive, membros da elite negra sul-africana, como

³⁸ Ibid., p. 257-258. O itálico é de minha autoria. A crença na ineficácia das balas – ou das armas, em geral – do colonizador, do “branco”, ou do estrangeiro é um aspecto recorrente nos chamados movimentos messiânicos e milenaristas, amplamente estudados por antropólogos e historiadores.

o médico Nthatho Motlana, eram favoráveis a uma cruzada antifeitiçaria: “Quando o vizinho Moçambique começou a internar curandeiros em campos de reeducação, Motlana expressou sua aprovação e vivia constantemente exigindo que as autoridades sul-africanas impusessem suas próprias leis antifeitiçaria”³⁹. “Era uma campanha curiosa”, acrescenta Malan, “e seu aspecto mais interessante era que o Dr. Motlana parecia estar perdendo”⁴⁰.

Houve um novo comício dos mineiros seguidores de Themba. O dirigente pronunciou um inflamado discurso à multidão, denunciando a lentidão do NUM por não tomar medidas mais radicais. A reunião foi reprimida com gás lacrimogêneo. Mas os seguidores de Themba não se intimidaram: mais uma vez estavam “protegidos” pela pomada mágica. “A pomada é forte” gritavam, “matem os bôeres!”. A revolta se inicia. Na sequência, conseguem sair de uma nuvem de gás lacrimogêneo e formam um “chifre de boi”, estratégia de luta inspirada na guerra africana do século XIX. Apesar dos disparos efetuados pelos guardas, os seguidores de Themba não mostraram medo e, enfurecidos, arremeteram contra dois policiais brancos que acabaram mortos. Para os proprietários da mina, os manifestantes tinham ido longe demais. A repressão acionou uma força sem precedentes em manifestações desse tipo; helicópteros e caminhões com tropas armadas se somaram aos policiais. Ao amanhecer, a polícia tinha feito 371 prisioneiros; mais de 40 mineiros jaziam moribundos ou mortos no campo de batalha⁴¹.

Rian Malan não pretende moralizar com seu relato. Apenas se limita a apresentar os dados com um olhar singular e penetrante. Na qualidade de descendente dos *africâneres*, escreve a partir de um lugar incômodo. Da mesma maneira que Simon, Rian é um “destri-

³⁹ Ibid., p. 232.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Ibid., p. 264.

balizado" mas desta vez branco. Esse estar "fora de lugar" o situa, paradoxalmente, em uma posição privilegiada a partir da qual constrói um relato crítico da sua própria sociedade. Essa narrativa é, também, o autorretrato de um desertor, de um "traidor". Através dessa espécie de autoimolação como *africâner*, Malan não está interessado em provocar a piedade do leitor, nem uma recíproca empatia: seu objetivo é, simplesmente, desafiar as imposições indentitárias do *apartheid*, bem como seus respectivos lugares comuns. A força da sua narrativa consiste em trazer a dimensão da experiência e do "vivido" sem cair no autocentramento ou no solipsismo. Seu compromisso é mostrar como os conflitos e a violência atuam sobre o corpo da sociedade e, ao mesmo tempo, sobre a própria subjetividade humana. Em ambos os casos, esse esforço opera com a consciência de que o corpo social e a subjetividade humana não são meros receptáculos passivos de uma "política" de Estado. Com uma sensibilidade ímpar, Malan percebe que a "razão instrumental" e a "razão simbólica" dificilmente podem agir separadamente. Para dizê-lo em outros termos – e as nossas aspas operam aqui como antídoto contra o relativismo ingênuo – Malan parece reconhecer que a força e a eficácia dos canhões *africâneres* e a "força" e a "eficácia" das pomadas *xhosas* são, na verdade, duas faces de uma mesma moeda.

Palavras finais

A etnografia plurivocal de Crapanzano ressalta a relação *africâneres/ingleses*. Em contraposição, no relato de Malan, a relação e o conflito primordial é entre brancos e negros. Crapanzano preocupa-se em introduzir as múltiplas vozes de seus entrevistados. Malan, ao contrário, coloca-se na cena na qualidade de intérprete e cronista, mas, sobretudo, como cidadão sul-africano. A "política" textualista de Crapanzano é desaparecer como autor; já Malan intervém no texto até a exaustão. Crapanzano, em nome da polifonia bakhtiniana, pre-

fere evitar a tentação da teoria. Por isso, Mariza Peirano sugere que ele escolhe o silêncio teórico em prejuízo da análise, esquecendo-se que “...a ausência teórica é também uma posição teórica”⁴². Em Rian Malan, a análise é substituída por uma autoironia dessacralizadora: trata-se do testamento de um “traidor”.

Malan, lembremos, escreve seu livro depois de um período de oito anos de exílio em Los Angeles. Sua crônica resulta das observações que registra após seu retorno ao seu país quando, em virtude do período de transição, a paisagem política havia mudado. Malan regressa transformado desse exílio, não conseguindo deixar de sentir um estranho mal-estar. As reformas políticas da segunda metade da década de 1980 eram aparentes, e o *apartheid* era tratado de forma suavizada. “Voltei para a África do Sul, mas, ali, a agonia do país”, diz, “continuava sendo algo que eu lia nos jornais”. Na África do Sul da transição havia lugar para os rituais politicamente corretos e para o exercício da boa consciência progressista dos brancos interessados, agora, em “cultura” negra. Malan retorna a África do Sul e “descobre” que “...as peças do teatro negro eram encenadas nos reluzentes panteões da cultura branca, diante de platéias encantadas, constituídas de liberais brancos usando smokings e jóias, que desembolsavam 10 dólares cada um para serem afogados em abominação e calúnia”⁴³. Era a época da transição e do fim da censura.

Em 1990 foram iniciadas as primeiras negociações entre o presidente De Klerk e os membros do Congresso Nacional Africano (CNA). Nesse mesmo ano, o CNA anuncia a suspensão da luta armada. Como resposta a essa suspensão, De Klerk promete libertar os presos políticos e facilitar o retorno dos exilados. O fim do *apartheid* estava próximo. Uma série de reformas políticas são colocadas em prática. Após as primeiras eleições livres realizadas na África do

⁴² PEIRANO, Mariza G. S. O encontro etnográfico e o diálogo teórico, op. cit. p. 146.

⁴³ MALAN, Rian. Coração Traidor. op. cit. p. 157.

Sul, Nelson Mandela é aclamado presidente do país⁴⁴. Vincent Crapanzano e Rian Malan – intérpretes contemporâneos do *apartheid* – retomavam seus respectivos postos de trabalho. Em 1994, ano que data o fim do *apartheid*, Crapanzano ensinava antropologia na CUNY (*City University of New York*) enquanto Rian Malan debutava como jornalista e documentarista da BBC.

Crapanzano e Malan nos fornecem dois relatos dissímeis. Os recursos estilísticos, as estratégias de escrita e a construção das narrativas transitam por caminhos opostos. Há, no entanto, coincidências incontornáveis. Ambos conseguem identificar de maneira bem sucedida um incômodo: o mal-estar do branco sul-africano que resiste a assumir como própria a criação desse engendro jurídico e político que foi o *apartheid*. Para dizê-lo com as palavras do escritor J. M. Coetzee, reproduzidas na epígrafe, tanto Crapanzano como Malan conseguem narrar o “ressentimento abrasador” (*burning resentment*) e a “raiva mordaz” (*bristling anger*) que atordoa a boa consciência do sul-africano branco. Trata-se de duas testemunhas que, por caminhos diferentes, buscam entender o peso psíquico suportado por um sujeito – ora individual, ora coletivo – que se recusa a assumir como próprios os crimes cometidos em seu nome.

Enviado em 20 de agosto de 2015

Aprovado em 30 de outubro de 2015

⁴⁴ RIBEIRO, Fernando Rosa. Eleições Na África do Sul: Uma Visão de Primeira Mão. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, vol. 26, p. 159-166, 1994.

A RTIGOS

VOZES QUE ECOAM DO MORRO MILENAR:
UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS
DIFUNDIDOS NO ANUÁRIO COLUNAS DO
INSTITUTO PORTO ALEGRE (1937-1954)

*Voices that echo the Morro Milenar: a study of the
speeches broadcast on year book Colunas of Porto
Alegre Institute (1937-1954)*

Valeska Alessandra de Lima*

Dóris Bittencourt Almeida**

RESUMO

Este trabalho é produto da pesquisa *Escritos de alunos: memórias de culturas juvenis (1940/1960)*, que toma como objeto de investigação os periódicos produzidos por alunos de diferentes instituições escolares de Porto Alegre/RS. O estudo vincula-se aos pressupostos teóricos da História Cultural e inscreve-se no campo da História da Educação em suas interfaces com a Imprensa Escolar e a História das Instituições Educacionais. O foco da análise foi perceber as marcas deixadas pelos jovens no periódico *Colunas*, anuário produzido pelo Instituto Porto Alegre/IPA, procurando distinguir indícios de saberes e práticas escolares que evidenciam as identidades daqueles sujeitos. A estratégia metodológica utilizada foi o exame da materialidade e dos discursos difundidos em textos e imagens ao longo de doze edições. Percebe-se que, embora o IPA estimulasse um certo protagonismo estudantil na edição do *Colunas*, mimetizavam o formato estético e discursivo dos

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Mestranda – PPGEDU/UFRGS - Fone: 51-92757572 - Endereço: Faculdade de Educação - Prédio 12201 - Av. Paulo Gama, s/n CEP 90046-900 - Fax: 3308 3985 - Email: lima_valeska@yahoo.com.br

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Doutora em Educação – PPGEDU/UFRGS - Endereço: Faculdade de Educação - Prédio 12201 - Av. Paulo Gama, s/n CEP 90046-900 - Fax: 3308 3985 - Email: almeida.doris@gmail.com

yearbook's norte-americanos. O caráter institucional do periódico não impediu que as *vozes* dos alunos ecoassem nas páginas do anuário. Em meio à profusão de fotografias e notícias do colégio, eles se fazem notar, especialmente nos textos biográficos dos colegas, nas montagens fotográficas e nas charges. Essas são marcas dos discentes, talvez pouco perceptíveis em um primeiro olhar, mas que se revelam na observação atenta desta fonte importante para a História da Educação.

Palavras-chave: Periódicos Estudantis. Memórias Juvenis. Práticas de Leitura e Escrita

ABSTRACT

This work is the product of research *Students Writings: Memories of youth cultures (1940-1960)*, which focuses on research journals produced by students of different educational institutions of Porto Alegre / RS. The study is linked to the theoretical assumptions of Cultural History and falls within the field of History of Education at its interfaces with the School Press and the History of Educational Institutions. The focus of the analysis was to see the marks left by youth in regular *Colunas*, yearbook produced by the Porto Alegre Institute / IPA, seeking to distinguish evidence of knowledge and school practices that reveal the identities of those subjects. The methodological approach was the test of materiality and the speeches broadcast on texts and images over twelve editions. It is noticed that, although the IPA stimulate a certain role in the student edition of *Colunas*, mimicked the aesthetic and discursive format of American's yearbook. The institutional character of the journal did not stop the students' voices echoed in the pages of the yearbook. Amidst the profusion of photographs and stories of the college, they are remarkable, especially in biographical texts from colleagues, in the cartoons and photomontages. These are marks of students, perhaps barely noticeable at first glance, but revealed in the careful observation of this important source for the History of Education.

Keywords: Student Journals. Memories Youth. Practices of Reading and Writing

O objetivo deste estudo é analisar o *Colunas*, periódico do Instituto Porto Alegre (IPA)¹, em sua materialidade, bem como examinar os discursos presentes no impresso, procurando buscar possíveis marcas deixadas pelos alunos que estudavam em um colégio com características estrangeiras.

A coleção do *Colunas* é composta por vinte e quatro exemplares, disponíveis para consulta em dois lugares: o Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço (MMEBI), localizado nas dependências do Colégio Americano e a Biblioteca do Centro Universitário IPA Metodista, em Porto Alegre. De posse destas edições, investigou-se a temporalidade do periódico entre 1937 e 1954. Tal escolha se deve ao fato da importância de Oscar Machado da

Silva, um professor referência para a história da instituição, pois esteve à frente da Reitoria² do IPA durante vinte anos, entre 1934 e 1954. Foi o primeiro brasileiro a ocupar o cargo da direção do Colégio, pois antes dele todos os outros *Reitores* eram de nacionalidade norteamericana. De acordo com o *Colunas*, Oscar Machado, apesar de sua forte identificação com a cultura estadunidense, enfrentou, no período do Estado Novo, o desafio de nacionalizar³ o Colégio, promovendo a construção de uma nova identidade ao IPA.

¹ Colégio localizado na cidade de Porto Alegre/RS.

² As expressões, Reitoria e Reitor, eram utilizadas no IPA devido à influência estadunidense em sua organização pedagógica e administrativa.

³ Até a década de 1930, a Reitoria do Colleegeesteve a cargo de americanos e, devido às mudanças políticas e educacionais que aconteceram no Brasil no final da década de 1920, este modelo de gestão foi questionado pelas autoridades que organizavam a educação no país. De acordo com Bastos (2005, p.17), “o nacionalismo já estava presente nas discussões, debates e realizações educacionais desde a década de 1910” e buscava realizar uma ampla reforma intelectual fazendo com que os indivíduos gradativamente se adaptassem às exigências da nova realidade que se apresentava.

O estudo situa-se no campo da História da Educação, em suas interfaces com a Imprensa Escolar e história das instituições de ensino, seguindo os pressupostos teóricos da História Cultural. Esta é uma corrente historiográfica de caráter interdisciplinar que procura se distanciar da história de cunho tradicional ao valorizar os sujeitos como aqueles que fazem a História de seu tempo. Para Maria Teresa Santos Cunha (1999), o alargamento das possibilidades investigativas a partir desta vertente historiográfica, possibilita ao pesquisador realizar estudos que valorizem outros “sujeitos e objetos até então inexplorados” (p. 41). Com esta perspectiva mais abrangente, política e economia deixaram de ser consideradas como centrais, abrindo espaço para os temas da cultura. Galvão e Lopes (2010) atentam que essa legitimação das pesquisas no campo da História da Educação se deve à renovação do *olhar* lançado sobre os objetos de análise e novas fontes que são legitimadas pela História Cultural.

Para além da História da Educação num sentido *latu sensu*, é importante analisar, ainda que brevemente, alguns de seus entrelaçamentos com a imprensa escolar e a história das instituições educativas. A imprensa escolar constitui-se em um *corpus* documental que carrega múltiplas faces do passado educativo no que diz respeito às práticas e às concepções pedagógicas e sociais, principalmente quando posta em relação com a sociedade além dos limites dos muros escolares (Catani e Bastos, 1997). Produzidos e publicados por alunos, professores ou instituições e atravessados por diferentes intencionalidades, os jornais ou revistas escolares deixaram vestígios através dos quais podemos reconstruir alguns aspectos daquela complexa realidade.

Catani e Bastos (1997), ao citarem Pierre Ognier, dizem que a imprensa escolar apresenta uma espécie de testemunho vivo dos métodos e das concepções pedagógicas difundidas em uma época. Através da análise dos discursos veiculados nos jornais escolares, podemos nos aproximar dos códigos de uma época. Portanto, nesse diálogo

com a História da Educação, entende-se que os periódicos escolares constituíam-se em uma das formas pelas quais professores, diretores e alunos validavam suas concepções sobre determinados assuntos e exercitavam práticas de escrita. Os textos e imagens dos periódicos escolares nos ajudam a compreender os modos de educar de uma determinada instituição de ensino.

Do Porto Alegre College ao IPA

De acordo com Mesquida (1993), o Metodismo iniciou no século XVIII na Inglaterra, como um movimento evangélico e educativo de renovação social, idealizado pelo pastor anglicano e professor da Universidade de Oxford John Wesley. Para esta pesquisa, importa dizer que o Metodismo chegou ao Estado do Rio Grande do Sul (RS) em 1875, trazido do Uruguai pelo missionário João da Costa Corrêa. Sua missão estava ligada à vertente Norte do metodismo americano e objetivava construir uma obra para realizar ações de evangelização e a criar escolas. Foi ele que, juntamente com a jovem Carmen Chacon, fundaram o *Colégio Evangélico Misto nº 1* instituição metodista que, mais tarde, viria a ser denominada como Colégio Americano, em funcionamento até a presente data no Bairro Rio Branco, em Porto Alegre. Estes primeiros missionários que se instalaram no RS, traziam os ideais de John Wesley quanto à educação feminina⁴ e para os pobres.

Apenas no começo do século XX, os missionários sulistas começaram a visitar o RS realizando estudos para a ampliação das obras que eram promovidas pelo país. Na década de 1910, diferentes

⁴ O Americano em Porto Alegre foi pioneiro em relação à escolarização das mulheres pela variedade de cursos oferecidos, alguns deles profissionalizantes. Essa preocupação com a formação profissional das alunas evidencia o significado desta instituição de ensino e sua importância para a história da educação das mulheres no Brasil. (ALMEIDA, 2013)

ações foram realizadas entre ela, a que culminaria na fundação do Instituto Porto Alegre (IPA) na capital gaúcha.

Metodistas vindos da Faculdade de Teologia *Southern Methodist University* (SMU)⁵ de Dallas/Texas (EUA), fundaram escolas em diferentes Estados e estas instituições se caracterizavam por oferecer um ensino que não era comparável ao ensino católico, até então, predominante no país. Os novos educandários se identificavam com as camadas mais favorecidas economicamente e estavam voltados, inicialmente, para os rapazes das famílias ligadas à Igreja Metodista. Com uma filosofia baseada nos ideais americanos de liberdade, democracia e progresso, entre outros, tinham o propósito de “atingir os filhos das elites dirigentes do país [...], pois através dos grupos dominantes é possível levar a influência da ética protestante aos poderes constituídos e então melhorar as condições da sociedade” (MENEGHETTI, 2008, p. 846).

Ao que tudo indica, tais escolas atendiam aos projetos da burguesia emergente entrelaçando o viés religioso e os valores do sistema capitalista ao preparar seus alunos para a *liderança* da sociedade brasileira. Conforme Shroeder (1982), em 15 de fevereiro de 1923, o Instituto Porto Alegre foi inaugurado sob o nome Porto Alegre *College*, em um prédio alugado na Rua Marechal Floriano Peixoto, no centro da capital. Em 1924 houve a mudança da instituição para as dependências construídas especificamente para seu funcionamento no bairro Rio Branco, conhecido pelos alunos professores como Morro Milenar. Este novo apresentou a inspiração para nomear o anuário do colégio, devido às colunas existentes, até hoje, na entrada do prédio. A cidade, assim como todo o país, se modernizava e adquiria novos contornos e serviços, imersa em uma ordem urbano-industrial que irradiava padrões e valores burgueses. Cabe ressaltar que a influência estrangeira na economia gerou profundas implicações sobre os padrões de comportamento da

⁵ A SMU é uma universidade privada estadunidense afiliada à Igreja Metodista.

sociedade e muitas cidades brasileiras incorporaram ao imaginário urbano as referências culturais norte-americanas.

A estrutura inicial do *College* havia sido pensada para se tornar uma instituição de ensino superior⁶, inclusive mantinha a figura do Reitor ao invés do Diretor escolar. Os professores e administradores do *College* eram missionários americanos e suas esposas, quase sempre formados pela Faculdade de Teologia *Southern Methodist University* (SMU) dos EUA.

O aluno ipaense nas páginas do Colunas

Durante os anos em que o IPA passou pelo processo de nacionalização de sua cultura escolar, o Reitor Oscar Machado da Silva parece ter estimulado a promoção de ações no sentido de que os alunos se sentissem participantes ativos da vida da instituição. Dentre as inovações pedagógicas realizadas em sua gestão, destacamos seu envolvimento como criador do livro anual denominado *Colunas* que tinha o propósito de “catalogar as atividades, o desenvolvimento e as memórias íntimas do IPA” (*Colunas*, 1937, p.40).

Primeiramente, chamamos atenção para o nome *Colunas* que faz referência direta à própria instituição. O prédio principal do IPA foi construído em estilo neoclássico e possui uma escadaria encimada por um pórtico com quatro colunas jônicas, sobre as quais, na faixa do frontão triangular, lê-se *Instituto Porto Alegre*. A visão desta fachada é bastante valorizada em todos os exemplares do anuário, nas capas e nas fotografias presentes nas seções, parecendo querer difundir a monumentalidade da instituição, eternizando-a.

Ao analisar de quem era a responsabilidade pela publicação

⁶ Em 1928 foi inaugurada a Faculdade de Teologia que, em 1938, foi transferida para Minas Gerais. Somente em 1970 o objetivo foi efetivamente atingido com a inauguração da Escola Superior de Educação Física.

do *Colunas*, perceberam-se algumas diferenças, ainda que sutis. A maioria dos impressos trazia na capa e folha de rosto uma inscrição dizendo que era “Uma Publicação do Instituto Porto Alegre” (1937, 1938, 1945, 1948, 1952 a 1954), claramente de cunho institucional. Entretanto, em três anos consecutivos, a inscrição foi modificada para uma “Publicação dos Alunos do Instituto Porto Alegre” (1949, 1950 e 1951). Cumpre acrescentar que nestas três edições não aparecem nomes de professores na nominata dos editores do periódico, diferentemente do observado nos outros exemplares.

Fora esta mudança, não é possível identificar diferenças significativas quanto às características gerais da editoração que indiquem maior ou menor grau de envolvimento dos alunos, pois há uma evidente padronização do anuário. Com base nisso, é de se pensar se, de fato, o *Colunas* refletia os discentes do IPA ou se constituía no principal modo de legitimação das práticas educacionais metodistas. Fica a indagação: quantos alunos será que efetivamente se envolviam com o anuário como autores ou leitores?

Ao observar todas as edições do *Colunas* constatamos que, ao que parece, foram intencionalmente produzidos para serem guardados pelas famílias com vistas à perenidade. As palavras do Reitor na edição de 1951, reiteram a importância do anuário como uma memória dos tempos vividos no IPA:

O Olvido é um fenômeno psicológico tão natural quanto a Recordação. Por isso, nossa vida mental gira, em grande parte, entre dois pólos: a Memória e o Esquecimento. [...] *Colunas* não é uma obra feita para o Presente. Seu inestimável valor está em que, no Futuro, será uma fonte inexaurível de suaves recordações. (*Colunas*, 1951, p.02)

Para Oscar Machado, fundador do *Colunas*, o anuário talvez fosse um meio de perpetuar as memórias individuais e coletivas daquela comunidade. Para Halbwachs (1990), a memória é uma di-

menção das vivências física se afetivas e está presente na identidade de um grupo. Aqueles que lessem as páginas do impresso anos mais tarde, provavelmente não o leriam da mesma forma, cada um faria uma leitura própria das lembranças ali contidas, pois, de acordo com Stephanou e Bastos (2005), reconstruímos o passado a partir do que nos parece significativo, e ele “pode ser possuído diferentemente por muitos” (p. 420).

O Colunas e seus protocolos de leitura

Quanto à materialidade, constata-se que o *Colunas* não é um periódico com características efêmeras tal qual um jornal, isso se torna evidente no seu modo de editoração. A maioria das edições possui capa dura com encadernação tipo brochura, medindo 27,5cm de altura por 19,5cm de largura e folhas em papel *couche*, denotando preocupação com a qualidade da apresentação do material. Conforme tabela a seguir, em cada exemplar a quantidade de páginas varia entre 150 e 250. Via de regra, são apresentados poucos textos e muitas fotografias que se repetiram por muitos anos, por exemplo, imagens da fachada e espaços do IPA, bem como fotografias de alguns professores e administradores.

Tabela 1: Comparativo entre páginas e quantidade de fotografias

Ano	Páginas	Fotografias
1937	82	386
1938	134	392
1938	174	528
1940	Edição não localizada	
1945	166	585
1948	880	623
1949	125	709
1950	174	861
1951	203	963
1952	237	1.006
1953	248	1.128
1954	240	1.147
Total	1.863	8.331

A grande profusão de imagens, cerca de oito mil e trezentas, considerando os doze exemplares analisados, é um aspecto importante a ser considerado na trajetória de circulação do *Colunas*. Elas são tomadas aqui, no sentido de representações das vivências no Colégio e, longe de serem simples ilustrações, algumas podem ser identificadas como complementos dos textos escritos ou podem assumir significados maiores, como “protagonistas da mensagem escrita ao trazer à escola o mundo tal qual ele deve ser percebido” (BASTOS; LEMOS; BUSNELLO, 2006, p. 42).

De modo geral, entendemos que as fotografias faziam parte da construção e legitimação das ações de determinados grupos sociais, neste caso a consolidação do projeto⁷ Metodista de

⁷ Mesquida (1988) explica, que até a década de 1930, época da criação da maior parte dos colégios Metodistas no Brasil, o discurso que estava presente na instituição promovia o favorecimento da formação dos filhos da elite econômica ligada à Igreja Metodista. A intenção era de que os jovens educados em suas escolas estivessem aptos a conduzir a nação de modo consciente e afinado com os ideais americanos de democracia.

formação do sujeito integral, apto a servir à sociedade moderna. para Monteiro

(2012), a publicação de imagens em jornais e revistas colaborava para “dar visibilidade, davam a ver certos grupos e práticas sociais, bem como construíam hierarquias e diferenças sociais” (p.31). Se pensarmos no *Colunas*, comparativamente ao *Crisol*, ou outros impressos escolares do mesmo período na cidade de Porto Alegre, a disparidade na quantidade de fotografias fica evidente, talvez devido aos investimentos estrangeiros que proporcionavam maiores recursos para sua publicação.

Fotografias escolares podem ser consideradas testemunhos de um modo de ser e de representar a escola, de acordo com Souza (2001, p. 79), elas “constituem um gênero de fotografias muito difundido a partir do início do século XX [...]. Entre os diversos tipos de conteúdos temáticos retratados, o mais popular é a foto de classe” que, notadamente é o estilo menos identificado em todo *Colunas*. Outras representações mais fluídas tentavam parecer espontâneas e retratavam momentos da vida escolar, ambientes do colégio com ou sem alunos, solenidades, atividades, viagens, festas, exposições escolares, aulas de educação física e os retratos de professores, reitores, inspetores e funcionários. Entende-se que esses registros visuais tiveram a intenção de legitimar discursos, símbolos, normas e valores presentes no periódico como “um instrumento de memória institucional e de recordação” (SOUZA, 2001, p. 78).

Apesar da pouca quantidade de textos no periódico, observam-se pequenas frases junto às fotografias que parecem ter propósitos maiores do que simplesmente explicar a imagem, ou seja, essas frases deixam revelar um pouco da filosofia do colégio e das concepções de educação daquela instituição metodista. Em 1949, temos um exemplo disso, em uma mesma página, há fotos da quadra de esportes e do prédio principal do IPA, ao lado delas acompanham as frases “Aqui se temperam os músculos...” e “...e aqui o caráter”.

Entendemos que, nesse caso, fotografias e escritos se unem exercendo um poder de persuadir o leitor para aderir ao discurso do significado de ser aluno daquele lugar. Chartier (1998) nos ajuda a compreender que as imagens não devem ser encaradas como simples ilustrações contidas nos impressos, elas possuem uma motivação mesmo que inconsciente para serem utilizadas em determinados lugares e com determinados textos, o que parece ficar muito claro no caso deste periódico. Cumpre lembrar que imagens e textos constituem-se em protocolos de leitura, ou seja, elementos disseminados pelo autor no texto para indicar aquele que lê o tipo de apropriação que deve fazer dos significados contidos em suas páginas (Chartier, 1996).

Desde o primeiro volume do *Colunas*, observa-se constantemente a imagem da fachada do prédio do IPA adornando as capas. Poucas variações são vistas nas cores, nas letras, nas impressões em baixo relevo e nas fotografias das colunas que são retratadas pelo ângulo da direita ou esquerda. De 1952a 1954, são os únicos anos em que há na capa o acréscimo da frase “Publicação do Instituto Porto Alegre”, logo abaixo do nome do anuário, demonstrando ser um material oficial da instituição.



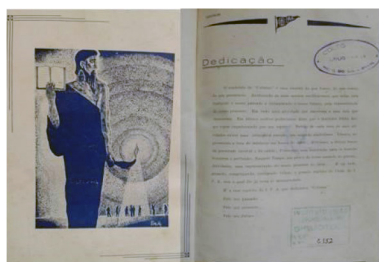
Fonte: MMEBI

O modelo editorial deste periódico, assim como diversas outras características do IPA apresentadas ao longo deste texto, parece fortemente inspirado nos padrões dos *yearbooks*⁸ norte-americanos, principalmente os publicados pelas instituições nas quais o Reitor Oscar Machado estudou uma década de 1920. Formado em Pedagogia pelo *Birmingham Southern*

College do Alabama e em Filosofia pela *Southern Methodist University (SMU)* de Dallas (GOMES, 2003), Oscar Machado parece ter incorporado à vida do IPA muitos elementos com os quais teve contato durante sua estada nos EUA. As semelhanças entre o *Colunas*, o *La Revue* do *Birmingham* e o *Rotunda* da SMU são incontestáveis, por este motivo merecem destaque. Ambos *yearbooks* são editados até a presente data e encontram-se disponíveis para consulta *online* nas páginas das Universidades⁹. Com isso, vemos que as capas, as folhas de rosto, os editoriais, as seções, o tratamento das imagens e dos textos vão além de uma *mimetização*, pode-se dizer que há uma imitação com conotação de cópia das publicações americanas, conforme imagem a seguir.

⁸ Livros anuais publicados pelas escolas e universidades norte americanas com fotografias dos alunos, professores e outros aspectos da vida escolar, incluindo espaços para assinaturas e mensagens.

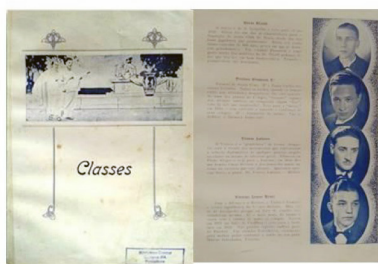
⁹ Rotunda, SMU - <http://memories.smu.edu/LaRevue>, Birmingham- <https://archive.org/details/birminghamssouthern>



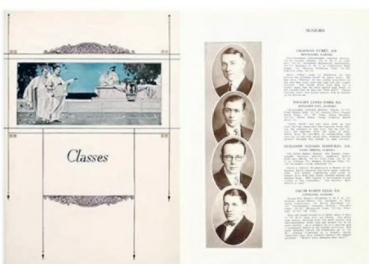
Colunas/IPA - 1937



Rotunda/SMU - 1932



Colunas/IPA - 1937



La Revue - Birmingham Southern College - 1924

Fonte: La Revue e Rotunda - online e Colunas - MMEBI

Alguns títulos do *Colunas* são como traduções das seções dos periódicos americanos. Em rápida análise, vemos que os textos e o modo como as fotografias são apresentadas também possuem muitas aproximações aos *yearbooks*, por exemplo, as seções: Dedicção/*Dedication* – normalmente dedica o anuário a um antigo reitor ou professor;

Editores/*Editors* – apresentam os alunos e professores que trabalharam como editores no ano; Alma Mater/*Alma Mater* – textos e fotografias que mostram a grandiosidade das instituições; Classes/*Classes* – fotografias e breves biografias dos alunos. Entre outras características, os elementos gráficos utilizados nas edições analisadas do *Colunas*, sugerem que o professor Oscar Machado trouxe um modelo pronto para ser implantado no IPA com poucas adaptações.

Assim, texto, suporte e escrita são três elementos que não existem separadamente e que estão imbricados um no outro. No *Colunas*, parece haver certa intenção de aproximar a realidade dos jovens gaúchos aos padrões americanos que intencional e gradativamente estavam sendo implantados na sua formação. Longe de pensar que essa seja uma questão secundária, Chartier (2002) explica que os textos não são abstratos ou neutros e não existem fora de sua materialidade.

Anualmente, a organização do periódico ficava a cargo de uma equipe editorial, normalmente composta por alunos e professores. A responsabilidade desse grupo era registrar por meio de fotografias e pequenos textos, os acontecimentos que expressassem os múltiplos elementos da vida escolar ao longo do ano. Provavelmente, para garantir a melhor qualidade das imagens que seriam divulgadas, todas as fotografias eram feitas por fotógrafos de estúdios contratados pelo colégio. Ao examinar as fotografias, identificamos a presença do Stúdio Carraro e do senhor Armando Czamanski, que por muitos anos, conviveram no dia a dia do IPA, sendo responsáveis pela produção fotográfica daquilo que foi considerado relevante para ser publicizado.

De acordo com Monteiro (2012), foi a partir da Segunda Guerra Mundial que os fotógrafos passaram a ter seus nomes mencionados como autores das imagens publicadas em jornais e revistas ilustradas, mas no *Colunas*, observa-se que desde a primeira edição, datada de 1937, todas as fotos aparecem assinadas, talvez fosse uma maneira de divulgar os serviços dos profissionais ao público leitor. Quanto à fotografia, o mesmo autor destaca que ela “é uma convenção do olhar e uma linguagem de representação e expressão de um olhar sobre o mundo” (*Ibidem*, p. 14), deste modo, está sujeita as mais diversas interpretações e leituras.

Pode-se dizer que a leitura do periódico, feita por alunos, familiares, professores e exalunos suscitava naqueles que conhecessem

a *Escola Magestosa*¹⁰, um olhar saudosista daquele *Segundo Lar* que transmitia saberes que oportunizavam a “transformação de rapazes em homens” (*Colunas*, 1945, p. 06). O anuário, rico em imagens, eternizaria um “mundo de recordações suaves e amigas [ao] rever suas fotografias! Toda vida do IPA [...] perpassava [a] imaginação em lances sucessivos e emocionantes” (*Colunas*, 1951, p. 23). Para muitos, talvez o *Colunas* fosse parte do álbum de família, um “objeto impregnado de afetividade e recordação” (SOUZA, 2001, p. 79).

Exame dos Discursos: as marcas dos alunos no Colunas

A imprensa escolar permite apreender um pouco da cultura do IPA e o periódico

Colunas nos instiga a perceber algumas práticas educativas daqueles tempos. Segundo Fischer (2004), inspirada em Foucault, os periódicos influenciam o processo de subjetivação dos leitores. Os discursos que se apresentam nos textos consultados ajudam a constituir o próprio objeto de que falavam aqueles estudantes. Estes jovens testemunharam significativas transformações no cenário educacional brasileiro, entre 1930 e 1950, que culminaram em mudanças internas no IPA.

Identificam-se no *Colunas*, dois tipos de discursos, um de exaltação ao IPA e ao próprio anuário *Colunas* e outro que transgride a regra de glorificar a instituição, talvez como forma de não aceitação e de contestação velada às práticas difundidas pelo Reitor Oscar Machado. Ao analisar o periódico, é importante entender a participação dos alunos como escreventes, tendo clareza que quando se lê um texto, se dialoga com uma rede de autores, para além dos

¹⁰ Ao longo das edições do *Colunas*, o IPA é denominado como Escola Majestosa, Gigante de Granito ou Segundo Lar localizado no Morro Milenar. As expressões procuravam demonstrar a grandiosidade do Colégio.

alunos. Ou seja, a autoria do anuário está em questão, juntamente com a interferência empregada pelo Reitor, o editor, o tipógrafo, o fotógrafo e os professores. Esses atravessamentos promovem transformações discursivas nos textos e nas imagens trazidas como expressões espontâneas nas páginas do *Colunas*.

Percebem-se, ao longo dos anos, muitas intervenções dos professores e administradores do IPA na escrita dos textos publicados, bem como nas fotografias escolhidas para representá-las. O *Colunas* era, possivelmente, o principal meio de “informar e divulgar as iniciativas do colégio, um instrumento de propaganda [...]. Parece que se publicava aquilo que era de interesse da instituição e que, portanto, colaborava para forjar uma imagem positiva” (ALMEIDA, 2013, p.277) sobre as melhores práticas do colégio. Ou quem sabe, o *Colunas* não seria um meio de legitimar as ações do Reitor Oscar Machado e eternizar seu nome na história da Instituição?

Oscar Machado foi um dos autores que mais publicou textos no anuário no período analisado. Seus escritos exaltavam a *Escola Magestosa*, além de constantemente salientar a importância da publicação do *Colunas* como um meio para manter o “Espírito Ipaense”¹¹ vivo para as gerações futuras. Falava aos leitores sobre o tempo *glorioso* em que viviam e do quão abençoados seriam aqueles que, no futuro, pudessem recordar do IPA como um “manancial de recordações. Que momentos felizes! Teremos muito que recordar [...] e quando estivermos velhos com nossa missão cumprida aqui na terra [...] *Colunas* nos fará viver novamente” (*Colunas*, 1950, p. 19). Talvez hoje, seja possível dizer que, de certa forma, seu objetivo em perpetuar a materialidade deste anuário tenha sido atingido.

¹¹ Nos Coléges americanos, há uma espécie de aura, denominada a Alma Mater. Uma atmosfera espiritual que produz nos alunos uma marca profunda que os acompanha ao longo da vida (OLIVEN, 2005). No IPA, esta experiência foi expressa pelo “Espírito Ipaense”, um sentimento de pertencimento à escola, “que a todos invade e que continua pela vida com cada um, orientando, esclarecendo e sublimando atos e palavras” (*Colunas*, 1938, p. 14).

Contudo, com a modernização e a dissolução da escola básica do IPA, em 2003, tais memórias são apenas vestígios daquele tempo, presentes nas prateleiras da Biblioteca do Centro Universitário IPA e no Museu do Colégio Americano.

Para além dos escritos do Reitor Machado, vemos que os professores também estavam encarregados de transmitir aos jovens a consciência de que faziam parte de uma instituição *sui generis* que seria a responsável não apenas por seus destinos, mas pela constituição de suas personalidades. Em um texto intitulado “Recordar é Viver”, publicado em 1951, o professor João Henrique Fassina, docente de Língua Portuguesa e Francesa escreve um texto como se falasse aos antigos alunos, procurando fazer um ligeiro apanhado dos passos que os conduziram até a *Escola Magestosa* que, a partir dela se “aprimorou a personalidade, amoldou o caráter” e os levou pelo caminho do sucesso e da felicidade para um “futuro promissor” (Colunas, 1951, p. 07). A ideia deste e de outros textos, parece indicar um desejo da instituição de que o *Colunas* fosse lido durante muitos anos e que os alunos fossem capazes de recordar os melhores momentos de suas vidas e conferir ao IPA o devido reconhecimento pelo sucesso alcançado.

Pelo fato dos textos não serem neutros e possuírem uma intencionalidade, percebe-se que os próprios alunos se apropriaram dos discursos de exaltação ao IPA. Em 1954, o aluno Luiz Antonio-Cecchini da 4ª série ginasial, aborda as características que ajudam a construir e fomentar recordações sobre a instituição, já que “quando sairmos do IPA apresentaremos traços marcantes de nossa personalidade. Levaremos um manancial de recordações de parte da nossa vida passada no Morro Milenar [...] devido a grandiosidade do Espírito Ipaense, latente em todos aqueles que passaram por nossa escola” (Colunas, 1954, p.65). Assim, o IPA e o *Colunas* funcionam como lugares de memória que eternizam lembranças e fazem referências a pessoas, cenários e acontecimentos através das imagens e narrativas

que apresenta. De acordo com Pierre Nora (1993), não somos feitos de esquecimentos, mas de lembranças que precisam ser estimuladas, pois as memórias não são espontâneas, por isso se faz necessário criar meios que ajudem na operação de recordar.

Apesar do *Colunas* constituir-se em um instrumento que legitimava os discursos que valorizavam a instituição, sutilmente ele se transformou em um espaço de transgressão que divulgava certas críticas a algumas práticas de alunos e professores. Havia uma seção chamada *Formandos* e nela os editores escreviam pequenas biografias sobre os alunos que concluíam a escolarização. Em meio a indicação da cidade de origem, idade, data que chegou ao *Morro Milenare* expectativas do formando quanto ao seu futuro, havia uma ou outra frase irônica sobre as *qualidades* e características dos colegas:

“[...] é um dos bons alunos da classe, mas o mal dele é o fraco pelas morenas”;

“Segundo as más línguas, o Chibo [...] ainda não se acordou. Seu sonho é Medicina [...] se acordar em tempo.” (*Colunas*, 1948, p.21).

Um discurso que foge daqueles observados até 1951, é a divulgação de imagens que parecem criticar os docentes. Tratam-se de alegorias usando recortes de fotografias dos rostos dos professores que foram colados em rústicas montagens fotográficas, normalmente em situações de sala de aula. Este é o caso do professor de Matemática, Cayoby de Oliveira, retratado segurando um ralador, pois “é o inventor do ralômetro, cuja finalidade precípua é descobrir os sapientes” (*Colunas*, 1951, p.85).



Fonte: Colunas, 1951, p.85

Assim como as biografias dos formandos que ironizavam as atitudes de alguns colegas, estas montagens talvez fossem o modo dos alunos avaliarem os docentes em uma época que suas opiniões talvez pouco fossem consideradas. Embora esta imagem possa suscitar diferentes interpretações, fica evidente pelo texto que a acompanha, que este professor era aquele que os alunos consideravam *durão*, seja porque talvez reprovasse ou cobrasse excelentes resultados dos alunos *sapientes*.

Deste modo, a visão do docente com uma cabeça desproporcional a um corpo que não lhe pertence, pode ser encarada como uma representação da realidade e dos sentimentos vividos por aqueles

jovens. Segundo Pesavento (2003) “representar é, fundamentalmente, estar no lugar de [...]” (p. 40), não como uma cópia fiel do real que representa, mas como uma construção feita a partir dele e que pelo simbolismo que carregam, “dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos” (p.40).

Apesar da presença dos alunos ser menos constante no *Colunas* do que as do Reitor e professores, quando as identificamos, salta aos olhos a riqueza das possibilidades de análise daquilo que mostram. De 1938 a 1951, publicou-se uma série de desenhos nas divisórias das seções do anuário que foram identificados como charges.

Conforme Alves, Pereira e Cabral (2013), a charge pode ser encarada como um texto que possui elementos verbais e não verbais que possibilitam a leitura de sua manifestação comunicativa. Seu papel “é o de contradizer de forma sutil, inteligente e bem humorada o que é posto como inquestionável” (p.422), além de fazer uma crítica sobre temas contemporâneos ou pessoas conhecidas no meio onde a charge circula. De acordo com as autoras, o público se sente atraído por este tipo de representação, pois a leitura da imagem normalmente é de fácil compreensão e transmite múltiplas informações de forma condensada.

As charges do *Colunas* normalmente faziam referência ao ambiente escolar, porém outros lugares, ações e personagens alheios à escola são percebidos. Para Pilla e Quadros (2009), ao analisarmos o sentido do discurso presente nas charges, é necessário atentar para as estratégias, “muitas vezes silenciosas e sutis, que insinuam leituras e escrituras no fio discursivo. Em síntese, observar os jogos cênicos, as entrelinhas, o explícito e o implícito, o dito e o não dito” (p.2). As mais emblemáticas são aquelas que retratam professores e alunos, muitas vezes, estereotipados. Na seção Professores, os docentes são representados como *velhos*, com semblante austero, rodeados por livros e portando óculos ou bengala, objetos marcadores de uma idade avançada, quiçá de senilidade. Apenas na edição de 1949, a figurado professor, embora também seja de um *velho*, apresenta fei-

ções amenas e parece dançar enquanto segue seu caminho carregando alguns livros. Destacamos que, em 1938 e 1950, uma mesma imagem foi publicada, variando apenas o tamanho da impressão, nela um professor sisudo e careca em pé atrás de uma mesa, segurando um livro com a mão esquerda enquanto a mão direita, em riste, parece *passar um sermão*. Embaixo da mesa encontra-se algo que parece uma dinamite. A imagem não oferece pistas para identificar quem era o professor alvo do desejo de que explodisse, mas talvez possa fazer recordar as críticas apresentadas anteriormente.

Figura: Representação dos professores nas charges das seções do Colunas.



Colunas, 1949

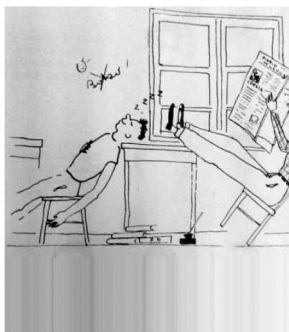


Colunas, 1939

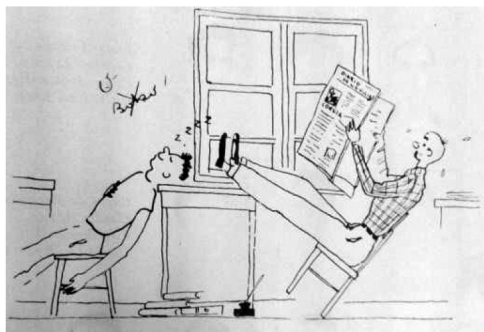


Colunas, 1938/1950

Outra representação carregada de simbolismo é a das charges em os próprios alunos se retratam. A seção *Classes* é composta por fotografias, individuais e de classe, e pela nominata dos alunos que haviam estudado no IPA no ano da publicação. Os desenhos a seguir mostram rapazes em duas situações distintas, dentro e fora da escola. Há uma clara diferença entre estas imagens, pois quando estão no ambiente escolar se identificam como pessoas cansadas, desanimadas e que parecem desejar fugir de *opressoras* pilhas de livros prestes a cair sobre eles.

Figura: Representação dos alunos dentro da Escola

Colunas, 1938



Colunas, 1949

Fora do ambiente escolar, liberdade, alegria e prazeres próprios da idade dão o tom daquilo que querem expressar, como, namoro, descanso, brincadeiras coisas que não possuem espaço dentro do colégio.

Figura: Colunas, Representação dos alunos 1949 fora da Escola

Colunas, 1939



Colunas, 1949



Colunas, 1938

O caráter institucional do *Colunas* não impediu que as vozes dos alunos ecoassem nas páginas do anuário. Em meio à profusão de fotografias e notícias do colégio, eles se fazem notar, especialmente nos textos biográficos dos colegas, nas montagens fotográficas e nas charges. Essas são marcas dos discentes, talvez pouco perceptíveis em um primeiro olhar, mas que se revelam na observação atenta desta fonte importante para a História da Educação.

Considerações finais

O propósito deste estudo foi analisar a materialidade do periódico *Colunas*, bem como alguns discursos presentes no anuário. Consideramos este impresso um dispositivo privilegiado que possibilita uma melhor compreensão e percepção do contexto formativo dos sujeitos pertencentes a cultura escolar do IPA Metodista.

A partir da classificação do acervo consultado, como uma espécie de inventário, selecionou-se aquilo que, de alguma forma, interpelava nossa subjetividade de pesquisadoras, a fim de indagá-los e problematizá-los.

O anuário *Colunas*, fortemente atrelado ao formato estético e discursivo de dois *yearbooks* americanos acabou possibilitando a divulgação de algumas marcas de transgressão que, através de charges, satirizavam acontecimentos e personagens do universo escolar. Quem sabe os alunos, ávidos por colocar em prática o tão difundido *protagonismo* estudantil, tenham sutilmente, criticado a gestão escolar através de seus traços. Mas resta a dúvida, será que os criticados entenderam?

É importante enfatizar que este estudo é uma contribuição para a História da Educação, principalmente pensando nas escritas juvenis que por tanto tempo foram esquecidas pela historiografia oficial da educação, portanto, busca-se valorizar as produções desses sujeitos.

Por fim, cabe destacar o valor do museu, no caso o Museu do Colégio Americano, enquanto lugar de memória preocupado em preservar e transmitir lembranças de um outro tempo. Sem ele, talvez não fosse possível acessar tantas edições que foram eternizadas pelo colégio ou famílias que para lá levaram seus anuários no afã de perpetuar aquelas memórias que foram colocadas em um suporte diferenciado, justamente para ser preservado.

Referências

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. O Crisol: Periódico das Alunas do Colégio Americano (Porto Alegre/Rs, 1945-1964). In: **Revista da Educação - RHE**, v. 17, p. 267-290, 2013. ALVES, Telma Lucia Bezerra, PEREIRA, Suellen Silva, CABRAL, Laíse do Nascimento. A utilização de charges e tiras humorísticas como recurso didático-pedagógico mobilizador no processo de ensino-aprendizagem da Geografia Educação. **Revista do Centro de Educação** 2013, Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117127493015> > ISSN 01019031. Acesso em: 02 jul. 2014
- BASTOS, M.H.C.; LEMOS, E.A.; BUSNELLO, F. B. Pedagogia da Ilustração: uma face do impresso. In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. (Org.) **Pesquisa Sobre Cultura Escolar**: perspectivas históricas. São Paulo: Cortez, 2006.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. **A Revista do Ensino do Rio Grande Do Sul (1939 – 1942)**: O novo e o nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005
- CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Educação em Revista**: A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 5-10.
- CHARTIER, Roger. **As Utilizações do Objecto Impresso**. Miraflores: Difel, 1998.
- _____. Práticas da leitura. São Paulo : Estação Liberdade, 1996. 268p.
- _____. O Mundo como Representação. In: _____. **À Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Nas Margens do Instituído: memória/educação. In. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas (5): 23-38, abril de 1999.
- FISCHER, Beatriz Daudt. A Professora Primária nos Impressos Pedagógicos. In.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, v. 3. Petrópolis: Vozes, 2004, p.324-335.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Elaine Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

GOMES, William B. **Pesquisa e Prática em Psicologia no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/museupsi/biooscarmachado.htm>. Acesso em: 13 mar. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

MENEGHETTI, Rosa GitanaKrob. **A Proposta Educacional Metodista no Brasil**. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil Anais do IV Seminário Nacional. 2008 Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab079.rtf. Acesso em: 31 mai. 2014

MESQUIDA, Peri. **Metodismo e Educação no Brasil: formar elites e civilizar a nação**. In: Revista do COGEIME. Encontro Nacional, Piracicaba, 1988.

_____. Metodismo e educação no Brasil: formar elites e civilizar a nação. In: Revista do COGEIME. do COGEIME Piracicaba, 2 (2): 1993.

_____. **Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante No Brasil**. Juiz de Fora/São Bernardo: Ed. UFJF/Editeo, 1994.

MONTEIRO, Charles (org.). **Fotografia, História e Cultura Visual: pesquisas recentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

OLIVEN, Arabela Campos. **A Marca de Origem: comparando Colleges norte-americanos e Faculdades brasileiras**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 111-135, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n125/a0735125.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PILLA, A.; QUADROS, C. B.. **Charges: uma leitura orientada pela Análise do Discurso de linha francesa**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2082-1.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

SCHROEDER, Edni Oscar. **Análise da Proposta Educacional das Escolas Metodistas**. Dissertação de mestrado em Educação (FGV) 1982 Orientador: Elter Dias Maciel. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9115/000047289.pdf?sequence=1> . Acesso em: 12 fev. 2014

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias Escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001, Ed. UFPR. STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara, Beatriz Daudt. Introdução. In. _____ (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação No Brasil**, v. 3. Petrópolis: Vozes, 2005.

NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: FERRAMENTARIAS DE MOLDES E MATRIZES EM JOINVILLE/SC

Narratives on the Industrial Heritage: toolmakers of molds and dies in Joinville / SC

Christiane Heloisa Kalb*

Mariluci Neis Carelli**

RESUMO

Este artigo analisa a importância do patrimônio industrial, especialmente no que se refere às ferramentarias de moldes e matrizes para a cidade de Joinville/SC. A cidade é conhecida internacionalmente por seu potencial industrial, principalmente na área de ferramentarias. Contudo essa realidade já conta com algumas décadas de história que pode ser contada a partir das memórias dos primeiros ferramenteiros, que iniciaram suas atividades durante a década de 1980. A metodologia utilizada foi embasada em revisão bibliográfica e na análise das entrevistas orais obtidos pelo Projeto de Pesquisa nominado Patrimônio Industrial de Joinville – PIJ. Durante a pesquisa ficou claro a ligação entre a identidade dos entrevistados, em sua maioria empresários ativos ou já aposentados, com a chamada cidade industrial de Joinville, por esse motivo, merecedora de estudos mais aprofundados sobre o patrimônio cultural industrial em seus aspectos materiais e imateriais, a partir das memórias desses empresários.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial, Ferramentarias, Memórias.

*Doutoranda em Ciência Humanas, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, pela Univille; Especialista em Processo civil e Direito Civil. Atua como advogada em Santa Catarina.

**Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992) e Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004).

ABSTRACT

This article looks at the importance of industrial heritage, especially with regard to tooling of dies and molds for the city of Joinville / SC. The city is internationally known for its industrial potential, especially in the tooling area. However this reality already has several decades of history that can be told from the memories of the early toolmakers, which began operations during the decade of 1980. The methodology used was based on literature review and analysis of oral interviews obtained by the Project Research named Industrial Heritage Joinville - PIJ. During the research it became clear the link between the identity of respondents, mostly active or already retired entrepreneurs, with the so-called industrial city of Joinville, therefore, worthy of further study on the industrial cultural heritage in its material and immaterial aspects, from the memories of these entrepreneurs.

Keywords: Industrial Heritage, Toolmakers, Memories.

Introdução

O estudo do patrimônio industrial, no que se refere ao patrimônio de Joinville, possui diversas problemáticas que dificultam um diagnóstico mais preciso e completo. Pode-se observar que não só as edificações e os vestígios materiais são alvos da falta de preservação e, por conseguinte, conservação por parte das autoridades competentes e da própria sociedade, mas também os vestígios imateriais têm se perdido com o passar do tempo. Isso ocorre pela ausência de interesse em pesquisas na área e de registros propriamente ditos.

As formulações teóricas que se iniciaram na década de 1950, a partir das consequências da Segunda Guerra Mundial, principalmente na Inglaterra não se verificam concretamente no campo prático, pelo menos no âmbito brasileiro e, por conseguinte joinvilense, o que dificulta ainda mais os meios de proteção destes bens culturais de origem industrial, que muitas vezes se transformam em gigantes “elefantes brancos” sem uma utilização adequada, ou ainda sendo utilizados sem critérios e sem a verificação de sua referência histórico-social.

De acordo com a Carta de NizhnyTagil¹

o patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação

¹ Em julho de 2003, na cidade russa de NizhnyTagil, a Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) reuniu-se para discutir o tema. Desse encontro surgiu a Carta de NizhnyTagil. Conforme bem expuseram PAVANELLO, L.; GUEDES, S. Um novo olhar sobre o patrimônio comercial: os secos e molhados em Joinville. *Rev História: Questões e Debates*, Curitiba, n 59, pp. 241-261, jul/dez 2013. Edit UFPR. p. 245.

Na cidade de Joinville, um dos exemplares industriais que é protegido pelo IPHAN é a Companhia Wetzel, tombada em 2009, que atualmente tem sido utilizada pela Universidade Católica de Santa Catarina. E ainda existem o Moinho de Farinha Santista e a Cervejaria Antarctica – Cidadela Cultural, também tombados².

No entanto, ameaças ao patrimônio existem constantemente, principalmente com o crescimento das cidades e a pressão especulatória imobiliária, sendo assim os valores culturais deixam de ser reconhecidos e há constantes investidas deformadoras e desinformadas, que chegam a destruir os bens imóveis comprometendo seu valor cultural-industrial.

Isso vem ocorrendo tanto nas obras de valor artístico, como por outro lado, em obras de interesse/valor histórico. O mesmo ocorre com as fábricas e as empresas de porte industrial de Joinville, que com o passar dos anos são deslocadas das áreas centrais para os parques fabris e nem sempre tem seu parque fabril preservado, por falta de interesse público e/ou privado.

Grande parte das ferramentarias ainda em funcionamento na cidade está localizada na Avenida Santos Dumont e suas adjacências. Porém acredita-se que muitas destas empresas iniciaram as suas atividades em outras localidades, *i.e.*, em “fundos de quintal”, que hoje já se perderam na história, permanecendo apenas na memória de seus fundadores. Por serem empresas relativamente recentes, datam em média de 1980, se comparadas com outros exemplares industriais como a Serraria do Príncipe, datada de 1856, não há nenhuma ferramentaria tombada por lei na cidade, nem sítios históricos registrados.

Como guardar toda esta memória, parte de nossa identidade? Já que o patrimônio material praticamente se perdeu.

² Site da Prefeitura de Joinville. Disponível em: <http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/downloads/Patrimonio_Bens%20Tombados.pdf> Acesso em: 09 out 2012.

O mundo moderno produz traços e imagens a um nível jamais visto na história das sociedades humanas, estando em parte submisso às ideologias de segurança da história e da memória que conduzem a tudo conservar, tudo armazenar, musealizar a totalidade do mundo conhecido e, por outro lado, continuando a produzir mais informações e mensagens³.

O objetivo desse artigo, então, é analisar as memórias sobre a origem e a formação das primeiras ferramentarias em Joinville, a partir de meados da década de 1980, empresas, em sua maioria, *descendentes* de grandes empresas. E tais memórias já estão sendo conservadas por meio do Núcleo de Usinagem e Ferramentaria da ACIJ – Associação Empresarial de Joinville, bem como, disseminada por meio da publicação de um livro que trata desse tema.

O Patrimônio industrial a partir dos estudos memorísticos

As ferramentarias de Joinville surgiram em sua maioria em decorrência da desverticalização do mercado. As grandes empresas da cidade que desde a sua constituição produzia todos os componentes de seus produtos finais, por exemplo, uma geladeira completa, após a desverticalização, terceirizou muitas partes do processo de produção. Assim, conseqüentemente, muitas pessoas foram dispensadas de seus empregos, o que gerou uma bolha de desemprego na cidade no fim de década de 1970, início de 1980.

Contudo, nem todos desistiram. Muitos trabalhadores se uniram com vizinhos, ex-colegas de trabalho, parentes, que detinham o conhecimento técnico para trabalhar e criaram as primeiras empresas, muitas vezes inicialmente no “fundo dos quintais”, que vendiam esses serviços e produtos terceirizados para as grandes empresas, na qual haviam sido dispensados.

³ CANDAU, Joël. Memória e identidade. (trad) Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011. p. 113.

Essas empresas foram crescendo e se especializando, até que foi necessário um aprimoramento técnico, que inicialmente era feito pela busca de mão de obra especializada no exterior, muitas das vezes, na Alemanha, país que trouxe vários imigrantes para Joinville, desde a fundação em 1851 até meados da Segunda Guerra. Contudo, não só europeus qualificados eram trazidos para a cidade, mas também os proprietários das indústrias e seus filhos (as) eram para lá enviados, para aprender o modo de fabricar, inventar, inovar nos cursos e estágios nas empresas europeias, principalmente alemãs.

Em pesquisa realizada por MuhamadBakkar⁴, para sua dissertação de mestrado em economia, em 2009, Joinville já concentrava naquele ano, mais de cem ferramentarias de diversos portes e capacidades, atuando no segmento específico de moldes plásticos de até 10 toneladas, com a média de 20 funcionários em cada empresa. Apesar de estar vinculado a um mercado bastante diversificado, tanto regional, como nacional, esse pólo industrial tornou-se bastante conhecido pela sua excelência no atendimento aos moldes da construção civil, linha branca e autopeças, sendo considerado o 2º maior pólo industrial brasileiro, no que se concernem às fundições. Pesquisa científica que está totalmente alinhada com as memórias dos ferramenteiros.

A memória quando trabalhada com uma lógica de tempo se interpenetra de situações fundamentais para reconstruir o passado de determinadas pessoas, que possuam algo em comum. No caso dos ferramenteiros de Joinville a reconstrução do passado ocorre por meio da análise do início das primeiras empresas propriamente ferramenteiras, dos percalços e dos sucessos alcançados durante o período de constituições e manutenção dessas empresas. Lembrando que após um certo período de sucesso, hoje essa profissão vem passando por uma

⁴ BAKKAR, Muhamad. A indústria eletrometal-mecânica da região de Joinville: do aglomerado industrial ao arranjo produtivo local. 2009, 105 f. dissertação (Mestrado em economia). UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.p. 46.

modificação, se comparada aos moldes da década de 1980 e 1990. A profissão de ferramenteiro está se reinventando. Está havendo uma verdadeira renovação e porque não dizer, remodelação desta profissão.

A ferramentaria, por ser do ramo da metalurgia, desenvolve e produz ferramentas e peças, a partir de instrumentos de precisão, ou seja, precisa dispor de profissionais habilidosos, que detenham a capacidade de visão em 3D quando o produto está sendo criado. Ou seja, pessoas que consigam visualizar um produto final com profundidade e perspectiva (3D) num papel/projeto plano que possui apenas duas dimensões, altura e profundidade ($x/y - 2D$).

Percebe-se que com a tecnologia e a inovação dos últimos anos, os profissionais não precisam mais deste olhar, deixam de *pensar* o 3D, já que a ideia surge e lhe é aplicada no programa de computador, que cria o produto final já com profundidade e perspectiva. A criatividade perde espaço para a tecnologia. E a profissão de ferramenteiro se reinventa.

Assim, “os processos de terceirização e de informatização industrial são algumas das principais características que se pode destacar para apontar rumos e tendências futuras para a ferramentaria”⁵. Cada profissional reduzirá cada dia mais os papéis e projetos planos, para utilizar cotidianamente os computadores de alta tecnologia de visão tridimensional, embora as virtudes do ferramenteiro sempre serão necessárias para a continuidade bem sucedida deste setor. “A visão e o tato, sob comando das mãos e da inteligência, ainda serão responsáveis pelos ajustes mais finos, mesmo que essas atividades cobrem em postos de trabalho sua nobreza”⁶. Visualiza-se nesta afirmação o patrimônio industrial imaterial representado nas ferramentarias da cidade.

⁵ SENAI. DN. A família ocupacional de ferramenteiros e afins. Brasília, 2002. 76p, p. 73.

⁶ Ibidem, p. 74.

O processo de constituição das ferramentarias na cidade de Joinville é ponto chave para se compreender a industrialização de um modo geral, assim como o inverso também é verdadeiro. Este setor continua crescendo e se destacando nos meios industriais, o que motiva ainda mais os empresários da cidade a investir em seus empreendimentos e consequentemente em Joinville.

Percebe-se que o patrimônio industrial voltado às ferramentarias na cidade se tornou há muito tempo o patrimônio cultural deste lugar. Neste contexto, o que se constitui patrimônio para Claudia Carvalho⁷, é uma noção que envolve, em primeiro lugar, um conjunto de posses que cumpre identificar como transmissíveis, como ocorre na questão da cultura industrial da cidade, é importante observar quealguns jovens têm como sonho de trabalho, seguir os passos de seus pais, na qual sempre trabalharam no âmbito fabril, fundindo e torneando peças, criando moldes e matrizes. Em seguida, um grupo humano, uma sociedade, capaz ou suscetível de reconhecê-las como suas, de demonstrar a sua coerência e de organizar a sua recepção, como também ocorre em Joinville, cidade conhecida até mesmo internacionalmente por ser um pólo industrial de fundição. Sendo reconhecida a cidade por este patrimônio industrial, pressupõe-se que o seu povo, que convive cotidianamente neste setor, neste estilo de vida voltado ao trabalho e à criatividade também reconhecem na cidade o seu patrimônio. Por fim, mas não menos importante, que possua um conjunto de valores, políticos no sentido mais geral do termo, que permita articular os legados do passado à espera ou à configuração de um futuro, como o objetivo de promover algumas mudanças e, ao mesmo tempo, afirmar uma continuidade. Fato que ocorre todos os dias na cidade, contudo não só nos bairros onde estão as fábricas predominantemente, mas isso se sente no centro, onde

⁷ CARVALHO, Claudia S. Rodrigues, et al. Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.p.36.

o sentimento industrial pulsa pelo trabalho e por buscar uma vida melhor e mais confortável para a família e para o indivíduo em si.

Joinville e seu patrimônio industrial ferramenteiro

O processo de colonização europeu (de língua alemã, tradição germânica e religião protestante, em sua maioria) em meados do século XIX na cidade de Joinville foi uma das grandes causas da formação do aglomerado eletro-metal-mecânico, composto por inúmeras pequenas atividades mercantis e manufatureiras, bem como de ferramentarias, observa-se que ambas se entrelaçam durante os processos de produção industrial.

Cabe neste momento esclarecer, ainda que brevemente o processo de constituição do setor de ferramentaria⁸ de Moldes e Matrizes. As ferramentarias de moldes surgiram a partir da ampliação da indústria do vidro, em 1769, quando o Marquês de Pombal autorizou Guilherme e Diogo Stephens (ingleses) a abrir uma fábrica de vidros na Marinha Grande (cidade portuguesa no distrito de Leiria, região Centro e sub-região do Pinhal Litoral). Obviamente que os portugueses não foram os primeiros na criação dos moldes em si, cita-se o inglês Henry Maudslay que aperfeiçoou o torno mecânico e desenvolveu as máquinas ferramenta. Mas, Portugal é conhecido pela sua origem e tecnologia vidreira até mesmo atualmente. Imagina-se que outros profissionais, de outros países como por exemplo a Alemanha, também já conheciam as técnicas de moldes com outros mecanismos, como por meio do ferro ou da madeira, como fizeram os imigrantes europeus que chegaram a Joinville.

⁸ O conceito de ferramenta: é um utensílio de ferro de trabalhador, ou utensílio de uma arte ou ofício. Já o ferramenteiro é um mecânico especializado na confecção de ferramentas e moldes. Conforme: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 402.

Assim, Beltrão ainda menciona que Portugal “foi a pré-história dos moldes em que as boas vontades, a arte, a sensibilidade e o desejo de vencer tudo, souberam superar e levar de vencida, criando-se um escol de operários especializados e, fundamentalmente, interessados e orgulhosos da sua indústria”⁹ o que coaduna com os acontecimentos ocorridos nas primeiras ferramentarias na cidade de Joinville.

Especificamente sobre as ferramentarias que trabalham com moldes e matrizes para fabricação de plástico, é importante pontuar que esse material está presente no cotidiano de muitas pessoas em todo o mundo, sob diversas formas. Desde a sua criação, a sua utilização cresceu consideravelmente, substituindo materiais como aço, madeira, ferro e vidro em diversas situações diárias. Com certeza, o material plástico tornou-se objeto de estudo dos profissionais da área de ferramentaria, no que concerne aos moldes dos produtos que inicialmente eram feitos de ferro ou de madeira, quase que manualmente, hoje por meio de sistemas de injeção, sopro e extrusão, em máquinas que trabalham praticamente sozinhas. Este saber pertencente aos antigos ferramenteiros tornou-se um patrimônio industrial imaterial nas empresas que atuam e atuaram neste setor, uma vez que este material (plástico) hoje moldado por máquinas, como dito anteriormente, eram feitos pelas mãos dos profissionais e merece ser preservado.

Vale lembrar que além da área de atuação plástica, ou seja, de moldes para termoplásticos, os ferramenteiros também atuam em outras áreas, como de corte, dobra e repuxo; de dispositivos e; de modelação de metais (para fundição), somando as 4 principais áreas de atividade¹⁰, que abrangem a metalurgia, dispositivos e plásticos.

⁹ A INDÚSTRIA de moldes e plásticos. Correio de Azemeis. Caderno especial. ed. Valter Santos. Suplemento da edição n. 2777. Portugal. abr e maio, 1981, p. 23.

¹⁰ SENAI, DN, 2002, p. 44.

O sentimento de pertença dos profissionais deste ofício é um patrimônio que não se pode perder. Ainda que os novos ferramenteiros mal saibam como tudo se iniciou, a memória dos criadores precisa ser registrada, pois este conhecimento da “gênese” é algo precioso. Do ponto de vista profissional entender o desenvolvimento de um produto desde o seu início, os procedimentos fabris até o produto final comercializável fazem parte da cultura da cidade, não só de Joinville, mas é importante, sobremaneira, para os profissionais da área e para as futuras gerações.

As memórias dos ferramenteiros

Antes de discorrer propriamente sobre as memórias, precisamos nos questionar e responder: Toda memória deve ser preservada? Entendemos que não. A memória precisa ter relevância e ser assim avaliada e tratada por alguém que se interesse em preservá-la, da mesma forma que se está aqui a fazer.

A salvaguarda das memórias dos acontecimentos que envolveram os ferramenteiros de Joinville, como meio de se conservar estas informações, “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”¹¹. Além disso, a “história oral explícita que as fontes são pessoas, que ao serem motivadas a narrar, expressam o significado de suas experiências por meio dos fatos”¹².

¹¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. (trad.) Bernardo Leitão. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p. 419.

¹² PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996 apud COELHO, Ilanil. *Pelas tramas de uma cidade migrante: Joinville*: Editora da Univille, 2011, p. 46.

Tanto Le Goff como Portelli esclarecem a importância do cuidado na análise das memórias, pois muitas vezes pode haver uma recorrência ou certa repetição de fatos que nem sempre condizem com a “realidade” do que aconteceu.

Conforme Le Goff¹³ ainda

Memória é um fenômeno individual e psíquico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documentos – monumentos, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político, trata-se da aquisição de regras retóricas e também da posse de imagens e textos de apropriação do tempo. As direções atuais da memória estão, pois, profundamente ligadas às novas técnicas de cálculo, de manipulação de informação, do uso de máquinas e instrumentos, cada vez mais complexos.

Em Joinville, desde o início do processo de colonização, em meados do século XIX, os imigrantes sempre viveram os seus dias por meios de crenças e ritualizações de seus imaginários sociais, que tinham por base as lembranças e os fatos empreendedores ocorridos no passado europeu. Essas memórias foram exportadas para a nova vivência na cidade ainda inexplorada, que aos poucos foi crescendo e criando a sua própria identidade. A identidade de Joinville é múltipla e complexa, possuindo diversos aspectos imateriais e diversas identidades. Por isso, é necessário questionar o sucesso absoluto ou o fracasso total na implantação das primeiras ferramentarias independentes.

Estudar, então o Imaginário Social de uma determinada sociedade, e nesse caso, de uma cidade é “dialogar com seu mistério,

¹³ LE GOFF, J. Memória. In: _____. História e memória. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992. pp. 423-483

com suas crenças mais profundas”¹⁴, pois é o local onde se “escondem” as representações sociais daquele povo, chamados também de “lugares de memória”¹⁵, conforme diz Nora. Afinal, Candau¹⁶ conclui que não há uma procura de identidade sem memória e da mesma forma uma busca pela memória sempre vem anexa a um sentimento de identidade, ao menos de cada indivíduo. “Identidade é estado, memória, faculdade”¹⁷.

Entendimento totalmente relacionado com as memórias advindas dos ferramenteiros de Joinville, que traduzem uma das identidades da cidade. Ainda que esta identidade seja construída por uma pequena parcela da sociedade joinvilense, ou seja, seus empresários e lideranças locais, sob os auspícios da denominação de “cidade do trabalho”, neste sentido conforme entende Candau, este entendimento pode ser considerado uma “retórica holista”¹⁸, ou seja, uma memória generalizante, excludente de outros entendimentos voltados à cultura, ao lazer, ao esporte ou à educação, que obviamente fazem parte também do cotidiano desta cidade. Mas ainda assim, o autor entende que é totalmente possível haver uma memória coletiva e bastante pertinente dentro de grupos menores, que coadunam mutuamente da mesma memória.

Analisaremos as memórias dos profissionais que atuam ou atuaram na área das ferramentarias, conforme quadro 1, mostrando ainda o nome da empresa onde trabalham (trabalharam), o nome do

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

¹⁶ CANDAU, Joël. op. cit., p. 19.

¹⁷ CANDAU, Joël. op. cit., p. 21.

¹⁸ Ibidem.

entrevistado e o ano de fundação destas empresas.

Quadro 1: Nomes dos entrevistados, empresa que pertencem/pertenciam e ano de fundação destas, Joinville, 2012.

Nome da empresa	Ano de fundação	Nome do entrevistado
BTOMECE ²⁰	1985	Wilard Tiergarten (Rio do Sul)
TIGRE	1941	Rudolf Hufen (cidade de Koblenz, Alemanha)
AKROS / Fred Jung Moldes e Matrizes ²¹	1976 / 1989	Christian Dhilmann (Tubarão)
UDESC / UNIVILLE	1956 / 1965	Carlos Alberto Lessa (Jaguaruna)
TIGRE / AKROS / Fred Jung Moldes e Matrizes	1941 / 1976 / 1989	Ademar Hessen (Joinville)
SENAI	1944	Ronaldo Espesim Francisco (Siderópolis)
Oficinas Mecânicas / Ambalit Ind. Plástico / Tupy / Hansen Máquinas (Tigre)	1936 (Mário Osnil Grube Antunes e Mário Colin) / 1938 / 1941	Henry Schmalz (Joinville)

Fonte: Elaborado por Christiane Kalb, de acordo as entrevistas disponíveis no Projeto de Pesquisa, no Anexo 2, de KALB, C. Patrimônio Industrial: as memórias de ferramenteiros em Joinville [Dissertação de mestrado], Univille, Joinville, 2012. 198f.

Os procedimentos baseados em entrevistas são muito antigos, mas ganharam uma maior força nas últimas décadas, também no Brasil. Entretanto, as pesquisas baseadas na história oral apesar de suas potencialidades possuem seus limites, é preciso considerar que a responsabilidade do pesquisador não se dissolva em meio às

¹⁹ BTOMECE Ferramentaria e Usinagem de Precisão Ltda, Sócio de Willard, o Sr. Armando Bohn. Cfe. Site da empresa. Disponível em: <<http://www.btomec.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2012.

²⁰ Atualmente denominada de Herten Engenharia de Moldes Ltda.

lembranças dos entrevistados. O resultado almejado neste estudo é justamente o encontro das memórias individuais e coletivas com as bases bibliográficas.

Mais do que para servir a ilustrar afirmações, são usadas para compor quadros demonstrativos de trajetórias profissionais, a partir da vivência de trabalhadores que, apesar de sua individualidade, tem em comum a profissão que os aproxima e associa numa espécie de comunidade de destino, o que também os assemelha.²¹

Ressalta-se que as entrevistas estão disponíveis e foram disponibilizadas pelo projeto de pesquisa (PIJ) que também tem como um dos resultados, além de uma dissertação defendida em 2012, a realização de um documentário, já gravado e de um livro que foi publicado em agosto de 2014.

Assim, deve-se ressaltar que a especialização metalomecânica da indústria local foi fortemente influenciada pelo pioneirismo de Trinks&Grossenbacher, cuja oficina de fundição foi fundada no início do século XX na cidade de Joinville. Maria Cristina Dias²², em artigo do Jornal ANotícia *online* publicou matéria sobre a trajetória do metalúrgico Otto Bennack, que possuía uma Metalúrgica que funcionava na rua Itajaí e fazia máquinas agrícolas, na primeira metade do século XX, empresa que fez parte do dia a dia da rua Itajaí, ou rua Itajahy (como antigamente chamava), como atestam as placas que ainda hoje estão no local. Tal Metalúrgica iniciou suas atividades como uma “pequena ferraria e se desenvolveu até se transformar em uma das maiores empresas da área de metalurgia da Joinville das primeiras décadas” do século XX.

²¹ SENAI, DN, 2002, p. 19.

²² DIAS, Maria Cristina. Surge uma grande empresa. Jornal ANotícia. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1998/jun/07/0cid.htm>> 07 jun 1998, Acesso em: 24 maio 2012.

A jornalista entrevistou o neto de Otto Bennack, o aposentado Nelson Jansen, que lhe contou “que o avô era o único filho do antigo representante do príncipe de Joinville, Frederic Bruestlein. Entretanto, ele não carregava o sobrenome do pai, que apesar de ter vindo da França com a companheira, e com ela ter vivido por toda a vida, nunca formalizou a união e nem reconheceu oficialmente o filho”. Bruestlein presenteou ao filho uma ampla área de terra na rua dos fundos do palácio, onde morava. Foi nesse terreno, “entre a esquina das ruas Itajaí e 7 de setembro até o limite com o quintal da área dos príncipes e prosseguia na mesma direção do outro lado da rua, que o jovem Otto Bennack montou seu negócio e ganhou a vida”. A metalúrgica chegou a ser uma das maiores do Sul do País, contudo no período entre guerras a empresa caiu em declínio, “neste período intensificou-se a perseguição aos que tinham origem germânica e bastava ter sobrenome alemão para entrar na “lista negra” do governo federal e se ver impedido de fazer negócios, principalmente com o exterior”. E assim, a metalúrgica foi vendida para a “Superintendência das Empresas Incorporadas, um órgão federal, e continuou a funcionar, sendo vendida após a guerra para um grupo do Rio de Janeiro. Otto Bennack, porém, já idoso não resistiu e faleceu em seguida”.

Além da oficina de Trinks & Grossenbacher, a metalúrgica de Otto Bennack foi, certamente, modelo para outras diversas que iniciaram seus próprios negócios com capital não-ervateiro, este era o negócio mais vantajoso na época, bem lembrado por Pavanello e Guedes²³. “Apesar de Joinville situar-se distante do centro econômico

²³ Apesar de o município ter se desenvolvido comercialmente desde os primórdios de sua colonização, em meados do século XIX, e tal característica ter sido acen-tuada no início do século XX, sobretudo com a industrialização, comercialização e exportação de erva-mate, Joinville sempre foi mais popular por seu potencial industrial, chegando a ostentar o título de Manchester Catarinense. PAVANELLO, L.; GUEDES, S. Um novo olhar sobre o patrimônio comercial: os secos e molhados em Joinville. *Rev História: Questões e Debates*, Curitiba, n 59, pp. 241-261, jul/dez 2013. Edit UFPR, p. 242.

nacional, a diversificação e ampliação da estrutura produtiva local indicam certo dinamismo, sobretudo, dos segmentos da eletrometal-mecânica, em acompanhar o processo de industrialização brasileira”²⁴.

Portanto, de acordo com as memórias inseridas no vídeo intitulado: Registro do desenvolvimento das ferramentarias de Joinville²⁵ e pela narrativa da memória de Rudolf Hufen: a primeira ferramentaria, propriamente dita, que se tem notícia é a de propriedade do Sr. José Lenske, que realmente era ferramenteiro e realizava todo o processo de produção, contudo vale lembrar que o

Sr José Lenske era húngaro e era chefe de moldes na empresa Hansen Máquinas, (parte da antiga empresa Tigre) que após alguns anos foi trabalhar na empresa Polimold / Polimatic. (depoimento Rudolf Hufen).

Posteriormente surgiram ainda: Mecânica Garibaldi Ltda, do Sr. Eurico Schwoelk²⁶, Ferramentaria Manchester, Ferramentaria Chiodini e Ferramentaria Kato. Essa memória é confirmada por alguns dos entrevistados.

Embora, WillandTiergarten ilustra de modo diverso ao que se está comentando, pois entende que a empresa joinvilense mais antiga ainda em funcionamento, na área de ferramentaria seria a BTOME²⁷, fundada em 1985. O entrevistado se corrige, dizendo que

caso não fosse a BTOME, seria a Ferramentaria Garibaldi, que acabou fechando mais tarde. A própria Ferramentaria Chiodini também não mais existe.

²⁴ BAKKAR, Muhamad. op. cit. pp. 36-37.

²⁵ SACCHELLI, Carlos M. Registro do desenvolvimento das ferramentarias de Joinville. Entrevistas Transcritas. Joinville: ed. Eugênio Siqueira, out 2009.

²⁶ Endereço da mecânica, na época: Avenida Santos Dumont, 2625, Joinville.

²⁷ Endereço da Ferramentaria: BTOME Ferramentaria e Usinagem de Precisão. Rua Sorocaba, 91 – Floresta.

No entanto, as memórias de Christian Dhilmann, diferentemente dos demais depoimentos, lembra que a empresa mais antiga, no que se refere às ferramentarias de moldes de plásticos, especificamente, seria a Tigre, e ainda relata que a empresa fabricava pentes de chifre de boi e depois de certo tempo passou a fabricar pentes de plástico. Mas, de acordo com o entrevistado não havia uma grande demanda na época e ainda conta que o senhor João Hansen Junior (fundador da empresa Tigre), em uma viagem ao exterior, foi apresentado às conexões metálicas e de plástico como uma alternativa na área de plástico.

Ele [João Hansen Junior] gostou da ideia e começou a implementar isso em Joinville, tanto que a Tigre começou a crescer [...] em projeção geométrica. (depoimento de Christian Dhilmann)

O entrevistado entende, contudo, que a empresa mais antiga, mas que já encerrou as suas atividades, de ferramentaria foi a Mecânica Garibaldi Ltda, do Sr. Eurico Schwoelk. Entendimento este que quando opera-se a memória, de acordo com Candau²⁸, sobre algum acontecimento rememorado, este está sempre em relação estreita com o presente do narrador / entrevistado, ou seja, com seu tempo. É um vai-e-vem, entre a memória recente e a memória do passado.

Vale lembrar que estes ferramenteiros até aqui citados, primeiramente trabalhavam, em sua maioria dentro de grandes empresas, como a Hansen Máquinas, Tigre, etc, fazendo os moldes de ferramentaria e engrenagens de máquinas e que somente após a onda demissionária que ocorreu em meados da década de 1980, fez com que alguns deles abrissem suas próprias empresas, e outros mudassem de área ou permanecessem desempregados, como já explicado na Introdução.

²⁸ CANDAU, Joël. op. cit., p. 101.

Os primeiros funcionários e também os fundadores destas ferramentarias eram profissionais muito criativos, que aliado ao conhecimento de matemática e engenharia ajudaram na implantação e desenvolvimento das empresas. O depoimento de MJL, citado em livro sobre o profissional ferramenteiro, publicado pelo SENAI²⁹, reafirma que o ferramenteiro deve conhecer bem geometria e matemática, tem que conhecer bem maquinaria, tem que ter habilidades manuais, tem que conhecer processo de fabricação... Isso é imprescindível.

O Sr. Rudolf menciona que o trabalho de ferramenteiro na criação de moldes é “de profunda dedicação no desenho do molde, que demora dias, na maioria das vezes, meses no processo de criação. Exige conhecimento de desenho técnico. Depois, de criado o molde, a peça é produzida”. Lembra que de posse do molde, a peça pode ser reproduzida “n” vezes. Comenta que primeiramente fabricou anzóis, correntes de bicicleta, peças e acessórios para reposição de máquinas de tecelagem, armários de gelo para geladeira.

A criatividade destes técnicos especialistas na fabricação de moldes surgiu da necessidade em inovar, transformando literalmente ideias em projetos no papel. Ato este bastante preciso, delicado, do ponto de vista do engenho da criação, bem como original, considerando que cada molde corresponde a uma peça que será produzida futuramente, molde este vindo do intelecto humano planejado, a partir da necessidade humana, advindas da sua realidade social.

O surgimento dessas ferramentarias, além de outras tantas, decorreu da proibição da importação de máquinas vindas do estrangeiro, durante a ditadura militar, obrigando diversas grandes empresas a demitir seus trabalhadores, todavia os estimulando a abrir seus próprios negócios, terceirizando os serviços de ferramentarias que

²⁹ Entrevista de Marcelo José de Lima, da empresa Plona, em Curitiba / Pr. In: SENAI, DN, 2002, p. 36.

anteriormente era desenvolvido dentro da própria empresa. Exemplo disso ocorreu na Embraco, Consul, Cipla, Tupy e Tigre, empresas estas de grande porte e reconhecidas nacionalmente, o que confirmam as memórias dos entrevistados.

O entrevistado, WillandTiergarten, relata que a cidade de Joinville sempre foi considerada por possuir um pólo industrial muito forte, coadunando com o que foi dito. E que em sua maioria os ferramenteiros não eram moradores da cidade, porém sabendo da grande produtividade e empregos que aqui se dispunham, resolveram mudar-se para a maior cidade do Estado de Santa Catarina (em população), em busca de melhores condições de vida e consequentemente, uma melhor posição profissional.

Muitos dos ferramenteiros aprendiam sua profissão dentro da fábrica, a partir da experiência vivida no processo produtivo. Assim, relata o Sr. Schmalz que era muito difícil ir aprender em outras cidades maiores, então lembra que algumas empresas “implantaram um centro de treinamento que ensinava inclusive os filhos dos funcionários”. Também, o Sr. Ronaldo menciona que foi a melhor solução encontrada para o momento, pois as escolas de ofício não existiam em Joinville na época. Lembra que, antes desses centros de treinamento para ferramenteiro, os profissionais aprendiam um com outro, ou seja, “um aprendiz ficava junto com um ferramenteiro experiente na fábrica e ia aprendendo o ofício com quem sabia e tinha também aprendido na prática do dia a dia na indústria”.

As ferramentarias são parte integrante do setor metalomecânico. Assim, as memórias revelam que o processo de *downsize* - desverticalização, dentro das grandes empresas foi um dos grandes fatores do surgimento da maior parte das novas ferramentarias até então inexistentes. Processo este que o entrevistado, Sr. WillandTiergarten, relembra dizendo que

a Embraco eliminou pessoal, a Hansen Máquinas [hoje Tigre] fechou cem por cento, eram trezentos a quatrocentos funcionários, ela acabou fechando de uma hora para a outra. A Cipla acabou diminuindo a ferramentaria, também a Embraco acabou diminuindo, bem como a Multibrás. Enfim, a Tupy pôs fim à ferramentaria. Ou seja, essa explosão (processo de *downsize*) de fechar as ferramentarias, acabou sobrando muita mão de obra, e não tinha tantas empresas, nem tantos empregos.

O Sr. Willard Tiergarten demonstra através da narrativa de suas lembranças que ao mesmo tempo que o processo de *downsize* foi decisivo para o início das “novas” ferramentarias, foi um grande gerador de desemprego para a região.

E ainda, da mesma forma Carlos Alberto Lessa lembra que:

A Tigre e a Consul tinham uma boa ferramentaria. A Embraco e a Tupy, todas elas desverticalizaram. Por que no começo dos anos noventa surgiu no mundo uma revolução chamada reengenharia³⁰. Algumas empresas entenderam a reengenharia de forma inteligente, outras nem tanto. Todas as empresas que tinham ferramentaria, as desativaram e foi aí que surgiram as pequenas empresas. Houve um incentivo das próprias grandes

³⁰ “A Reengenharia, conceito introduzido por James Champy e Michael Hammer através do best-seller “Reengineering the Corporation” publicado em 1993, consiste em repensar e redesenhar radicalmente as práticas e processos nucleares da organização tais como o serviço ao cliente, o desenvolvimento de novos produtos, a cultura organizacional, a resposta às encomendas, entre outras, afim de aumentar a produtividade através da redução de custos e do aumento do grau de satisfação do cliente. Ao contrário da TQM (Total Quality Management), a Reengenharia não procura introduzir melhorias em processos já existentes mas sim a eliminação e total reinvenção das regras e processos já ultrapassados bem como de todos os pressupostos fundamentais que lhe servem de base. Daqui resulta outra diferença chave da Reengenharia em relação à TQM: enquanto a TQM tem um elevado grau de participação dos subordinados e visa a obtenção de resultados num espaço de tempo alargado, a reengenharia parte de cima para baixo (dos gestores para os subordinados) e visa obter resultados num curto espaço de tempo”. NUNES, Paulo. O conceito da Reengenharia. Susana Saraiva (trad.) ago, 2008. Disponível em: <<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/reengenharia.htm>> Acesso em 22 nov 2011.

empresas de fazer com que seus trabalhadores, que desenvolviam suas tarefas nas ferramentarias pudessem montar seus próprios negócios.

A partir deste novo *boom* industrial, na cidade de Joinville surgiram estas diversas empresas de ferramentarias, ainda que na época pequenas. Este é o grande motivo da cidade ter um grande destaque no setor, sendo referência nacional no pólo de fundição. Ainda Ademar Hessen, neste mesmo sentido afirma que

muita gente que se aposentou junto a empresa Tigre, chegou a comprar um “torno”³¹ financiado e trabalhava, não mais para a Tigre, mas para outras empresas.

Sobre os primeiros moldes, Ademar Hessen comenta que

não havia desenho, era o próprio ferramenteiro que sentava na sua “mesinha”, pegava os papelões, cortava no tamanho e desenhava. Assim vai ser o molde (um exemplo): quatro cavidades, ou duas cavidades. “Bem no facão mesmo!” E dali ia para a fresa universal (fig. 1), ou para uma furadeira de coluna, que eram ferramentas mais precisas. Tudo era muito rudimentar!

³¹ Torno mecânico é uma máquina-ferramenta que permite usinar peças de forma geométrica de revolução, permite a usinagem de variados componentes mecânicos: possibilita a transformação do material em estado bruto, em peças que podem ter seções circulares, e quaisquer combinações destas seções. O torno mecânico é a máquina que está na base da ciência metalúrgica, e é considerada a máquina ferramenta mais antiga e importante ainda em uso. Disponível em: <www.wikipedia.com.br> Acesso em: 12 maio 2012.

Figura 1: Fresa universal e Furadeira de coluna, 2007.



Fonte: Disponível em: <<http://www.cgimoveis.com.br/tecnologia/maquinas-genericas/maquinas2008-10-30.9960916137>> Acesso em: 10 nov 2011. web.

Apresentam-se na figura 1 um modelo de fresa universal e uma furadeira de coluna, respectivamente, para se ter uma ideia do sistema na qual estes criadores trabalhavam.

Considerações

A narrativa das memórias aqui relatada de como as primeiras ferramentarias de Joinville foram criadas, abre caminho para uma discussão, mais aprofundada futura, sobre o patrimônio industrial da cidade. Algo que não se pode perder. Criar um molde “*no facão*” como descreveu o Sr. Ademar Hessen, que trabalhou na Tigre, Akros e Fred Jung, comparando com o maquinário hoje existente é um resgate do passado sem precedentes.

A criatividade, paciência e persistência destes trabalhadores surpreende a qualquer ouvinte. O início dos trabalhos destes ferramenteiros foi pioneiro, pois o desenvolvimento de um molde que futuramente cria um produto, há a necessidade de todo um conhecimento industrial bastante arrojado para a época, quando os primeiros começaram a surgir. Após o acerto do molde, diversos produtos, a partir dele são criados, todos idênticos e normalmente perfeitos, não havendo mais a necessidade da criação unitária, peça por peça, como faziam as corporações de ofícios há muitas décadas.

A profissão de ferramenteiro sempre possuiu certas virtudes peculiares, como a criatividade, inovação e organização. A criatividade vê-se pela capacidade de invenção e imaginação de moldes, produtos, enfim, meios de se criar algo a partir da arte dos desenhos. A inovação está completamente unida à criatividade, porém esta capacidade é complementar a ela, pois inovando, tem-se as constantes transformações tanto de produtos finais, como também a forma de produção destes produtos. E ainda sobre a organização, os ferramenteiros são muito organizados, a tal ponto de criar um núcleo setorial, dentro da Associação Empresarial da cidade de Joinville, que trate das dificuldades e conquistas de um setor extremamente concorrente.

Todas as narrativas das memórias dos ferramenteiros de Joinville nos fazem acreditar que apesar da crise econômica que ocorreu durante as décadas de 1980 e 1990, as empresas desse setor os empresários conseguiram se manter em funcionamento. De modo que “não pode haver construção de uma memória coletiva se as memórias individuais não se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação”³². A cultura sobre o potencial industrial que se desenvolveu em Joinville e que ainda hoje percebe-se no cotidiano dos cidadãos já se trata de uma memória coletiva, lembrada, sentida e rememorada todos os dias pela cidade pulsante.

³² CANDAU, Joël. op. cit., p. 48.

Afinal, a esta “imagem construída não só pela historiografia local, como também pelo empresariado e pelo poder público”, como se pode verificar por meio dos autores citados e também pelas memórias dos entrevistados, é um discurso que ultrapassa “a fala das lideranças e que ao longo da construção de Joinville encontrou ressonância na população”³³.

A cultura industrial de Joinville, ou seja, este patrimônio imaterial é algo que não mudará tão cedo, pois este olhar de cidade trabalhadora e preocupada com seu futuro passa de geração para geração. A perda desta “memória é, portanto, uma perda de identidade”³⁴ da cidade, o que não ocorrerá tão cedo. Obviamente que seria a perda de uma de suas identidades, considerando que a cidade possui diversas e múltiplas facetas identitárias.

A indústria, os seus espaços, ainda que hoje vazios, os seus trabalhadores, ainda que alguns já aposentados, o espírito empreendedor que reina neste ambiente, todos estes agentes fazem parte do patrimônio industrial material e imaterial (perspectivas inseparáveis) das cidades. Joinville pela sua trajetória histórica da vinda dos imigrantes e depois com uma nova vinda de “migrantes”, tem hoje uma cultura direcionada ao seu potencial industrial, às suas riquezas, mas que também vem se modificando, abrindo portas para outras áreas da cultura, como o teatro, música, arte, o próprio lazer sem compromisso. Contudo o espírito do trabalho na indústria ainda está muito presente, enraizado na identidade das pessoas e em suas memórias.

A decisão de muitos de nossos antepassados de vir morar na cidade de Joinville foi tomada pela simples razão de melhorar de vida, através de melhores salários, ou quem sabe por haver mais opções para abrir um novo negócio. Ninguém sabe as reais intenções de

³³ GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo (org). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2005. p. 194.

³⁴ CANDAU, Joël. *op. cit.*, p. 59.

cada um... são muitas... Mas o que não se pode negar é a identidade cultural voltada para o trabalho e para o desenvolvimento para todos. Para todos? Bom, se é para todos não se sabe, o que aqui não mais há possibilidade de se discorrer.

Enviado em 12 de outubro de 2014

Aprovado em 23 de setembro de 2015

“COMPORTAMENTOS ANTISOCIAIS NA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM PORTUGAL (DÉCADAS DE 70 A 90 DO SÉCULO XX): INCURSÕES EXPLORATÓRIAS”

"Antisocial behavior in Childhood and Youth in Portugal (70-90 decades of the twentieth century): exploratory incursions"

Helder Henriques*

Carla Vilhena**

RESUMO

Este texto tem como objeto de análise discursos sobre as crianças e os jovens delinquentes que circularam em Portugal, no período compreendido entre as décadas de 70 e 90 do século XX. Do ponto de vista empírico, tomamos como referência a legislação produzida sobre esta temática, assim como o estudo da revista “Infância e Juventude”, propriedade da Federação Nacional das Instituições de Proteção à Infância, no arco temporal previsto. Começaremos por apresentar o quadro histórico de evolução do sistema de justiça de menores em Portugal ao longo de novecentos, para depois analisarmos o processo de construção social da categoria criança e jovem delinquente, fazendo particular referências quer àquelas que eram consideradas as causas deste problema, quer às soluções propostas.

Palavras-chave: Risco; Infância e Juventude; Delinquência; História; Marginalidade

* Doutor em Ciências da Educação, com especialização em História da Educação, pela Universidade de Coimbra. Professor da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP/ESE). Investigador no CEIS20/Universidade de Coimbra. E-mail: henriqueshelder@gmail.com

** Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Investigadora no CEIS20/Universidade de Coimbra. E-mail: cvilhena@ualg.pt

ABSTRACT

This text has as its object discourse analysis on children and juvenile delinquents that circulated in Portugal in the period between the 70 and 90 of the twentieth century. From an empirical point of view, we refer the legislation produced on this subject, as well as the magazine's study "Childhood and Youth", owned by the National Federation of Institutions Protection of Children, within the prescribed time span. We will begin by presenting the historical context of the evolution of the juvenile justice system in Portugal over nine hundred, and then analyze the process of social construction of the child category and young offenders, with particular reference both to those who were considered the causes of this problem, either the proposed solutions.

Keywords: Risk; Children and youth; Delinquency; History, Marginality

Introdução

A problemática da delinquência na infância/juventude constitui matéria tratada com interesse por inúmeros especialistas e saberes nas últimas décadas. Alvo de debates públicos desde finais do século XIX, a temática dos comportamentos desviantes e da delinquência esteve na origem de diversos estudos ao longo do século XX, no sentido quer de perceber as suas causas, quer a melhor forma de os solucionar. São exemplo deste interesse os estudos sociológicos que surgem nas décadas de 20 e 30 nos EUA, numa tentativa de compreensão do fenómeno da delinquência infantil e juvenil¹ ou, mais atualmente, os trabalhos oriundos da psicologia que analisam a relação entre estratégias educativas e delinquência². Paralelamente, assiste-se a um interesse crescente por parte dos *media* em relação a esta questão³.

Todo este debate contribuiu para sucessivas reconstruções da categoria criança/jovem delinquente, assim como, em resultado dessas reconstruções, para a emergência de novas formas de intervenção. Em comum temos a ideia de que os crimes cometidos por crianças e jovens devem ser tratados com maior tolerância, uma vez que se considera que estes não podem ser totalmente responsabilizados por esses factos⁴.

¹ SHANAHAN, S. Lost and found: The sociological ambivalence toward childhood. *Annual Reviews of Sociology*, 33, 2007, 407-428.

² EHIEMUA, S.. Juvenile delinquency: A comparative study between child rearing practices in developed and developing countries. *European Journal of Research in Social Sciences*, 2(4), 2014, 59-65.

³ CARVALHO, M. J. L. & FERREIRA, L.. "Infância e risco social: Retratos da imprensa portuguesa". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 60, 2009, 105-129.

⁴ FERREIRA, P. M. «Delinquência Juvenil», família e escola. *Análise social*, Vol. XXXII (143), (4º-5º), 1997, pp. 916.

No que diz respeito à análise sócio-histórica desta problemática, desde o estudo pioneiro de Anthony Platt⁵ vários autores têm analisado a forma como esta categoria particular, a criança delinquente, foi construída e reconstruída, sobretudo durante o século XX, assim como as diferentes soluções propostas, em espaços geográficos e tempos históricos diferentes, para esta questão⁶.

É precisamente a análise da forma como a categoria *criança delinquente* é construída entre os anos 70 e 90 do século XX, em Portugal, assim como das soluções propostas para a resolução deste problema que constitui o principal objetivo deste trabalho. Para tal recorreremos à análise de dois núcleos de informação: 1) a legislação; 2) a imprensa especializada. No que diz respeito ao primeiro núcleo, procedemos à análise dos principais diplomas legais relacionados com a justiça de menores ao longo do século XX, destacando a segunda metade de novecentos. Quisemos compreender as roturas e continuidades na voz do Estado sobre esta matéria. Quanto ao segundo núcleo informativo, serviu de fonte principal para a nossa análise o periódico "Infância e Juventude", na sua segunda série, publicada a partir de 1976, sob a tutela da extinta Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores.

Partimos, assim, de uma das dimensões que, como afirma

⁵ PLATT, A.. *The Child Savers: The Invention of Delinquency*. University of Chicago Press, 1969.

⁶ C.f. GRAFF, H. J.. *Remaking growing up: Nineteenth-century America*. Social History, XXIV(47), 1991, 35-59.

MARTINS, E. C. A outra educação da infância sem voz expressa na literatura (Séc. XIX – XX). *EducareEducere*. Ano XIV, Julho, 2010.

DINIZ, A. O ensino dos anormais – preocupações em Coimbra e em Portugal no início do século XX. *Educar em Revista*, 23, 2004, 246-253.

ROSE, N. *The Psychological Complex: Psychology, Politics and Society in England, 1869-1939*. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.

HENDRICK, H. Optimism and Hope versus Anxiety and Narcissism: Some Thoughts on Children's Welfare Yesterday and Today. *History of Education*, 36(6), 1997, 747-768.

Ferreira (1997) se deve ter em conta para uma compreensão da construção do conceito de *delinquência juvenil*, ou seja, das “leis, das práticas e das crenças relativas ao comportamento das crianças e dos jovens que governam as instituições responsáveis social e legalmente pelo controlo e tratamento do comportamento considerado delinquente e de outros problemas juvenis”⁷. Mais concretamente, pretendemos, através de uma análise sócio histórica de um conjunto de discursos sobre esta temática, contribuir para uma melhor compreensão da forma como essas categorias foram sendo construídas e reconstruídas em Portugal, nas últimas três décadas do século XX.

O nosso trabalho ancora-se, do ponto de vista teórico, à História Social da Infância e a autores que têm vindo a trabalhar a temática da delinquência na infância e na juventude⁸. A abordagem metodológica inscreve-se no quadro da análise sócio histórica dado que a interpretação deste fenómeno relacionado com a marginalidade, *latus sensu*, implica uma visão sistémica e ampla sobre o problema.

⁷ FERREIRA, P. M. - “«Delinquência Juvenil», família e escola”. *Análise social*, Vol. XXXII (143), 1997 (4^a-5^a), pp. 916.

⁸ DEKKER, J.H. - “Children at risk in history: a story of expansion”, *Paedagogica historica*, 45: 1-2, 2009.

DEL CURA GONZALEZ, M. - *Medicina y Pedagogía - La Construcción de la Categoría «Infancia Anormal» en España (1900-1939)*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011.

DUARTE-FONSECA, A. C. - *Internamento de menores delinquentes – A lei portuguesa e os seus modelos: um século de tensão entre protecção e repressão, educação e punição*, Coimbra: Coimbra editora, 2005.

FERREIRA, António Gomes - “Crianças, Alunos e Menores - Elementos para uma compreensão social da infância em Portugal” In PINTASSILGO, Joaquim et al., *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspetivas*, Porto: Asa, 2006, p. 73 – 110.

GODINHO-LIMA, Ana Laura - *O Espectro da Irregularidade Ronda o Aluno: um estudo da literatura pedagógica e da legislação sobre a criança-problema*. (Tese de Doutoramento em Educação). São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

Foi realizada uma análise temática dos textos publicados na revista "Infância e Juventude" que tinham como tema a *criança/jovem delinquente*. A escolha desta revista prende-se com o facto de ser publicada por uma instituição pública dedicada especificamente aos problemas relacionados com a Infância e Juventude no período temporal previsto.

Modernidade e comportamentos antissociais na encruzilhada do tempo

Ao longo da modernidade educativa o interesse pela infância foi crescente. Em 1899, Ellen Key⁹ apelidou a centúria que se aproximava como "O Século da Criança" antecipando o lugar central que a infância ocuparia no século XX. Este projeto sociopolítico intensivo¹⁰ em torno da infância foi aprofundado com o desenvolvimento, ao longo do século XX, de um conjunto de saberes: a medicina, a psicologia ou a pedagogia. Como afirma Rose "a criança moderna tornou-se o foco de inumeráveis projetos que pretendem salvaguardá-la do perigo físico, sexual ou moral, assegurar o seu desenvolvimento "normal", promover ativamente certas capacidades de atributos como a inteligência, a educabilidade e a estabilidade emocional"¹¹.

Neste contexto a psicologia desempenha, como demonstrou Nikolas Rose¹², um papel essencial. Ao conceber traços de normalidade e, conseqüentemente, permitir identificar aqueles que não se enquadravam na regularidade social, psicológica ou médica proposta na época, os peritos *psi*, aqueles que elegeram como objeto de estudo

⁹ Esta expressão ficou conhecida pela visão sobre a criança que Ellen Key antecipou.

¹⁰ GIDDENS, A. Consequências da modernidade, Oeiras: celta, 1998.

¹¹ ROSE, Nikolas. Governing the soul – the shaping of the private self. Londres: Routledge, 1990, pp. 121.

¹² Idem.

e intervenção o comportamento, contribuíram para a emergência de novas categorias de crianças, e uma nova classificação de alguns comportamentos infantis, aquela infância que não se enquadrava nos parâmetros definidos, ou seja, a «infância anormal»¹³. Contudo, esta não é uma categoria homogênea, como nos explica J. Dekker¹⁴. Para este autor são diversos os tipos de infância desajustada, emergentes na modernidade, e essas novas categorias foram acompanhadas por diferentes respostas da sociedade e/ou do Estado através do aparecimento de instituições especializadas, destinadas a públicos específicos:

“É a história dos órfãos e orfanatos, de crianças portadoras de deficiência física, como surdez e cegueira, e de casas de aprendizagem com métodos desenvolvidos especificamente para si, de crianças criminosas e casas de reforma, de crianças carentes e casas de resgate, de crianças nervosas e centros psicológicos e psiquiátricos, de crianças com problemas de personalidade e de centros de diagnóstico e terapêuticos, crianças em situação de risco de maus-tratos e abuso sexual, crianças com traumas de guerra, crianças migrantes e os seus riscos específicos, as crianças com distúrbios alimentares, emocionais ou comportamentais, (...) e, finalmente de crianças altamente talentosas”¹⁵.

Um dos exemplos que maior objetividade pode trazer ao nosso discurso tem a ver com a Infância/juventude com comportamentos antissociais, nomeadamente os jovens delinquentes. Numa tentativa de definição do conceito de delinquência, Pedro Moura Ferreira defende o seguinte:

¹³ Del Cura Gonzalez, M. - Medicina y Pedagogía - La Construcción de la Categoría «Infância Anormal» en España (1900-1939), Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011.

¹⁴ DEKKER, Jeroen J.H. – “Children at risk in history: a story of expansion”. *Paedagogica historica*, 45: 1-2, 2009.

¹⁵ Idem, pp. 18.

“Num sentido amplo, a delinquência refere todo o tipo de infracção criminal que ocorrer durante a infância e a adolescência. Num sentido mais restrito, a delinquência envolve o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais ou que se encontram em situações ou exibem comportamentos potencialmente delinquentes, nomeadamente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem”¹⁶.

A delinquência encontra-se associada a comportamentos desviantes da norma instituída, cujas causas podem ser diversificadas, com origem no ambiente social e familiar ou em questões de natureza biológica ou psicológica. P. M. Ferreira defende que as explicações para o fenómeno da delinquência “podem ser agrupadas em torno de duas imagens: a do delinquente subsocializado e a do delinquente socializado”¹⁷.

No que diz respeito à primeira imagem, esta tem subjacentes as teorias que sublinham a importância do controlo social como solução para o problema, designadamente o controlo por parte da família, que é representada quer como causa, [onde] é incapaz de exercer esse controlo, quer atuando com um carácter preventivo, quando realiza de uma forma eficaz, a supervisão do comportamento das crianças e dos adolescentes.

Relativamente à segunda imagem, o fenómeno da delinquência infantil e juvenil é explicado com base num processo de aprendizagem por imitação, ou seja, defende-se que é a exposição a este tipo de comportamentos, assim como o seu reforço positivo, que levam a criança e o jovem a delinquir. Neste modelo é também enfatizado o papel das estratégias educativas dos pais na promoção, ou não, de comportamentos desviantes.

¹⁶ FERREIRA, P. M. “«Delinquência Juvenil», família e escola”. *Análise social*, Vol. XXXII (143), 1997 (4º-5º), pp. 916.

¹⁷ Idem, pp. 918.

Ao longo do século XX, os delinquentes constituíram uma preocupação com expressão legal. Na verdade, a instabilidade destes jovens, com comportamentos e práticas socialmente desajustadas, pressionou os Estados a encontrarem soluções para resolver aquilo que poderia comprometer todo um projeto social e político de progresso.

Ao longo da centúria de novecentos a resposta encontrada por diferentes países europeus, na tentativa de exercer controlo sobre estes jovens e proceder à sua regeneração/recuperação, foi a de legislar e, consequentemente, criar sistemas de justiça de menores. As políticas dirigidas aos delinquentes, pelos diferentes sistemas de justiça, e de acordo com as suas épocas de aplicação, situaram-se entre a defesa de políticas de natureza punitiva/repressiva e/ou políticas voltadas para a proteção, assistência e educação dos menores “desajustados” ou em vias de se tornarem perigosos. António Gomes Ferreira afirma, por exemplo, que em Portugal na década de 30 do século passado:

“As crianças delinquentes ou com manifestos comportamentos anti-sociais eram vistas, pela ideologia positivista da altura, por um lado, como resultado de circunstâncias funestas que afectavam os seus órgãos, que, por sua vez, determinavam atrofias e alterações físicas e patológicas, por outro, como emergentes da hereditariedade que transmitindo “qualidades patológicas” possibilitavam o desenvolvimento de “estigmas de degenerescência”¹⁸.

Para esse “estádio de perigosidade” contribuíam, de acordo com a retórica discursiva predominante na primeira metade de novecentos, diversos fatores. Entre eles, contavam-se o meio social, familiar e as questões de natureza genética, elementos considerados possíveis potenciadores da delinquência quando não existisse a neces-

¹⁸ FERREIRA, A. G. – “Compreensão do comportamento anti-social no pensamento psicopedagógico moderno”. In Gaspar et al (Orgs) - Problemas emocionais e comportamento anti-social, Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 55.

sária harmonia capaz de formar cidadãos plenos, estáveis e úteis para a sociedade. A construção de bons cidadãos dependeria da influência dos diferentes contextos onde os sujeitos mais jovens circulavam.

Na segunda metade de novecentos, a infância e juventude passou a incorporar um conjunto de influências com origem na cultura norte-americana que chegava a Portugal através do desenvolvimento de diversos meios de comunicação. Nesse período, o menor deixava de ser considerado o infrator, em si mesmo, deslocando-se a origem dos problemas do menor, enquanto indivíduo com culpa, para os fatores socioculturais e para os contextos sociofamiliares. Neste contexto, assiste-se a um processo de valorização da dimensão educativa em relação à retórica da institucionalização oferecida, grosso modo, na primeira metade do século. A educação constituiria um dos principais argumentos “em defesa da sociedade” e no combate à irregularidade e exclusão social na segunda metade de novecentos. Esta mudança que acabamos de referir também pode ser verificada no discurso do Estado ao longo de toda a centúria de novecentos. Para melhor caracterizarmos este processo pareceu-nos relevante retratar, ainda que sumariamente, os principais marcos legais relacionados, principalmente, com a infância e juventude considerada perigosa e/ou em perigo moral a braços com a justiça¹⁹.

A delinquência em Portugal no século XX: o discurso do Estado

No decorrer da modernidade o Estado-Nação consolidou-se através de diferentes mecanismos de natureza monopolizadora²⁰.

¹⁹ HENRIQUES, H. & VILHENA, C. A preservação da Infância: Análise de discursos sobre a Criança em perigo moral (Portugal, 1910-1916). Educação em Revista. Belo Horizonte. v.31, n.02. Abril-Junho 2015. p. 61-81.

²⁰ ELIAS, N., O processo civilizador – formação do Estado e Civilização, Vol. II, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1998.

A Escola (enquanto representante do Estado) e o governo da família fizeram parte desse processo centrípeto, de normalização social e identificação daqueles que “destoavam” do padrão. Ao Estado, socorrendo-se de especialistas e saberes científicos, coube o papel de enquadrar legal e institucionalmente estes indivíduos. No que respeita aos menores delinquentes, esta preocupação assume expressão na publicação de legislação específica ao longo do século XX.

Em Portugal verificaram-se **três momentos** com características próprias relacionadas com a justiça de menores e, particularmente, com os aspetos direcionados para a delinquência. O primeiro momento caracteriza-se pela publicação da Lei de Proteção à Infância²¹ (LPI) de 27 de Maio de 1911, no começo da 1ª República, e toda a sua influência ao longo das décadas seguintes. De acordo com José António Afonso, a LPI tinha como objetivo principal “resgatar a criança aos meios sociais potencialmente degenerativos e que colocavam em causa a ordem social e a coesão familiar” dado que “só com crianças educadas num regime escolar disciplinado, com uma higiene moral escrupulosa, instruídas no conhecimento das coisas e na prática das leis sociais que formam actividades positivas”²² (Afonso, 2011: 184/185) permitiria a edificação de uma sociedade civilizada e adequada, cumpridora de direitos e deveres sociais, garantindo a construção de um “Homem-novo”.

O **segundo momento** relacionado com o processo de recuperação de menores delinquentes, em Portugal, iniciou-se no Estado Novo. De acordo com Tiago Neves “afigurava-se adequado eliminar do direito de menores concepções punitivas que

²¹ PORTUGAL. Decreto com força de lei de 27 de maio, criando instituições de protecção às crianças e regulando a respectiva organização. Diário do Governo nº 137. Ministério da Justiça, Lisboa, 1911.

²² AFONSO, J. A. “O nascimento de uma instituição educativa republicana. Argumentos científicos e pedagógicos”. História. Revista da FLUP. Porto, Iv série, vol.1. 2011, pp. 184/185.

ainda subsistissem. Nesse sentido, os mecanismos de protecção, marcados ainda por um carácter negativo e repressivo, deveriam tornar-se positivos e educativos”²³.

Alinhados com esta ideia, a par da circulação de novas concepções sobre os direitos da criança no plano internacional, foi publicada a Organização Tutelar de Menores em 1962²⁴. Do ponto de vista legal, assumiu-se maior interesse na protecção da criança ao invés do carácter repressivo proposto anteriormente e associado ao processo de regeneração de menores delinquentes apresentado.

Tiago Neves salienta que o “comportamento delincente passa a ser visto como um mero sintoma de inadaptação social”²⁵ e, deste modo, “aquilo que assume um carácter decisivo é a observação do menor, da sua personalidade, das suas condições de vida e do seu contexto familiar”²⁶, aquilo a que Duarte-Fonseca apelida como o “primado da observação sobre o menor”²⁷.

As alterações políticas e de regime verificadas a partir de 1974 não promoveram alterações ou alternativa a este entendimento proposto pelo legislador através da OTM de 1962. As preocupações imediatas do novo regime instituído eram de ordem política, económica e social. Como salienta Duarte-Fonseca “no rescaldo da euforia pelo fim de um duradouro regime repressivo, o conceito de

²³ NEVES, T. Entre educativo e penitenciário – Etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes, Porto: ed. Afrontamento, 2008, PP. 21.

²⁴ Decreto-Lei nº 44287 e nº 44288 de 20 de Abril de 1962. Instituiu a organização Tutelar de Menores (OTM1962).

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem.

²⁷ DUARTE-FONSECA, A. C. – Internamento de menores delinquentes – A lei portuguesa e os seus modelos: um século de tensão entre protecção e repressão, educação e punição, Coimbra: Coimbra editora, 2005, pp. 254.

autoridade entrara em crise, confundido com o de autoritarismo”²⁸ o que teve reflexos nos processos educativos e, concretamente, na continuidade das lógicas de proteção ao menor instituídas pelo próprio Estado Novo.

“Numa época em que tentava ainda desfazer-se esta confusão, era inconcebível que a orientação de princípios da intervenção relativa a menores, tido como familiar ou socialmente inadaptados, fosse teleologicamente deslocada de um quadro que, apesar de tudo, e a coberto da enganadora sedução dos significantes, se reclamava de proteção, assistência e educação, para qualquer outra ordem de fins coercivamente conotáveis”²⁹.

De acordo com a ideia apresentada, era necessário aprofundar ainda mais o quadro de proteção ao menor uma vez que este, no entender promovido na época, era apenas o resultado das circunstâncias adversas que o envolvia e, por isso, havia que continuar a aposta na máxima proteção do menor e evitar a sua segregação ou privação de liberdade colocando-os numa instituição como, por exemplo, os Institutos de Reeducação ou até mesmo a Prisão-escola de Leiria.

O terceiro momento que aqui pretendemos realçar aprofunda o modelo da Organização Tutelar de Menores no que se refere à ideia de proteção absoluta proposta anteriormente. A OTM de 1978³⁰ assumia como elemento central de reforma a capacidade da recuperação social dos inadaptados em contextos não judiciais. Para isso foram substituídos os Centros de Observação anexos aos Tribunais Centrais por Centros de Observação e Ação Social, acentuando-se o carácter protetor e educativo do diploma face aos menores e atribuindo-se maior importância aos lares de semi-internato, de transição e resi-

²⁸ Idem.

²⁹ Ibidem, pp. 295.

³⁰ PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro. Reorganização da Organização Tutelar de Menores.

denciais considerando a prática de internamento a última solução possível e desejável.

É neste contexto que na década de 70 surgem as Comissões de Proteção. A OTM de 1978 potenciou o desenvolvimento de comissões especializadas no acompanhamento de menores: as comissões de proteção de menores que passaram a existir apenas em Lisboa, Porto e Coimbra onde estavam instalados os Centros de Observação e Ação Social. A este propósito Eliana Gersão escreve um interessante texto em 1977/1978 onde critica o tempo de demora na instituição destas comissões. Estas comissões, teoricamente, teriam a missão de lidar com um público infrator com idades inferiores a 12 anos com o objetivo de os retirar das malhas dos tribunais de menores, e a consequente estigmatização social, e aplicar-lhes outro tipo de medidas com vista à sua recuperação social³¹ (Gersão, 1978).

As competências dos tribunais de menores, como se designavam desde a década de 40, eram aplicadas de acordo com as idades dos infratores. Deste modo, a ação do Tribunal de Menores, no caso de indivíduos menores de 12 anos era extensiva apenas quando os pais ou representante legal não aceitassem a intervenção tutelar ou reeducativa de instituições oficiais; ou ainda quando se provasse que os menores tivessem cometido crimes com “discernimento”. No caso dos menores entre os 12 e os 16 anos de idade, os Tribunais de Menores podiam decretar medidas tutelares se verificassem que os menores tinham uma “dificuldade séria de adaptação a uma vida social normal, pela sua situação, pelo seu comportamento ou pelas tendências que haja revelado”; que se dedicassem “à mendicância, vadiagem, prostituição, libertinagem, abuso de bebidas alcoólicas ou uso ilícito de estupefacientes”; e pudessem ser “agentes de algum facto qualificado pela Lei penal como crime ou contravenção”³².

³¹ GERSÃO, E. “Comissões de protecção de menores: uma proposta esquecida?”. *Infância e Juventude*. nº 1, Jan- Mar., 1978, p. 7-28.

³² Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de Outubro. (art.13).

No mesmo sentido os tribunais de menores, até aos 18 anos de idade, podiam “decretar medidas relativamente a menores que sejam vítimas de maus tratos ou que se encontrem em situação de abandono ou desamparo capazes de pôr em perigo a sua saúde, segurança, educação e moralidade; “decretar medidas relativamente a menores que, tendo atingido os 14 anos, se mostrem gravemente inadaptados à disciplina da família, do trabalho ou do estabelecimento em que se encontrem internados; e, ainda, “apreciar e decidir medidas de protecção de menores contra o exercício abusivo de autoridade na família ou nas instituições a que estejam entregues”.

As principais medidas a aplicar, previstas na OTM de 1978, eram as seguintes: admoestação; entrega aos pais, tutor ou pessoa encarregada da sua guarda; imposição de determinadas condutas ou deveres; acompanhamento educativo; colocação em família idónea; colocação em estabelecimento oficial ou particular de educação; colocação em regime de aprendizagem ou de trabalho junto da entidade oficial ou particular; submissão a regime de assistência; colocação em lar de semi-internato; colocação em instituto médico-psicológico e internamento em estabelecimento de reeducação.

A sua aplicação centrava-se mais na protecção da infância, na assistência às suas necessidades e nos processos educativos como mecanismos de promoção positiva do jovem valorizando a sua ação em meio natural de vida tentando não quebrar os vínculos que ainda possuía com a sociedade ou a família. A Escola, a família e os processos de aprendizagem assumem nos diferentes contextos um importante pilar para a recuperação social destes indivíduos, no mesmo sentido a compreensão das causas que conduziram o menor a praticar determinada infração foi muito valorizado quer em contextos de institucionalização (justiça), quer noutros contextos (sociais).

A identidade dos menores infratores define-se, portanto, de acordo com as realidades sociais, familiares e institucionais em que se movimentam. O ajustamento do individuo depende do sucesso

destes contextos na promoção de um conjunto de valores estruturantes junto dos mesmos de modo a torná-los adaptados/integrados à/na sociedade, ou seja a torná-los cidadãos com direitos e deveres perante si mesmo e o próximo.

Estas medidas caracterizaram o panorama português até ao final do século XX. Em 1999, sob o governo socialista liderado por António Guterres, encontraram-se novos entendimentos que levaram à publicação de nova legislação³³.

A Delinquência no Portugal Democrático: preocupações, tendências e influências sociopedagógicas

Na segunda metade do século passado, o processo de globalização trouxe novas influências e modelos de vida que foram apropriados pelas populações locais. Entendemos, seguindo de perto Anthony Giddens³⁴, o conceito de globalização como o resultado da “intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa”. Este novo processo potenciado pela modernidade, uma vez que em si mesma é globalizante, trouxe a Portugal, com algumas características singulares, novas preocupações e problemas relacionados com o objeto de estudo que estamos a analisar.

Ao longo da investigação realizada, entre meados da década de 70 e meados da década de 90 do século XX, a partir do periódico “Infância e Juventude”, destacamos a existência de dois eixos de discussão permanentes:

³³ Lei nº 166/99 de 14 de Setembro.

³⁴ GIDDENS, A. Consequências da modernidade, Oeiras: celta, 1998, pp. 45.

1. A identificação de novos problemas potenciadores de delinquência em Portugal;
2. A centralidade dos processos educativos, familiares e de ações de prevenção especializadas na resolução dos problemas.

No que diz respeito ao **primeiro ponto**, verifica-se uma enorme preocupação com a influência de outras *culturas juvenis* em Portugal provenientes, nomeadamente, dos Estados Unidos da América, designadamente no que diz respeito ao consumo de drogas, um dos principais eixos discursivos que se evidencia no periódico analisado. Os comportamentos desviantes de crianças e jovens aparecem associados a problemas relacionados, entre outros, com o consumo de drogas, destacando-se a preocupação com a circulação de Marijuana, Haxixe, LSD ou álcool nas faixas etárias mais novas. Considerava-se que estas drogas potenciavam círculos viciosos: físicos, psíquicos e sociais. As alterações metabólicas produzidas pelo consumo de drogas, o consumo de (outro tipo) de drogas para evitar sentimentos de culpa e vergonha ou o consumo de drogas como elemento de pertença a um círculo social (pares) eram tidos como elementos que podiam conduzir a comportamentos desviantes, a infrações, e que colocavam em perigo o indivíduo e a própria sociedade.

O *Centro de Estudos da Profilaxia da Droga*, criado em Portugal em 1976, constituiu uma possível solução aos problemas identificados com o “intuito de se dar resposta a um problema que, tendo-se agravado de súbito entre a população portuguesa, em especial a juvenil, vem abalando vivamente a opinião pública”³⁵. O Decreto-Lei nº 792/76 realçava a importância de olhar para o problema de um modo sistémico dado que “situações de inadaptação social, de conflito na estrutura familiar, de ócio laboral e de insegurança,

³⁵ GERSÃO, E. “Comissões de protecção de menores: uma proposta esquecida?”. *Infância e Juventude*. nº 1, Jan- Mar., 1978, p. 13.

entre outras, constituem condições de alto risco para o uso da droga, bem como para outras formas de conduta associadas ou anti-sociais".

O estudo sobre a delinquência e as relações com a droga foi potenciado com a criação deste instituto. No caso específico português, de acordo com Carlos Amaral Dias e Henrique Dias Pedro, a "delinquência pode fazer parte do percurso toxicómano, mas não é o próprio percurso"³⁶. Este estudo de caso elaborado no *Centro de Estudos de Profilaxia da Droga de Coimbra* realça que estes indivíduos não deviam ser privados da liberdade, mas antes se deveria pensar na "criação de centros mistos de pós-cura e recuperação" onde os especialistas biopsicossociais deviam fazer um acompanhamento progressivo destes sujeitos, oferecendo-lhes oportunidades para se integrarem gradualmente em meio social e assim promoverem a sua "normalização". Não obstante, a atenção dada a este problema com impacto na opinião pública deveria, segundo Eliana Gersão, ser alargado a outros grupos de menores inadaptados. A jurista dá o exemplo do grupo das "prostitutas" adolescentes, dos pequenos "vadios", "mendigos", "libertinos", "delinquentes" ou dos "simplesmente inadaptados"³⁷. A abordagem ao menor inadaptado deveria ser realizada do ponto de vista jurídico, quando se justificasse, mas sempre num contexto interpretativo mais lato, estudando as realidades de origem e movimentação do menor.

É nestes públicos/contextos que se destaca a importância que as Ciências Sociais, Humanas e Comportamentais deveriam assumir de forma a facilitar os processos de recuperação social dos menores e respetiva integração em contexto natural de vida. Simone Rozes salienta a centralidade das Ciências Humanas na análise sobre o problema da delinquência. Defende que aos poucos se alargou o

³⁶ DIAS, C. & PEDRO, H. D. "Toxicomania e Delinquência – Considerações a propósito de 61 casos". *Infância e Juventude*. nº 1, Jan- Mar., 1979, p. 15.

³⁷ GERSÃO, E. "Comissões de protecção de menores: uma proposta esquecida?". *Infância e Juventude*. nº 1, Jan- Mar., 1978, p. 15.

âmbito de análise face ao que acontecia anteriormente dado que antes o olhar se encontrava focado no menor enquanto “ser solitário”. Este alargamento possibilitou novas interpretações uma vez que a análise sobre o menor delinquente, interpretado como um “ser relacional”, deriva de fatores socioculturais tão diversos como: as carências educativas da família e a falta de imagens paternas válidas; a reprodução de condutas do desvio; a estigmatização social; as condições de habitação “deploráveis” ou a rejeição pela escola de crianças provenientes de meios mais desfavoráveis³⁸.

Associado a estas ideias também encontramos o movimento de urbanização do país e a migração das zonas rurais para as cidades em busca de novos trabalhos e formas de vida e sustentação socioeconómica. Manuel Louzã Henriques realça que “o lar desfaz-se pela sobreocupação dos pais em busca de meios, a cultura degrada-se e desinsere-se do movimento social, a escola demite-se e permeabiliza-se aos valores da decadência, os tempos de ócio desaguardam diretamente na rua”³⁹.

A necessidade dos pais procurarem adaptar-se a um meio, quantas vezes desconhecido, contribuiu para a existência de “vazios” nos processos relacionais que podiam promover comportamentos socialmente inadequados pelos grupos de jovens. Este processo encontra-se muitas vezes associado a grupos que se constituem – *gangs* – e que se caracterizavam por condutas duvidosas e princípios próprios diferentes da norma social, resultado do “vazio sociofamiliar”.

De acordo com um estudo realizado por Maria Helena Pinto Azevedo, publicado parcialmente em 1981, a partir de dados colhidos no *Centro de Observação e Ação Social de Coimbra*, chegou-se à

³⁸ ROZES, S. “Programa e métodos de tratamento e de readaptação dos jovens delinquentes que foram identificados”. *Infância e Juventude*. nº 2, Abril-Junho., 1977, p. 31.

³⁹ Henriques, M. L. “Delinquência juvenil”. *Infância e Juventude*. nº 2, Abril-Junho, 1979, p. 28.

conclusão que 75,9% das infrações criminais eram cometidas por sujeitos do sexo masculino que atuavam em grupo. Os motivos que conduziram à ação do tribunal foram: a prática de furto, roubo, fogo posto, ofensas corporais, atos de vandalismo, uso e porte de arma de fogo, danos materiais, danos em animais, tentativa de "estupro" e homicídio involuntário. As restantes situações (24,1%) tinham que ver essencialmente com vadiagem, refração ao lar, à escola, inadaptação social, libertinagem, indisciplina à escola e comportamento irregular. Estas últimas situações eram consideradas *para-delinquentes*. É de realçar que esta análise apresenta dados importantes relacionados com os contextos de proveniência destes menores delinquentes. Assinala-se que:

"as circunstâncias socioeconómicas das famílias de origem de um grupo de rapazes enviados pelo Tribunal de Menores para o Centro de Observação e Acção Social de Coimbra, caracterizavam-se por analfabetismo, ocupações consideradas de menos prestígio social (trabalho rural, de serventia, trabalho manual não-especializado), com péssimas condições habitacionais e do ponto de vista económico por uma situação de extrema pobreza"⁴⁰.

Este é o perfil do menor delinquente em Portugal. Fruto de ambientes nocivos ao desenvolvimento adequado do jovem tornava-se imperativo encontrar soluções para os problemas apresentados anteriormente atendendo às especificidades do caso português. Para alimentar todo este processo há autores que apontam a culpa aos «mass-media». A sua influência junto das "culturas juvenis" podia ser mais um elemento desencadeador de comportamentos desviantes por imitação de comportamentos e estruturas culturais diferentes daquelas que conheciam, como é o caso dos Estados Unidos da América através da sua indústria cinematográfica ou até das bandas

⁴⁰ AZEVEDO, M. H. P. "Delinquência juvenil – alguns aspectos sociopsicológicos". Infância e Juventude. n.º 2, Abril- Junho, 1981, p. 19.

desenhadas consumidas pelos jovens onde a presença de heróis é uma constante⁴¹.

O **segundo aspecto** que evidenciamos da análise realizada prende-se com a necessidade de resolver estes comportamentos antissociais, utilizando para o efeito a escola, a família e a comunidade. A OTM de 1978 acentuou a necessidade de uma intervenção que procurasse construir um sentido de autonomia aos menores de modo a interpretar os seus problemas, eventuais potenciadores da delinquência, com o objetivo de resolvê-los e promover a sua recuperação e integração social. A recorrência do discurso aponta para a prevenção como a principal aposta no processo de evitar práticas delinquentes e a de uma "recuperação relacional" no caso de já ter cometido a infração. Em qualquer um dos casos era necessário o recurso a um conhecimento especializado. Ao longo do periódico encontramos inúmeros textos de *especialistas* (psicólogos, psiquiatras, juristas, etc...) sobre estas matérias (Ex. "Aspectos neuropsicológicos da agressão"⁴²; "Elementos sobre psicopatologia da delinquência"⁴³; "Contribuições para uma análise psicossocial da delinquência"⁴⁴; "Algumas reflexões sobre as famílias de jovens delinquentes"⁴⁵; "Prevenção da delinquência juvenil: o papel da escola (...)"⁴⁶. Des-

⁴¹ MONTEIRO, M. B. "Os heróis mágicos do écran violento". Infância e Juventude. nº 2, Abril- Junho, 1985, p. 81-85.

⁴² Caldas, A. C. "Aspectos neuropsicológicos da agressão". Infância e Juventude. nº 2, Abril- Junho, 1985, p. 11-18.

⁴³ Vieira, A. B. "Elementos sobre psicopatologia da delinquência" ". Infância e Juventude. nº 2, Abril- Junho, 1985, p. 19-24.

⁴⁴ Vala, J. "Contribuições para uma análise psicossocial da delinquência" ". Infância e Juventude. nº 2, Abril- Junho, 1985, p. 53-64.

⁴⁵ Sampaio, D. "Algumas reflexões sobre as famílias de jovens delinquentes" ". Infância e Juventude. nº 2, Abril- Junho, 1985, p. 65-69.

⁴⁶ Walgrave, L. "Prevenção da delinquência juvenil: o papel da escola (...)" ". Infância e Juventude. nº 1, Janeiro- Março, 1982, p. 7-47.

te modo, as dimensões familiares e escolares, articuladas com um conhecimento especializado sobre estas matérias, deveriam ser a principal aposta no sentido de evitar o desajustamento ou adequar o indivíduo desajustado.

A família constitui uma instituição primária de socialização. É neste contexto que os menores adquirem hábitos, valores e princípios que, mais tarde, podem reproduzir. A preocupação com a dimensão da família, as condições habitacionais, os rendimentos económicos assume relevância na produção da delinquência. Neste sentido, afirmava-se a importância de um lar estruturado: pai e mãe. A associação da delinquência a ambientes familiares desestruturados é evidente. No começo da década de 80 considerava-se que as causas "da situação familiar anormal eram fundamentalmente três: porque um lar normal nunca foi formado (mães solteiras), ou (...) foi desfeito por separação ou abandono dos pais, e orfandade de um ou ambos os pais"⁴⁷.

Esta ausência de um contexto familiar harmonioso poderia despertar nos jovens comportamentos pouco adequados. Deste modo, tornava-se relevante que pai e mãe assumissem a sua condição de casal, reproduzindo o que ainda constituía uma marca de uma sociedade profundamente patriarcal, e transmitissem os princípios normalizadores aos seus filhos. Esta seria uma das melhores formas de prevenção sobre a delinquência.

No mesmo sentido, também a Escola surge nos textos analisados como um dos principais instrumentos para prevenir comportamentos inadequados ou para potenciar a recuperação social de menores. De facto, à Escola era reservado um papel central no processo de inclusão social de menores com comportamentos marginais. A este propósito leia-se o testemunho de Hulsman:

⁴⁷ AZEVEDO, M. H. P. "Delinquência juvenil – alguns aspectos sociopsicológicos". Infância e Juventude. nº 2, Abril- Junho, 1981, p. 26.

“a escola deve empenhar-se em descobrir e atenuar, na medida do possível, e muito precocemente, os handicaps socio-culturais das crianças ou a manifestação dos seus comportamentos associais. É preciso pois sensibilizar os professores para a sua missão de despistagem sistemática e de redução das inaptações escolares”⁴⁸.

A instituição escolar deveria desempenhar um papel de socialização da maior importância em articulação com a família. Porém, em alguns dos discursos encontrados verifica-se que o momento de entrada na Escola constituía, em si mesmo, o “início de uma vida cheia de frustrações e pesados castigos, causa frequente de comportamentos mal-adaptativos”⁴⁹. As frustrações com origem na instituição escolar, uma vez que essa era uma nova realidade que os próprios progenitores muitas vezes desconheciam, constituam motivo de preocupação pois podiam ser promotores de fracasso escolar e conduzir a comportamentos antissociais.

“A escola, ponto de passagem obrigatório, pode influenciar a criança para o bem e para o mal, e não há dúvida que algumas são mais férteis que outras em produzir delinquentes (...). Os que não se distinguem intelectualmente pouco contam, são marginalizados, os fracos não são ajudados nas suas incapacidades, os que perturbam são reprimidos por uma autoridade que pouco sabe de crianças e seus problemas, que não faz qualquer esforço para as compreender e ajudar. São pelo contrário, elementos incómodos, que a todo o custo se querem libertar, quando não deles se servem como objecto de escape de uma incontrolada agressividade, o que começa a tornar-se do domínio público «criança de 9 anos espancada pela professora...depois de ter ido ao quadro e não ter conseguido fazer uma conta de multiplicar»”⁵⁰.

⁴⁸ HULSMAN, L.H. “Causas e manifestações de tendências recentes na delinquência juvenil – sua influência nas políticas de prevenção, tratamento e reabilitação de menores delinquentes”. *Infância e Juventude*. nº 2, Abril- Junho, 1977, p. 33.

⁴⁹ AZEVEDO, M. H. P. “Delinquência juvenil – alguns aspectos sociopsicológicos”. *Infância e Juventude*. nº 2, Abril- Junho, 1981, p. 31.

⁵⁰ Idem, pp. 42.

A Escola deveria constituir-se como uma entidade capaz de promover a autonomia do indivíduo e de proceder à normalização social dos mesmos. Como verificamos, este aspeto encontra-se presente no periódico em análise uma vez que constituía uma enorme preocupação dado que podia tornar-se um elemento condutor de comportamento inadequados. Era necessário sensibilizar os professores e os outros técnicos para este problema que muitas vezes tinha o seu início na escola.

Na verdade, estamos perante um discurso aparentemente paradoxal. Por um lado, a instituição escolar assume-se como elemento imprescindível de preparação para a vida futura e, consequentemente, um mecanismo de inclusão social; por outro lado, a escola pode constituir a “arena potenciadora do desvio” quando não são levadas em conta algumas especificidades das crianças e jovens, o meio de origem ou as próprias dificuldades de aprendizagem pelos restantes atores educativos. Gradualmente, a escola passa a ser um território de socialização onde já não importa apenas os conhecimentos e os conteúdos mas também a singularidade de cada estudante evitando a multiplicação de comportamentos e atitudes desconformes.

A OTM de 1978 permitiu que a formação escolar pudesse ser realizada em instituições oficiais ou particulares. Deste modo, a Escola foi ao encontro de algumas instituições de Reeducação. Duarte-Fonseca salienta que a formação escolar “é uma das componentes mais importantes da medida tutelar de internamento”⁵¹. Porém, quando os jovens dão entrada neste tipo de estabelecimentos é necessário combater a carga de negatividade que transportam em relação a eventuais más experiências escolares que tiveram anteriormente. Neste sentido tornava-se necessário “combater a «ideia

⁵¹ DUARTE-FONSECA, A. “O ensino básico no estabelecimento de reeducação – a escola primária do Instituto Padre António de Oliveira”. *Infância e Juventude*. n.º 4, Out.- Dez., 1987, p. 55.

de escola» com que o jovem chega ao internato”⁵². Como defende Isilda Janeiro, era necessário que a escola da instituição fosse “uma Escola diferente”:

“(...) uma escola onde o corpo docente forme uma equipa aberta a todas as inovações, onde o ensino não surja separado da vida e das preocupações imediatas. Uma escola que perceba o desenvolvimento intelectual e escolar de uma criança saída de uma família que dispõe de um vocabulário de duzentas palavras não é igual ao de uma criança de uma família, em que a linguagem corrente compreende duas mil palavras. Uma escola que saiba que a maior parte dos sucessos escolares não são prova de uma perturbação orgânica do cérebro, mas sim o resultado de factores culturais, psicológicos e afectivos. Uma escola que, em vez de «pregar moral», tente compreender”⁵³.

A necessidade de alterar práticas no interior da escola é uma evidência no excerto anterior. Para a autora, era necessário avaliar não apenas a criança/jovem mas compreender aquilo que a/o circundava e até que ponto influenciava os seus resultados comportamentais, escolares, sociais.

As duas dimensões que identificamos revelaram-se essenciais para a compreensão da retórica predominante nas últimas décadas do século XX. A ideia de proteção, assistência e educação ao menor em perigo materializou-se, em grande parte, num conjunto alargado de discursos científicos sobre a Família, a Escola e o papel do Estado quer na proteção da sociedade face a indivíduos delinquentes, quer na normalização desses sujeitos por via das medidas aplicadas pelo Tribunais de Menores e pelo conhecimento produzido pelas diferentes instituições dependente do Estado como os Centro de Observação e Ação Social introduzidos, com outra roupagem, pela OTM de 1978.

⁵² Idem.

⁵³ JANEIRO, I. “A escola na instituição – que escola?”. *Infância e Juventude*. nº 4, Out.- Dez., 1987, p. 63.

Considerações finais

Estado, Família e Escola constituem elementos fundamentais à compreensão dos processos de construção social da infância delinquente em Portugal. No mesmo sentido, os processos de normalização ou recuperação social destes menores encontra-se muito dependente dos elementos referidos em articulação com saberes especializados e instituições criadas para o efeito.

Quando analisamos a segunda metade de novecentos percebemos que as instituições Familiar e Escolar continuam a ser centrais na retórica discursiva sobre o processo de normalização social dos jovens. Quer do ponto de vista legal, quer do ponto de vista científico, os discursos confluem no sentido da normalização da delinquência através destes espaços de socialização. Há, portanto, uma lógica de continuidade discursiva que atravessa da primeira para a segunda metade de novecentos. Não nos surpreende, dada a influência permanente de instituições, como a Igreja e o Estado, que promoveram uma ideia de família (patriarcal) ou uma determinada ideia de Escola nesta centúria.

Porém, se esta pode ser uma importante marca de continuidade, há outros aspetos que divergem. As formas de regeneração/recuperação social são diferentes. Na segunda metade de novecentos insiste-se, independentemente do regime político vigente, na necessidade de proteção ao menor que se faria, invariavelmente, por via da escola, de uma família normal ou de instituições especializadas através de uma lógica preventiva. Por outro lado, surgiram novas preocupações decorrentes do processo moderno de globalização. A influência de outras realidades nacionais, por exemplo através dos meios de comunicação, constituía elemento de preocupação que podia potenciar a delinquência em Portugal. A família assumia aqui um papel relevante de modo a constituir-se como o primeiro filtro em relação a determinadas mensagens transmitidas pelos "mass-media".

Também se pode considerar retórica discursiva predominante a ideia de autonomia do indivíduo. Essa autonomia, quando já institucionalizado, deveria ser promovida através da formação escolar e profissional. A escola quando bem preparada para lidar com este público podia constituir-se como alavanca de integração social. Neste sentido, encontramos inúmeros estudos de psicólogos ou psiquiatras que tendem a constituir-se como processos indicadores de normalização do indivíduo. Ao contrário da lógica “curativa” da primeira metade de novecentos, associada ao modelo médico, na segunda metade de novecentos investia-se sobretudo nas ciências sociais, humanas e comportamentais, com destaque para o papel da psicologia⁵⁴.

Este discurso encontra-se presente no periódico analisado. Era necessário investir num conhecimento mais amplo que aquele oferecido apenas pela perspectiva clínica. Deste modo, com o florescimento das ciências sociais e humanas isto torna-se particularmente visível. Este novo entendimento possibilitou a emergência de atividades que se foram profissionalizando em torno destas matérias nomeadamente, além dos psicólogos, os especialistas ligados ao trabalho social. Novas ferramentas foram aplicadas nas instituições que o Estado criou, nomeadamente nos Centros de Observação e Ação Social que destacamos neste trabalho, como é o caso de inquéritos de grande abrangência, significa que procuravam já abordar o menor numa perspectiva plural e sistémica.

Todo o processo descrito e analisado neste texto toma a perigosidade do indivíduo como um desiderato social que depende de fatores sociais, culturais, psicológicos, mas também da ação do Estado e dos especialistas que assumem a defesa do “interesse da sociedade” em vários espaços institucionais em troca da valoriza-

⁵⁴ POPKEWITZ, T., & BLOCH, M. Construindo a criança e a família: Registos de administração social e registos de liberdade In A. Nóvoa & J. Schriewer (Eds.), *A difusão mundial da escola*, Lisboa: Educa, 2000, pp. 33-68.

ção dos grupos profissionais que representam. Neste caso o bom cidadão seria aquele que fosse capaz de escutar os profissionais à sua volta e colocar em prática os seus conselhos. Este seria, provavelmente, o único caminho de uma integração social bem-sucedida. Entende-se, portanto, que apenas na longa duração podemos discutir objetos de estudo desta natureza. O “fator histórico” assume uma centralidade inegável.

Enviado em 28 de março de 2014

Aprovado em 30 de setembro de 2015

R ESENHAS

HISTÓRIA DOS HOMENS NO BRASIL

History of men in Brazil

Antonio Fontoura Jr.*

PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.) *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 415p.

Se durante muito tempo o “homem” foi o ser universal e senhor da história (assim, pelo menos, boa parte da historiografia fazia crer), o conjunto de artigos que compõe “História dos homens no Brasil” afirma desejar entender *os homens*, em sua pluralidade, enquanto seres sexuados e historicamente constituídos. A obra objetiva levantardiscussões sobre as masculinidades em seus vários papéis – pais, padres, escravos, soldados – em suas específicas diferenças, dominações e submissões, controles e virilidades.

Lançada em 2013, e organizada por Mary del Priore e Márcia Amantino, ambas professoras da Universidade Salgado de Oliveira de Niterói, a obra é composta por 12 artigos, cujos temas partem do período colonial até alcançar os lutadores de MMA da atualidade, e objetiva apresentar um quadro amplo a respeito dos recentes estudos sobre a construção das masculinidades no Brasil.

No capítulo que abre o livro – “Ser homem... ser escravo” – Marcia Amantino e Jonis Freire discutem como a grande superioridade numérica masculina na escravaria do Brasil, resultado da maior rentabilidade obtida com o comércio para escravos homens, impactou o período colonial. O desequilíbrio existente entre o número

* Doutorando do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Bolsista do CNPq.

de homens e mulheres cativos terá consequências para a construção das masculinidades: os escravos buscarão construir uniões com mulheres indígenas; participarão mais frequentemente de práticas sexuais não socialmente sancionadas (como a homossexualidade) em comparação com escravas; serão superiores em número como fugitivos e, também, como habitantes em quilombos.

No segundo capítulo (“Entre homens e anjos: padres e celibato no período colonial no Brasil”), Robert Daibert Jr. busca demonstrar que a construção de um ideal celibatário para os padres—um autocontrole sexual que os tornaria moralmente superiores aos leigos, segundo a Igreja—, reforçado no Concílio de Trento, foi implementado com muita dificuldade entre os religiosos que atuavam no Brasil do período colonial. Dentro de um contexto em que a própria Igreja se mostrava vacilante em sua defesa do celibato, os religiosos oscilavam entre a castidade e a participação em práticas sexuais diversas, fossem homo ou heterossexuais, passageiras ou estáveis. A possibilidade de manejar um poder sagrado, além do prestígio social que possuíam, foram frequentemente utilizados na busca pela satisfação de suas vontades eróticas. Será apenas a partir do século XVIII que a Igreja católica procurará reforçar, no Brasil, os ideais celibatários dos religiosos.

O texto de Eduardo Schnoor — “Riscando o chão: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império”, capítulo 3 — reproduz excertos de um processo de herança e reconhecimento de paternidade aberto em Vila de Areias (Rio de Janeiro), 1830. O capítulo trata mais de questões empíricas do que teóricas, não apresentando maiores discussões em torno do tema masculinidade.

No capítulo 4, Victor Andrade de Melo discute como as atividades esportivas participavam, no Brasil do século XIX, do processo de construção de uma nacionalidade (“Novas performances masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física”). Em um período relativamente conturbado nas relações do Brasil com países

vizinhos, havia uma preocupação social em construir, inclusive com o auxílio da medicina, um tipo de cidadão fisicamente forte, capaz de cumprir com suas obrigações sociais e, se fosse o caso, defender a pátria: um cidadão soldado. Neste contexto, atividades corporais como dança, turfe, ginástica e natação, construía masculinidades, além de moldarem corpos em direção a este ideal. Visualmente expostos e fisicamente exigidos, os corpos realizavam performances que permitiriam tanto a diferenciação em relação às mulheres, que se adequavam a um papel de espectadoras, quanto dos homens entre si.

No quinto capítulo – “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX” –, Mary del Priore analisa o processo de mudança de uma autoridade paterna autoritária e exercida aos gritos, características do período colonial, para uma relação marcada pelo afeto no final do século XIX: “passava-se do pai tirano ao pai amoroso” (p. 174). Enquanto o pai colonial, símbolo do poder e elo entre o Estado e a família, estava preocupado com a sobrevivência, manutenção de laços de sangue e continuidade de linhagem, no século XIX ele se tornará o protetor familiar, e figura pela qual se desenvolverá um apego voluntário. Uma transformação que terá suas próprias disputas, pois o aumento da longevidade do pai conflitará com a presença cada vez maior dos filhos na vida pública. A urbanização fazia declinar o prestígio do patriarca e, mesmo, o respeito à velhice. O “senhor pai” temível de outrora, passará a ser o “papai”, o “papaizinho”. Ainda assim, consolida-se a figura do pai que cuida de sua família e ama seus filhos, em um pensamento reforçado pelo higienismo do final do século, quando será também considerado fundamental para a formação do “bom cidadão”.

No capítulo 6, de Márcia Pinna Raspanti – “O que eles vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil” –, a roupa é vista por ela mesma, sem relação com a sociedade em que se insere. O capítulo apresenta um grande recorte temporal, do período colonial a meados do século XX, o que propicia generalizações e, além disso,

apresenta uma abordagem mais descritiva do que analítica da questão da vestimenta masculina.

No capítulo 7, Antonio Emilio Morga procura demonstrar o conflituoso processo de mudanças de sociabilidades existente durante o Segundo Reinado (“Masculinidade em Nossa Senhora do Desterro e Manaós: territórios e ardis”), através de um paralelo entre as realidades de Nossa Senhora do Desterro em Santa Catarina, e Manaus, no Amazonas. Seu objetivo é discutir como ocorreu um determinado processo civilizatório nestas regiões, reflexo tanto das mudanças do capitalismo internacional como das novas abordagens sobre o urbano (p. 228). O artigo, que se centra na construção das sensibilidades burguesas locais e sua busca em modificar os costumes tradicionais das populações em direção ao que acreditavam ser moderno, aborda de forma apenas marginal a específica questão das masculinidades.

No capítulo 8, “Masculinidade e virilidade entre a *Belle Époque* e a República”, Denise Bernuzzi de Sant’Anna discute o processo de constituição de novos padrões de masculinidade no Brasil que surgiam nas cidades e que se diferenciavam de um modelo rural de valentia e força. Não que estas características tivessem desaparecido, mas modificavam-se, diante de uma nova realidade. Em uma urbanidade crescente, a força esportiva começava a ser um diferencial entre os homens; e a coragem, por sua vez, ligava-se também ao domínio das máquinas – como do automóvel, um dos símbolos da modernidade. Crescer e se desenvolver neste espaço urbano exigia a construção de uma visibilidade e, por isso, a aparência tornava-se, cada vez mais, parâmetro de julgamento. Cuidados com a barba, preocupação com a calvície, e em manter a aparência jovem eram explorados nas revistas e refletiam uma crescente preocupação masculina. Neste período de mudanças, cumprir com estas expectativas exigia esforço, crescimento, superação, competição – demandas contínuas para que os homens pudessem reafirmar para si, bem como assegurar perante aos outros, a própria masculinidade.

Vitor Izecksohn, no capítulo 9, demonstra como a participação militartendeu a ser vista com temor e repulsa, durante boa parte da história do Brasil. Em “Quando era perigoso ser homem. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil” são abordadas as várias maneiras pelas quais, nos períodos colonial, Imperial, e Republicano, respectivamente, buscou-se resolver o problema da necessidade de Forças Armadas regulares. Ser soldado foi considerado, até a República, uma tarefa especialmente abjeta: o recrutamento forçado desestruturava famílias, expunha os homens aos perigos não apenas das batalhas, mas também das doenças nas péssimas condições de saúde dos acampamentos, e era visto em síntese como injusto. Foi por decorrência das expressivas perdas humanas e materiais enfrentadas com a Guerra do Paraguai, que o exército brasileiro iniciou um processo de mudança. O recrutamento, que passou a ser por sorteio a partir de 1916 (implementando uma lei aprovada oito anos antes), foi melhor aceito pela população e a própria imagem da instituição militar foi reformada, vinculando-a a uma oportunidade de mobilidade social para a população pobre, além de uma atuação patriótica junto à República.

No capítulo 10, Angélica Müller procura traçar um amplo quadro das modificações pelas quais o conceito de virilidade passou durante o que a autora chama de “tempo de 68”. Em “Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos ‘anos 1968’” a autora busca apenas “listar questões pertinentes” (p. 333) sobre como a ideia de “viril” foi herdada e reinterpretada pela juventude de 1968, argumentando que os ideais de rebeldia chegavam estilizados pelo mercado e pela cultura pop. Os discursos sobre a masculinidade, embora acompanhados de ideais libertários, não se afastavam sensivelmente das concepções mais tradicionais. E mesmo grupos de extrema esquerda, que se viam como revolucionários, reproduziam papéis sociais de gênero constituídos.

Marko Monteiro demonstra, no capítulo 11 (“Masculinidades em revista: 1960-1990”), que os questionamentos ao modelo tradicional de masculinidade trouxeram mudanças nos papéis de gênero, mas que estas não foram tão simples, e nem caminharam necessária e facilmente em direção a um respeito a diferentes masculinidades. A partir da análise do conteúdo de revistas *Ele Ela*, *Vip Exame* e *Sui Generis*, Monteiro afirma que desde o final dos anos 60, o questionamento aos papéis sociais de gênero foi acompanhado de uma crítica ao feminismo, e por um receio de mudanças que pudessem contrariar o que seria uma “verdadeira” masculinidade. Ainda nos anos 1980 e 90, concepções tradicionais continuariam a ser defendidas. A *Vip Exame*, por exemplo, apresentava a ideia de um homem moderno que era sempre heterossexual, e todas as concessões à feminização – como gosto por roupas ou produtos de beleza – seriam justificadas pelo desejo que poderiam despertar nas mulheres. Já a *Sui Generis* apresenta o homem homossexual, leitor preferencial da revista, sempre másculo, e cuja legitimidade viria de sua participação no consumo.

A partir de entrevistas realizadas com atletas, a psicanalista Joana de Vilhena Novaes analisa, no 12º e último capítulo – “Aqui tem homem de verdade”. Violência, força e virilidade nas arenas de MMA – as relações entre virilidade e violência nas academias de MMA (*Mixed Martial Arts*). Estes atletas, a partir de sua intensa relação com as lutas e as academias, construíram uma identidade e um capital simbólico que reforçam a relação entre masculinidade, virilidade e violência – um tipo de relação ainda presente em nossa cultura. Ao se considerarem bons provedores, pais de família, pessoas religiosas, estes lutadores conformam uma imagem conservadora dos papéis de gênero que atrai, por sua vez, mulheres que compartilham semelhantes visões e que acreditam na relação “sedução viril vs. fraqueza feminina”.

O título escolhido para a obra – “História dos homens no Brasil” – evoca o que seria o uso do conceito de gênero enquanto

uma categoria analítica, com foco nas masculinidades, para análise de vários momentos da história do país: noção reforçada pelo esforço em apresentar artigos que tratam desde o período colonial à contemporaneidade. A obra, no entanto, é irregular, com alguns bons artigos acompanhados por outros que tratam seus temas de maneira meramente descritiva, além de pouco fundamentados teoricamente.

E ainda que seja um passo adiante no estudo das masculinidades – afinal, é resultado de um aumento do interesse neste campo de pesquisas, ainda mais destacado com a recente publicação da coleção “História da Virilidade”¹ no país –, a obra apresenta problemas que são semelhantes a outras que, como essa, buscam apresentar grandes sínteses a partir de extensos recortes temporais: perde-se a densidade da discussão das temáticas propostas e criam-se análises generalizantes, que não condizem com as tendências historiográficas mais recentes.

Recebido em 5 de março de 2014

Aprovado em 30 de setembro de 2015

¹ CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História da virilidade* (3 vols.). Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

O FLUXO E O REFLUXO DAS CULTURAS NAS DUAS MARGENS DO ATLÂNTICO

The cultures on both sides of the Atlantic

Fabício Vinhas Manini Angelo*

Resenha do Livro: HALL, Gwendolyn Midlo. *Slavery and African Ethnicities in the Americas: Restoring the links*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2005.

O livro *Slavery and African Ethnicities in the América: Restoring the links*, sem tradução até o momento, deve ser considerado fundamental para quem deseja estudar a escravidão africana nas Américas bem como os diversos grupos étnicos africanos que vieram para o Novo Mundo e os que permaneceram na África, no contexto da escravidão moderna. Apesar de ser uma obra de síntese e que, por isso, não chega a dar elementos mais concretos sobre como restabelecer as conexões entre as etnias, ela aponta um caminho metodológico e levanta hipóteses que podem render bons frutos em pesquisas mais verticalizadas. Para Gwendolyn Midlo Hall, o cruzamento de fontes seriais/quantitativas sobre o tráfico atlântico de escravos com alguns documentos mais específicos – observados os devidos cuidados metodológicos – pode possibilitar um avanço significativo na compreensão acerca da escravidão nas Américas, da História da África e das diversas conexões estabelecidas entre estes temas no debate historiográfico.

* Mestre em História pela UFMG - Doutorando em Educação de UFMG - Telefones: (31) 3441-9539 ou (31) 8613-9787 - Rua.: Nilza Brito, n. 50, ap101 bl 8, Bairro Vitória, Belo Horizonte/ MG. - CEP: 31970-752 - Email: fabriciovinhas@gmail.com

Para apresentar sua tese, a autora divide seu livro em duas partes: na primeira traça seus principais argumentos; e, na segunda, aponta algumas conexões entre as quatro principais regiões fornecedoras de escravos para as Américas. Então, para essa resenha, busca-se apresentar resumidamente os principais argumentos da autora para posteriormente estabelecer um balanço mais geral sobre o livro e sobre as implicações dele para a produção historiográfica contemporânea sobre essas temáticas.

Na primeira parte, Hall inicialmente apresenta um resumo da história da escravidão na África, argumentando mais que o racismo foi fruto da escravidão do que a escravidão gerou o racismo. Mas para isso, a autora busca matizar a escravidão, buscando suas diferenças ao longo dos tempos e dos espaços nos quais existiu. Hall aponta que apesar da escravidão existir antes do período moderno, ela era bastante diferente em cada um dos locais nos quais se fez presente. Sua intenção ao se referir a estas diferenças, é rebater o argumento de pesquisadores que defendem que a escravidão foi apenas uma instituição importada da África junto com os seus povos, ou seja, para a historiadora, os europeus não só se aproveitaram desta instituição como a incentivaram e a mudaram completamente. Nesse sentido, os europeus têm a principal responsabilidade sobre a exploração dos povos africanos na América, pois transformaram a escravidão em um grande comércio que se utilizava de produtos extremamente destruidores (armas, tabaco e bebidas) para tornar os africanos extremamente dependentes dessas trocas. Além disso, a autora aponta a necessidade de estudar a escravidão, buscando compreender a acumulação de riqueza não só na Inglaterra, mas também em outros países europeus e também americanos, talvez retomando a tese de Eric Williams¹.

Em seguida, a autora problematiza duas visões sobre os africanos nas Américas e na África, surgidas no século XX. A pri-

¹ WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro, Americana, 1975.

meira busca um passado mitológico de uma origem pan-africana nas Américas, ideia que segundo Hall realmente não existiu. A segunda visão é baseada em uma escola acadêmica muito respeitada (a antropologia cultural, que tem entre os seus representantes pesquisadores do calibre de Franz Boas, Fernando Ortiz, os irmãos Frances e Melville Herskovits e, posteriormente, Roger Bastide), mas que, para a autora, carrega uma problema metodológico, pois parte de um pressuposto teórico de acordo com o qual as culturas são imutáveis e, talvez por isso, insistem em conectar práticas contemporâneas africanas com as práticas vividas pelos afro-americanos hoje em dia, sem compreender que elas mudaram muito no trânsito entre as duas margens do Atlântico. A partir da problematização destas duas visões, a autora estabelece uma metodologia para tornar visíveis as etnias dos africanos que chegaram às Américas. Tal metodologia passa pelo cruzamento dos dados fornecidos pelo tráfico atlântico, mas que tem que ir além, buscando compreender a redistribuição desses escravos recém-chegados. Dessa forma, com a melhora desses dados, a proposta metodológica da autora não está em buscar mais informações sobre os escravos na África, mas sim nas Américas, através de documentos numerosos que apontam a auto-identificação dos africanos. Assim, será possível compreender como esses grupos eram reunidos a partir da similitude de suas línguas/costumes, para facilitar o seu controle por parte dos senhores.

Ao final da primeira parte, Hall apresenta argumentos para corroborar a tese central do livro: a necessidade que os proprietários na América tinham de adquirir escravos, tanto quanto possível, de um mesmo grupo étnico ou falante de línguas mutuamente inteligíveis. Segundo a autora apesar dos recém chegados serem deliberadamente fragmentados em alguns lugares, a tendência era agrupá-los pelos seguintes motivos: 1) viagens mais rápidas e lucratividade com menos morte dos escravos; 2) integração gradual de outras partes da costa africana e concentração do comércio de escravos em algumas partes, assim primeiro existia o comércio de escravos ladinos oriundos da

Senegâmbia, depois África Central Ocidental entra no comércio e, por fim, a Guiné ou África Ocidental e a quase insignificância de outras partes da África; 3) padrões de ventos, estações e distâncias para as viagens facilitando o contato de certas áreas africanas com certas áreas na América; 4) redes tradicionais de comércio preferência por etnias/grupos com maior aptidão em alguns ofícios/perícias ou mitos sobre a facilidade de determinados escravos africanos para algumas tarefas, por isso os minas como mineiros, os angolas como agricultores, os madagascar como plantadores de arroz; 5) preferência por recém chegados da África e que não foram utilizados em outros locais.

Na segunda parte, a autora utilizará suas considerações teórico-metodológicas para verticalizar o estudo sobre quatro partes da África que mais forneceram escravos para a América. Sendo assim, Hall inicia a análise buscando quebrar a tese, já tradicional, de que os escravos vindos da grande Senegâmbia tiveram pouco impacto sobre a escravidão americana. Para isso, ela argumenta que estes escravos foram os primeiros a manter contato com os europeus e por isso foram os primeiros a serem levados para a Europa, especialmente Península Ibérica. Lá aprenderam os idiomas locais, converteram-se ao cristianismo e depois foram reexportados para a América como escravos Ladinos, em uma referência aos escravos que já sabiam as línguas e a religião de seus proprietários. Desse modo, Hall afirma que tais cativos foram os primeiros a chegarem às terras americanas. Porém, por não serem suficientes para substituir os nativos quando eles não se adaptavam ao trabalho e por auxiliarem os indígenas (Arauk) em suas revoltas foram sendo deixados de lado. No entanto, existem indícios de que por causa das facilidades de navegação (regime de ventos) da Senegâmbia para algumas partes da América (Estado do Grão-Pará e Caribe) houve uma presença significativa desses escravos no Novo Mundo. Some-se que no baixo Peru, através de Cartagena de Índias, a importação de escravos para aquela região foi incentivada, pois se cobrava apenas um quarto do seu valor em impostos, enquanto

para as outras etnias a taxa era de um terço, fato que indicaria uma preferência por tal grupo. No entanto, esses escravos mais uma vez foram deixados de lado por conta de seu espírito de revolta, já que sua região de origem era profundamente islamizada.

Em seguida, a autora analisa a baixa Guiné, enfatizando, inicialmente, a ambiguidade que sempre esteve presente nesta nomenclatura, utilizada para identificar uma região que, no limite, iria do Rio Senegal até o Rio Orange. Além, é claro, das inúmeras subdivisões que compõem essa enorme costa. Por causa disso, seria muito difícil ligar uma etnia em específico com um agrupamento desses escravos na América. No entanto, é possível agrupá-los em solo americano devido à língua geral da Mina, criada a partir de um universo de mesclas culturais e também através da já documentada e estudada presença da língua Mina-Jeje. Conclusão semelhante a de Mariza de Carvalho Soares em sua tese². Segundo Hall, esse grupo foi muito influente na América devido à sua tradição de fugas, quilombos, revoltas e conspirações e, também, pelo mito da maior disposição para trabalhar com ouro e outros metais.

Mais adiante, a autora discute a influência dos escravos embarcados na região da Baía de Biafra. Para Hall, apesar da região ser considerada, para todos efeitos, uma parte da baixa Guiné, ou seja, terras que estão a leste do delta do Níger e ao norte dos Camarões, alguns dos escravos ali embarcados têm características culturais muito específicas, o que justificaria sua análise em separado. Apesar desse tráfico nunca ter sido majoritário, a característica de apresentar uma razão de sexo mais equilibrada, quando não favorecendo as mulheres, indicaria algumas pistas a seguir. Entre as etnias embarcadas nestes portos, os Igbos sempre tiveram maior proporção de mulheres em comparação às outras etnias envolvidas no tráfico. Apesar das

² SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

polêmicas sobre a existência desse grupo enquanto unidade cultural, muitos deles se auto-identificaram em processos localizados por Hall na Louisiana. Mas a justificativa para a maior presença de mulheres Igbo é justamente a menor tendência desse grupo se fechar, ou seja, as Igbo tinham maior tendência a se relacionarem e a terem filhos com indivíduos de outras etnias.

Ao final na segunda parte, Hall analisa os escravos que embarcaram na costa da África central ocidental e em Moçambique, pois este grande grupo foi de longe o mais exportado para as Américas, representando algo entre 40% e 45% das peças. Isso porque, para autora, aquela foi a região que mais recebeu influência dos europeus e onde até criaram o comércio de escravos. Tais fatos, em partes, são explicados por causa da existência do Reino do Congo, já muito cedo cristianizado, e pelo estabelecimento de europeus, de “lançados” e de oriundos de São Tomé no interior do continente africano. Não se deve diminuir a importância da diplomacia, uma vez que o Rei do Congo era aliado de Portugal, das disputas entre potências europeias para controle da região – como os embates entre holandeses e portugueses, ao longo do século XVII – e, por último, da forte presença brasileira após a retomada de Luanda, em 1648. Tudo sempre regado pelo comércio mais destrutivo, ao qual a autora já havia se referido, marcado pelo uso de armas nas trocas, principalmente com os holandeses e depois com os ingleses, pelo tabaco e pela aguardente do Brasil. Devido à influência europeia na região, de boas rotas de navegação e com isso barateamento dos custos do escravo, uma facilidade na compreensão das línguas, que apesar de serem diferentes eram relativamente fáceis de serem aprendidas pelos diversos grupos, proximidades de sua religião/cosmovisão possibilitou um agrupamento desses indivíduos em diversas partes das Américas.

De modo geral, o que Gwendolyn Midlo Hall pretendia com esse livro era construir um método para entender processos de formação das culturas na América, levando em considerações africanos.

Indo, dessa forma, além de visões simplistas sobre as identidades dos ancestrais africanos. Além disso, para a historiadora seria importante observar a riqueza e a complexidade das migrações e da vida durante o período que analisou, mantendo o cuidado de evitar a transferência algumas conclusões de um período para os outros. Desviar-se de generalizações e manter sempre a idéia de mudança no horizonte é fundamental. Portanto, a criouliização ou a mestiçagem foram processos que envolveram toda a população das Américas, e muitas vezes com elementos específicos de algumas culturas africanas.

Ao finalizar este texto, deve-se fazer um convite a leitura do livro de Gwendolyn Midlo Hall, por ser um texto fundamental para quem pesquisa a escravidão e o tráfico negreiro, assim como a história e as culturas africanas e americanas. No entanto, este livro é apenas um ponto de partida para uma renovação metodológica que visa compreender a contribuição dos africanos para a formação do América. Isto porque, a proposta da autora vai além de compreensão genérica sobre a música, a arte, os valores estéticos, a cosmovisão ou a religiosidade que os africanos trouxeram para as Américas. Hall afirma, brilhantemente, que é possível ir além, quando compreende-se que as culturas estão sempre em movimento. Portanto, seria possível nuançar a influência de alguns grupos africanos para alguns períodos e regiões das Américas. Isto é, a partir da compreensão das ondas africanas de determinada origem é plausível chegar a indícios muito específicos sobre os papéis exercidos por determinados grupos de escravos africanos na conformação cultural de diversos espaços e contextos americanos.

Recebido em 14 de abril de 2014

Aprovado em 29 de setembro de 2015

DOIS EM UMA CARNE: IGREJA E SEXUALIDADE NA HISTÓRIA

Two in a flesh: Church and sexuality in the history

Fábio Augusto Scarpim*

PELAJA, Margherita; SCARAFFIA, Lucetta. *Due in una carne: Chiesa e sessualità nella storia*. Bari: Editora Laterza, 2014. 322p.

O livro que se apresenta é resultado do trabalho de duas historiadoras com posicionamentos ideológicos distintos, mas que juntas se propõe a interrogar, verificar e reexaminar estereótipos enraizados na cultura ocidental, como aquele que atribui ao cristianismo primeiro, e depois a Igreja Católica, uma substancial sexofobia. Com um trabalho de pesquisa minucioso, as autoras propõem uma via de explicação que escapa as análises superficiais de um tema tão delicado e controverso como a relação entre Igreja e sexualidade.

O tema da sexualidade é um nodo central na história da Igreja, tanto que os debates a seu respeito renderam intensos e acalorados debates nos mais importantes sínodos e concílios do catolicismo, desde os primeiros séculos até o Vaticano II. Extrapolando, no momento atual novamente o tema volta à tona por conta da realização do Sínodo da Família, iniciado em outubro de 2014 e a ser concluído ao final de 2015. O pensamento moderno secularizado relegou a sexualidade a uma questão do indivíduo enquanto o pensamento católico tenta recuperar uma dimensão espiritual cunhada no início do cristianismo.

Margherita Pelaja é laica. Uma historiadora com militância no feminismo e dedicada ao estudo da história das mulheres. Junto

* Doutorando em História pelo PPGHIS-UFPR.

a outras estudiosas é fundadora da Revista *Memoria*, um importante periódico dos estudos de gênero na Itália. Tem se dedicado principalmente ao estudo da interação das mulheres e da família com os aparatos judiciais entre os séculos XVIII e XX. Já Lucetta Scaraffia é professora de História Contemporânea na Universidade de Roma *La Sapienza* e membro do Comitê Nacional de Bioética. Possui uma longa trajetória como historiadora das mulheres e do feminismo. Nos últimos vinte anos, se sentindo apaixonadamente católica, têm dedicado suas pesquisas sobre a relação entre as mulheres e a vida religiosa. As trajetórias e os posicionamentos das duas historiadoras, embora diversos, não impediram de produzir um trabalho estimulante e fecundo. A perspectiva mais social de Pelaja, e a visão cultural e teórica de Scaraffia tornam a obra uma instigante reconstrução do discurso católico sobre a sexualidade.

O livro tem como objetivo reconstruir o discurso e a política da Igreja Católica sobre a sexualidade partindo dos primeiros escritos do cristianismo até a publicação da Carta Encíclica *Humanae Vitae* pelo papa Paulo VI em 1968. Dessa maneira, oferecem uma contribuição inédita à historiografia sobre tal tema, pois, diferentemente de outros trabalhos que privilegiaram períodos e aspectos específicos da sexualidade (contracepção, masturbação, entre outros) as autoras fazem um sobrevôo em praticamente vinte séculos de história focando na relação entre norma e transgressão, bem como sua reverberação na arte, nos símbolos e no imaginário.

As autoras se posicionam de maneira crítica as visões correntes que atribuem à Igreja Católica uma atitude repressiva constante e generalizada sobre o sexo. O lugar comum é sólido: para o católico o prazer é culpa e o sexo é pecado. Deve ser praticado com parcimônia, no matrimônio com fins voltados exclusivamente à procriação. Entretanto, essa visão extremamente pessimista e negativa da sexualidade não é homogênea ao longo da história e nem corresponde aos significados atribuídos pelo cristianismo na sua origem.

Do ponto de vista teológico o cristianismo colocou o sexo sobre um plano completamente novo, muito diferente do aspecto lúdico atribuído pelos gregos e romanos. Nessa direção, ligação sexual entre um homem e uma mulher derivaria da encarnação, a metáfora do vínculo entre a alma e Deus, da união entre Cristo e a Igreja, a antecipação do prazer do amor que se viverá no paraíso. O cristianismo vem dar um significado espiritual ao ato sexual carregando de uma importância e de uma luz que o absolveria da suspeita e do desprezo dado, por exemplo, pelos estoicos. Se esta ligação é permeada de significados espirituais, símbolo da unidade indissolúvel entre a alma e o corpo, a metáfora da união entre Cristo e a Igreja como salientou o apóstolo Paulo, deveria ser objeto de atenção e regulamentada com severidade. Assim, o governo da sexualidade não diria respeito apenas ao governo do corpo, mas também da alma. Tal premissa constitui um importante fio condutor utilizado pelas autoras para pensar os posicionamentos e atitudes da Igreja em relação à sexualidade.

O livro é dividido em seis partes. Embora a organização seja cronológica a obra não apresenta uma visão necessariamente linear do desenvolvimento do discurso católico, mas registra avanços, saltos e recuos na cronologia. O texto é construído a partir de uma rica variedade de fontes tais como: textos literários, filosóficos, jurídicos e religiosos, documentos judiciais, iconografia, bem como uma vasta revisão bibliográfica especializada. Do ponto de vista conceitual é importante destacar que as autoras trabalham com as definições do pensamento católico em relação aos atos conjugais e não conjugais (entre a norma e a sua transgressão) que contemplam uma dimensão ampla da sexualidade. Já do ponto de vista metodológico, que contribuiu sobremaneira para a organização da estrutura do livro, valorizam uma perspectiva histórico-teológica. Procuram compreender como e de que modo todo o arsenal discursivo criado pelo cristianismo e depois pela Igreja (as Sagradas Escrituras, os tratados, as obras de formação do clero e dos fieis, a iconografia) encontrava aplicação prática no governo das almas.

O primeiro capítulo intitulado: *O corpo, as pulsões* têm como ponto de partida a visão paulina sobre o sexo passando pelos escritos mais importantes do cristianismo como Graciano, Tertuliano, Jerônimo, Agostinho até as discussões sobre casamento e celibato empreendidas durante a Reforma Gregoriana dos séculos XI e XII. Nesse capítulo as autoras destacam a profunda mudança feita pelo cristianismo ao retirar o sexo da esfera natural, atribuída pelos gregos e romanos, para inserir na esfera cultural dando um lugar preciso na história da salvação. Sendo assim, o cristianismo se afirmou como religião que valorizou o casamento e a castidade como vias espirituais (p.4-5) introduzindo uma possibilidade de escolha: casamento ou castidade perpétua, situação não encontrada, por exemplo, no mundo romano.

No que toca ao matrimônio uma das maiores alterações atribuídas ao cristianismo refere-se à questão da indissolubilidade. Ao declarar o vínculo matrimonial indissolúvel, uma vez que este não poderia ser desfeito por motivo de esterilidade como comumente acontecia no mundo romano, à religião cristã passaria a conceber a ligação entre os esposos como uma ligação de amor (p.15). Do ponto de vista teológico, a indissolubilidade do vínculo matrimonial nasceria da participação terrestre em um mistério divino de amor indissolúvel, aquele entre Cristo e a Igreja, representado segundo Agostinho, da transformação da água em vinho nas Bodas de Canaã (p.18). Dessa maneira algo que foi instituído por Deus não poderia ser desfeito pelos homens diante de qualquer motivo. Essa assertiva, em consonância com a perspectiva assumida por outros autores como Jack Goody na sua obra, *Família e casamento na Europa*, seria um dos primeiros argumentos trabalhados pela Igreja Católica para trazer o matrimônio para seu controle já que até então este competia ao Estado e as linhagens.

Outra inovação do cristianismo em matéria de sexualidade se relaciona com a possibilidade da castidade perpétua. As autoras

destacam que tal caminho oferecia, especialmente às mulheres, uma possibilidade não existente até então. Os autores da Patrística, ao realçar a castidade como via de ascensão espiritual e como estágio superior ao casamento, teriam atraído grande número tanto de homens como de mulheres. No caso delas, oferecia como atrativo a possibilidade de escapar de maridos indesejáveis, da morte prematura no parto, bem como poderia significar a anulação da diferença biológica que lhe renderia igualdade aos homens. Já no que diz respeito ao celibato masculino, especialmente dos padres, a valorização da castidade precedeu em muito tempo a imposição da Igreja que viria acontecer com a Reforma Gregoriana. Essa constatação abre um precedente muito instigante para uma discussão ainda hoje presente no mundo católico: o celibato do clero seria originário de uma escolha individual e não uma imposição da Igreja por conta de um suposto ódio ao sexo.

No segundo capítulo *Eros e santidade* as autoras dão prosseguimento a discussão dos temas relativos à castidade e a sexualidade conjugal e sua transposição no universo dos signos, mitos e imagens sacras. Assim, reiteram como a cultura cristã usou por séculos símbolos e imaginários, muitos deles povoados de referências sexuais, para tratar da ligação entre a alma e Deus. Particularmente merece relevo a presença da literatura do *Cântico dos Cânticos*, texto bíblico permeado por referências de amor, bastante difundido nos meios intelectuais cristãos e que teria inspirado a arte e a literatura medieval. Muitas das referências amorosas que permeavam o universo sacro foram censuradas no contexto das Reformas, especialmente por conta de um surto de moralismo, emanado sobretudo dos meios protestantes que consideravam a Igreja Católica “permissiva” em determinados aspectos relativos à moral.

Em relação ao tema da castidade no universo sacro as autoras dão relevo a importância do culto mariano e a complexa identidade da virgem-mãe carregada de simbolismos, do qual é necessário exa-

minar com atenção para compreender o estatuto da sexualidade na tradição cristã (p.62). Problematicam a ideia de que a virgindade de Maria ocuparia lugar central na construção da teologia cristã como argumento central para sublinhar a natureza humana e divina de Cristo, bem como para compreender o modelo assexuado de santidade. Por outro lado, destacam a desvalorização da figura de José até praticamente o fim do período medieval. Teria sido o século XVI, com o Concílio de Trento, a promover a Sagrada Família como modelo a ser imitado e, consequentemente, a difusão do culto a São José. Tal ação que glorificou personagens castos como exemplos à serem imitados, conjuntamente a adoção de códigos morais mais rígidos teriam contribuído para a desvalorização da sexualidade conjugal.

No mundo medieval referências ao corpo e ao sexo não só estiveram no centro dos debates teológicos como, por exemplo, a ampla e imensa discussão dos dias proibidos para a prática sexual, mas povoaram a arte, os textos literários, e atingiram até mesmo o universo das relíquias, à exemplo do prepúcio de Jesus conservado na Igreja de São João em Latrão (p.99).

No capítulo seguinte intitulado *O controle e a norma* as autoras retomam a discussão sobre o casamento, bem como o lugar do sexo no seu interior. A discussão do casamento, sobretudo deste como sacramento foi objeto de intensos e acalorados debates desde a Antiguidade Tardia. Porém, foi durante a Reforma Gregoriana que as discussões se intensificaram. Teria sido nesse momento que a Igreja vem consolidar seu poder em um domínio que até então vinha sendo praticado como ato privado, a luz das tradições romanas e germânicas. Os usos consuetudinários advindos dos costumes germânicos que previam o divórcio, o concubinato e o rapto bem como as uniões consanguíneas foram alvos de intensos ataques por parte dos teólogos que cada vez mais propuseram o aspecto voluntário do matrimônio, numa tentativa de sobrepor o poder clerical ao controle das famílias e de eliminar as uniões entre parentes. Da mesma forma, acabar

com a desordem produzida pelas uniões movidas por interesses. A castidade também teria sido um aspecto no qual a Igreja Católica teria valorizado o consenso.

O Concílio de Trento vem reforçar o casamento como sacramento, bem como a superioridade do estado de castidade e virgindade. Mas, a reforma mais significativa de Trento, que reforçou os domínios da Instituição Católica nesse tema, refere-se ao caráter público da cerimônia do casamento. Este deveria ser celebrado *in facie Ecclesiae* na presença de um padre e de testemunhas e nem a coabitação nem a consumação deveriam vir antes da benção do padre. Tal decreto contribuiria para reiterar a atribuição exclusiva da Igreja na realização tanto da cerimônia nupcial como da normatização da sexualidade matrimonial.

A teologia moral que se desenvolveu no contexto das Reformas Religiosas teria contribuído de maneira significativa para um processo de disciplinamento da moral sexual com a interiorização de normas e preceitos de culpa e de responsabilidade, do lícito e não lícito. Nesse processo de consolidação de uma consciência íntima, a ascensão da confissão auricular teve papel fundamental. Era através da confissão que o processo de culpa poderia ser redimido por meio de uma doutrina da penitência (p.126).

O período moderno teria sido marcado pela formatação de um discurso bastante rígido no que toca a sexualidade suplantando uma relativa tolerância até então existente, bem como a presença de figuras, símbolos e imaginários com conotações sexuais no universo sacro.

Segundo as autoras o autocontrole seria um termo que definiria bem o homem moderno. As normas morais descritas por Norbert Elias como elementos importantes do processo civilizador, teriam sido gestados no interior do cristianismo, do qual já as ordens monásticas teriam tido papel muito importante ao impôr uma batalha contra a carne e as suas pulsões. A elaboração de uma tratadística do

pecado, da culpa, das fraquezas do corpo, relacionadas aos domínios da sexualidade, bem como sua remissão por meio de uma pedagogia do perdão, na qual a confissão ocupou lugar especial, teria contribuído para um maior controle da Igreja sobre seus fiéis e da interiorização de normas e preceitos a partir daquele momento.

O quarto capítulo intitulado *O disciplinamento impossível* é dedicado às preocupações da Igreja Católica em relação à sexualidade não conjugal e não reprodutiva. Assim perpassam os escritos católicos no que toca aos chamados “desvios sexuais”. Se até então, as autoras haviam focado na questão da homossexualidade, ou seja, especialmente no lugar do sexo no interior do casamento, nessa parte há espaço para a discussão da sexualidade não conjugal. Destacam que, apesar da reprovação católica do sexo fora do matrimônio, existia uma vasta zona de tolerância em relação a sodomia, por exemplo, ou ao sexo homossexual. Tal constatação é feita com base em dados numéricos e estudos específicos de outros autores que demonstram que as condenações teriam sido pequenas se comparadas à sua real prática. Também chamam atenção para o cuidado que deve ser tomado em relação ao uso do termo homossexual. Seria particularmente difícil propor uma história de longo período da homossexualidade porque na elaboração jurídica e teológica inexistia a figura do homossexual. Embora trate-se de uma sociedade marcadamente cristã, no Ocidente medieval, a convivência com certas práticas sexuais (iniciáticas muitas vezes), apesar de condenadas, não colocava grandes desafios as identidades sexuais socialmente reconhecidas (p.169-170).

Na visão das autoras, à condenação aos atos não conjugais como a masturbação, a sodomia, o bestialismo, o adultério e os modos considerados “inadequados” de copular ocuparam o cerne das preocupações dos teólogos porque representariam muito mais que fraquezas morais, ausência de controle ou pecado, mas porque dessacralizariam o sexo. Não foi a toa que tratadistas católicos elaboraram uma complicada arquitetura de direitos e deveres em torno da ideia

do débito conjugal, cuja ideia inicial remonta a Paulo o apóstolo, bem como a necessidade das plenas faculdades sexuais para a realização de um casamento. A não consumação de um matrimônio por conta da impotência de um dos cônjuges, desde que comprovada, garantiria a anulação de um casamento e a possibilidade de novas núpcias, uma das poucas ocasiões em que uma união matrimonial poderia ser desfeita. Assim, o sexo ocuparia lugar primordial no casamento por se tratar de um aspecto da revelação do amor divino.

O quinto capítulo *O fim do monopólio* se debruça sobre as transformações pela qual a sociedade ocidental passou a partir do século XVIII, bem como as mudanças que se delinearam em relação ao casamento e ao sexo. A partir do século XIX o discurso sobre a sexualidade cada vez mais passou às competências científicas (médicas, biológicas, antropológicas, psicanalíticas) que negaram à Igreja o direito de impor normas sobre a sexualidade, esvaziando o significado espiritual do sexo. Os tratados morais foram substituídos pela literatura científica e as competências em relação ao matrimônio deixaram de pertencer à alçada da Igreja para passar as mãos do Estado. A introdução do casamento civil e do divórcio seriam exemplos desse processo. Uma nova sensibilidade teria se desenvolvido em relação ao casamento, ao sexo e ao amor reduzindo a ideia de união espiritual, bem a jurisdição da Igreja nesse assunto.

Os estudos científicos passaram a ganhar espaço a partir do século XVIII e coube à ciência desvendar os aspectos fisiológicos e morfológicos do corpo. Assim criou métodos e categorias não só para diferenciar machos e fêmeas, mas para definir comportamentos, bem como os limites entre normalidade e anormalidade (p.221). A natureza não seria mais vista como um dom de Deus, mas como resultado de um processo contínuo de evolução. Natureza essa que precisaria ser conhecida para afastar/segregar aquilo que era considerado incurável. Com o desenvolvimento dos saberes científicos, a cura teria substituído a redenção e a Igreja Católica

viu progressivamente se esgotar um instrumento que havia sido decisivo no domínio das consciências.

A sexualidade passou a ser concebida como algo de interesse público, com a ingerência cada vez maior do Estado. Nessa perspectiva a masturbação e a homossexualidade passaram a ser encaradas como doenças, necessitando o seu estudo científico para alcançar formas de cura. Na mesma direção, o sexo mercenário passou a ser combatido como forma de sanear a sociedade.

O período foi também marcado por mudanças estruturais da população. A revolução demográfica do século XIX e início do século XX também veio acompanhada de uma revolução ideológica e cultural. Os progressos tecnológicos possibilitariam a escolha do momento adequado para procriar, bem como o número de filhos desejados. A difusão dos métodos anticoncepcionais, o crescimento de movimentos anticlericais, de propaganda do ateísmo, do livre pensamento e do evolucionismo que sustentavam a necessidade de uma seleção eugênica para a evolução da espécie humana teria obrigado a hierarquia eclesiástica a construir e afinar novos instrumentos para gestar com eficácia os comportamentos sexuais de seus fieis (p.231-233). Tais instrumentos são objeto do último capítulo.

No sexto e último capítulo *Competições e Conflitos* as autoras discutem as respostas dadas pela Igreja Católica frente à propaganda neomalthusiana e as proposições eugênicas das primeiras décadas do século XX que valorizaram uma moral calcada no indivíduo como condição para alcançar a felicidade humana. Em uma sociedade já imersa em valores liberais e democráticos, que não precisava mais procriar um alto número de filhos para garantir a sobrevivência da família e do grupo social abria-se a possibilidade de mudar as regras sociais dos comportamentos sexuais impostos pela moral cristã, bem como dissociar procriação de sexualidade e procriação de matrimônio (p.239). Tais mudanças teriam abertos problemas até então não enfrentados pela Igreja.

O processo de secularização não teria colocado em xeque apenas a moral sexual cristã, mas também a legitimidade da Igreja Católica em falar de sexo. O advento do discurso psicanalítico, bem como o ataque dos anticlericais à confissão, teria contribuído de forma substancial para minar o seu poder em matéria de sexualidade. Como consequência, os confessionários foram sendo substituídos progressivamente pelo divã do psicanalista.

As novas descobertas científicas e as diversas críticas que a Igreja vinha sofrendo por todos os lados não teriam provocado uma alteração imediata da concepção católica de sexualidade. Ao contrário a Igreja reforçou sua posição tradicional que pode ser verificada, por exemplo, no Código de Direito Canônico de 1917 do papa Bento XV, cujo artigo 1013 confirmou como finalidade principal do matrimônio a procriação e a educação dos filhos. Da mesma forma, as proposições neomalthusianas de controle de natalidade foram rebatidas, tanto que em 1930 o papa Pio XI na encíclica *Casti Conubii* confirmou a condenação a qualquer forma de intervenção humana na natalidade que se oponha a lei natural. Ademais, manteve sua posição tradicional ao recorrer principalmente a Agostinho e sua visão pessimista da sexualidade (p.255-260).

A descoberta da pílula anticoncepcional teria aberto um novo capítulo para a prática da sexualidade colocando problemas inéditos à Igreja Católica. Às mulheres não só poderiam escolher o momento desejado para serem mães, mas também tornou possível separar sexualidade, do amor e da família como havia sido sempre possível somente aos homens (p.261-263). Algumas mudanças foram sinalizadas quando da publicação da *Gaudium et Spes* por João XXIII que rompeu com a teoria do casamento como remédio para a concupiscência e se esforçou para restituir o valor da vida sexual dos esposos e o diálogo entre os corpos. Entretanto, a vitória da ala minoritária e conservadora do corpo eclesiástico, manteve o posicionamento tradicional que foi referendada com a encíclica de

Paulo VI *Humanae Vitae* de 1968 que confirmou com substância e sem ambiguidades os ensinamentos tradicionais da Igreja Católica.

Ao examinar o desenvolvimento do discurso sobre sexualidade na cultura cristã as autoras destacam as contradições e a posição ambígua da Igreja Católica no decorrer dos séculos. Apresentam uma perspectiva nova de análise procurando compreender o lugar do sexo na cultura cristã, escapando as análises superficiais e estereotipadas que enxergam no discurso católico a sexofobia. Entendem que o lugar comum que vincula um suposto ódio da Igreja em relação ao sexo é resultado de incompreensões históricas, em geral forjadas pelos inúmeros críticos da Instituição.

Ao atribuir um sentido espiritual ao ato sexual o cristianismo teria se diferenciado das demais religiões monoteístas. Assim, o argumento teológico da Encarnação, bem como a ideia do corpo como templo do Espírito Santo teria valorizado o sexo. Se este é algo sagrado, deveria ser regulamentando e praticado somente dentro das premissas de uma sexualidade conjugal. Este lugar sagrado e seus importantes significados simbólicos e espirituais poderiam ser verificados na maneira como a cultura cristã representou os elementos sexuais em seus vários aspectos – artístico, litúrgico, místico, teológico – ao menos até o século XVI. A Igreja sempre privilegiou a possibilidade de escolha – entre vida religiosa e vida espiritual – como uma via individual para atingir Deus. Assim as autoras lançam a tese de que a concepção cristã-católica, no que toca ao universo espiritual, sempre pressupôs igualdade entre homens e mulheres. Da mesma forma, o foco de preocupações da Igreja em relação ao sexo na maioria das vezes recaiu sobre os homens, e não as mulheres, considerados mais propensos à tentação. Basta analisar as reflexões em torno dos pecados do sexo, que vão da masturbação a sodomia, que tem como centro de discussões muito mais o universo masculino.

Teria sido o período moderno marcado pela difusão da palavra escrita ocupando lugares da imagem e do ritual, assim como a supre-

macia do direito canônico sobre as questões sexuais e a afirmação da confissão como instrumento de controle da sexualidade, a marcar uma viragem nas maneiras de conceber o sexo. Culpa, autocontrole, perdão, pecado, penitência são ideias que teriam passado a permear o universo católico com mais força. Com o desenvolvimento da ciência médica e o triunfo do individualismo cresceu a oposição entre o governo da sexualidade por parte da religião e a satisfação dos desejos hedonistas pregado pelas ideologias modernas. A visão católica construída ao longo de séculos que inseriu os comportamentos sexuais no interior do caminho pessoal de santificação, criado para organizar um sistema moral, foi perdendo espaço principalmente no correr do século XX. A posição da Igreja, em especial das últimas décadas, de tentar resgatar os significados espirituais da sexualidade tem encontrado obstáculos em uma sociedade secularizada que cada vez mais entende que os comportamentos sexuais sejam da alçada do indivíduo. Finalizam as autoras, talvez seja o momento de pensá-lo também como questão do coletivo.

A associação de uma abordagem histórico-teológica do tema da sexualidade traz uma contribuição inédita à historiografia dos estudos de história do cristianismo. Fica o convite para a leitura de uma obra instigante que em muito contribui para iluminar aspectos das relações tão controversas entre Igreja e sexualidade.

Recebido em 17 de novembro de 2014

Aprovado em 27 de outubro de 2015



A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), abrindo um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do *Open Journal System*, software livre e com protocolo internacional que permite a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema já estão cadastradas 42 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS**, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO** do processo de **AValiação** por parte dos consultores até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

O trabalho de editoração de algumas revistas (*Boletim Paranaense de Geociências, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Educar em Revista, Extensão em Foco, História: Questões & Debates, Revista de Economia e Revista Letras*) é supervisionado pela **EDITORA**

UFPR, que conta com corpo editorial especializado que se ocupa da revisão final dos volumes de seus respectivos periódicos, dentro dos padrões estabelecidos pela Editora. Findo o processo de editoração, uma cópia (pdf) dos artigos é disponibilizada em meio digital, dentro do Sistema SER, enquanto outra segue para impressão nas gráficas determinadas para cada publicação.

Para submeter um trabalho pela primeira vez será, antes, necessário entrar em **CADASTRO**. Uma vez cadastrado, abre-se uma caixa de diálogo indicando os passos a serem seguidos para o processo de submissão do artigo. Desejando apenas consultar trabalhos já publicados, basta acessar **ARQUIVOS** e obter o artigo desejado.

O **SER** oferece ainda o **Public Knowledge Project**, poderosa ferramenta de pesquisa, com acessibilidade global. Para fazer a busca por um tema de seu interesse utilizando essa ferramenta basta clicar em PKP e, em seguida, digitar uma palavra-chave na caixa de diálogo. Com isso você acessará artigos sobre o tema de seu interesse publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)

Rua Dr. Faivre, 405, Ed. D. Pedro II, 1º andar, Centro

80060-140 – Curitiba – Paraná – Brasil

Tel.: (41) 3360-5405/ Fax: (41) 3360-5113

prppg@ufpr.br

ser@ufpr.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação voltada para a História como conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui. É organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins, e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições comentadas de fontes.

Todos os trabalhos submetidos são encaminhados a dois avaliadores *ad hoc*; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é encaminhado a um terceiro avaliador. Os editores, com a aprovação do Conselho Editorial da Revista, reservam-se o direito de convidar autores ou de traduzir artigos considerados relevantes.

1. Para submeter um trabalho ao Conselho Editorial da Revista, deverá fazê-lo por intermédio do Sistema Eletrônico de Revistas da UFPR (SER). Caso ainda não esteja cadastrado, precisará criar login e senha de usuário. Acesse a página da Revista (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/index>) e clique em “ACESSO”, na barra de menu superior. Uma nova página será aberta, na qual está localizado um *link* para cadastrar-se. Preencha os campos conforme solicitado e clique em “CADASTRAR”. Em seguida, receberá no e-mail informado uma mensagem com uma senha de acesso (que poderá ser alterada). Para o envio do artigo, ingresse como AUTOR e obterá todas as informações necessárias.

2. Os trabalhos não devem ser identificados: nome do autor, titulação, filiação institucional e endereço são inseridos diretamente no sistema.
3. Formato e extensão: os textos devem ser apresentados em “DOC”, ou formato compatível; os artigos devem ter entre 15 e 20 páginas (formato A4, com margens iguais a 2 cm) e as resenhas, entre 3 e 5 páginas.
4. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1,5. As citações no texto devem estar entre aspas e as maiores que 3 (três) linhas devem ser destacadas em bloco, sem aspas, com recuo à esquerda de 2 cm, fonte *Times New Roman*, tamanho 10, com entrelinhas 1.
5. Resumo e palavras-chave: na página inicial, os artigos também devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (*Abstract*) e de três palavras-chave, com tradução para o inglês (*keywords*). Abaixo do título original, apresentar sua versão em inglês.
6. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé inicial, identificada por asterisco (*).
7. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor, cópia do original e referência bibliográfica completa (anexe os documentos por intermédio do sistema).
8. Não informe bibliografia ao final do texto. As referências bibliográficas e notas explicativas devem vir no rodapé, com numeração contínua.

- a. Para livros e monografias no todo: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. *Título em itálico*: subtítulo (se houver). Local de publicação: Editora, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.
 - b. Capítulos em coletâneas: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME DO ORGANIZADOR, Prenome do organizador (Org.). *Título da coletânea em itálico*. Local de publicação: Editora, data, números das páginas inicial e final do capítulo, número de página(s) citada(s), se for o caso.
 - c. Para artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*. Local de publicação, volume, número do fascículo, páginas inicial e final, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.
9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhados em arquivos à parte, devidamente identificados, com títulos e legendas (anexe os arquivos por intermédio do sistema). No texto, devem ser indicados os locais das respectivas inserções.
10. Os originais não publicados não serão devolvidos. Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, observar todos os itens acima, caso contrário, não terão a submissão aceita pelos Editores.

Endereço postal:


História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105

E-mail: hqd.ufpr@gmail.com

 sta ♦ obra ♦ foi ♦ impressa ♦ na ♦ Imprensa ♦
Universitária ♦ da ♦ UFPR ♦ em ♦ dezembro ♦ de ♦ 2015 ♦
para ♦ a ♦ Editora ♦ Universidade ♦ Federal ♦ do ♦ Paraná ♦

